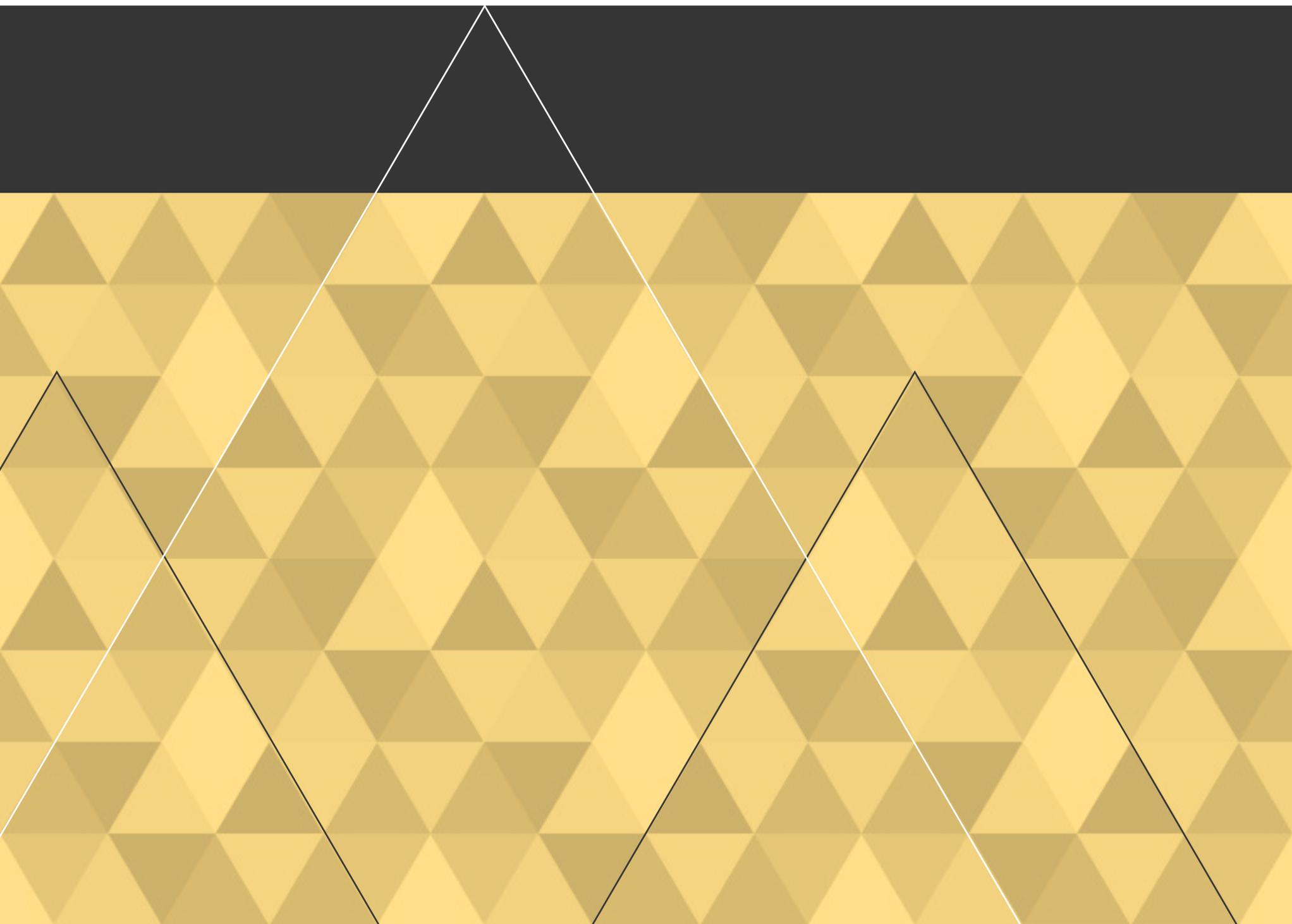


VARIEDADES DO LÉXICO

ANISE DE ABREU GONÇALVES D'ORANGE FERREIRA
CRISTINA MARTINS FARGETTI
CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA
(ORG.)



VARIEDADES DO LÉXICO

1ª edição

Araraquara
LETRARIA
2015

VARIEDADES DO LÉXICO

PROJETO EDITORIAL

Letraria

CAPA

Letraria

REVISÃO

Letraria

ORGANIZAÇÃO

Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira / Cristina Martins Fargetti / Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

AUTORES

Aline Cristiane Peleteiro / Ana Katarinna Pessoa do Nascimento / Andréia C. Roder Carmona-Ramires / Antônio Luciano Pontes / Auri Claudionei Matos Frübel / Carla de Mojana di Cologna Renard / Edmar Peixoto de Lima / Érica Santos Soares de Freitas / Estefânia Costa / Fábria Mendes da Silva / Fidel Pascua Vílchez / Geraldo José Rodrigues Liska / Gloria Edini dos Santos Galli / Jorge Luiz Nunes dos Santos Junior / José Válder Rebouças / Karina Rodrigues / Leticia Bonora Teles / Lidia Almeida Barros / Luís Henrique Serra / Mikaeli Cristina Macêdo Costa / Milena de Paula Molinari / Olga Alejandra Mordente / Regiani Aparecida Santos Zacarias / Rodrigo Gomes da Silva / Rosemary Irene Castañeda Zanette / Stefano Onofre

CONSELHO EDITORIAL

Celina Marcia de Souza Abbade / Claudia Zavaglia / Ivanir Azevedo Delvizio / Márcio Sales Santiago / Maria da Graça Krieger / Marilia Blundi Onofre / Ronice Müller de Quadros

FERREIRA, Anise de Abreu Gonçalves D'Orange; FARGETTI, Cristina Martins; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo.

ISBN: 978-85-69395-04-1

Variedades do léxico / Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira et al. (Org.) – Araraquara: Letraria, 2015.

192p. 768 x 1024px.

1. Léxico. 2. Dicionários. 3. Tradução. 4. Enunciação.

VARIEDADES DO LÉXICO

Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira
Cristina Martins Fargetti
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
(Org.)

letraria 

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira

7

LÉXICO, HUMOR E CRIATIVIDADE

BREVE ANÁLISE DO LÉXICO NO MATERIAL DIDÁTICO DE ITALIANO DO CEL

Aline Cristiane Peleteiro, Olga Alejandra Mordente

15

HUMOR E COPA ALÉM DA DIVERSÃO: OS ESTUDOS LÉXICO-SEMÂNTICOS NO TEXTO

Geraldo José Rodrigues Liska

21

LÉXICO E DICIONÁRIOS

“DICCIONARIO DA LINGUA BRASILEIRA”: CONTRIBUIÇÕES PARA A MEMÓRIA DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

Estefânia Costa

33

UM ESTUDO SOBRE O CAMPO SEMÂNTICO “ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO” DENTRO DOS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES E BILÍNGUES PORTUGUÊS/ITALIANO

Fábia Mendes da Silva

41

COMPARAÇÃO ENTRE FORMAÇÕES ROMÂNICAS EM –MENTO

Érica Santos Soares de Freitas

51

RESEARCHING BRAZILIAN STUDENTS' NEEDS AND PROPOSING LEXICOGRAPHICAL SOLUTIONS FOR PORTUGUESE-ENGLISH LEARNER'S DICTIONARIES

Regiani Aparecida Santos Zacarias

57

USO DE FERRAMENTAS INFORMÁTICAS NA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO PORTUGUÊS-FRANCÊS DE TERMOS DE ESTATUTOS SOCIAIS PARA TRADUTORES JURAMENTADOS

Letícia Bonora Teles, Lídia Almeida Barros

71

O GLOSSÁRIO BILÍNGUE PORTUGUÊS-ESPANHOL/ESPANHOL-PORTUGUÊS DE TERMOS ACADÊMICOS

Fidel Pascua Vílchez

81

A CULTURA COMO REFLEXO E ORIGEM DE TERMOS EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Karina Rodrigues, Lídia Almeida Barros

91

A TERMINOLOGIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Luís Henrique Serra

99

ELABORAÇÃO DE UM *CORPUS*, DE TEXTOS JORNALÍSTICOS, EM LÍNGUA ESPANHOLA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Andréia C. Roder Carmona-Ramires, Rodrigo Gomes da Silva

107

UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS EM VERBETES DE DICIONÁRIOS ESCOLARES

José Válder Rebouças, Edmar Peixoto de Lima, Mikaeli Cristina Macêdo Costa, Antônio Luciano Pontes

117

GLOSSÁRIO BILÍNGUE DE AGRONOMIA: UM ESTUDO TERMINOLÓGICO SOBRE O MANEJO DO SOLO

Auri Claudionei Matos Frübel, Jorge Luiz Nunes dos Santos Junior

127

LÉXICO, TRADUÇÃO E ENUNCIAÇÃO

A FRASEOLOGIA NAS TRADUÇÕES DE EFEITOS SONOROS NA LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS: UM ESTUDO PILOTO

Ana Katarinna Pessoa do Nascimento

135

A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS CONCEITUAIS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO NATURAL EM PORTUGUÊS E EM ITALIANO

Rosemary Irene Castañeda Zanette

145

O RITMO NO LÉXICO: ESTUDO DE TRADUÇÃO DO ROMANCE *L'ENFANT MULTIPLE*, DE ANDRÉE CHEDID

Carla de Mojana di Cologna Renard

153

TERMINOLOGIA DO DOMÍNIO DOS PASSAPORTES: ESTUDO DOS DOMÍNIOS DE ORIGEM E ORGANIZAÇÃO MORFOSSINTÁTICA E LEXICOSSEMÂNTICAS DOS TERMOS

Milena de Paula Molinari, Lidia Almeida Barros

163

RELAÇÕES LÉXICO-GRAMATICAS NA CONSTITUIÇÃO DOS PLANOS ENUNCIATIVOS

Glória Edini dos Santos Galli

173

PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA TEMPORALIDADE EM UM TEXTO ARGUMENTATIVO

Stéfano Grizzo Onofre

181

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

189

PREFÁCIO

Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira

É com grande satisfação que apresentamos este livro, que contém um volume das publicações dos trabalhos apresentados durante o I CINELI – Congresso Internacional Estudos do Léxico e suas Interfaces - realizado na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, de 7 a 9 de maio de 2014. O congresso contou com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com cerca de 400 participantes. Obteve apoios financeiros da CAPES e FAPESP, e dos Grupos LINBRA e GPEL, bem como do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa e do Departamento de Linguística.

Este volume reúne os textos que trazem as *Variiedades do Léxico*, tratando de temas em que são mostradas diversidades no campo dos estudos lexicais e sua configuração em instrumentos linguísticos: no âmbito primordialmente didático, com a seção dedicada ao **Léxico, Humor e Criatividade**; destacando os estudos do léxico ligados a instrumentos de apoio, na seção **Léxico e Dicionário**; e o impacto do léxico nos estudos tradutológicos e de nível enunciativo, na seção intitulada **Léxico, Tradução e Enunciação**. Os textos de pesquisa reportam ora trabalhos em andamento, ora concluídos, trazendo muitas vezes enfoques inéditos, que nos levam efetivamente a refletir e a rever a literatura.

Léxico, Humor e Criatividade

O primeiro texto desta seção traz ao leitor uma proposta de análise do léxico em material didático voltado ao ensino do italiano. Lembram os autores de nossa ligação histórica com a imigração italiana no século XIX e que sua cultura está presente em nosso estado. Por esse motivo, o curso de italiano está presente no Centro de Línguas estaduais, cujos materiais utilizados são, em grande parte, importados. Grande relevância, portanto, deve-se dar ao desenvolvimento de materiais didáticos. Aline Cristiane Peleteiro e Olga Alejandra Mordente trazem o planejamento, a descrição e contexto de uso do primeiro caderno didático voltado a um público adolescente. Objetiva ser versátil e incluir jogos como *input* para a aprendizagem lexical.

Um estudo que reforça a importância do entendimento do humor no ensino é o de Geraldo Liska no qual verifica o sentido das palavras em textos com fins humorísticos. Diz ele que (p. 23),

[...] as atividades com estudo do léxico em textos humorísticos podem permitir ao aluno reconhecer e explicar efeitos intencionais de sentidos ambivalentes por meio da seleção lexical, a partir de pistas fonológicas, gráficas (imagens e sinais de pontuação), morfossintáticas, semânticas, interdiscursivas e intertextuais, utilizando-se de operações mentais que envolvam conhecimentos prévios de mundo, léxico-sistêmico e textual.

Os efeitos de sentido são divertidamente analisados em charges humorísticas com temática da Copa do Mundo de 2014 e contribuem, sem dúvida, para a reflexão do trabalho docente na elaboração de material didático.

Léxico e Dicionários

Esta seção é a que traz ao leitor um maior número de estudos. São estudos da lexicografia do português, do campo semântico de áreas específicas em dicionários, dicionários específicos para aprendizes brasileiros do inglês; dicionário de francês para tradutores juramentados; glossário bilíngue português-espanhol de termos acadêmicos; termos de negócios na área imobiliária; terminologia do contexto da indústria da cana-de-açúcar; elaboração de *corpus* de textos jornalísticos em língua espanhola; estudo de termos ideológicos em verbetes de dicionários escolares; e glossário na área da agronomia.

Estefânia Costa enfoca e contextualiza o *Dicionário da Língua Brasileira*, no âmbito da história dos dicionários brasileiros. Trata-se da primeira obra realizada e impressa inteiramente no Brasil, datada de 1832; um dicionário monolíngue, portátil e de preço acessível no período. Sua descoberta é tardia, do final do séc. XX. O valor histórico dessa obra é, portanto, incontestável, tornando-a digna de ser estudada com o devido rigor.

Fábia Mendes da Silva traz um estudo curioso sobre o campo semântico de animais de estimação. Certamente, a enorme humanização dos queridos bichos domésticos na cultura contemporânea leva a perguntar-se sobre a contribuição ao léxico do referido campo semântico. Basta dizer que o cérebro artificial, desenvolvido pelo centro de pesquisa do Google, aprendeu a reconhecer sozinho rostos de gatos, conforme relatado por John Markoff no *The New York Times*, em 25 de junho de 2012 e a mim, pessoalmente, por John Lamping, engenheiro sênior do Google em visita a essa empresa no mesmo período. A pesquisa de Fábia Mendes da Silva se insere no âmbito dos vocábulos de especialidade dentro de dicionários bilíngues português-italiano.

O estudo sobre sufixos no contexto da morfologia histórica também foi contemplado nesta seção com a contribuição da pesquisa comparativa de formações românicas de palavras em ‘-mento’ por Érica de Freitas. Foram comparadas as formas derivadas do latim *-mentum*, nas línguas românicas – francês, italiano, castelhano, português e romeno. O objetivo de se efetuar tal estudo comparativo está em “encontrar suas formas originárias, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões”. Trabalho interessante no método e nos resultados que complementam os estudos diacrônicos.

Regiani Zacarias nos contempla com um texto em inglês que relata as necessidades dos estudantes brasileiros e propõe soluções lexicográficas para dicionários português-inglês para aprendizes. A pesquisa se baseia em análise quantitativa das dificuldades e erros mais comuns dos estudantes, encontrados em suas tarefas ou *homework*. Os erros mais comuns estão no âmbito dos verbos. Nessa categoria, então, são identificados vários tipos de necessidades para os quais soluções lexicográficas são apontadas com base na apresentação de contraste de uso entre português-inglês, com exemplos macro e medioestruturais, além de microestruturais. Trata-se de uma pesquisa valiosa no tocante a definir parâmetros novos de informação sobre equivalentes de tradução em dicionários português-inglês para aprendizes.

Letícia Teles e Lídia Barros trabalham com termos de estatutos sociais para tradutores juramentados e propõem o uso de ferramentas de informática na elaboração de dicionário português-francês específico para essa área. Os estatutos sociais, segundo as autoras, representam uma grande demanda dos tradutores juramentados. Dessa forma, preenchem uma lacuna importante ao auxiliar esses profissionais. A pesquisa é parte do projeto *LexTraJu*, coordenado

por uma das autoras, Lídia Almeida Barros. Primeiramente, as pesquisadoras operam com dois grandes corpora, francês e português em formato digital do Word, retiram os caracteres especiais para salvarem em formato .txt. O *corpus*, depois de tratado, é inserido no *software Hyperbase*, desenvolvido na França, para a elaboração de concordâncias que indicam a eleição dos termos que são confirmados por meio de consultas especializadas na área jurídica, em ambas as línguas. A partir daí, os dados são compartilhados em uma plataforma chamada *e-Termos*, descrito como um *Ambiente Colaborativo Web de Gestão Terminológica*, disponível pela Embrapa. Em uma das etapas da inserção de dados no referido ambiente, está o uso da ferramenta *Base Definicional*, onde os dados referentes às definições são colocados. Em etapa prévia a essa operação, as autoras se utilizam do *software* de base de dados *Access* da Microsoft para elaborarem fichas de definição. Elas lembram que há outros softwares para processos lexicais de corpora, como concordâncias, tais como *WordSmith Tools*, *DBT2000*, o *Xtract*. Recordo que um *software* aberto e irrestrito para concordâncias é o *AntConc*, que também extrai *keywords*, *clusters*, *n-grams*, etc.

Ainda nessa seção, Fidel Vélchez nos contempla com um trabalho dedicado a termos acadêmicos em glossário bilingue português-espanhol/espanhol-português, realizado na Universidade Estadual de Londrina. Seu foco são os documentos normativos, mais precisamente, os que compõem o Marco Normativo Universitário brasileiro (MNU), i.e., Estatuto, Projeto Pedagógico Institucional, Regimento Geral, PCCs, e demais regimentos de setores universitários. As instituições escolhidas para a pesquisa foram a própria, a Universidade de Coimbra, Portugal, e a Universidad de Buenos Aires. Em tempos de internacionalização dos portais acadêmicos, a atual pesquisa é extremamente bem-vinda, pois a publicação do referido glossário poderá trazer rigor às traduções que surgem atendendo a larga demanda.

Em seguida, lemos o trabalho sobre a origem de termos em contratos de locação de imóveis e, nela, o reflexo da cultura. A relação entre cultura e linguagem é universalmente reconhecida. Porém, no contexto de contratos de locação de imóveis, tal relação, embora suspeita como certa, garantida e transparente, não é frequentemente demonstrada e fundamentada na linguagem como prática social e cultural dentro de atividades comerciais. As autoras Karina Rodrigues e Lídia Almeida Barros empreendem minuciosamente tal tarefa, exemplificando os termos do fator cultural específico da ‘garantia de pagamento’ e da ‘relação comercial’.

Encontramos a seguir, nessa seção de léxico e dicionários, o trabalho voltado à terminologia específica e seus aspectos conceituais da cana de açúcar no Brasil. A pesquisa apresentada faz parte de um projeto maior intitulado *O universo terminológico da cana-de-açúcar em duas perspectivas: aspectos morfológicos e semânticos da terminologia do técnico e do agricultor*, cujo objetivo é “analisar, morfológica e semanticamente, os termos do universo canavieiro no discurso do micro e do pequeno agricultor e do técnico agrícola com especialização em cana-de-açúcar.” (p. 101) O *corpus* é vasto, abrangendo textos especializados publicados durante um período de 12 anos. Até o momento, uma vasta gama de conceitos foi encontrada que apresentam fenômenos variacionistas: sinonímia, polissemia, homonímia e conceitos metaforizados.

Andréia Carmona-Ramires e Rodrigo da Silva estão dedicados a elaborar um *corpus* de textos jornalísticos em língua espanhola de um período específico, de 1940 a 1975, motivados por questões socio-históricas voltadas para análises lexicais diacrônicas. Para isso, reportam aspectos metodológicos desse trabalho, selecionando o jornal *La Vanguardia*, que contempla o período de interesse dos autores, oferecendo *online* esse material em formato *pdf* que precisou ser passado pelo OCR para transformar-se em texto editável para compor um *corpus* linguístico. Relatam, também, critérios de seleção do material a compor o *corpus*. A pesquisa encontra-se em andamento.

Um estudo curioso que se destaca em tempos de formulação de base curricular comum é o que promete investigar as representações ideológicas em verbetes de dicionários escolares. Com base na análise crítica do discurso, os autores sugerem a avaliação dos verbetes dos seguintes termos: consumo, produção, ideologia e capitalismo, em três dicionários escolares publicados em três momentos históricos diferentes: 1965, 1985 e 1995. Os termos ‘ideologia’ e ‘capitalismo’ estão ausentes no dicionário de Cândido Jucá, publicado em 1965, um ano depois a instauração do regime militar no Brasil, o que, segundo os autores, poderia justificar a omissão. O texto provoca a curiosidade do leitor sobre a existência de contrastes com verbetes de diferentes domínios e também sobre a existência de outros verbetes de cunho social e político. Pois o dicionário publicado em 1995, período democrático, parece não ter definições tão completas

quanto o de 1985, ano em que termina o regime militar com a eleição presidencial por voto indireto do colégio eleitoral, após a derrota do movimento das *Diretas Já* de 1984. Além disso, nas próprias definições poder-se-ia procurar buscar traços de viés ideológico. O texto suscita a curiosidade do leitor, ainda, sobre o quanto da omissão verificada na pesquisa ultrapassaria o campo ideológico, ou seja, ela se confirmaria também em outros âmbitos semânticos dentro do mesmo dicionário representativo de cada período histórico.

O último texto dessa seção se volta para a agronomia e para o glossário bilíngue português-espanhol. O foco é o estudo terminológico do manejo do solo destinado a compor um glossário bilíngue de agronomia ligado ao manejo do solo (GBMS). Os autores discorrem sobre as ferramentas disponíveis para execução do trabalho, que se baseia na Linguística de Corpus, destacando a plataforma colaborativa e aberta *e-Termos*, desenvolvida em 2009 por Leandro Henrique Mendonça de Oliveira como tese de doutorado em Ciências de Computação e Matemática Computacional na USP de São Carlos. A plataforma é descrita em detalhes, o que vem a ser muito útil, para todos os interessados em trabalhar com esse instrumento e compartilhar seu trabalho.

Léxico, Tradução e Enunciação

Na seção *Léxico, Tradução e Enunciação*, o primeiro texto nos contempla com o relato de uma pesquisa que destaca a ‘tradução audiovisual’ (TAV), em particular a investigação da existência de fraseologia em tradução dos efeitos sonoros, em legendagem de filmes para surdos e ensurdecidos. A partir de categorização de sons e fraseologias presentes no filme de longa metragem *Nosso Lar*, uma etiquetagem do *corpus* foi elaborada, por meio da ferramenta *Concord* do software *WordSmith Tools*. A autora, Ana Katarinna Pessoa do Nascimento, demonstra que há variações de tradução, porém, sugere haver uma linguagem própria em virtude da alta frequência de colocações adjetivas para os efeitos sonoros, entre outras características.

Rosemary Zanette, no texto seguinte, enfoca o inusitado trabalho terminológico/terminográfico português e italiano na organização, categorização e definição de patrimônios culturais e naturais, com o objetivo de construir uma obra terminológico-terminográfica bilíngue. Nesse trabalho, enfatiza os fatores que influenciam a organização dos sistemas conceituais.

A tradução literária não poderia estar fora dos estudos lexicais. Carla Renard em sua cuidadosa pesquisa, identifica o ritmo no léxico em um estudo de tradução do romance de André Chedid intitulado *L'enfant multiple*. Uma tradução envolve sequências de escolhas ou normas. Por meio de listas de palavras, obtidas pelo *software* AntConc, sobre o *corpus*, foram levantadas as palavras do campo associativo de ritmo, e duas normas foram estabelecidas: a tradução do ritmo propriamente dito e a tradução do ritmo no léxico. A autora explica como essas normas são motivadas pela análise do texto original em francês.

A terminologia do domínio dos passaportes é o tema do estudo seguinte, elaborado pelas autoras Milena de Paula Molinari e Lídia Almeida Barros, coordenadora do projeto *LexTraJu – O léxico para a tradução juramentada*, sediado na UNESP de S.J. do Rio Preto no qual o estudo se insere. Esse levanta o conjunto de termos do domínio dos passaportes no Brasil, aponta uma organização morfossintática e léxicossemântica com o fim de obter perfil linguístico. Para tal, faz uso da ferramenta *Hyperbase* e da plataforma *E-terms*, ambos já mencionados neste prefácio. Os domínios predominantes estão na área do direito (77,83%). Com relação à organização morfossintática e léxicossemântica, as estruturas simples de um lexema predominam. Quanto aos termos de estrutura complexa, em minoria, são, na maior parte, diferentes dos das estruturas simples.

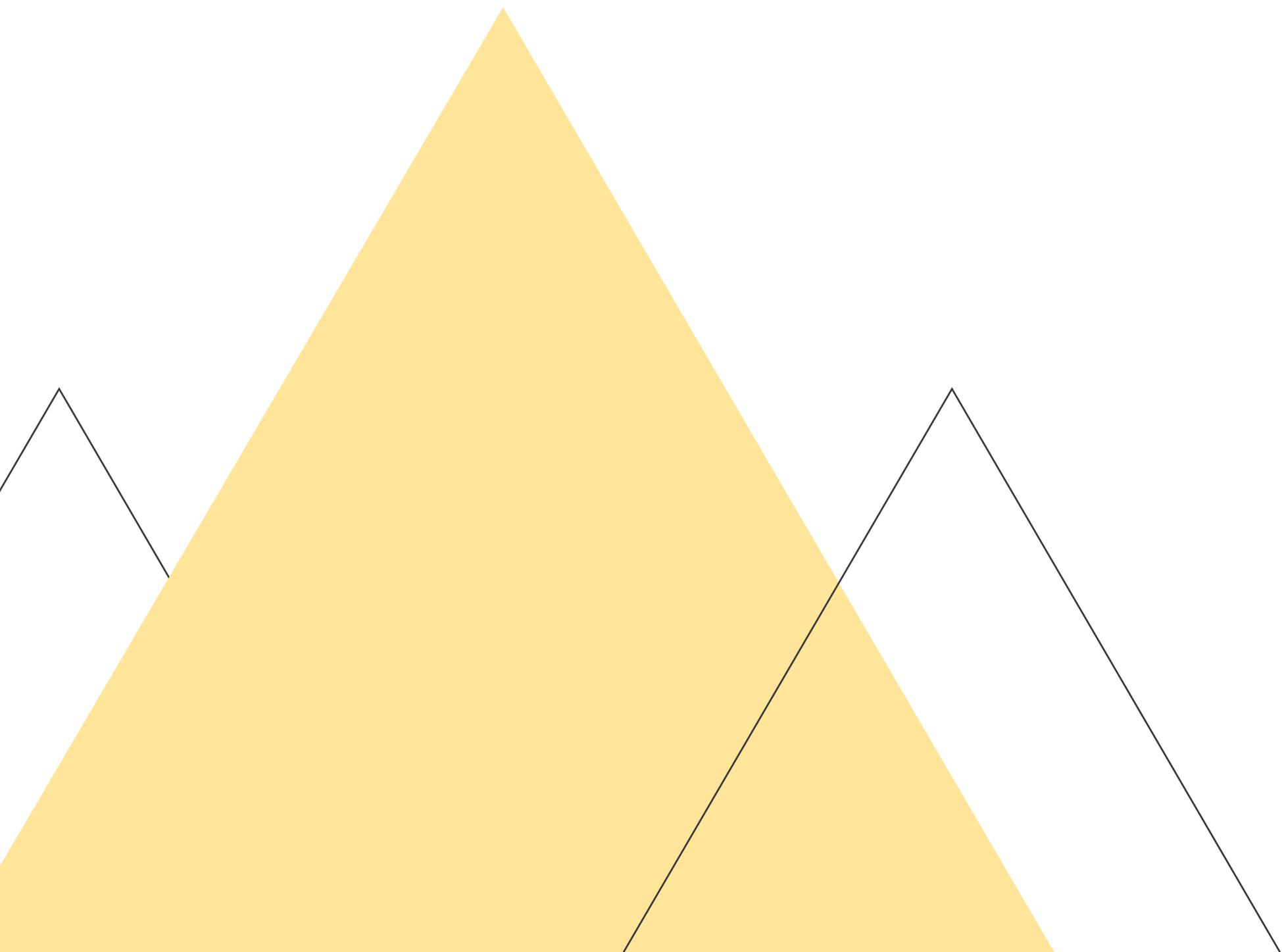
Voltando-se para aspectos linguístico-discursivos da linguagem, Glória Galli realiza um trabalho na área de produção textual elaborada por alunos de Ensino Fundamental, do sexto ao nono anos, enfocando as relações léxico-gramaticais na constituição de planos enunciativos. Parece ocorrer com frequência, na produção investigada, a confluência de planos enunciativos concorrentes dentro do mesmo texto. A análise segue a Teoria das Operações

Predicativas e Enunciativas de Culioli, cujos mecanismos, quando reconhecidos, podem promover o conhecimento consciente e conseqüentemente o desenvolvimento da capacidade discursiva.

Ainda no âmbito do discurso e com base na mesma Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, Stéfano Onofre relata os processos constitutivos da temporalidade de texto argumentativo, apontando a relação de operações enunciativas no valor semântico de tempos verbais. O autor preocupa-se com o ensino da língua portuguesa e o uso, em textos escolares, de tempos verbais conflitantes. A teoria possibilita uma análise em que se demonstra a construção inadequada das relações semânticas, assim, promovendo uma conscientização maior em relação à capacidade discursiva.

Olhando para o conjunto de textos das três seções, podemos constatar a variedade de estudos que o léxico é capaz de agregar. O leitor não especialista certamente se surpreenderá com a amplitude de temas que despertam a curiosidade acadêmica que, ao contrário do que muitos pensam, não se desvincula dos assuntos e problemas do mundo real e podem ser bastante acessíveis. O especialista deparar-se-á com diversas matizes, neste volume, que não se enquadram em uma categoria uniforme, nem em termos metodológicos, nem em termos de objetivos e, no entanto, puderam ser aproximados e vislumbrados em três seções. A diversidade deste volume atesta que as possibilidades de estudos do léxico são mesmo ilimitadas.

LÉXICO, HUMOR E CRIATIVIDADE



BREVE ANÁLISE DO LÉXICO NO MATERIAL DIDÁTICO DE ITALIANO DO CEL

Aline Cristiane PELETEIRO

Olga Alejandra MORDENTE

Introdução

Aprender um segundo idioma, nos dias atuais, é imprescindível para ampliar as oportunidades na carreira e concorrer às melhores vagas no mercado de trabalho, além de ter oportunidades de estágios, estudos ou empregos no exterior. Em consequência do mundo globalizado e capitalista, as pessoas buscam, cada vez mais cedo, aprender um segundo idioma. A grande procura é pelo inglês, idioma que boa parte do mundo domina, devido ao domínio econômico dos Estados Unidos e das relações comerciais deste país com o restante do mundo.

Apesar da hegemonia do inglês e do espanhol nas escolas de idiomas do Brasil, outros idiomas ganham destaque devido às relações econômicas, culturais, acordos internacionais de cooperação, etc. Muitas pessoas buscam esses idiomas como um diferencial em seus currículos, é o caso do italiano, que desperta o interesse do grande número de descendentes e de pessoas interessadas em setores comerciais específicos, como o turismo, hotelaria, gastronomia, moda, dentre outros.

Alguns também buscam o italiano apenas para resgatar suas raízes familiares ou por gosto pessoal. Assim, apesar de um número menor de pessoas procurar o italiano como segunda língua, o interesse ainda é grande. Como cita Casini (2009, p. 66):

A presença da cultura italiana no Brasil é bastante ampla, devido principalmente a razões históricas (a grande imigração do final do século XIX). O ensino da língua italiana está presente em todo o território brasileiro, com destaque especial para alguns Estados – em geral, aqueles para os quais dirigiu-se a maior parte dos imigrantes italianos, e onde ainda encontra-se a maior parte de seus descendentes –, em que aulas de língua italiana são ministradas a crianças e adolescentes (mas também a adultos) na própria rede pública de ensino.

Como afirmado na citação acima, no Estado de São Paulo, por razões históricas que a imigração nos trouxe, a procura pelo idioma italiano é significativa, sendo até mesmo oferecido na rede pública de ensino. Existem, no estado de São Paulo, centros de ensino de idiomas gratuitos para os alunos de escola estadual que estejam interessados em aprender um novo idioma. Esses centros são chamados de CEL (Centros de Estudo de Línguas) e são disponibilizados para os alunos regularmente matriculados em escolas estaduais.

Para cursar o CEL, o aluno deve estar matriculado na rede estadual a partir do sétimo ano do Ensino Fundamental II, até o terceiro ano do Ensino Médio. O estudante deve optar por apenas um idioma de cada vez e frequentar as aulas no período contrário ao do regular.

Os cursos têm duração de 480 horas divididos em 3 anos letivos para os idiomas: espanhol, italiano, francês, alemão, japonês e mandarim e de apenas 1 ano letivo no total de 120 horas para o inglês, pois esse último é apenas um aprimoramento, já que o idioma é de ensino obrigatório na grade regular. Esses 3 anos letivos são divididos em 6 semestres chamados estágios. Ao todo temos 6 estágios para cada idioma, que buscam ensinar as competências linguísticas enquadradas segundo o Quadro Comum Europeu.

Os CEL foram criados a partir de 1987 por decreto governamental e inicialmente contavam só com o espanhol. Mais tarde, os outros idiomas foram incorporados aos centros e só em 2004 o inglês passou a fazer parte. (SÃO PAULO, 2009).

Até 2010 os CEL contavam com 99 unidades em todo Estado de São Paulo, pois somente cidades com mais de cem mil habitantes poderiam abrigar um CEL. Em 2011 ampliou-se esse número para 241, contemplando até mesmo cidades com menos de 50 mil habitantes. O material didático usado até então em cada idioma era escolhido e organizado

pelos professores de cada CEL, dentre os materiais existentes importados do exterior ou publicados no Brasil. Contudo não era possível a adoção de um livro didático, devido à condição econômica dos alunos da rede estadual.

A partir de 2004 o Estado de São Paulo investiu na criação de um material didático de distribuição gratuita, exclusivo para o inglês e também em novas tecnologias para os CEL. Além disso, investiu também na formação continuada dos professores de todos os idiomas, sendo que anualmente, estes são convocados, através do Diário Oficial, para fazer as Orientações Técnicas, que permitem ao professor trocar experiências e aperfeiçoar-se. (SÃO PAULO, 2009)

Durante as *Orientações Técnicas* de língua italiana, que são cursos de reciclagem, organizados anualmente pela secretaria de Educação para os professores do CEL, a criação de um material único de italiano, que igualasse o currículo de todos os CEL do estado de São Paulo, foi discutida com os professores que ministravam o curso. Desta discussão surgiu a proposta da Secretaria de Educação da preparação de um material elaborado especificamente para os alunos de italiano do CEL, seguindo o modelo do material de inglês já existente que a Secretaria desenvolveu e começou a distribuir gratuitamente aos alunos.

Os materiais de italiano existentes no Brasil ainda são somente os importados diretamente da Itália e não condizem com a realidade cultural do aluno de escola pública estadual, muito menos com a realidade econômica. O livro didático importado, muitas vezes está presente durante a aula, mas o aluno não pode ter acesso a ele fora desse ambiente, tornando a rotina de estudos desmotivadora. Por isso, um material pensado exclusivamente para o seu público alvo é essencial para ajudar o professor na prática pedagógica e estimular o aluno na aquisição do idioma.

Com a falta de opções, os professores se veem obrigados a improvisar materiais que motivem o adolescente, mas raramente elaboram o próprio material pensando em sua sala de aula. Como afirma Moita-Lopes (2001, p. 12), “os professores nem sempre se sentem confiantes em constituir uma didática transformadora e passam a rezar pela cartilha dos outros”.

Segundo Roque, Souza, Sabino e Pinheiro (2004, p. 632):

Ultimamente temos assistido a uma proliferação de materiais didáticos de língua estrangeira, muitos dos quais dirigidos especificamente para o público infantil. O que é notório, porém, é a dificuldade de se encontrar, no Brasil, material didático voltado especificamente para o ensino da língua italiana para crianças e, principalmente, que seja adequado aos interesses e dificuldades de crianças falantes do português.

O mesmo pode-se dizer do material produzido para adolescentes. Essa é uma das razões que dificulta o aprendizado, pois sem material adequado, os alunos sentem-se desestimulados em continuar frequentando o curso.

No Brasil, não se produz nenhum material voltado para adolescentes lusófonos e as necessidades dos falantes de português não são levadas em conta na elaboração do material, por isso vemos elementos nos livros didáticos; como explicações gramaticais, situações de comunicação e aspectos culturais, que são idênticos ao português e que seriam desnecessários a um falante lusófono. Outra questão a ser discutida é: quais aspectos culturais, gramaticais e situações de comunicação que são trabalhados através desse material, para que seja útil à comunicação. Segundo Leffa (2006) “As necessidades são geralmente mais bem atendidas quando levam em consideração as características pessoais dos alunos, seus anseios, expectativas, preferência por um ou outro estilo de aprendizagem”.

Não há obrigatoriedade do aluno que ingressa no CEL em seguir o curso até o final. Por isso, sempre há a preocupação com a motivação desse aluno. É primordial despertar nele o interesse pelo idioma para que ele não abandone o curso. O material didático também deve observar esses aspectos e levar em conta seu público alvo. Uma classe do CEL é composta por adolescentes de variadas idades, dos 12 aos 18 anos, portanto o material deve conter um léxico acessível e que faça parte do universo do adolescente.

O material

A primeira apostila foi elaborada pelo aluno de mestrado e coordenador do CEL de Mirassol, Adalberto Pinheiro, com supervisão da Professora Doutora Fernanda Ortale da USP, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, gentilmente cedido para essa análise. Conseqüentemente, as necessidades reais dos alunos de escola pública são levadas em conta na elaboração do material, que conta com a experiência do coordenador do CEL, que também já foi professor de língua italiana e que mantém contato através das Orientações Técnicas com os demais professores de italiano do estado de São Paulo. Assim, o primeiro material de língua italiana da Secretaria de Educação para os alunos do Centro de Estudos de Línguas com distribuição gratuita nasce para contribuir como suporte metodológico ao professor e proporcionar ao aluno um instrumento de comunicação e autonomia. (PINHEIRO, 2013).

O material é composto de um caderno do aluno e um caderno do professor que estão em fase de elaboração final e que brevemente serão aplicados nas turmas de italiano do CEL em todo estado. Cada caderno é composto de quatro unidades, sendo três temáticas e uma de avaliação, com textos e imagens inéditos. (PINHEIRO, 2013). O caderno do professor contém as respostas dos exercícios e sugestões e não instruções de como proceder, deixando livre para o professor escolher a melhor maneira de apresentar as atividades para a turma.

Cada unidade é dividida em setores que trabalham uma habilidade específica da língua, finalizando com sugestões de atividades *on-line* que colocam o aluno em contato direto com materiais autênticos e utiliza recursos próprios do universo adolescente, funcionando como um fator motivador. “A utilização de materiais autênticos ajuda a recriar situações reais, a aprender a usar expressões dentro de determinados contextos e a absorver dados sócio-culturais imprescindíveis a um bom desempenho lingüístico” (CARVALHO, 1993, p. 118-119).

O livro didático ou apostila tem o papel de auxiliar o professor e facilitar a preparação das aulas, norteando o andamento destas. Igualmente, estimula a interação do aluno com a língua e promove o desenvolvimento de certas competências, como a leitura e a compreensão de vocabulário visual, que só o material impresso proporciona.

Segundo Cunningsworth (apud VILAÇA, 2009, p. 7) todo material didático tem múltiplas funções, dentre as quais:

- * Recurso para a apresentação de materiais (falado e escrito).
- * Fonte de atividades para prática do aluno e interação comunicativa.
- * Fonte de referência para os alunos sobre gramática, vocabulário, pronúncia, etc.
- * Programa de ensino.
- * Recursos para uma aprendizagem autodirecionada ou trabalho de autoacesso.
- * Suporte para os professores menos experientes que ainda precisam adquirir confiança.

Como programa de ensino, a nova apostila unificará os conteúdos trabalhados em cada semestre do curso de italiano em todo estado de São Paulo, que até então eram escolhidos pelo professor de cada unidade do CEL. Conseqüentemente, um aluno que venha a ser transferido de uma cidade para outra dentro do estado não será prejudicado quanto ao conteúdo presente no currículo de língua italiana, já que este será idêntico em todas as cidades.

Entretanto, o material não busca engessar o currículo, ou o método. O caderno do professor, não possui instruções, técnicas ou metodologias, apenas as respostas das atividades, deixando livre para o professor adotar a forma que julgar mais adequada para a realização das aulas e o uso do material.

O contato do aluno com o idioma italiano se faz em maior parte na sala de aula com o professor, limitando o contato do estudante com a língua alvo, apenas ao horário semanal de aulas. Os *links* contidos no material dão acesso a *sites* que colocam o aluno em contato com material autêntico da língua alvo e, através desses *sites*, ele tem acesso a outros materiais autênticos, como reportagens de jornal, músicas, propagandas, filmes, etc, sendo capaz de criar autonomia no aprendizado da língua alvo, como cita Leffa (2003, p. 40):

A boa notícia, para a autonomia, é que os pouquíssimos alunos que conheci pessoalmente e que foram capazes de adquirir um conhecimento funcional da língua estrangeira, foram alunos autônomos, alunos que por conta própria foram muito além do que lhes foi exigido

na sala de aula. Isso me leva a pensar que, excetuados os casos de imersão, só é possível aprender uma língua estrangeira se o aluno for autônomo. Se não for assim, ele vai ficar apenas no que é dado na sala de aula, e isso não basta para adquirir o domínio de uma língua.

Além disso, outro fator motivador são os jogos teatrais presentes no material, que aparecem sempre no final da unidade para retomar os conteúdos gramaticais e lexicais e promover a produção oral de maneira espontânea. O lúdico nos jogos proporciona empatia pelo aprendizado por parte dos adolescentes, “Os jogos produzem uma excitação mental agradável e exercem uma influência altamente fortificante” (HUIZINGA apud ANTUNES, 1998, p. 46).

Os jogos revelam-se importantes ferramentas para o processo de ensino aprendizagem da língua alvo. Cada jogo linguístico repassa os conteúdos gramaticais, lexicais e comunicativos vistos durante cada unidade. A interação entre os alunos e a aplicação dos jogos, onde o foco não é a língua em si e sim o desempenho no jogo, permite aos alunos uma produção oral espontânea, na criação de uma situação de comunicação próxima do real.

Breve descrição e análise do léxico

O léxico, o conteúdo gramatical e as situações de comunicação presentes na apostila, correspondem ao nível A1 do Quadro Comum Europeu.

A primeira unidade se intitula *Io e gli altri*, onde o aluno entra em contato com o léxico das apresentações pessoais e informações básicas sobre sua pessoa, como nome e sobrenome, nacionalidades, idade, endereço e os primeiros verbos: *essere* e *avere* (*ser/estar* e *ter*). Aqui o estudante tem o primeiro contato com o italiano.

O léxico dessa unidade resgata o conhecimento prévio do aluno das palavras italianas utilizadas no português, como *cappuccino*, *pizza*, *Ferrari*, *moda*. Essas palavras facilitam a compreensão da diferença de pronúncia de alguns sons. Somente depois da apresentação dessas palavras, o alfabeto e os sons são esquematizados.

O primeiro jogo no final da unidade retoma todo o léxico presente na unidade 1, pedindo que os alunos preencham uma ficha cadastral com seus dados pessoais e depois caminhem pela sala fazendo perguntas sobre a identidade do outro. Essa atividade promove a interação social entre os alunos, que utilizam os conhecimentos adquiridos em uma situação de comunicação real, promovendo também a produção e a compreensão oral.

Após o jogo, a cultura é abordada através de um texto, novamente resgatando o que o aluno conhece sobre a Itália, falando de personagens conhecidos histórica e culturalmente. A atividade *on-line* sugerida no final da unidade complementa as informações culturais sobre a Itália. Trata-se da canção *In Italia*, uma canção em ritmo de hip hop, que elenca inúmeras palavras que remetem à cultura italiana, na visão dos italianos, desconstruindo eventuais estereótipos existentes.

Na unidade 2, *Viaggio in Brasile*, o léxico apresenta possíveis situações de comunicação de um italiano que chega ao Brasil para um intercâmbio. As seguintes situações de comunicação são trabalhadas:

- * Como pedir uma informação para chegar a algum lugar;
- * Como perguntar as horas;
- * Palavras relativas aos estabelecimentos comerciais (*farmacia*, *albergo*, *supermercato*, *agenzia di viaggi*, *ospedale*);

Nesta unidade o aluno aprenderá a situar-se no espaço e identificar palavras importantes para situações triviais do cotidiano. Na segunda unidade, o léxico dos nomes dos estabelecimentos é retomado e usado como base para o jogo. O aluno deve escrever os nomes em pedaços de papel, sortear um desses pedaços com o nome do estabelecimento e dizer três verbos que remetem ao lugar sorteado. Por exemplo, se o estudante retirar a palavra *restaurante*, deverá dizer verbos como *comer*, *beber*, *pagar*. Ou seja, vocábulos-chave que tenham alguma relação com o sorteado.

O elemento visual é recorrente nessa unidade, associado ao significado dos lugares ajudam a motivar o aluno e estimular a memória visual. O texto cultural fala sobre os meios de transporte e traz informações culturais básicas e indispensáveis para um estudante de italiano como língua estrangeira.

O *link* no final da unidade encaminha para um *tour* virtual do famoso museu de Florença *Galleria degli Uffizi*, que abriga importantes obras de arte. Através da visita virtual, o estudante pode entrar em contato com palavras aprendidas na unidade. Essa é uma rica atividade, que deve ser direcionada pelo professor que indica aos alunos o que procurar dentro da *Galleria* e dizer que direção estes devem seguir para encontrar as obras de arte escolhidas.

A terceira unidade é *La bella famiglia* e aborda o léxico utilizado nas relações de um estrangeiro que está em intercâmbio na casa de uma família brasileira. Nesta unidade, o elemento visual é intenso, apresentando as partes de uma casa, seus móveis e tipos de habitação existentes. O jogo desta unidade é uma descrição da casa real do estudante e da casa ideal. O elemento cultural é o café. Os tipos de café existentes na Itália e a relação dos italianos com o café.

A sugestão de atividade *on-line* é uma conhecida canção brasileira de Vinícius de Moraes “A casa”, em sua versão italiana, apresentada pelo cantor Sergio Endrigo. Aqui novamente a atividade *on-line* é pertinente ao tema e faz uso do conhecimento prévio do aluno.

Considerações finais

O CEL foi criado para proporcionar a aquisição de um segundo idioma na Rede Estadual de Ensino aos alunos interessados. Assim é preciso manter a motivação do aluno, já que o curso é opcional. O aprendizado de uma língua estrangeira deve ser agradável e a procura da maioria dos alunos é pela língua inglesa e a espanhola, pois o mercado de trabalho exige um número maior de profissionais que fale essas duas línguas.

Contudo, uma parte dos alunos prefere investir na língua italiana como um diferencial em seus currículos, por interesse pessoal ou por serem descendentes de italiano. É necessário, com o curso, manter o interesse desses alunos, investindo em atividades que estimulem as habilidades de comunicação, que tornem agradável esse aprendizado e diminuam a evasão. Portanto, a criação deste material exclusivo é uma importante contribuição e um estímulo para a divulgação gratuita do idioma italiano nos Centros de Estudo de Línguas do estado de São Paulo.

Com o primeiro caderno criado, este material promete ser um marco no ensino de língua italiana nas escolas públicas estaduais devido à sua importância e à distribuição gratuita na rede estadual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **O Planejamento de um Curso de Língua: A Harmonia do Material-Insumo com os Processos de Aprender, Ensinar e Refletir sobre a Ação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas: Pontes Editores, 1993.

CARVALHO, A. A. A. Materiais autênticos no ensino de línguas estrangeiras. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade do Minho, 1993.

CASINI, M. C, ROMANELLI, S, Ensino e pesquisa em italiano nas universidades públicas brasileiras. In: **Synergies Brésil**, São Paulo: Universidade de São Paulo; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 7, p. 65-67, 2009.

LEFFA, V. J. Como produzir materiais para o ensino de línguas. In: LEFFA, V. J. (Org.). **Produção de materiais de ensino: prática e prática**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2008.

_____. Quando menos é mais: a autonomia na aprendizagem de línguas. In: NICOLAIDES, C.; MOZZILLO, I.; PACHALSKI, L.; MACHADO, M.; FERNANDES, V. (Org.). **O desenvolvimento da autonomia no ambiente de aprendizagem de línguas estrangeiras**. Pelotas: UFPEL, 2003, p. 33-49.

_____. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Contexturas*, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

PINHEIRO, A. Projeto de elaboração de material didático para o curso de Língua Italiana do C. E. L. (Centro de Estudos de Línguas). **Italiano in foco**, 2013.

ROQUE, A. S. de S.; SOUZA, C. L. M. de; SABINO, M. A. e PINHEIRO, P. C. **Criação de Material Didático-Pedagógico para o Ensino de Italiano a Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <<http://www.unesp.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

VILAÇA, M. R. C. O Material Didático no Ensino de Língua Estrangeira: Definições, Modalidades e papéis. **Revista eletrônica do instituto de Humanidades**, 2009.

Res. SE nº 81/2009 – Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/81_09.HTM>. Acesso em: 19 fev. 2012.

HUMOR E COPA ALÉM DA DIVERSÃO: OS ESTUDOS LÉXICO-SEMÂNTICOS NO TEXTO

Geraldo José Rodrigues LISKA

Introdução

Sabemos que a língua é um sistema de códigos heterogêneos que se adequam às necessidades da comunicação e da expressão de pensamentos. Os estudos da linguagem acompanham esse sistema aberto e em movimento, logo, observar a produtividade semântica e lexical é fundamental para compreender sua expansão. No entanto, quando nos deparamos com o ensino de português, parece que o estudo da produtividade lexical e semântica da língua fica em um plano muito inferior. A importância é dada ao estudo da palavra isolada, em classificações morfológicas e sintáticas. Assim, foca-se apenas na estrutura da palavra, por meio de nomeações e classificações, circulando substantivos abstratos, verbos e adjetivos de um texto, por exemplo. Nesses casos, não se ressalta o valor cultural, metafórico, que um morfema pode carregar e é deixado de lado o comportamento sintático-semântico entre as palavras para encaixá-las em determinada classe somente pela sua estrutura. A apresentação das criações morfológicas da língua se resume a derivações e composições, evitando o estudo de casos marginalizados (ou não lineares) e submetendo mudanças semasiológicas para os aspectos estilísticos da língua, entre as figuras de linguagem, como as extensões metafóricas e metonímicas do sentido das palavras, por similaridade e por contiguidade, respectivamente.

Supomos que o não ensino das formações não lineares das palavras foi ocasionado pela visão tradicionalista da composição dos conteúdos da disciplina, que resumia

[...] com frequência, a aula de Língua Portuguesa a uma aula de gramática normativa e, conseqüentemente, contribuiu para sedimentar uma visão preconceituosa acerca das variedades lingüísticas, visão que opõe o “certo” e o “errado” e supõe, enganosamente, a existência de um padrão lingüístico homogêneo (MINAS GERAIS, 2007, p. 14).

Ainda, quando o trabalho se volta para o sentido das palavras, eles já vêm prontos. É só pegarmos algumas coleções de livros didáticos para nos depararmos com aqueles textos que iniciam uma unidade, propostos para atividades de compreensão e interpretação leitora seguidos de um quadro denominado de “vocabulário”, repleto de palavras com seus sentidos naquele texto, sem a chance de o aluno ter qualquer esforço cognitivo para inferenciar esses sentidos. Ou, quando eles não são fornecidos, costuma-se orientar o aluno a procurá-los no dicionário, sem a devida orientação de como fazê-lo, uma vez que o próprio professor também não é orientado a trabalhar com o dicionário, problema que remonta ao período de sua formação (PONTES; SANTIAGO, 2009), nos cursos de licenciatura, e que deveria ser solucionado pelo menos na formação dos professores dos cursos de Letras.

Embasada na tese vygotskyana, Xatara (2008, p. 28) afirma que “um indivíduo começa a construir seu conhecimento de mundo por meio das interações sociais junto à família e das relações sociais no círculo de amigos”. Dessa mesma forma deve ser encarado o ensino do léxico, onde o aluno vai desenvolver a competência e expandir seu acervo lexical ao observar a relação das palavras em um contexto sociodiscursivo e pragmático, quando estuda e pratica a sua língua na relação com o mundo que o cerca, num espaço/tempo de construção de significações que se desenvolvem com a realidade. Ou seja, o ensino do léxico está além de ensinar vocabulário por meio de listas de palavras e sentidos prontos.

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos [que] abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades (BIDERMAN, 1978, p. 139).

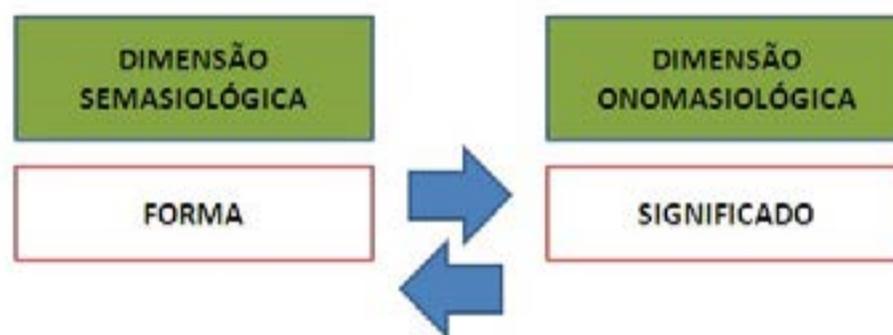
Esse pensamento nem sempre foi assim. Maignascha (1993 apud DELL'ISOLA, 2005), em suas pesquisas ao longo de vinte anos (1970-90), afirma que até o final da década de 80 não havia necessidade de se ensinarem explicitamente palavras e seus significados, pois se acreditava que os aprendizes compreenderiam o vocabulário indiretamente em atividades comunicativas ou gramaticais ou quando liam. Além disso, como mencionado nesse texto, a atenção ao léxico era pouca. O Brasil recebeu grandes contribuições da lexicóloga Maria Tereza Camargo Biderman nessa área. Para ela, “o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação linguística” (1996, p. 27). Qualquer informação tem origem no léxico, combinando signos linguísticos, transformando-os em enunciados e integrando-os à realidade.

O aluno precisa compreender que o contexto do discurso deve ser de conhecimento dos interlocutores para que o processo de comunicação se estabeleça com sucesso. Deve também remeter o enunciado à história e às condições de produção do enunciado. Além disso, é preciso observar a formação dos sujeitos, como o desenvolvimento sociolinguístico e o desenvolvimento psíquico deles, o que interfere no processo de produção/compreensão do texto.

O estudo das palavras nos textos de fins humorísticos

Quando se trata do estudo das palavras, podemos nos direcionar, de um lado, da palavra para os seus sentidos e referentes, do outro, de um significado ou conceito (ou uma entidade referencial) para as diferentes palavras ou itens lexicais que o podem designar (SILVA, 2006), conforme a Figura 1.

Figura 1



Fonte: Adaptado de Silva (2006)

Dessa forma, ao analisar as mudanças pelas quais a língua passa, temos o desenvolvimento de novos sentidos de uma determinada palavra, isto é, a mudança semasiológica, e a expressão de determinado conceito, previamente lexicalizado ou não, por um novo ou diferente item lexical, isto é, a mudança onomasiológica. Essas mudanças têm a função de atribuir um conceito ou uma referência a uma nova forma ou a um novo sentido, assumindo a finalidade denominativa dos processos de formação de palavras, ou, ainda, podem ser motivadas pela busca de maior expressividade no discurso, assumindo a finalidade estilística desse processo de criação lexical.

Podemos encontrar várias dessas criações estilísticas nos textos de fins humorísticos. A maioria deles se aproveita da significação intencional ocasionada pelo jogo de relação entre as palavras para criar o efeito de sentido e levar o leitor ao riso. São várias as criações formais ou semânticas para determinado texto e contexto que o interlocutor pode resgatar por meio da inferenciação, produção e efeito de significados. Como a leitura desses textos exige a percepção do uso de recursos estilísticos de expressão, é esperado que as capacidades a serem desenvolvidas a partir do contato com esses textos tendam a ser mais complexas e demoradas. No entanto, como cada texto pede uma leitura diferente, o grau de facilidade ou dificuldade de uma atividade vai depender do texto proposto. Assim, inferir o sentido de palavras ou inferir informações, por exemplo, são capacidades para serem trabalhadas em todos os níveis de ensino,

o que vai diferenciar é a exigência de conhecimento léxico-sistêmico e de mundo durante a inferenciação, por exemplo. Isso é evidente no humor. A maioria dos textos de fins humorísticos se aproveita da significação intencional ocasionada pelo jogo de relação entre as palavras para criar o efeito de sentido e levar o leitor ao riso. São várias as criações formais ou semânticas para determinado texto e contexto que o interlocutor pode resgatar por meio da inferenciação, produção e efeito de sentidos.

Para que o aluno entenda um texto de fim humorístico, é necessário que ele conheça algumas das características específicas dos textos humorísticos. A principal delas é quebrar o percurso linear da fidelidade textual a fim de provocar o riso. Essa quebra, muitas vezes, acontece com o uso da ambivalência de significações (na linguagem da semântica-lexical), ativada por meio dos *scripts*, na teoria semântica do humor verbal, de Raskin (1985), infringindo a **máxima da relação** entre as **implicaturas conversacionais** de Grice (1957). Logo, podemos observar que textos desse gênero exploram a particularidade do significado, fator para a multissignificação e a polissemia no contexto e na situação comunicativa em que as palavras estão inseridas. Os casos de ambiguidade, presentes nos textos de humor, não podem ser vistos apenas como vícios, mas como fenômenos linguísticos de ambivalência de significados. Com isso, os textos de fins humorísticos em geral contêm algum elemento linguístico com pelo menos dois sentidos possíveis (*script*), um óbvio e um dominante, sendo este o mais relevante para a produção do humor.

Conforme Richards (1976), quando uma criança chega por volta dos doze anos, é de se esperar que tenha adquirido conhecimento sobre a sintaxe da sua língua, que tem pequenas alterações ao longo da fase adulta de acordo com o papel social e o modo do discurso, para atender às necessidades de comunicação e expressão do dia a dia. Já com a aquisição lexical é diferente, pois, como o léxico de uma língua é vasto, constantemente palavras e significados serão adicionados ao vocabulário do falante, por meio da sua interação com outros falantes e com os textos. Todas as atividades que envolvem estudo do léxico têm como consequência a sua expansão.

Assim, as atividades com estudo do léxico em textos de fins humorísticos podem permitir ao aluno reconhecer e explicar efeitos intencionais de sentidos ambivalentes por meio da seleção lexical, a partir de pistas fonológicas, gráficas (imagens e sinais de pontuação), morfossintáticas, semânticas, interdiscursivas e intertextuais, utilizando-se de operações mentais que envolvam conhecimentos prévios de mundo, léxico-sistêmico e textual. Essa decodificação simultânea chama-se **ambivalência**, termo apresentado por Silva (2006, p. 12) para explicar o que acontece no *slogan* “impressão de qualidade”, para publicitar uma determinada fotocopiadora, onde a solução interpretativa do texto não é a negação dos sentidos de ‘impressão’, mas sim a presença de ‘imprimir’ e ‘impressionar’, cujas ações se representam na forma homônima ‘impressão’.

Os efeitos de sentido resultantes da escolha de palavras já existentes

Com tantos acontecimentos favoráveis e não favoráveis em relação à Copa do Mundo este ano no Brasil, os meios de comunicação se povoaram com charges e tiras sobre o assunto. Nesta charge (Figura 2), por exemplo, temos uma cena de uma máquina derrubando uma construção onde ainda moravam pessoas e uma placa ao lado anunciando que naquele local em breve haverá um estádio para sediar os jogos da copa. Nessa cena, temos a relação das palavras ‘os craques da Copa’ com ‘crac’. Quando associamos ‘Copa’ e ‘craque’, é esperado que pensemos nos bons jogadores de futebol. No contexto cultural em que vivemos, não seria necessário fazer um malabarismo mental para associar ‘os craques da Copa’ ao mundo futebolístico, mesmo que na cena não haja diretamente qualquer coisa que remeta a futebol, a não ser o indicativo de que ali seria construído um estádio para ser usado na Copa, logo, para se jogar futebol. Até então, quando lemos a palavra ‘craques’ relacionada à ‘Copa’ podemos resgatar um sentido: ‘jogadores excelentes’. Mas na imagem não há jogadores. “A quais craques a charge se refere?”, poderíamos perguntar para os alunos. No caso, ao barulho que a máquina faz ao quebrar a construção: ‘crac’. A motivação para a mudança lexical de ‘craques’ aconteceu pela similaridade da forma com ‘crac’. Ou seja, o novo sentido de ‘craques’ é decorrente do uso estilístico semasiológico (quando aproveita material lexical existente) análogo com a palavra onomatopaica, cuja atuação está intimamente ligada ao contexto de uso.

Figura 2



Fonte: http://poavive.files.wordpress.com/2011/01/charge_eugenio_copa_crac.jpg

Outra forma de gerar o humor é quando deslocamos a palavra de seu **sentido costumeiro**, isto é, construção mais comum em uma comunidade com sentido comumente a ela associado (FERRAREZI, 2010). Se conseguimos deslocar essas palavras de seu sentido habitual, podemos comprovar que qualquer palavra, assim como qualquer estrutura na língua, é passível de modificação. Nesta charge (Figura 3), vemos um carrinho de mão sendo utilizado de uma maneira diferente do seu uso tradicional, como carregar tijolos. Por causa disso, a cena causa estranhamento antes mesmo de procurar entender do que se tratam os papéis sendo levados no carrinho no lugar de tijolos. Dessa forma, a palavra 'obra' também foge de seu sentido habitual, associado ao cenário da charge, uma vez que quando imaginamos uma obra, dificilmente imaginamos uma construção feita de papéis. Podemos inclusive implicar uma expressão idiomática desse texto, como 'as obras da copa vão ficar só no papel'!

Figura 3



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/-kpUVb5AGr qw/TjMPv5Lg9YI/AAAAAAAAAErM/9f4cHD7nrbQ/s1600/Charge2011-obras_da_copa-715609.jpg

Os efeitos de sentido podem também contar com a ajuda de recursos gráficos, como os sinais de pontuação, sobre uma determinada palavra ou expressão, como acontece com esta charge (Figura 4):

Figura 4



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/-kpUVb5AGrqw/TjMPv5Lg9YI/AAAAAAAAAAErM/9f4cHD7nrbQ/s1600/Charge2011-obras_da_copa-715609.jpg

As aspas indicam o uso irônico da palavra ‘bola’. Para compreender esse texto e identificar a ironia, além do conhecimento de mundo mencionado, é preciso reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso das aspas desfigurando o sentido usual atribuído à bola. A intenção aqui é afirmar que o que rola na verdade é a corrupção.

Sem essa flexibilidade polissêmica, estaríamos lidando com uma língua estática e tendo que memorizar talvez trilhões de itens diferentes, cada uma com o seu significado, sem falar que essa capacidade de inferenciar significações relacionando as palavras umas com as outras não existiria. Cada ação comunicativa seria uma experiência nova e, quando não fosse, seria uma mera repetição de enunciados já utilizados, bloqueando a criatividade lexical. “Uma língua sem polissemia seria útil apenas num mundo sem variação ou inovação, em que os falantes não tivessem de responder a novas experiências nem encontrar símbolos para novas conceptualizações” (TAYLOR, 2002, p. 471).

Os efeitos de sentido resultantes da des/reconstrução do sentido de unidades fraseológicas, convencionais e/ou idiomáticas

Mário Vilela (2002, p. 160) parte do princípio de que uma unidade fraseológica tem importância vital na língua, pois “não se explica pela anomalia, nem pelo desvio ou pela derivação relativamente a uma norma, a um significado lexical literal originário”. Trata-se de interpretações idiossincráticas que cruzam os limites (ou espaços) das palavras. Sua liberdade combinatória remete à “técnica livre do discurso” (COSERIU, 1977 apud VILELA, 2002), que permite relacionar as palavras por meio de suas propriedades sintáticas e semânticas. Isso pode levar à cristalização de termos relacionados, como um verbo e seu complemento, formando estruturas fixas, designadas **frasemas**, **fraseologismos** ou **unidades fraseológicas** que se unirão ao léxico mental. Resumidamente, os critérios para a identificação dessas unidades lexicais são: a **fixidez**, que não permitirá a dissociação desses termos sem destruir o sentido conotativo; a **idiomaticidade** (ou **semântica composicional nova**), onde o significado resultante se difere das definições dos morfemas com os quais são formadas essas expressões, lembrando que essa nova composição não terá correspondência sintática em outra língua; e a **tipicidade semântica e sintática**, por não se combinarem com outras unidades semânticas ou sintáticas sem que interfira na construção da ideia original. Ressaltamos que existem algumas expressões que são convencionais, mas não idiomáticas, pelo seu significado transparente, como em ‘feliz aniversário’, que, “apesar de ser convencionalizada, é possível depreender o seu sentido através da soma de seus constituintes e, portanto, não possui caráter idiomático” (CUNHA; FERRAZ, 2010, p. 72).

Nesta charge (Figura 5), temos a ambivalência no uso da expressão idiomática ‘levar o fumo’, empregada na imagem em seu sentido desconstruído, embora o contexto irônico sugira o sentido convencionalizado.

Figura 5



Fonte: <http://espiritosantornemfoco.files.wordpress.com/2012/04/09-charge-do-dia-15-09-2011.jpg>

O mesmo acontece nesta outra charge (Figura 6), com a expressão 'engolir a seco':

Figura 6



Fonte: <http://www.paulista40graus.com.br/wp-content/uploads/2012/03/charge36.jpg>

E também nesta outra (Figura 7), com a expressão ‘ficar na mão’, quando o personagem que faz a pergunta se refere ao local em que a torcida brasileira vai ficar dentro do estádio.

Figura 7



Fonte: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/blogdovalt/files/2013/02/charge-seg-11-fev.jpg>

Podemos ainda encontrar nas charges o uso de frases especializadas, isto é, uma “combinação de elementos linguísticos, própria a um domínio, [...] relacionados semântica e sintaticamente e para os quais existe uma restrição paradigmática” (BLAIS, 1993, p. 52). ‘Fair Play’ é um termo específico do vocabulário desportivo, usado com frequência no mundo futebolístico, que conceitua um jogo limpo e justo. Neste caso (Figura 8), porém, seu uso está além do jogo e se refere ao comportamento das torcidas, que muitas vezes se leva pela violência.

Figura 8



Fonte: <http://zerohora.rbsdirect.com.br/imagesrc/15225658.jpg?w=620>

Os efeitos de sentido resultantes das criações de palavras

Nesta charge (Figura 9), temos uma nova palavra: ‘Jaburlamos’. A palavra mencionada é uma nova unidade lexical. Trata-se de um neologismo do léxico.

Figura 9



Fonte: <http://www.fabio.campana.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Jaburlamos.jpg>

Ela foi criada exclusivamente para dar efeito de sentido ao texto, desenvolvendo-se a partir de ‘Jabulani’, nome da bola de futebol utilizada na Copa do Mundo de 2010, na África do Sul. Para formar ‘jaburlamos’, foi necessária uma mescla de ‘jabulani’ e ‘burlamos’. Embora esses mecanismos onomasiológicos de formação de palavras sejam característicos de neologismos denominativos, como em nomes de estabelecimentos comerciais, nada os impede de serem usados para motivar a maior expressividade do discurso, formando neologismos estilísticos. Diferentes dos neologismos denominativos, que surgem da necessidade de exprimir conceitos ou nomear realidades novas, os neologismos estilísticos, em alguns casos, não passam de formações efêmeras, uma vez que não serão utilizados por uma comunidade linguística e, por isso, dificilmente serão encontrados nos dicionários de língua. Aparecem na literatura, no discurso humorístico, em manchetes jornalísticas, em noticiários políticos e na publicidade.

Mesmo sendo tão produtivos, os cruzamentos ou mesclagens lexicais são apresentados nos livros didáticos sob formas híbridas, combinando radicais de origens diferentes, já componentes do acervo lexical da língua portuguesa. Diferentes das composições, há uma perda segmental de uma ou das duas bases, que pode ser facilmente recuperada com a inferenciação do novo significado, normalmente de caráter pejorativo. Palavras como ‘chafé’ e ‘sacolé’ fazem parte do cotidiano do aluno e desconsiderar essa realidade é uma das críticas mais frequentes ao ensino tradicional, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, para o ensino do português (BRASIL, 1998).

Ressaltamos que a nossa intenção ao usar esses textos não é veicular alguma ideologia, mas sim mostrar como podemos observar fenômenos linguísticos na produção do humor. Sabemos que esses textos de fins humorísticos, por serem discursos, servem à ideologia, que também é matéria-prima para o efeito de sentido do interdiscurso no acontecimento discursivo. “Possivelmente todas as piadas veiculam, além do sentido mais apreensível, uma ideologia, isto é, um discurso de mais difícil acesso ao leitor”. (POSSENTI, 1998, p. 38). Também, para que as piadas aconteçam, além da criatividade, é preciso que haja um “solo” fértil de problemas fruto da manifestação social que envolve assuntos polêmicos e estereotipados, na maioria das vezes, ligados ao preconceito como acontece com as piadas de português ou de loira. No entanto, como falamos, a nossa intenção é mostrar o jogo de palavras e sentidos no processo de construção do texto.

Considerações finais

A escola deve proporcionar ao aluno a oportunidade de se deparar com essas diferentes intenções e situações de comunicação, tornando-o um sujeito reflexivo sobre os processos e operações da própria língua, por meio de atividades epilinguísticas. Ao longo da vida, o sujeito deve reconhecer as propriedades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas da língua e suas particularidades nos recursos de criação e expressão estilísticos, que se manifestam “no trocadilho, nas anedotas, na busca de efeitos de sentido que se expressam pela ressignificação das expressões e pela reconstrução da linguagem” (BRASIL, 1998, p. 28). Logo, vê-se a importância da análise dos textos humorísticos para a compreensão dos mecanismos do sistema linguístico e para a interação desses mecanismos com o conhecimento prévio do aluno, reconhecendo que essa análise deve ser tanto linguística como extralinguística.

Embora ainda se encontrem nos livros didáticos exercícios com palavras isoladas, descontextualizadas, nos PCN já é recomendado que o trabalho com o léxico na sala de aula não se reduza ao estudo de uma lista de sinônimos. A proposta defende que as palavras não têm significado absoluto, mas que esses significados se constroem no processo discursivo, entre as palavras em jogo na interação discursiva, que influenciará o uso apropriado do léxico ou da sintaxe. O trabalho de compreensão/produção de textos se manifesta a partir de “uma base discursiva, onde os conteúdos diversos ganham, de modo progressivo-recursivo, existência e sentido” (BRASIL, 2002, p. 110).

Vimos também que, para se falar de significação, não há como analisar termos isolados, fora de um texto, de um contexto. Conforme Fregonezi (1994), a linguagem deixa de ser analisada nos limites do enunciado para englobar fatores relacionados à enunciação. Logo, o ensino do léxico não pode ser visto como um repositório onde se despejam palavras novas para o aprendiz. Deve-se conscientizar o aluno dos traços intra e interlinguísticos, semânticos e pragmáticos, que permeiam o funcionamento da língua e atribuem ou desconstruem o significado das ‘coisas’ no mundo, seja de quando se trata do que é novo, do que se está ou esteve em uso. Esses fatores são importantes para a concepção do léxico como a base funcional em que se estrutura a língua.

De maneira ampla, o desenvolvimento da competência lexical deve proporcionar ao aluno a oportunidade de expandir seu acervo lexical e de perceber os vários significados possíveis que as palavras podem apresentar, seja na relação entre elas dentro ou fora de um enunciado. Assim, podemos dizer que a inferência do significado lexical está intimamente ligada ao conhecimento preexistente, a nível linguístico e enciclopédico, dos itens lexicais que rodeiam determinada palavra e/ou da composição morfológica e possibilidades sintáticas e semânticas de uso desta. Conforme Laufer (1986), não há fluência sem uma base sólida de vocabulário; nenhum insumo será abrangente e relevante se o léxico do aprendiz for pobre.

Porém, mesmo com todos esses argumentos, ainda assim é comum na sala de aula a análise gramatical das palavras por meio de sua configuração morfológica e/ou função sintática, apenas, limitando o estudo da palavra. Seria muito bom que este texto chegasse às mãos dos professores, contribuindo para a reflexão do trabalho docente e das metodologias e para a elaboração de materiais didáticos que marcassem consideravelmente a história do ensino da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- _____. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, v. 40, p. 27-46, 1996.
- BLAIS, E. Le phraséologisme. Une hypothèse de travail. **Terminologies Nouvelles**, v. 10, Bélgica, RINT, 1993. p. 50-56.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª série do Ensino fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica Semtec. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Parte II – Linguagens Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/Semtec, 2000.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica Semtec. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/Semtec, 2002.
- CUNHA, A. L.; FERRAZ, A. P. Expressões idiomáticas na sala de aula de língua materna: o tratamento dessas unidades lexicais no livro didático. In: ALVES, I. M.; JESUS, A. M. R. de; OLIVEIRA, L. P. de; PEREIRA, E. S. (Org.). **Estudos lexicais em diferentes perspectivas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2010, v. II, p. 70-78.
- DELL'ISOLA, R. L. P. **O sentido das palavras na interação leitor <-> texto**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.
- FERRAREZI Jr., C. **Introdução à Semântica de Contextos e Cenários: de la langue à la vie**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- FREGONEZI, D. E. A formação permanente do professor de língua portuguesa. In: Seminário do Gel- Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 1994, São Paulo. **XXIII Anais de Seminários do GEL**. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 705-711.
- GRICE, P. **Meaning**. *Philosophical Review*, v. 66, n. 3, p. 377-388, 1957.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a Posição dos Advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do Português Falado – v. I: A ordem**, 2002.
- LAUFER, B. **Possible changes in attitudes towards vocabulary acquisition research**. *IRAL*, v. 24, n. 1, 1986.
- MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum – Português**. Anos finais do Ensino fundamental e Ensino Médio. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais: 2007.
- PONTES, A. L.; SANTIAGO, M. S. Crenças de professores sobre o papel do dicionário no ensino de língua portuguesa. In: COSTA DOS SANTOS, F. J. (Org.). **Letras plurais: crenças e metodologias do ensino de línguas**. Rio de Janeiro: CBJE, 2009, v. 50, p. 105-123.
- POSSENTI, S. **Os Humores da Língua: Análise Lingüística de Piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RASKIN, V. **Semantic Mechanisms of humor**. R. P. Company. Holland, 1985.
- RICHARDS, J. The role of vocabulary teaching. **TESOL Quaterly**, v. 10, n. 1, p. 77-89, 1976.
- SILVA, A. S. **O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.
- TAYLOR, J. R. **Cognitive Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- VILELA, M. **As expressões idiomáticas na língua e no discurso**. Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto, v. 2, 2002, 159-189. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2002.
- XATARA, C. M.; SOUZA, V. C.; MORAES, A. C. A aquisição do vocabulário básico e a competência lexical. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 19-28, 2008.

LÉXICO E DICIONÁRIOS



DICCIONARIO DA LINGUA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA A MEMÓRIA DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA

Estefânia COSTA

Introdução

A palavra “léxico”, identificada semanticamente como “dicionário”, foi registrada pela primeira vez no português como *lexicon*, no século XVI. É originária do Grego tardio *lexikón (bíblion)*, de *léxikós*, adjetivo de *lexis* “palavra” (CUNHA, 1987).

O léxico se relaciona com o processo de nomeação e cognição da realidade: ao dar nome aos seres e objetos, o homem os classifica. Biderman (2001, p. 14) considera que “o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos, que simbolizam os referentes”. A autora caracteriza o léxico de uma língua natural como patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo da sua história. Esse patrimônio, para as línguas de civilização, constituiria “um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras”. Desta forma, os modelos formais dos signos linguísticos preexistem, portanto, ao indivíduo. A autora esclarece que, no seu processo individual de cognição da realidade, o falante incorpora o vocabulário nomeador das realidades cognoscentes juntamente com os modelos formais que configuram o sistema lexical.

No mundo contemporâneo, segundo Biderman (2001), está ocorrendo um crescimento geométrico do léxico português e das línguas modernas de modo geral, em virtude do gigantesco progresso técnico e científico, da rapidez das mudanças sociais provocadas pela frequência e intensidade das comunicações e da progressiva integração das culturas e dos povos, bem como da atuação dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações. É o léxico o único domínio da língua que constitui um sistema aberto, já que tem possibilidades infinitas de expansão, diversamente dos demais, fonologia, morfologia e sintaxe, que constituem sistemas fechados. Contudo, salienta a autora, cada comunidade humana que forja o seu instrumental linguístico para designar conceitos novos utiliza o modelo linguístico herdado por seu grupo social. Assim, os termos técnico-científicos são gerados com base na lógica da língua em questão, segundo os padrões lexicais nela existentes. Excetuam-se os empréstimos linguísticos, muito frequentes no mundo contemporâneo, sobretudo anglicismos, que se vêm propagando por todas as línguas, em virtude do papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos na contemporaneidade. De fato, o inglês tornou-se a língua universal da ciência e da tecnologia.

Como vimos, as mudanças sociais, culturais, técnico-científicas, entre outras, acarretam alterações nos usos vocabulares. Além de receber neologismos, de poder resgatar termos para voltarem à circulação com a mesma e com diferentes denotações, o léxico de uma língua ainda pode ter palavras marginalizadas, outras que entram em desuso ou que desaparecem. A criatividade lexical dos falantes possibilita que eles criem e recriem de acordo com suas necessidades sociointeracionais.

A língua reflete a cultura da sociedade, servindo de meio de expressão e interação social para o mundo que a cerca.

Atualmente, o estudo da palavra ou o estudo do léxico é dividido em três grandes áreas: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. De acordo com Biderman (1998, p. 7-8),

Embora complementares entre si, essas áreas possuem objeto de estudo, metodologia e pressupostos teóricos distintos. Enquanto a primeira ocupa-se dos problemas teóricos que embasam o estudo do léxico, a segunda está voltada para as técnicas de elaboração dos dicionários, para o estudo da descrição da língua feita pelas obras lexicográficas. Já a terceira área tem como objeto de estudo o termo, a palavra especializada, os conceitos próprios de diferentes áreas de especialidades.

Como se viu, embora enfoquem o léxico, seu objeto de estudo, de formas distintas, essas três áreas têm como principal finalidade a descrição desse mesmo léxico.

Neste artigo, discorreremos sobre a Lexicografia, dando ênfase a um de seus produtos: o *Diccionario da Lingua Brasileira*.

A Lexicografia

A Lexicografia é conhecida como a ciência dos dicionários. Biderman (2001) relata que essa, assim como a Lexicologia, é uma atividade antiga e tradicional, iniciando-se nos princípios dos tempos modernos. A autora ressalta que, embora tivesse precursores nos glossários latinos medievais, essas obras não passavam de listas de palavras explicativas para auxiliar o leitor de textos da antiguidade clássica e da Bíblia na sua interpretação. Biderman (2001) aponta como início da Lexicografia os séculos XVI e XVII, com a elaboração dos primeiros dicionários monolíngues e bilíngues (latim e uma língua moderna). O *Vocabulario Portuguez e Latino*¹ de Raphael Bluteau (1712-1728) e o *Diccionario da Lingua Portuguesa*² de Antonio de Moraes Silva (1789)³ são citados por ela como os primeiros dicionários em língua portuguesa dignos do nome.

A análise da significação das palavras, segundo Biderman (2001), tem sido o objeto principal da Lexicografia. A autora ainda ressalta que entre nós é recente o advento de um fazer lexicográfico fundamentado numa teoria lexical e com critérios científicos.

Dicionários

A Lexicografia divide-se em duas grandes áreas: Lexicografia prática e Lexicografia teórica. A primeira se ocupa da descrição do léxico e tem como um de seus principais objetivos produzir obras de referência, como dicionários, vocabulários e glossários. Já a Lexicografia teórica, também chamada de Metalexicografia, dedica-se a todas as questões ligadas aos dicionários, como história, problemas de elaboração, análise, uso, entre outros.

A palavra “dicionário”, segundo Cunha (2007, p. 263), tem sua origem provavelmente do francês *dictionnaire*, derivado do latim medieval *dictiōnārĭum*, de dictiō-ōnis, ou seja, livro de dictiones, “livro de expressões e palavras.” O dicionário é visto geralmente como um objeto de consulta, como uma obra de referência à disposição dos leitores nos momentos de dúvida e de desejo de saber.

Nunes (2006, p. 11) aponta que

[...] por consistir em um espaço imaginário de *certitude*, sustentado pela acumulação e pela repetição, [...] constitui um rico material para análise dos modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas. Nele as significações não são aquelas que se singularizam em um texto tomado isoladamente, mas sim as que se sedimentam e que se apresentam traços significativos de uma época.

Dessa forma, o dicionário alcança o estatuto de um código normativo que define parâmetros orientadores dos usos lexicais. Segundo Krieger et al. (2006), o dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas – constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade linguística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se

1 BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. v. 1 a 8.

2 MORAES SILVA, A. de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

3 A primeira edição data de 1789, mas como era uma edição resumida do *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau, Moraes não insere seu nome como autor da obra. Ele a denomina *Diccionario da Lingua Portuguesa* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro (BIDERMAN, 1984). Na segunda edição, de 1813, o nome de Moraes já é indicado como autor da obra.

constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico.

Hoje contamos com diversos dicionários. Eles podem objetivar registrar uma parcela maior ou parcial do léxico, focando, por exemplo, em um determinado tema ou nos usos de uma dada região. Podem se dedicar às fraseologias, à língua escrita, à gíria ou à língua falada. Podem ser caracterizados como descritivos, registrando como os itens lexicais são usados na realidade ou como prescritivos, determinando de que maneira palavras e expressões deveriam ser empregadas, ou criticando seu uso. Podem ser ainda monolíngues (uma só língua), bilíngues (duas línguas), trlíngues (três línguas) ou multilíngues.

Por todos esses papéis, apontam Krieger et al. (2006), o dicionário converte-se no testemunho, por excelência, da constituição histórica do léxico de um idioma, bem como da identidade linguístico-cultural das comunidades.

O saber lexicográfico no Brasil

No Brasil, segundo Nunes (2010), o saber lexicográfico se inicia com os primeiros escritos sobre o país. Havia comentários sobre as significações de palavras indígenas e listas de palavras português-tupi e tupi-português. Este material propiciou, aos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII, a elaboração dos primeiros dicionários brasileiros, que eram bilíngues. Essa produção objetivava não somente o conhecimento da língua dos indígenas, mas também servia como ferramenta para a catequese, o que justifica o discurso religioso neles presente.

Baseando-nos em Botelho (2011), podemos citar como principais dicionários bilíngues do período colonial:

a) *Vocabulário na Língua Brasileira*. Dicionário anônimo que circulou pelas missões e colégios jesuítas do Brasil na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII. São conhecidos vários manuscritos desse dicionário, que não foi publicado integralmente senão em 1938, por Plínio Ayrosa. Essa obra traz a representação de uma unidade do espaço linguístico brasileiro: a chamada “língua brasileira”, a que Anchieta se refere também como “a língua mais falada na costa do Brasil” e foi elaborado com o interesse prático de ensinar aos missionários a língua indígena a fim de converter os nativos.

b) *Dicionário Português-Brasileiro*. Dicionário publicado em Lisboa, em 1795. O percurso que vai desde o seu manuscrito até sua edição reflete a substituição da prática jesuítica, banida do país em 1759, pela prática editorial e de arquivo que vem marcar o final do século XVII e início do XVIII. Essa prática foi acentuada com a chegada da imprensa ao Brasil e com a política linguística promovida pelo Império.

c) Manuscrito do *Dicionário Brasileiro-Português* de Frei Veloso e o manuscrito do *Vocabulário na Língua Geral*, de Frei Prazeres do Maranhão (1826), primeiros dicionários língua indígena-língua portuguesa.

Alguns estudiosos brasileiros (Gonçalves Dias, Ferreira França, Prazeres do Maranhão) e estrangeiros (Martius, Platzman), ainda de acordo com Botelho (2011), realizaram compilações de dicionários dos jesuítas no Brasil, acrescentando ou suprimindo termos, atualizando o corpo dos verbetes, introduzindo comentários gramaticais ou mesmo reduzindo os dicionários de caráter enciclopédico a glossários termo a termo. Podemos incluir, entre as obras produzidas nesse contexto, a *Chrestomathia da Língua Brasileira*, de Ferreira França (1859), e o *Dicionário da língua geral Brasileira: português e alemão*, inserido na *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de Martius (1863).

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, e com as reformas Pombalinas, que introduziram as concepções iluministas em Portugal e no Brasil, o discurso religioso cede espaço para o discurso das ciências, das leis e do Estado.

Nesse contexto, surge o *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1789), considerado pelos lexicógrafos uma obra fundadora da lexicografia de língua portuguesa. Produzido pelo brasileiro Antonio de Moraes Silva, serviu de base para a confecção de outros dicionários em Portugal e no Brasil. Nessa obra, inicia-se a inserção de palavras tipicamente brasileiras, embora essa prática fosse ainda distante da realidade da época. Firmou-se como importante referência no século XIX e até no XX.

Moraes Silva tomou por base o *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, e resumiu os oito volumes daquele a apenas dois, mantendo a orientação de seu antecessor de exaltar os grandes autores de língua portuguesa. A obra teve oito reedições ainda no século XIX.

Ainda no século XIX, surge aquela que teria sido a primeira obra desse gênero escrita, editada e impressa no Brasil, o *Dicionário da Língua Brasileira* (DLB), de Luiz Maria da Silva Pinto. Esse dicionário ficou praticamente desconhecido dos pesquisadores até fins do século XX. Mais informações sobre essa obra foram arroladas na seção “O *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto”.

Mesmo com essas importantes contribuições do século XIX para a história lexicográfica brasileira, segundo Krieger et al. (2006, p. 174), é o século XX que representa um marco histórico da lexicografia brasileira, “definida mais pelos registros do Português do Brasil (PB) do que pelo lugar geográfico de publicação”.

Considerar que a lexicografia do século XX é inaugural, aponta Krieger et al. (2006) não significa esquecer que a consciência sobre a emergência da dicionarização do léxico usado no Brasil, envolvendo questões da identidade linguística do país, seja fato exclusivo desse período. Ao contrário, reconhecem as autoras, que o século XIX já é cenário da problemática de reconhecimento do PB e de sua inter-relação com iniciativas lexicográficas pioneiras.

De fato, de acordo com Biderman (2002), a primeira tentativa de descrever o vocabulário brasileiro⁴ foi feita por Antônio Joaquim Macedo Soares⁵. Ele seria o primeiro dicionarista a descrever o português brasileiro se sua obra tivesse sido publicada integralmente no século dezenove. Contudo, só a primeira parte, a letra C, foi publicada em 1888. Seu dicionário contém definições claras e precisas bem como informações de natureza fonética e etimológica.

Apesar desse tipo de iniciativa, as obras voltadas ao registro de brasileirismos no século XIX caracterizaram-se por funcionar “como complementos dos dicionários portugueses” (NUNES, 2006, p. 205). Em contraponto, uma lexicografia autônoma é fato apenas do século XX. Nunes (2013?) aponta os anos 30 como ano de aparecimento dos primeiros dicionários gerais brasileiros, citando os dicionários de Freire, *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*⁶, de 1939-1944, e o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*⁷, de Barroso e Lima de 1938. O autor reforça que os dicionários gerais brasileiros só se estabelecem definitivamente nos anos 1960-1970, quando substituem os dicionários portugueses, passando a ser mais utilizados que aqueles. Para ele, os dicionários de Silva⁸, que teve sua primeira edição em 1962, e Ferreira⁹, de 1975, são dois dos mais representativos desse último momento. É bem recente, portanto, a constituição dos grandes dicionários monolíngues brasileiros.

O “Dicionário da Língua Brasileira”, de Luiz Maria da Silva Pinto

O DLB é considerado a primeira obra lexicográfica escrita, editada e impressa no Brasil. Isso ocorreu na Antiga Vila Rica, atual Ouro Preto – MG, em 1832, na “Typographia de Silva”, pertencente ao autor Luiz Maria da Silva Pinto. Sobre o DLB, Hallewell (2005, p. 129) expõe:

O primeiro livro que sabemos ter sido impresso em Ouro Preto, após 1807, foi uma coleção das *Leis do Império do Brasil*, publicada em 1833, por um impressor chamado Silva. No entanto, o Atlas Cultural do Brasil (dirigido por Arthur Cezar Ferreira Reis, Brasília, Fename, 1972) cita a impressão, em 1832, do DLB, por Luís Maria da Silva Pinto.

4 *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*: elucidário etimológico crítico: das palavras e frases que, originárias do Brasil... (1875-1888).

5 Nasceu em 14 de janeiro de 1838, na vila de Maricá, província do Rio de Janeiro. Em 1855, formou-se em Teologia, mas não tendo vocação para a vida religiosa, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Atuou como advogado e juiz de direito até a Proclamação da República. Com a organização da Justiça, foi nomeado, em decreto de 26 de novembro de 1890, Juiz da Corte de Apelação. Ingressou no Supremo Tribunal Federal, sendo nomeado Ministro, em decreto de 25 de janeiro de 1892; tomou posse a 29 do dito mês. Tomou assento na Assembleia Legislativa de sua província natal e foi agraciado, por D. Pedro II, com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa, em decreto de 30 de novembro de 1866. Muito ilustrado, perfeito conhecedor das teorias e práticas do Direito, foi um grande cultor das letras; seus numerosos e apreciados trabalhos jurídicos e literários são testemunhas do seu talento, virtudes e aprofundados estudos. Faleceu em 14 de agosto de 1905, na cidade do Rio de Janeiro. (SUPREMO TRIBUNAL ELEITORAL).

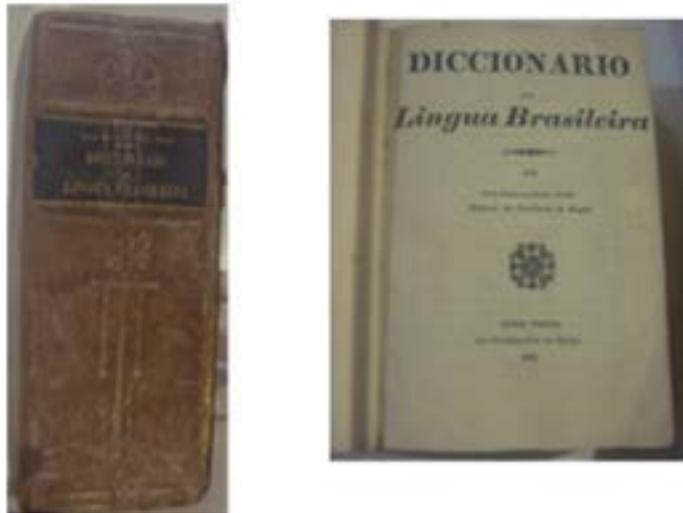
6 FREIRE, L. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: A Noite S.A, 1957.

7 BARROSO, G.; LIMA, H. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

8 SILVA, A. P. e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado* (em cinco volumes). São Paulo: Melhoramentos, 1969.

9 FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Figura 1 – Lombada e folha de rosto do DLB



Fonte: Acervo fotográfico pessoal

Além do DLB, a Typographia de Silva também publicou documentos oficiais do Governo.

Nunes (2013?) lembra-nos que o *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, apesar de ser considerado o primeiro monolíngue da língua portuguesa, foi publicado em Lisboa em 1813 e que, ainda que Moraes seja um autor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, seu dicionário se filia diretamente à tradição portuguesa, em um momento em que os brasileiros realizavam estudos em Portugal.

Silva Pinto nasceu em Pilar de Goiás, em 15 de março de 1775 e faleceu em 20 de dezembro de 1869, na antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, aos 94 anos de idade.

De acordo com a Academia Goiana de Letras, o autor, após passar a infância em sua terra natal, seguiu com a mãe e a irmã para Vila Rica, onde foi batizado por Tomás Antônio Gonzaga. Além de se dedicar a vários cargos políticos durante sua vida, Silva Pinto também trabalhou com a arte de imprimir.

O DLB é um dicionário monolíngue, portátil, criado com a proposta de facilitar o manuseio, e de garantir um preço mais acessível. Podemos extrair essas informações no prefácio do dicionário. O próprio Silva Pinto reconheceu a raridade de dicionários no nosso idioma, embora houvesse outras edições, como a de Antonio de Moraes Silva. Nunes (2006) ratifica Silva Pinto quando ressalta que este tipo de obra é relativamente recente na nossa cultura:

[...] os dicionários monolíngues que visam ao aprendizado da língua materna são relativamente recentes, datando do século XVI, momento em que se formam os estados nacionais. Foram necessários, portanto, muitos séculos para se chegar à concepção moderna do dicionário como instrumento que se utiliza para (re) conhecer a própria língua. (NUNES, 2006, p. 12).

O DLB é um dicionário semasiológico, ou seja, parte do significante para se chegar ao significado ou a um conceito. Na organização dos verbetes, Silva Pinto insere ao lado de cada entrada a classe gramatical a que pertence a palavra; em seguida, acrescenta a definição de forma mais objetiva se compararmos com autores anteriores como Moraes Silva, no seu *Diccionario da Lingua Portugueza*. Silva Pinto praticamente não utiliza exemplos para ilustrar as definições como alguns autores faziam e ainda fazem. Registra os diferentes níveis de linguagem especificando quando é vulgar, baixo, plebeu, familiar, palavra antiquada etc. No entanto, o dicionarista não justifica o emprego dessa nomenclatura, não deixa claro o que considera um termo antiquado, por exemplo. Identifica terminologias científicas da área jurídica, da médica, da militar, entre outras, mas podemos observar que não há um rigor metodológico no emprego desses recursos, fato compreensível, no entanto, uma vez que a ciência lexicográfica brasileira estava apenas se iniciando.

Fazendo uma pequena análise do prefácio do DLB, podemos fazer algumas considerações. Segundo Nunes (2006), os prefácios são fontes importantes de estudo, especialmente no que se refere às condições de produção, porque

trazem a voz do lexicográfico situada em um determinado contexto. Entretanto, ele ressalta que considerar apenas o prefácio não é suficiente, uma vez que

[...] o texto dicionarístico tem uma história que foge ao controle subjetivo do lexicográfico organizador e muitas vezes não coincide com que o discurso dos prefácios estabelece. Deste modo, a análise do texto dicionarístico (dos verbetes) permite explicitar os traços da posição do lexicográfico, questionando-se a evidência ou a neutralidade das definições, das exemplificações, das marcações etc., e relacionando-as com o lugar que o lexicográfico ocupa em uma formação social. (NUNES, 2006, p. 20).

Pela análise do prefácio do DLB, nota-se que o locutor aparece em primeira pessoa do singular, explicando o motivo da elaboração da obra: “a raridade do Diccionario do nosso Idioma embora hajão diferentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muito outros Lexicographos, me sugerio o projecto de imprimir este auxiliante da Grammatica, e da Ortographia” (SILVA PINTO, 1832, p. 5, grifo do autor).

Os consulentes do DLB são assinantes do dicionário. Isto é comprovado na seguinte passagem escrita por Silva Pinto (1832, p. 5): “O numero dos Srs. Assignantes¹⁰ desta, e mais Províncias do Império excedeo ao que parecera preciso para segurar as despesas [...]”.

Ainda no prólogo do DLB, Silva Pinto esclarece que a elaboração do dicionário foi um “esforço patriótico” e solicita aos “Srs. Amantes da Litteratura Nacional se dignarem enviar quaesquer Notas sobre vocabulos ommissos, e definições inexactas, ao Editor no Ouro Preto”.

Segundo Frieiro (1955), o DLB caracterizava-se por uma compilação apressada feita pelo próprio impressor, que também editou, para uso das escolas de primeiras letras, outros volumes, a saber: *Ortografia ou Arte de escrever* (1829), *Aritmética ou Arte de Contar* (1831), *Princípios da moral cristã* (1846) e *Gramática brasileira ou arte de falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro* (1847).

Sobre a produção do DLB, Frieiro (1955) afirma:

[...] embora se intitulasse Dicionário da língua brasileira, nada tinha que ver com a fala dos aborígenes nem com as particularidades da língua corrente no Brasil. Era um pequeno léxico da língua portuguesa, com alguns escassos brasileirismos, colhidos provavelmente em Moraes e Silva (FRIEIRO, 1955, p. 393).

De fato, enquanto Moraes apresenta séries de entradas pertencentes a uma mesma família de palavras e oferece ao leitor as variadas acepções de um mesmo vocábulo, Silva Pinto, em geral, expõe apenas uma ou duas acepções e suprime exemplos e abonações. Entretanto, essa espécie de resumo não mascara a importância histórica do DLB.

Sobre as lexias que compõem o DLB, Silva Pinto (1832, p. 5) escreve: “cumpria consultar todos os Vocabulários áo alcance, para com effeito dar o da Lingua Brasileira; isto é, comprehensivo das palavras e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Indios, como se presumira”.

Em relação à escolha do título do dicionário, Frieiro (1955, p. 393) expõe:

[...] achando-se os brasileiros ainda na lua de mel da independência nacional, o espírito nativista, então muito alvoroçado, não se contentava unicamente com a autonomia política: almejava romper todos os laços que ainda nos atavam à repudiada Metrópole, inclusive o liame infrangível da língua materna. Como não era possível fabricar uma, com peças totalmente novas, chamava-se *brasileira* à língua que, sem deixar de ser a portuguesa, é de qualquer forma também a nossa.

10 Os dicionários eram impressos por subscrição.

Segundo Coelho (2012), O DLB não reivindica, explicitamente, autonomia para o português falado na América tampouco faz menção direta a qualquer nível de emancipação do “idioma brasileiro”. A autora ainda ressalta que o dicionário de Silva Pinto não procura registrar exclusividades, isto é, um léxico somente empregado no Brasil.

No entanto, apesar de estar aparentemente afastado dos projetos literários e linguísticos que animaram o século XIX, essa obra, para a autora, oferece rico registro de variantes do português que se usava àquela época no país. Ela ainda expõe que, curiosamente, parece ter sido decisivo para esse registro o fato de o autor ocupar-se da tipografia: das soluções gráficas e da organização de seu texto é que emergem dados sobre a diversificação da língua portuguesa no Brasil.

Considerações finais

Este trabalho procurou discorrer brevemente sobre o *Diccionario da Lingua Brasileira* (DLB), considerado a primeira obra lexicográfica escrita, editada e impressa no Brasil. Tecemos considerações sobre o léxico, dando ênfase a uma das três áreas que o estudam: a lexicografia. Posteriormente, abordamos um pouco da história dos dicionários brasileiros, enfocando o DLB.

Conforme vimos, este dicionário ficou praticamente desconhecido pelos pesquisadores até fins do século XX. Desta forma, estudos que levem em consideração essa obra, poderão trazer elementos para os estudos lexicográficos brasileiros, contribuindo para a memória desse campo de estudo do léxico, pois, como disserta Nunes (2006), os dicionários têm uma história, constroem e atualizam uma memória, reproduzem e deslocam sentidos.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. A Ciência da Lexicografia. *Alfa*, São Paulo, v. 28 (supl.), p. 1-26, 1984.

_____. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

_____. **Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no Português do Brasil. In: NUNES, J. H; PETTER, M. (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas; Campinas: Pontes, 2002.

BOTELHO, R. **A terminologia náutica no Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COELHO, O. F. **Diccionario da Língua Brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/392>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FRIEIRO, E. Um velho dicionário impresso em Minas. In: _____. **Páginas de crítica e outros escritos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

KRIEGER et al. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do Português do Brasil. *Alfa*, v. 50, n. 2 São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1418>>. Acesso em: 9 ago. 2012.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Dicionários**: história, leitura e produção. 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>>. Acesso em: 12 dez 2013.

_____. **Dicionário, sociedade e língua nacional**: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. (2013?). Disponível em: <<http://www.coresmarcasefaldas.pro.br/adm/anexos/11122008004925.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SILVA PINTO, L. M. da. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

UM ESTUDO SOBRE O CAMPO SEMÂNTICO “ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO” DENTRO DOS DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES E BILÍNGUES PORTUGUÊS/ITALIANO

Fábia Mendes da SILVA

Introdução

A língua constitui o sistema comunicativo mais conhecido e antigo da história, por meio do léxico expressamos nossa realidade e a percepção do mundo que nos cerca, fazendo com que conheçamos as práticas de uma determinada sociedade. “É a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem”. (BIDERMAN, 1998, p. 88).

A necessidade de comunicação, inerente ao homem, motiva fenômenos de linguagem como o surgimento de novas unidades lexicais que acompanham a época de cada civilização. Para cada objeto materializado é preciso um significante que o defina como signo linguístico fazendo com que as palavras surjam, desapareçam e/ou se alterem dentro de um sistema vivo que compreende o ato comunicativo.

Como dito anteriormente, para cada época há uma mudança quanto ao privilégio ou detrimento de vocábulos usados, enfocando uma preferência determinada pela escolha das variedades dispostas dentro do “léxico virtual” de uma língua, fato que nos permite manter uma comunicação eficaz. Toda comunicação é resultado de uma transmissão de mensagens eficazes, ou seja, que atinjam um objetivo comum (BALBONI, 2007). Assim como alguns vocábulos soam estranhos para uma nova geração que os desconhece, outros são criados para classificar elementos e objetos que se destacam no século XXI, muitas vezes levando o usuário da língua à criação de termos específicos motivados pelo surgimento de novas e diferentes formas de se referir aos objetos que os cercam.

Tendo em vista o período histórico e cultural vigente, é facilmente notável uma tendência de humanização dos chamados “PETS”, ou animais de estimação. Junto a essa nova realidade, vista claramente por meio da imprensa, do surgimento de revistas e artigos voltados exclusivamente a esse tema, notamos também um aumento no número de produtos e adereços que fazem parte do cotidiano de pessoas que trabalham e/ou que estão envolvidas neste meio e, que muitas vezes, esbarram em traduções que não condizem com a forma de uso da língua.

Dentro desse panorama cultural, o seguinte artigo tem por objetivo principal analisar a discriminação destes novos termos usados atualmente quando nos referirmos aos animais domésticos dentro de dicionários bilíngues e monolíngues, comparando definições das palavras em língua italiana e em língua portuguesa considerando parâmetros relacionados à lexicografia e à terminologia.

Para tal processo contamos com o auxílio dos dicionários monolíngues de língua portuguesa: *Dicionário eletrônico da língua portuguesa* (versão 3.0) e *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio (versão 5.0) e monolíngues de língua italiana: Vocabolario Treccani* (versão on-line), *Dizionario italiano De Mauro* (versão eletrônica). Serão analisados também dicionários bilíngues **português/italiano e italiano/português** para avaliarmos como os equivalentes de tradução são definidos em tais dicionários, dentre eles foram escolhidos: *Minidicionário Michaelis (versão on-line)* e *Dicionário escolar WMF – italiano/português – português/italiano* (versão impressa, editora Martins Fontes).

Justificativa e escolha dos lemas

Dentro dessa área de especialidade, contamos com um número razoável de equivalentes de tradução que não correspondem ao uso real da língua causando, muitas vezes, dificuldade de compreensão do texto, ou da unidade lexical, buscada pelo consulente. Constatou-se essa informação depois da compilação e da pré-análise de um *corpus* eletrônico coletado em *sites* italianos e brasileiros que abordavam a questão dos animais domésticos enfocando os cuidados a eles oferecidos quanto à higiene, alimentação e convívio com os seres humanos.

Os vocabulários de língua portuguesa: comedouro, ração e cuidar foram escolhidos por se destacarem dentro dos textos coletados para este fim e serão contrastados quanto às suas formas e seus equivalentes dentro dos dicionários bilíngues e suas definições dentro dos dicionários monolíngues, sendo feitas as devidas observações a partir da teoria geral da lexicografia, metodologia dicionarística e lexicografia técnica teórica.

Fundamentação teórica: A linguagem de especialidade

Dentro dos estudos do léxico temos a ciência voltada à pesquisa de termos relacionados a uma determinada área de conhecimento, intitulada terminologia. Quando usamos a nomenclatura “termo” nos referimos a lexias pertencentes à determinada área própria de um campo linguístico. Em um sentido mais restrito, temos acepções distintas para atividades e técnicas distintas que se restringem dentro de seus discursos a fim de facilitar a comunicação entre as pessoas a ele envolvidas. Assim, temos a linguagem específica que faz menção à informática, à música, ao teatro, ao direito, dentre tantas outras. Cabré (1992, p. 245) diz que “A atividade terminológica integra operações de coleta, sistematização e apresentação dos termos de uma determinada área do saber ou da atividade humana”.

Contudo, não podemos dizer que todo o vocabulário voltado ao tratamento dos animais de estimação seja considerado um termo, a palavra “cachorro” é um exemplo disso, pois faz parte do léxico geral da língua. Por outro lado, também não podemos ignorar o fato de que um dos requisitos para a existência de uma linguagem especializada é a necessidade de novos léxicos para novas realidades que tem um foco distinto dependendo do tempo e dos indivíduos de uma sociedade. Aubert (1996, p. 27) entende que linguagem de especialidade é todo o conjunto de marcas lexicais, sintáticas, estilísticas, e discursivas que tipificam o uso de um código linguístico qualquer estando em um ambiente de interação social centrado em uma determinada atividade humana. Para o êxito da interação social é necessário que as pessoas envolvidas no discurso compreendam o uso da linguagem aplicada, no nosso caso, demarcada pelo seu conteúdo lexical.

Palavras como *lettiera* (areia usada para depositar os excrementos dos gatos domésticos) e ronronar (barulho emitido pelo gato doméstico para demonstrar afeição), já fazem parte de uma área especial que tem tido um notável crescimento e merece um estudo detalhado quanto ao seu tratamento em obras de grande porte como os dicionários. Hoffman (2004, p. 81) afirma ser a linguagem de especialidade o conjunto de todos os recursos linguísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nela trabalham. Por isso, neste trabalho as nossas unidades lexicais em análise serão tratadas como vocábulos especializados e não como termos, pois para o verbo “cuidar” nós temos outras definições fora de nosso contexto aqui tratado, que fazem parte da língua geral.

Entretanto, não parece fácil delimitar uma fronteira entre linguagem comum e linguagem de especialidade, nem parece existir um consenso sobre quais os fenômenos linguísticos que as diferenciam. Sanroman (2001 apud HERNANDES, 2002) advoga que alguns linguistas e terminólogos valem-se, erroneamente, da distinção entre língua geral ou comum e língua de especialidade, para se referirem aos objetos de estudo da lexicografia e da terminologia, ou seja, a lexicografia se ocupa das unidades lexicais da língua comum e a terminologia das unidades especializadas ou terminológicas. Essa designação e definição são equivocadas, segundo o autor, porque, assim como aponta Rey (1979 apud MARZÁ, 2012, p. 100), terminologia e lexicografia de domínios especiais são ciências díspares e que não devem ser confundidas.

Sendo assim, podemos dizer que a Lexicografia Especializada é uma teoria embasada, especialmente, nos pressupostos de Cabré (1993) a partir da proposta da TCT – (Teoria Comunicativa da Terminologia) e da constatação de que faltava à Terminologia um aspecto mais voltado para a comunicação e de Marzá (2011 e 2012), para quem a Lexicografia Especializada pode ser entendida como a Terminografia, mas num aspecto mais amplo, de base linguística e comunicativa e que, por sua vez se sustenta em três pilares básicos: linguagem de especialidade, Terminologia (entendida a partir da TCT de CABRÉ, 1999) e Linguística de Corpus.

Muitos signos linguísticos surgem junto ao objeto que se pretende nomear, mas grande parte das linguagens especializadas se origina do léxico comum e passa a obter um sentido exclusivo quando entra em contato com determinada área científica, profissional, dentre outras já mencionadas. Muitas vezes, temos uma única unidade lexical que delimita duas acepções, uma dentro da língua especializada e outra dentro da língua natural sendo de conhecimento geral dos usuários do sistema linguístico; é plausível dizer que a terminologia faz parte da língua natural e vice-versa.

De um lado, também nas línguas naturais, a capacidade de moldar ao longo do tempo experiências e conceitos coexiste com a necessidade de marcar os objetos de um mundo solidamente estruturado em uma experiência compartilhada. A terminologia de especialidade, em outros termos, se insere naturalmente na terminologia natural e a prolonga em um território mais específico. Por outro lado, os léxicos especializados não são simples nomenclaturas, isto é, rótulos fixados no objeto e conceitos identificados independentemente, mas uma estratégia de denominação e de conceitos que nascem no uso com o impulso de tarefas funcionais não muito diferentes, apesar de, certamente mais controladas e regulamentadas, do que àquelas que caracterizam as línguas naturais. (BERTACCINI et al., 2005, p. 3, tradução nossa).¹¹

Tendo em vista a polissemia de unidades lexicais voltadas tanto às áreas de conhecimento geral quanto às áreas de conhecimento específico, é importante reconhecê-las dentro de seus contextos de uso e do campo linguístico da qual fazem parte. A terminologia mantém uma estreita relação com as aplicações práticas de princípios políticos, teóricos e sociais, não há dúvidas de que a unidade lexical “balanço” tenha uma acepção voltada à atividade econômica, porém, é necessário que se reconheça outros léxicos temáticos¹² dentro de obras de referência como os dicionários, a fim de relacioná-los ao nosso contexto atual devolvendo-os ao uso da língua.

O papel do dicionário e a definição lexicográfica

Sendo uma obra de referência, o dicionário tem como principal objetivo registrar o léxico de uma língua. Sabe-se que o registro de todas as variações linguísticas e as unidades lexicais não se sustentam em uma única obra, nem mesmo àquela chamada Thesaurus¹³, mas sabe-se também que uma nação é representada por uma língua que marca a sua identidade e sua particularidade tendo, com isso, a necessidade de uma obra que detenha sua memória lexical e registre a forma como suas entidades são nomeadas de acordo com a peculiaridade de cada grupo social.

Elaborar uma obra que carrega em si tanta responsabilidade é uma tarefa árdua que precisa ser minuciosamente estudada, talvez seja por essa razão que os conceitos que envolvem a definição lexicográfica são divergentes e pouco precisos, pois não há uma única regra e ordem a seguir. Quando o assunto é lexicografia (concretização da obra) cabe ao lexicógrafo, ou ao dicionarista, a escolha dos lemas e do tipo de verbete que integrarão sua obra. Dentro do verbete a ordenação dos elementos que compõem a definição faz parte de sua microestrutura e geralmente são contidas por: etimologia, pronúncia, ortografia, categoria gramatical, sinônimos e antônimos e exemplos de usos. As informações que se referem ao corpo da obra como: número de verbetes, anexos e suplementos fazem parte de sua macroestrutura. A escolha dos elementos contidos tanto na macro como na microestrutura variam de acordo com o público alvo pensado por seus elaboradores antes da materialização do trabalho.

A problemática maior se encontra na elaboração de dicionários bilíngues, pois nem todas as palavras lexicais de um idioma contêm um equivalente fiel de tradução da língua de partida e necessitam de um conceito e de

11 Da un lato, anche nelle lingue naturali, la capacità di modellare nei tempi lunghi esperienze e concetti coesiste con la richiesta perentoria di mettere etichette agli oggetti di un mondo saldamente strutturato in un'esperienza condivisa. La terminologia di specialità, in altri termini, si innesta naturalmente su una terminologia naturale, e la prolunga in un territorio più specifico. Dall'altro, i lessici specialistici non sono semplici nomenclature, cioè etichette incollate su oggetti e concetti identificati indipendentemente, ma strategie di denominazione e di concettualizzazione che nascono nell'uso, sotto la spinta di compiti funzionali non molto diversi, anche se certamente più controllati e regimentati, di quelli che caratterizzano le lingue naturali.

12 A nomenclatura **léxico temático** é empregada por Krieger sendo sinônimo de léxico especializado.

13 Biderman (1984) considera um Thesaurus obras que contenham acima de 100.000 verbetes.

um contexto de uso para que o usuário saiba, de fato, o significado real do item pesquisado. “Um dicionário bilíngue procura a equivalência e não visa, em primeiro lugar, definir. Esse tenta traduzir com fidelidade e literalmente, mas deixa a decisão da escolha apropriada para o tradutor”. (BARNSTONE, 1933, p. 115 apud SCHMITZ, 1998, p. 163).

Encontrar termos equivalentes em uma determinada área de especificidade não é uma tarefa simplória, por isso existem dicionários técnicos e específicos voltados ao uso dessas terminologias. Porém, neste trabalho veremos que muitas vezes algumas definições atrapalham a compreensão do leitor. Ao optar pela lematização¹⁴ dessas palavras como entrada¹⁵ seria melhor que as definições partissem de uma pesquisa baseada em Linguística de Corpus que comprova o seu uso dentro de um contexto. Segundo Sardinha (2004, p. 3) “a Linguística de Corpus ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”. Por meio de ferramentas computacionais podemos verificar a frequência do uso de determinadas palavras que se destacam pela convencionalidade, ou seja, pela sua aplicabilidade contextual.

Análise dos dicionários bilíngues

Há uma resistência por parte dos professores de língua estrangeira quanto ao uso dos dicionários bilíngues devido a alguns problemas constatados principalmente quanto às suas equivalências. É compreensível que nem todas as lexias são passíveis de tradução e, muitas vezes, a adaptação da tradução dos vocábulos torna seu uso ainda mais obsoleto.

Supondo a necessidade de se traduzir ou entender um texto no qual o tema se volte aos animais domésticos, um aprendiz de língua italiana, que se encontra no nível básico do idioma, recorre aos dicionários bilíngues diante de uma suposta dificuldade quanto ao vocabulário apresentado nas acepções dos dicionários monolíngues. Segundo Marengo (2010, p. 194, tradução nossa), “todas as pesquisas sobre o uso dos dicionários, por parte dos estudantes mostravam e ainda mostram que, mesmo indo de encontro aos métodos de aprendizagem, os dicionários bilíngues, de dimensão média a pequena, permanecem sendo os mais usados pelos aprendizes de segunda língua”¹⁶. Este é um fator preocupante se levarmos em conta que, nossa primeira lexia a ser analisada “comedouro” que se refere ao recipiente, encontrado em formatos e materiais diversos, usado para fornecer o alimento aos PETs já não aparece como entrada em nenhum dos dois dicionários bilíngues analisados, sendo uma palavra que faz parte do cotidiano de pessoas que lidam com animais. A falta desta informação prejudica a compreensão do indivíduo quanto ao texto e põe em dúvida o critério usado pelos lexicógrafos quanto à seleção dos lemas usados dentro da obra. Por isso, na maioria dos casos, há uma resistência por parte dos professores quanto ao uso deste tipo de material.

Passando para a análise do segundo verbete “ração” constatamos sua existência dentro das duas obras bilíngues, porém em uma delas o equivalente se mostrou totalmente equivocado. O *Minidicionário Michaelis* apresenta somente a tradução “razione” para a palavra, neste caso o consulente não tem nem ao menos a chance de contestar seu uso e admite a forma como correta, já que o dicionário carrega consigo o estigma de uma obra detentora de uma aparente verdade absoluta por ser acervo da língua escrita, um modelo de linguagem considerada de prestígio. Mesmo tendo a função social de relatar o uso real da língua, nem sempre isso é possível devido a vários fatores, dentre eles, a posição de cada lexicógrafo quanto a lematização ou não de palavras consideradas de baixo calão. Segundo Biderman (1998, p. 165), “a escrita é conservadora e evolui lentamente, sendo socialmente valorizada, o que não ocorre com a oralidade, considerada fala livre, sem compromisso, pouco policiada”.

14 Segundo Welker (2004) lematizar significa arrolar no dicionário como lema, como entrada, dar ao lexema a forma que ele costuma ter como entrada, no caso dos verbos, por exemplo, a forma no infinitivo.

15 Para entrada considerar a noção de lematização, isto é, cada verbete disposto dentro da obra lexicográfica.

16 *Tutte le inchieste sull'uso dei dizionari da parte degli studenti mostravano e mostrano che, a dispetto del bando dai metodi di insegnamento, i dizionari bilingui di dimensioni medio -piccole rimanevano e rimangono quelli più usati dagli apprendenti di una L2.*

A escolha dessas palavras gramaticais se deu pela imprecisão de seus equivalentes e de suas definições dentro da área de estudo explorada, constatada dentro de um *corpus* coletado via *web*. Nos textos previamente analisados foi visto que “*razione*” não é o termo mais utilizado para esse alimento específico dos animais, apresentando somente duas ocorrências. Seu uso dentro do tema referido é totalmente errôneo, pois para os italianos tal vocábulo indica algo que se reparte com a finalidade de diminuir algo em porções¹⁷. O segundo modelo de dicionário Bilingue *Diccionario escolar WMF* oferece dois significados e tem como subentrada a definição: (alimento para animais) *Mangime*. Neste caso, se o consulente estivesse à procura de um termo que correspondesse ao alimento destinado somente a animais encontraria esta segunda opção.

Quanto às relações paradigmáticas, os dicionários bilíngues não costumam indicar, com exceção de alguns muito extensos, que indicam também sinônimos (e por vezes antônimos) na língua de destino, e em menor grau, parônimos, hipônimos e nomes genéricos. Entretanto, é necessário que o usuário obtenha o máximo de informação. De fato, ao traduzir um texto, é importante que o tradutor veja que possíveis sinônimos ou palavras afins existam na língua de destino e que se pergunte por que o autor do texto que tem que traduzir, escolheu precisamente uma determinada unidade léxica entre todas as possibilidades em tal contexto. (HAENSCH, 1982, p. 517, tradução nossa).¹⁸

No nosso exemplo, a tradução mais aceita verificada nos textos de estudo, em revistas especializadas e em embalagens próprias deste alimento seria *mangime*, porém nenhuma fonte de consulta mostrou a maior ocorrência vista nos nossos textos de língua italiana, foi observado no *corpus* a expressão “*cibo per i cani*” ou “*cibi per i gatti*” como principal correspondente de ração, a mesma palavra que usamos para nos referir à “comida”, em língua portuguesa. A falta desta informação em ambos os dicionários acarreta em uma tradução, ou interpretação, de má qualidade.

O terceiro termo a ser apresentado, a unidade lexical “cuidar” também apresenta colocações relevantes quanto ao seu modo de apresentação dentro das obras avaliadas. O *Minidiccionario Michaelis* apresenta o equivalente *Badare, trattare di* como primeira acepção, mas não apresenta um contexto de uso que facilitaria definir a aplicação de um ou de outro equivalente.

O *Diccionario escolar WMF*, ao contrário do anterior, traz também o equivalente *curare e prendersi cura di*, mencionando contextos de uso que deixam explícita sua aplicação, inclusive com um uso dentro do nosso tema abordado: *tenere (de,-): ele cuida dos filhos “lui bada ai figli”; cuidou do meu cachorro “mi ha tenuto Il cane”*. Nesse exemplo fica claro que, ao se referir a animais, o verbo *badare* não é o mais recomendado, fato também constatado no nosso *corpus* de estudo por apresentar frequência zero. O *corpus* apresentou a locução verbal “*prendersi cura*” como a mais apropriada.

Ao consultar o segundo dicionário, o consulente observa a diferença entre dizer “*badare ai figli*” e “*badare ai cani*”, esta última colocação não condiz com o uso real da língua, fato não demarcado no *Minidiccionario Michaelis*. O verbo *tenere* tido no exemplo “*mi ha tenuto il cane*”, apresenta baixa frequência no *corpus*, mas, ainda assim, por trazer esta marcação, se mostra mais eficaz quanto ao seu emprego.

Dicionários monolíngues língua Portuguesa

Passaremos à análise dos dois maiores modelos de dicionários padrão de língua Portuguesa, o *Houaiss* e o *Aurélio*. Para Biderman (1984, p. 27), “esse tipo de obra é um instrumento de orientação aos seus consulentes sobre os significados e os usos das palavras e os auxilia na expressão de suas ideias e sentimentos com a maior precisão e

¹⁷ Esta afirmação pôde ser constatada após a pesquisa do verbete nos dicionários bilíngues Treccani, De Mauro e Garzanti.

¹⁸ *En cuanto a las relaciones paradigmáticas, los diccionarios bilingües no las suelen indicar, con excepción de algunos muy extensos que indican también sinónimos (y a veces antónimos) en la lengua de destino, y en menor grado, parónimos, hipónimos y nombres genéricos. Sin embargo, es deseable para que el usuario obtenga el máximo de información. En efecto, al traducir un texto, es importante que el traductor vea que posibles sinónimos o palabras afines existen en la lengua de destino y que se pregunte por que el autor del texto que tiene que traducir escogió precisamente una determinada unidad léxica de entre las otras posibles en tal contexto.*

propriedade possíveis, utilizando o tesouro léxico que a língua põe à disposição dos falantes do idioma”.

Ambas as obras são intituladas como Thesaurus por incluírem numerosos lexemas e termos que geralmente não seriam empregados na língua comum (WELKER, 2004, p. 43), além de contarem com mais de 200.000 entradas nas suas últimas edições. Atendo-se para a unidade lexical “cuidar”, apresentam uma definição coerente incluindo contextos de uso, porém nenhuma delas se volta aos cuidados com animais de estimação. Esta ausência de designação quanto ao tema aqui proposto é explicável pelo fato de usarmos, na língua portuguesa, o mesmo verbo tanto para pessoas quanto para animais, o que não ocorre na língua italiana, como pudemos constatar.

No segundo caso, a entrada “ração” já apresenta uma acepção que diverge do esperado. Ambos apresentam fatores positivos como: mais que uma acepção e contextos de uso, porém nenhum deles apresenta a primeira definição como alimento destinado a animais (o que seria mais plausível dentro do uso da palavra). O *Dicionário Aurélio* cita os animais, mas os inclui aos humanos, o que causa uma estranheza por parte de um consulente aprendiz de língua portuguesa, por exemplo. A obra *Houaiss* menciona os animais somente na terceira acepção. É sabido que existem suplementos alimentares chamados de “ração humana”, mas, qualquer nativo, convencionalmente, associaria a palavra “ração” a um animal e não a um ser humano. Ainda no estudo deste lema, chamamos a atenção para a sua terceira definição dentro do *Dicionário Eletrônico Aurélio*: “A porção de alimento que deve cobrir as necessidades de manutenção de um animal, e assegurar sua eficiência em termos econômicos”.

O Brasil está em segundo lugar no *ranking* com maior população de animais domésticos perdendo somente para os EUA, segundo a ANFAL PET (Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Pequenos Animais) são 27,9 milhões de cães, 12 milhões de gatos e 4 milhões de outros PETs. É claramente nítido neste exemplo que os animais fazem parte do mercado econômico brasileiro, porém, não se mostra nítido que esta menção seja exclusivamente dedicada aos animais de estimação, podendo referir-se a animais de competição, como os cavalos, por exemplo.

Diferente dos dicionários bilíngues aqui citados, a unidade léxica “comedouro” tem sua forma lematizada tanto no *Houaiss* quanto no *Aurélio*. Ambos trazem em sua primeira definição a palavra “comedouro” como sinônimo de comestível, sem exemplos de uso. A definição mais coerente, nos dois casos, é a número dois: “Lugar onde os animais silvestres vão comer” (*Aurélio*), “Local onde costumam comer os animais selvagens” (*Houaiss*).

Pode-se notar, com esses exemplos, a delimitação do uso do objeto somente para proporcionar alimento aos animais silvestres ou selvagens, sendo que, na realidade, o seu uso é muito mais amplo quando nos referimos aos animais domésticos. Já que o lexicógrafo optou por demarcar uma espécie exclusiva de animal que faz uso deste tipo de utensílio, seria interessante que esta escolha fosse baseada nos traços linguísticos mais frequentes da língua, evidenciando seu uso real.

Dicionários monolíngues língua Italiana

Este último tópico de dicionários monolíngues italianos contam com a rapidez e a eficácia do espaço virtual. O dicionário Treccani¹⁹ está disponível em versão *on-line* e inclui em seus verbetes definições enciclopédicas, aumentando a possibilidade de escolha e de entendimento do léxico completando a construção do seu sentido. O *Dicionário De Mauro* também se encontra na rede, porém sua versão *on-line* foi desativada em 2009 e o consulente deve fazer um *download* gratuito para obter acesso aos dados da obra. “O objetivo dos dicionários online para os alunos de hoje deve ser, portanto, aproveitar ao máximo todas as possibilidades que a tecnologia nos oferece, inclusive o recente desenvolvimento da linguística”.²⁰ (MARELLO, 2010, p. 203, tradução nossa).

Dada uma breve descrição dos dicionários monolíngues de língua italiana abordados, começaremos a analisar os possíveis e, mais prováveis, equivalentes de tradução para os lemas escolhidos. Só foi possível chegar a esses equivalentes, após suas ocorrências dentro do *corpus* de estudo compilado para esse propósito, pois, vimos acima

¹⁹ Disponível em: <<http://www.treccani.it/vocabolario/>>.

²⁰ “L’obiettivo dei dizionari in rete per apprendenti oggi deve dunque essere quello di sfruttare appieno tutte le possibilità che la tecnologia ci mette a disposizione e che la linguistica in tutte le sue sfaccettature ha recentemente sviluppato”.

que, somente a consulta em dicionários bilíngues não seria suficiente para exemplificar a definição devida para nossos vocábulos.

Para a lexia “cuidar”, o dicionário bilíngue nos remetia, erroneamente, ao equivalente *badare*, que não apresenta nenhum exemplo de uso na qual entendamos tratar-se também do tratamento destinado aos animais domésticos. O *Dicionário Treccani* traz um sinônimo para o verbo na sua primeira acepção: “*Attendere a qualche cosa, averne cura*”. O *Dicionário De Mauro* traz lematizada a expressão a qual vimos ser a mais relevante: “*prendersi cura di*”, mas os exemplos de uso são insuficientes para o consulente perceber que somente esta forma verbal é usada quando estamos dentro deste contexto mencionado. No caso da segunda obra, a lematização acontece somente com a unidade léxica *cura* e apresenta a expressão como subentrada dentro do verbete: “*prendersi c. di qualcuno o di qualche cosa, occuparsene attivamente, provvedere alle sue necessità, alla sua conservazione*”. Assim sendo, somente com a ajuda do *corpus* poderíamos chegar à tradução apropriada.

No segundo caso, ao consultar o dicionário bilíngue *Michaelis*, o usuário se depararia somente com um equivalente: *razione*, caso consultasse o *Dicionário escolar WMF*, teria a forma *mangime* como própria a animais. Ambos os lexemas foram procurados dentro das obras monolíngues, o *Dicionário Treccani* mostra o uso da palavra como alimento destinado aos animais, assim como o *Aurélio*, remete seu uso também a pessoas, diferente do *De Mauro* que não designa a quem é apropriado este tipo de alimento, somente o descreve sem fazer menção a quem utilizar. Porém, os dois exemplares definem *mangime* como alimento destinado somente aos animais, no primeiro caso a animais de fazenda, chamados *bestiame*, e no segundo caso também aos animais domésticos.

Enfim, chegamos à análise da última unidade léxica: “comedouro”. Em primeiro lugar, seria impossível chegar a esse equivalente sem recorrer ao *corpus*, pois, como foi visto, a palavra não é lematizada nos dicionários bilíngues, sua definição nos dicionários monolíngues também carece de informações quanto ao tipo de objeto que buscamos. Devido a sua ocorrência no *corpus*, sabemos que é este o vocábulo que se usa, em língua italiana, para designar um recipiente específico dos animais, todavia, nenhuma das obras aqui presentes mencionou este uso, com exceção de uma delas, o *Dicionário De Mauro*, que traz no corpo do verbete a seguinte nota de uso: “*versa la zuppa nella ciotola, la ciotola del cane*”, foi a única menção vista na qual temos uma constatação do uso desta palavra lexical também quando nos referimos aos animais de estimação. Um tradutor que não tivesse a ajuda de um *corpus* poderia ter certa dificuldade em encontrar sua correspondência adequada já que os dicionários não oferecem esta informação primordial para o entendimento de nosso contexto.

Considerações finais

Foi possível notar, no decorrer do artigo, que as obras de referência, aqui abordadas, não estão bem claras quanto às suas definições dos vocábulos de especialidades voltados aos animais de estimação, ainda que esse seja um assunto atual e evidente não só para especialistas da área, mas também para o público em geral.

Sabemos que existem obras destinadas somente à linguagem de especialidade, os chamados dicionários especializados, e não é nossa pretensão esperar que encontremos todas as palavras lexicais que fazem parte do nosso sistema linguístico dentro de uma só obra, nem mesmo àquelas intituladas Thesaurus, porém, o que se espera, é que haja uma definição nítida das entradas propostas, com contextos de uso e exemplos, para que o consulente não se perca durante sua consulta e acabe tomando decisões equivocadas.

Guerra (2003) ratifica a necessidade de um *corpus* representativo do qual extrair as frequências das acepções. Dentre os dicionários bilíngues o exemplar *Dicionário escolar WMF*, mesmo sem o auxílio de *corpora* eletrônico, se destacou por apresentar na sua acepção exemplos de uso e mais de uma definição para que o tradutor pudesse escolher aquela que lhe fosse mais apropriada, como o caso da palavra “ração”; talvez este fato se explique por se tratar de uma obra recente (2013) que considera a frequência do léxico para a escolha das entradas e suas definições. É importante ressaltar que o espaço destinado a tais constatações nos permitiu o tratamento de somente três lexias voltadas ao nosso campo de pesquisa que, futuramente, pode vir a ser ampliado verificando, como feito aqui, suas acepções dentro de outras obras de referência.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. **Estudos Linguísticos**, Franca, v. XX, p. 182-189, 1991.
- BIDERMAN, M. T. C. **Dimensões da palavra. Filologia e linguística portuguesa**. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 81-118.
- BENEDETTI, C. I. **Dicionário escolar WMF**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BERBER SARDINHA, T. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A.**, São Paulo. v. 16, n. 2, p. 323-367, ago. 2000.
- CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. **Alfa**, São Paulo, n 55.
- _____. La terminología: representación y comunicación. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 1999. p. 109-127.
- CORDA, A.; MARELLO, C. **Lessico Insegnarlo e impararlo**. 2. ed. Perugia: Guerra, 2012.
- CORINO, E.; MARELLO, C. Dizionari bilingui in rete e la rete come corpus: due facilitatori della produzione scritta in lingua straniera In. CAON, F. **Facilitare l'apprendimento dell'italiano L2 e delle lingue straniere**. Torino: UTET Università, 2010. p. 192-205.
- DE MAURO, T. De Mauro Paravia online. **Il dizionario della lingua italiana**. 2000.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 5.0. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.
- GUERRA, A. M. M. (Coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2003. p. 55-59.
- HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 513-524.
- HOFFMAN, L. Conceitos básicos da linguística das linguagens especializadas. **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, n. 17, p. 79-90, out. 2004.
- IRIARTE SANROMÁN, Á. **A Unidade Lexicográfica. Palavras, Colocações, Frasemas, Pragmatemas**. 2000. 393f. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2000.
- KRIEGER, M. G & FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia, teoria e prática**. São. Paulo: Contexto, 2004.
- MARELLO, C.; RAPARO, A. **Guida all'uso del vocabulário della Lingua Italiana**. Bologna: Zanichelli, 1997.
- MARELLO, C. **Valico – Studi di linguistica e didattica**. Perugia: Guerra Edizioni, 2009. p. 225-244.
- MARZÁ, N. E. Lexicografía Especializada y Lenguajes de Especialidad: Fundamentos teóricos y metodológicos para la elaboración de diccionarios especializados. **Lingüística**, v. 27, p. 98-114, 2012.
- OLIVEIRA, A. M. P., ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
- PÉREZ HERNANDEZ, M. C. Terminografía y lexicografía (3.3). Explotación de los corpóra textuales informatizados para la creación de bases de datos terminológicas basadas en el conocimiento. **Málaga**, v. 18, 2002.
- PRANDI, M. Lessico naturale e lessici di specialità: tra descrizione e normalizzazione. In: Terminología, traducción y comunicación especializada. **Actas del Congreso Internacional**, 11-12 de octubre 2007 – Verona, Fiorini, Verona, 2008. p. 359-386.

POLITO, A. G. **Minidicionário Michaelis italiano-português/português-italiano**. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

SCHIERHOLZ, S. J. **Lexicografia de especialidade e terminografia**. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (Org.). *As ciências do léxico*. v. VI, Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. p. 371-396.

SCHIMTZ, J. R. A problemática dos dicionários bilíngues. In: OLIVEIRA, A. M. P., ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p. 159-168.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Oxford: Oxford University Press, 1996. Version 6.

TAGNIN, S. E. O. **O Jeito que a Gente Diz**. São Paulo: Disal, 2005.

TRECCANI.IT. **L'enciclopedia italiana**. Disponível em: <<http://www.treccani.it>>. Acesso em: 08 out. 2013.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZUCCHI, A. M. T.; CASINI, C. “Fai attenzione in questo!” – Apprendenti brasiliani di italiano lingua straniera di fronte a distrattori basati sui loro errori. In: CORINO, E.; MARELLO, C. **Valico – Studi di linguistica e didattica**. Perugia: Guerra Edizioni, 2009. p. 225-244.

COMPARAÇÃO ENTRE FORMAÇÕES ROMÂNICAS EM –MENTO

Érica Santos Soares de FREITAS

Embora haja diversos estudos sobre sufixos, sabemos que grande parte se limitou, no geral, em relacionar os significados individuais assumidos ao longo do seu desenvolvimento. Com muito menos intensidade debruçou-se sobre sua genealogia, suas origens e muitas das suas características, não apenas as semântico-funcionais.

Sem dúvida, permanecerá um problema extremamente difícil e, na maior parte, insolúvel encontrar os motivos pelo quais uma língua modificou, por exemplo, o significado de um sufixo, expandindo ou limitando seus elementos semânticos ou banindo-lhe completamente o primeiro sentido atribuído. Pode-se, no entanto, ordenar suas modificações, de acordo com a sua sucessão temporal, a fim de apresentar, desse modo, alguns indícios para o processo de determinada língua.

No âmbito das pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português (GMHP)²¹ e do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP)²², ambos liderados pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro, nosso estudo debruça-se nos aspectos diacrônicos, semânticos e etimológicos do sufixo latino *-mentum* e dos derivados pelos seus equivalentes nas línguas românicas pesquisadas neste artigo, as quais compartilham o Latim em sua gênese, norteando-se pelo conceito de que o significado da base das palavras analisadas é diferente do significado do sufixo derivacional e da acepção da palavra formada pela derivação por meio deste, conforme aponta Viaro (2006).

Neste artigo, cruzaremos as datações de algumas palavras derivadas pelo sufixo latino *-mentum* em algumas línguas românicas, indicadas com a mesma etimologia latina. No modelo proposto por nós, é necessário que o étimo ocorra em pelo menos duas línguas, a fim de compararmos as datas dos empréstimos. Nossa hipótese, nessas ocorrências, é não haver em duas ou mais línguas românicas o mesmo empréstimo latino, uma vez que tende a ocorrer primeiro em uma das línguas, e desta, passar a outras.

A linguagem é uma herança social e sua história estende-se por séculos; desta forma, o estudo detalhado de seu funcionamento só pode ser feito sob um olhar diacrônico. Para a Filologia Românica, o método mais profícuo é o histórico-comparativo, por analisar o *terminus a quo* (base latina) para se chegar ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do latim). Outros métodos focam especificamente o resultado das línguas românicas, por estudá-las sincronicamente. Assim, estabelece-se uma relação de sincronia e diacronia harmoniosa, possível somente na romanística, por se conhecer sua origem (impossível, por exemplo, na germanística ou eslavística), tornando o campo românico um laboratório vasto para pesquisas e experimentações de novas metodologias, regidas pelos princípios da indução.

Para Saussure (2013 [1916], p. 13), a linguística pretende:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

21 Grupo de pesquisa situado em <<http://www.fllch.usp.br/dlcv/lport/gmhp.html>>, cadastrado no CNPq <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0067802A7Q03YV>>. Acesso em: 10 out. 2013.

22 <<http://www.usp.br/leginf/resol/r6398m.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

A fim de encontrarmos as formas originárias de palavras sufixadas em *-mento*, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões, colhemos seus dados e os comparamos entre si, a partir de algumas línguas românicas: Francês, Castelhana, Italiano e Português, além do Inglês, resgatando algumas formas não registradas no latim ou verificando entre elas alguns empréstimos, justificando sua correspondência, pois *es indiscutible que el método comparativo, con todas las restricciones que se imponem a su respecto, enriquece y precisa nuestros conocimientos del latín popular* (VÄÄNÄNEM, 1971 [1967], p. 48). Neste artigo, apresentaremos alguns dados resultantes de nossa pesquisa, os quais identificam possíveis caminhos para uma etimologia mais precisa dos elementos formados por tal sufixos nas línguas apontadas.

Contexto histórico

Para contextualizarmos as línguas analisadas neste artigo, faremos um breve percurso histórico da língua latina às românicas, desde sua origem e formação da língua. Em seguida, apresentaremos a justificativa do método utilizado para análise.

Etimologicamente, o termo ‘românico’ deriva de ‘romano’, gentílico de ‘Roma’, cujos habitantes eram chamados de ‘*Romani*’ em oposição aos habitantes da região do Lácio, ‘*Latini*’, e posteriormente a outros povos do Império Romano. Essa população, inicialmente pequena e dispersa em vários povoados, agrupou-se entre os séculos IV e VI a.C. por motivos religiosos; a partir do século III a.C, impôs-se sobre os demais povos, aumentando a distinção entre ‘latino’ e ‘romano’.

Linguisticamente, todos os que falavam Latim no Império Romano eram chamados ‘romanos’; por conseguinte, surgiu a denominação ‘*Romania*’, que designava o conjunto de territórios onde se falava Latim, e depois, as línguas românicas. Após a queda do império romano, os termos ‘*Romanus*’ e ‘*Romania*’ restringiram-se ao campo linguístico e cultural. O adjetivo ‘*Romani*’ designava os que falavam uma língua derivada do Latim; o advérbio ‘*Romanice*’ ganhou significado de ‘língua vulgar’ (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 33).

Para Bassetto (2010), o significado cultural da expressão ‘*Romana Lingua*’ mostra a existência de novas línguas distintas do Latim, como registra o texto “Juramentos de Estrasburgo”; há, ainda, o termo ‘*romanicu*’, que remete à ideia cultural e linguística românica, e ‘*romance*’, que passou a designar as variedades linguísticas do Latim.

No Português, por exemplo, de ‘*romancium*’, do Latim medieval, originou-se ‘romance’. Na Idade Média, esse termo passou a designar as obras literárias escritas nas línguas românicas, muitas ao alcance do povo, os quais não tinham acesso às escritas em Latim, visto serem restritas aos mais cultos. O termo teve um alargamento semântico no final do século XVI, passando a designar não somente a língua utilizada, mas também o próprio texto escrito: o movimento romântico firmou-se como estilo, originando novos campos semânticos ao redor de ‘romano’.

A denominação ‘România’ foi utilizada em regiões do antigo Império Romano; é o caso da Romênia, cujo nome do país se derivou diretamente desse conceito. Há ainda algumas alterações metonímicas do termo, como ‘*român*’ com o sentido de pastor e escravo, e muitos derivados, restringindo seus exemplos ao Português: romagem, romanceiro, romanesco etc. Deste modo, é clara a influência exercida por Roma, não só como capital política, mas também religiosa, indicando ser esse o mundo com o qual a Filologia Românica se relaciona (KREFELD, 2004).

Línguas românicas

Conforme Vidos (2001) e Malkiel (1993), Schuchardt concluiu que não era possível chegar a uma classificação científica para distinguir as línguas românicas, dado não haver critérios adequados. Embora haja diferenças significativas para serem nomeadas irmãs, elas possuem a mesma natureza, mesma origem, não há estabelecimento de classes no sentido próprio do termo. Outros autores, como Diez (1973 [1874]), Ernout (1953, [1926]), Maurer Jr. (1951), Meillet (1948), Meyer-Lübke (1926), dentre outros, também propuseram diversas classificações, tanto para

línguas quanto para dialetos, mostrando quão relativo é o assunto, ainda que seja baseado em critérios linguísticos.

Com tantas hipóteses, de acordo com Krefeld (2004), Amado Alonso, em sua obra “Estudos Linguísticos” (1953), propôs a România Contínua, em que buscou novos critérios: partindo do caráter ibérico ou gálico do catalão, chegou à conclusão de que as línguas de ambos os lados dos Pirineus apresentam um parentesco especial na fonética, na gramática e no léxico, ou seja, o Catalão, o Aragonês, o Gascão e o Provençal. Também chegou a dois critérios: grau de latinização inicial e grau de fidelidade posterior à tradição latina; no segundo, leva em conta a época da latinização, a distância em relação a Roma, nível cultural do povo conquistado, resistência oposta à penetração da cultura latina, variação do esforço do colonizador romano, entre outros.

Alonso apontou também um valor relativo na divisão de România Oriental e Ocidental; isola o Romeno e o Dalmático, que constituem o ramo oriental a partir do século IV, e inclui o Italiano nas línguas ocidentais. Também separa o Francês a partir do século VI, por ter sofrido influência dos francos, germanos sem romanização anterior, fazendo que esta se afaste do Provençal, Catalão, Castelhana (KREFELD, 2004; BASSETTO, 2010; MEIER, 1973).

Todos estes aspectos são observáveis nos *corpora* obtidos e nas análises feitas nas línguas escolhidas para este trabalho: observamos uma separação, por exemplo, do Francês, em relação a demais línguas pesquisadas, pois há um mecanismo diferente não somente na construção das palavras, mas também na relação semântica entre elas; além disso, a língua francesa torna-se étimo para as demais na maioria dos casos observados. O Romeno é uma língua que obtém por empréstimo as palavras derivadas em *-ment* e sua produção ocorre por meio do alomorfe *-mânt*, de forma não tão produtiva²³. O Italiano, ao lado do Português e do Castelhana, possui muitas derivações em comum.

Método histórico-comparativo

A linguagem é uma herança social e sua história estende-se por séculos, por isso, acreditamos que um estudo detalhado de seu funcionamento feito sob um olhar diacrônico vai ao encontro do que pesquisamos. Para este trabalho, valemo-nos do método histórico-comparativo, visto que por meio dele podemos determinar o *terminus a quo* (base latina) para chegarmos ao *terminus ad quem* (línguas resultantes do Latim). Assim, estabelecemos uma relação harmoniosa entre sincronia e diacronia, empregada na romanística, por conhecermos a origem das línguas (mais complexa, por exemplo, na germanística ou eslavística), tornando o campo românico um laboratório vasto para pesquisas regidas pelos princípios da indução.

A Filologia Românica tem como objeto as línguas e dialetos românicos, ou seja, aqueles que se originaram do Latim. Se uma palavra existe em várias línguas românicas, é possível indicar com precisão sua forma no Latim vulgar: ‘**excappare*’ (forma suposta do Latim vulgar, ainda não encontrada em uma fonte escrita que a comprove) > *escapar* (Português, Castelhana, Catalão e Provençal), *échapper* (Francês), *scappare* (Italiano) e *scăpa* (Romeno). Caso algum fenômeno seja apresentado particularmente em uma ou outra língua, não é possível generalizá-lo, somente afirmar que talvez seja um caso isolado, ainda que possa ter sua origem no Latim.

Deste modo, utilizamos neste artigo o método histórico-comparativo, em razão de o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* utilizados como *corpus* deste trabalho serem bem conhecidos e documentados. Esse método é aplicável a grupos de línguas genealogicamente comuns, como as românicas. Por meio dele, a partir da comparação das línguas românicas Francês, Castelhana, Italiano, Português e Romeno, será possível verificar entre elas empréstimos, justificando sua correspondência, pois “*es indiscutable que el método comparativo, con todas las restricciones que se imponen a su respecto, enriquece y precisa nuestros conocimientos del latín popular*” (VÄÄNÄNEN, 1971 [1967], p. 48). A fim de encontrar suas formas originárias, determinar seus metaplasmos, verificar seus significados, formação de novos campos semânticos e outras questões, seus dados foram colhidos e comparados entre si.

23 Por esse motivo, neste artigo apresentamos somente exemplos de verbetes romenos com a forma do sufixo *-ment*, ainda que existam, nesta língua, quase que integralmente por empréstimo francês.

Portanto, esta pesquisa norteou-se pelo comparativismo, ou seja, pela técnica de pesquisa na gramática histórica por meio da comparação das palavras e estruturas gramaticais de línguas que possuem uma origem comum, com o objetivo de estabelecermos a origem, o étimo e a precisão da datação das palavras latinas derivadas em *-mentum* em algumas línguas românicas (Francês, Italiano, Castelhana, Português e Romeno).

Análise de datações

As línguas podem alterar-se num mesmo tempo, ou seja, podem apresentar variações ocorridas devido a alguns fatores específicos. Logo, não podemos impor o certo e errado quando se trata de desenvolvimento de uma língua; este estudo histórico, como qualquer outro estudo científico, por meio da indução, permitirá a elaboração de material essencial para a descrição e explicação diacrônica, principalmente etimológica, de sufixos da língua portuguesa.

Parece coisa extremamente fácil distinguir palavras derivadas de palavras primitivas quando se trata de exemplos [...] que não requerem especial cultivo da inteligência [...]. São entretanto numerosos os casos em que transparece menos lúcida a relação entre o termo derivado e o derivante, sendo necessário algum estudo para se perceber a filiação. Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o pensamento geral do vulgo e o facto encarado à luz da pesquisa científica (SAID ALI, 1930, p. 3).

Analisamos alguns aspectos em palavras formadas pelo sufixo derivacional latino *-mentum*, a fim de comprovarmos os aspectos semânticos relevantes do sufixo no Latim e nas línguas derivadas deste, no caso, as românicas.

Nossa pesquisa foi feita por meio da indução, e não dedução, ou seja, através de dados empíricos que comprovaram nossas hipóteses, a partir da comparação linguística, da etimologia e da datação, bem como das mudanças que, porventura, ocorreram no âmbito linguístico.

Para efetuarmos uma análise de datações entre diversas palavras, foi necessário fazer um levantamento na listagem das palavras, com étimo latino, em cada língua e encontramos: Castelhana – 80 palavras, Francês – 54 palavras, Italiano – 134 palavras, Romeno – 19 palavras e Português – 93 palavras.

Observamos todas as palavras, com suas respectivas datações, e partimos para a comparação de algumas delas, já que é possível esgotar o assunto. Não são poucos os exemplos observados durante o trabalho, principalmente aqueles explanados nas seções de Análise Quantitativa de cada língua. Vejamos, a seguir, alguns deles:

Exemplo 1: a palavra latina *aditamentum*, em Português, possui o étimo latino *aditamentum*, com entrada na língua no século XIV. Não há a palavra indicada como latinismo no Francês, tampouco no Romeno. No Italiano, a informação é de sua entrada ser em 1499 (século XV), e no Castelhana, em 1532 (século XIV). Portanto, há três hipóteses, como segue:

a) a palavra latina entrou no Português e, desta língua, espalhou-se para o Italiano e Castelhana: lat. *aditamentum* > port. *aditamento* > it. *aditamento* > cast. *Aditamento*.

b) a palavra latina entrou no Português, por sua vez passou ao Castelhana; o Italiano tomou diretamente do Latim:

- lat. *aditamentum* > port. *aditamento* > cast. *aditamento*;

- lat. *aditamentum* > it. *aditamento*.

c) a palavra latina entrou para o Português e, desta, passou de modo independente para as outras duas línguas:

- lat. *aditamentum* > port. *aditamento* > cast. *aditamento*;

- lat. *aditamentum* > port. *aditamento* > it. *aditamento*.

Para nós, a hipótese b é a mais verossímil, embora necessitemos comprovar diretamente em *corpora* tais suposições. De qualquer modo, acreditamos que o Português tenha passado a palavra ao Castelhana, em razão de serem

línguas de maior contato do que o Italiano.

Exemplo 2: a palavra latina *alimentum* está indicada como étimo das palavras cast. *alimento* (XVI), fr. *aliment* (1120), it. *alimento* (1279) e port. *alimento* (1584). Neste caso, as hipóteses são:

a) a palavra latina entrou para o Francês, passando ao Italiano, depois Castelhana e, em seguida, para o Português:

- lat. *alimentum* > fr. *aliment* (1120) > it. *alimento* (1279) > cast. *alimento* (XVI);

- lat. *alimentum* > fr. *aliment* (1120), it. *alimento* (1279) > port. *alimento* (1584).

b) a palavra latina passou para o Francês, língua de prestígio por séculos, que passou para as demais línguas:

- lat. *alimentum* > fr. *aliment* (1120) > it. *alimento* (1279);

- lat. *alimentum* > fr. *aliment* (1120) > cast. *alimento* (XVI);

- lat. *alimentum* > fr. *aliment* (1120) > port. *alimento* (1584).

Neste caso, cremos que a segunda hipótese seja mais plausível, com provável empréstimo entre as línguas da Península Ibérica, o qual não podemos confirmar por não haver data precisa na datação da palavra castelhana.

Vejamos, a seguir, algumas das palavras encontradas no Castelhana, no Francês, no Italiano, no Romeno e no Português.

A palavra latina *caementum* aparece como étimo em todas as línguas pesquisadas neste artigo. Cremos que a palavra latina tenha feito um percurso por essas línguas por meio de divulgação francesa, e não entrado diretamente, de modo isolado, em cada uma delas, considerando somente a entrada da variação “port. *cimento*”, em detrimento de “port. *cemento*”, nesta e nas demais línguas, por haver significados diferentes entre essas formas: lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > it. *cimento*; lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > port. *cimento* (XIII); lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > cast. *cimento* (XIII); lat. *caementum* > fr. *ciment* (XII) > rom. *ciment* (XIX).

O grupo de compostos do latim *plēre* é bastante fértil, porém há somente *complementum* e *supplementum* sendo étimos para palavras em todas as línguas românicas analisadas, exceto para o Romeno, que possui indicação de as palavras *complement* e *supplement* virem do Francês.

Observando as datas de cada uma das formas de *complementum*: fr. *complément* (1308), it. *complemento* (1619), cast. *complemento* (1665), port. *complemento* (1757), nossa hipótese é de que houve empréstimo latino somente na forma francesa; as restantes provavelmente originaram-se por meio de empréstimo francês.

Para a forma *supplementum*, há a hipótese de o Francês ter dissimulado a palavra, como indicado no étimo romeno, mas também podemos crer que ela tenha sido emprestada de língua a língua, principalmente pelas datas de ocorrência: fr. *supplément* (1313) > it. *supplemento* (XIV) > port. *suplemento* (1541) > cast. *suplemento* (1654).

Conclusões parciais

As análises apresentadas neste artigo não são únicas, mas parte de nossa pesquisa de doutoramento, em andamento, em que faremos diversos cruzamentos panromânicos. Há diversas outras palavras em nossa pesquisa cujas informações poderíamos cruzar, porém nossa intenção não é esgotar esse assunto, mas apresentá-lo como auxiliar e complementar à pesquisa diacrônica.

Deste modo, vimos quão importante, novamente, é fazer uma análise precisa para obtermos prováveis étimos e datas mais próximas da origem das palavras, o que pode nos mostrar não somente a etimologia das palavras, mas seu percurso pelas línguas. Quando trabalhamos com *corpora*, não podemos finalizar a pesquisa, devido a ser uma amostragem, ainda que significativa, representativa e, inclusive, exaustiva. Sabemos que os dados podem se alterar por meio de outros estudos históricos que, porventura, descubram ou constatem a existência de documentos mais antigos que constem as palavras estudadas.

Após a obtenção das informações sobre a origem do sufixo latino *-mentum* e de suas derivações às românicas, percebemos quão necessários são os estudos linguísticos que se voltem para a diacronia; mais ainda aqueles cujo objetivo seja incorporar vários fatores, inclusive com relação à proximidade dos falares de regiões que

compartilham um passado linguístico comum. Pesquisas diacrônicas que foquem os aspectos semânticos comparativos entre as línguas românicas, como o estudo do sufixo *-mentum* em contraste com seus derivados nas línguas aparentadas, serão sempre colaborativas para que haja uma melhor compreensão do desenvolvimento de línguas irmãs.

REFERÊNCIAS

BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010 [2005].

KREFELD, T. Le roumain et la Romania continua. In: ICHIM, O.; OLARIU, F. T. (Org.). **Spațiul lingvistic și literar românesc din perspectiva integrării europene**, Mănuță Dan/Iași, 2004, p. 62-72. Disponível em: <http://www.romanistik.uni-muenchen.de/downloads/links_personen/krefeld/krefeld-iasi.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

MALKIEL, Y. **Etymology**. New York: Cambridge University Press, 1993.

MEIER, H. **Ensaio de Filologia Românica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1931].

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Paris: Saint-Germain, 1995 [1916].

VÄÄNÄNEM, V. **Introducción al latín vulgar**. Madrid: Gredos, 1971 [1967].

VIARO, M. E. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 35, p. 1443-1452, 2006.

VIDOS, B. E. **Manual de Linguística Românica**. v. I – História e metodologia. Tradução de José Pereira da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição do tradutor, 2001 [1956].

RESEARCHING BRAZILIAN STUDENTS' NEEDS AND PROPOSING LEXICOGRAPHICAL SOLUTIONS FOR PORTUGUESE-ENGLISH LEARNER'S DICTIONARIES

Regiani Aparecida Santos ZACARIAS

Introduction

It is common knowledge that Bilingual Pedagogical Dictionaries for production have to consider students' encoding needs (TARP, 2006; ZGUSTA, 2006), that is to say, they have to contain more comprehensive and more systematic information about words (JACKSON, 2002, p. 84). Grammar and syntactic information are more needed than it is usually assumed; they are essential to clarify syntactic possibilities and determine sentence structure and meaning accuracy (WIEGAND 1985 *apud* WELKER, 2006). Among those, the most important grammatical information for encoding is given for verbs, since they are the pivotal element of sentences and largely determine the syntax of the clause or sentence in which they occur (JACKSON, 2002, p. 136). In this context, contrastive linguistics (CL), more specifically error analysis (EA) and contrastive analysis (CA) are valuable methods of investigation. There is increasing criticism on Contrastive Linguistics, as it first aimed at identifying points of contrast between pairs of language to preview and eliminate learners' difficulties. Recent studies on error analysis have brought a new and more reasonable view to the contrastive linguistics theory. Since then, it has become a reliable source for understanding students' needs and the link between first language and target language. Currently, researchers rely on error analysis as the starting point for a CL investigation. EA can detect, describe and possibly help explain deviant utterances in foreign language learning, which may be due to divergences between the source and the target language (HARTMANN, 2007, p. 18). EA followed by CA has proven to be an assertive way to improve solutions to the problem of establishing translation equivalents (HARTMANN, 2007, p. 18) that go beyond the lexical-semantic relation and introduces the so needed morpho-syntactical information. In the case of Portuguese – English verbs, as shown in this paper, it was very effective.

The methodology of this research was based on (a) the quantitative analysis, in order to evaluate the most usual errors of the students; (b) the analysis and classification of verb errors according to their type; (c) the contrastive analysis based on the identified error categories; (d) the description of students' difficulties and needs regarding verb topics and (e) the application of the results to verb translation equivalents for pedagogical lexicographical purposes.

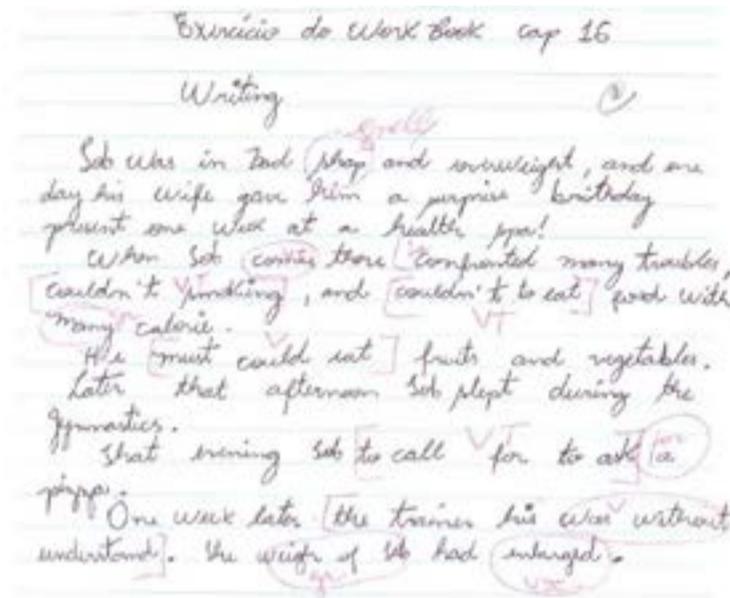
Research and results

Quantitative Analysis

We collected and corrected homework by using the following reference:

- | | |
|---------------------|---|
| - vt: verb tense | - voc: wrong word |
| - v: spelling, form | - {...} wrong sentence structure |
| - spell: spelling | - gr: general grammar (adjective, adverb, article and conjunction). |
| - pron: pronoun | - prep: preposition |

Figure 1 – Homework correction sample



A quantitative analysis revealed that 30.11% of error occurrences relied on verbs:



Error Analysis and Portuguese-English Contrastive Analysis

Verb errors were classified into 9 morpho-syntactic groups. After that, they were submitted to an EA model adapted from Gargallo (1993) and Hartmann (2007), which consisted of presenting the error (1) and the respective correction (2), as well as identifying the Portuguese related structure (3) and the English grammar-syntactic rule that should have been followed (4). At last, each group was submitted to a detailed CA of Portuguese and English verb systems considering form, meaning and distribution model (LADO, 1957).

Both analysis resulted in a description of each group of error, as follows:

Group 1: modal verbs

1. Error sample: They like would have...

2. Correction: They would like to have...

3. Portuguese related structure: conditional verb is made by adding suffix -ria in the end of the verb. Ex: gostaria

4. English rule: would+verb

Analysis: EA presented students' difficulty in building modal sentences, as they tend to misplace modal verbs and do not include the main verb after them, or use 'to' before or after them, as well as their use in the future tense.

AC confirms the impact of first language, as translation-equivalent verbs in Portuguese are different in their composition and sometimes in their meaning and distribution when compared to the English language.

Group 2: verb agreement/form

1. Error sample: She always clean...

2. Correction: She always cleans...

3. Portuguese related structure: 's' is used for plural

4. English rule: third-person singular verb takes 's' in the end

Analysis: EA found that students do not add 's' to third-person singular form and confound between regular and irregular verb forms, in addition to not properly apply the past tense of "to be". In general, they do not use verb agreement/forms in a correct manner.

AC confirms the impact of the first language, as the Portuguese verb system is completely different from the English. The main difference relies on the fact that Portuguese verbs are composed of a fixed root by a thematic vowel ending, which varies to agree to the subject pronoun in terms of number (singular, plural), verb manner and time. In English, except in some cases, like 'to be' and third-person singular, there is no verb agreement. The 's' in Portuguese is associated to plural, in English it makes the subject-verb agreement of third-person singular.

Group 3: verb tense

1. Error sample: ...she lose weight during the year

2. Correction: ...she has lost weight during the year

3. Portuguese related structure: use of the present tense to communicate this information

4. English rule: use of present perfect to communicate this information

According to EA, students do not use the right verb tense to refer to the time the action occurred and they do not know when to employ perfect tenses. In general, verb tense structures are disorderly used or parts are missing and instead of applying any other verb tense, students prefer the present simple.

AC reveals that in Portuguese, verb tenses have their own conjugation according to the verb manner: indicative, subjunctive and imperative; whereas in English, verb tenses follow a standard structure. For this reason, it is hard for Brazilian learners expressing the time of the actions. The present perfect tense is not a tense in Portuguese, as shown in the verb manner and time equivalent table.

Group 4: verb structure

1. Error sample: he is put on a lot of weight...

2. Correction: he has put on a lot of weight...

3. Portuguese related structure: non-related structure applies

4. English rule: use of present perfect tense structure - has/have

Analysis: EA indicates that standard structures of verb tenses are usually misused or have missing parts. Students tend not to apply the present continuous structure of "to be" verb and the participle form of the main verb in perfect tenses structures, and they inappropriately use auxiliary verbs in compound structures.

CA, as explained in Group 3, reveals that Portuguese verb system do provide language users with a standard syntactic structure of verbs, instead, verbs are conjugated as their time and manner in the sentence. Therefore, it is hard for Brazilian students to focus on different verb structures, as well as for English speakers to use Portuguese verbs in the right conjugation.

Group 5: interrogative and negative structures

1. Error sample: why did I lost you...

2. Correction: why did I lose you...

3. Portuguese related structure: In past sentences, verbs are used in past form..

4. English rule: auxiliary did+verb in its original bare infinitive form

Analysis: EA indicates that students have trouble following the standard structure of interrogative and negative verbs. They usually misuse or do not use auxiliary verbs at all. In addition, when using ‘does’ or ‘did’, they tend to forget to keep the main verb in its original infinitive form.

With regard to terminology, AC reveals that ‘auxiliary verb’ stands for words with different functions in Portuguese and English. In non-compound verb tenses, there is not a word to act as auxiliary verb in interrogative and negative sentences. In respect to interrogative sentence structures in Portuguese, they are equivalent to affirmative structures, but only differ in speaking (with the use of an interrogative intonation) and writing (by using a question mark).

Group 6: to have *versus* there to be

1. Error sample: Now it has... (idea of existence)

2. Correction: Now there is...

3. Portuguese related structure: the existence idea is expressed by using ‘tem’, Portuguese equivalent for ‘have’.

4. English rule: use of there is/are for existence.

Analysis: EA indicate that students use ‘has/have’ instead of ‘there is/there are’.

CA reveals that Brazilians use ‘tem’, the Portuguese equivalent for ‘has/have’, not only to express possession; but also to express the existence of people, things and places. In Portuguese, ‘tem’ has multiple meanings, while in English each verb has a specific sense. Moreover, considering form, students have trouble associating the idea of the existence of things or places to ‘there is/there are’, which is not a verb word, but a verbal expression.

Group 7: gerund form

1. Error sample: He has started to work...

2. Correction: He has started working...

3. Portuguese related structure: começar a + verb in the infinitive

4. English rule: start + verb ing

Analysis: AE indicates that, in English structures where gerund must be used, students tend to use the infinitive, especially after certain verbs and expressions, which are followed by the gerund and not by infinitive.

With regard to meaning and distribution, CA reveals that the gerund use differs in both languages. In terms of translation-equivalence, in many cases, the infinitive in Portuguese is equivalent to English gerund form and vice versa.

Group 8: infinitive form

1. Error sample: ...don’t want have a child...

2. Correction: ...don’t want to have a child...

3. Portuguese related structure: querer + infinitive

4. English rule: want + to infinitive

Analysis: EA indicates that students do not know how to recognize and use both English infinitive forms. They also tend to use the infinitive without ‘to’ and when “to” is required, they do not apply it.

In terms of infinitive, AC reveals that both languages differ in form, meaning and distribution. While in Portuguese the infinitive is made by –ar,-er,-ir endings in verbs, in English it relates to the verb in its original form preceded or not by ‘to’. In many cases, when the infinitive is used in Portuguese, the gerund applies in English.

Group 9: Irregular form

1. Error sample: He had hurted...

2. Correction: He had hurt...

3. Portuguese related structure: ‘machucado’, the participle takes a suffix.

4. English rule: hurt-hurt-hurt (irregular verb)

Analysis: EA indicates that students are usually confused on the past and participle form of irregular verbs.

As the AC, it reveals that ‘irregular verbs’ terminology applies to different functions in both languages and there is the lack of a corresponding Portuguese irregular form to the English past and participle. In Portuguese, the verb has a conjugation for past tenses and a past participle form.

When compiling Portuguese-English dictionaries for production, EA and CA considered a list of grammar, morphological and syntactic information:

- (1): modal verbs form and use
- (2): verb forms
- (3): verb tense use
- (4): verb tense structures
- (5): interrogative and negative structures
- (6): ‘there to be’ indication
- (7): gerund form and use
- (8): infinitive form and use
- (9): regular and irregular verb forms

Applying EA and AC Results to improve Lexicographical Information

The application of EA and CA study aimed at the preparation of a list of morphological, grammar and syntactic information, which must be included in Portuguese-English learners’ dictionary for production. Below is a table with improvements for dictionaries macrostructures:

Students’ needs	Lexicographical solutions		
	Study-guide (based on CA)	Macrostructure/ Mediostructure	Microstructure
<p>Understand and apply the English syntactic structures regarding: verb tenses, affirmative, interrogative and negative structures.</p> <p>➤ Understand and use verb forms in all verb tenses and participle forms.</p> <p>Understand and use the ‘to be’ forms (present and past) regarding subjective pronouns.</p>	<p>Present a comparative study of Portuguese-English verb tenses, by emphasizing the differences between them.</p> <p>Present contrastive information regarding sentence construction, especially for affirmative, negative and interrogative sentences.</p>	<p>Add contrastive notes and explanations on boxes or tables regarding syntax, verb tenses & structure and use.</p> <p>Add references to the study guide.</p>	<p>Add to the verb entry information: verb format in all verb tenses and participle forms; sample verb tense structures; sample verb sentences in affirmative, interrogative and negative structures.</p>
<p>Present irregular verbs and their correspondent format.</p>	<p>Present contrastive information regarding Portuguese and English verbs.</p> <p>Present a table of irregular verbs.</p>	<p>Present irregular verbs in different colors.</p> <p>Refer to information in the study guide.</p>	<p>In verb entrance information, show their forms in all tenses and highlight irregular forms.</p>

➤ Indicate verb + gerund or infinitive form.	Present a table with contrastive gerund /infinitive forms and use. Present a table with main verbs and their forms.	Include an abbreviation to present V + infinitive or infinitive. Refer to information in the study guide.	Present a table with contrastive gerund / infinitive forms and use. Give examples.
➤ Give information on verb and preposition.	Present a contrastive study on verbs and prepositions in both languages and highlight the main differences. Present a table with main verbs and their prepositions.	Include an abbreviation to present preposition rules, such as: V+about. Include contrastive notes when necessary. Refer to information in the study guide.	In verb entrance information, include preposition rules and give examples.
➤ Give the form taken by the verb in cases of: irregular plural, relative pronoun, (referring to plural or singular).	Present information on irregular plural forms. Present a contrastive study on plural forms in English and a table with the main nouns with irregular plural. Present a contrastive study on relative pronouns and highlight the differences.	Include notes to warn on the irregular plural of some nouns. Refer to information in the study guide: plural and relative pronouns.	In entrances with irregular plural equivalents in English, include information about them and examples, highlighting the use of the verb in plural form. In relative pronoun entrances, include notes with contrastive explanations and examples, highlighting the use of verbs in plural and singular forms. In verb entrances, include examples in plural and singular forms.
➤ Understand which verbs do not accept the –ing form.	Present a contrastive study on nominal forms. Present an explanation on verbs that do not take –ing form and the solution for these cases.	Include an abbreviation to appoint the non-acceptance of –ing form, such as: V-ing. Refer to information in the study guide.	In entrances with verbs that do not accept –ing, form or have restrictions: include a warning note.
➤ Understand how to use the locution <i>there to be</i> as the correct equivalent to verbs ‘ter’ and ‘haver’ (in the sense of ‘to exist’) and ‘existir’.			In the entrances ‘existir’, ‘ter’ and ‘haver’ (in the sense of ‘to exist’), include explanatory note about the equivalent <i>there to be</i> , with examples of affirmative, negative and interrogative sentences.
Know which verbs have modal verbs as equivalents. ➤ Understand that these verbs belong to a special modality in English. ➤ Use modal verbs in a proper manner.	Present a contrastive study on modal verbs and highlight their specific characteristics in English.	Include a special abbreviation for modal verbs, such as: MODAL. Refer to information in the study guide.	In entrances of verbs that have modal verbs as equivalents (main or secondary), include information about them and specific explanations, with examples of affirmative, interrogative and negative sentences.

Each verb entry must provide:

- (i) all verb forms in all tenses;
- (ii) examples of verb structures for all verb tenses;
- (iii) examples of affirmative, negative and interrogative sentence structures;
- (iv) regular/irregular verb forms for past and participle;
- (v) preposition or verb form agreement (gerund or infinitive) with examples;
- (vi) information about verb acceptance/non-acceptance of 'ing' form;
- (vii) information about there is/are as a translation equivalent to 'ter';
- (viii) specific information and examples about the use of modal verbs when the English equivalent is this

type of verb;

As a result, a dictionary entry for a Portuguese-English equivalent for 'acabar' verb will be:

Acabar:

- 1. Finish (**tarefas, atividades**)
- 2. End (**relacionamento, desfecho, limite**)
- 3. Ruin (**estragar, humilhar**)
- 4. Conclude (**conclusão**)
- 5. Complete (**curso, educação**)
- 6. Accomplish (**missão**)

1. To finish. Finish. Acabando = Finishing. Acabado = Finished. Ato de terminar uma atividade ou tarefa em andamento.

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I finish	I finished	I will finish	I am going to finish
You finish	You finished	You will finish	You are going to finish
He/she/it finishes	He/she/it finished	He/she/it will finish	He/she/it is going to finish
We finish	We finished	We will finish	We are going to finish
You finish	You finished	You will finish	You are going to finish
They finish	They finished	They will finish	They are going to finish
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have finished	I had finished	I am finishing	I was finishing
You have finished	You had finished	You are finishing	You were finishing
He/she/it has finished	He/she/it had finished	He/she/it is finishing	He/she/it was finishing
We have finished	We had finished	We are finishing	We were finishing
You have finished	You had finished	You are finishing	You were finishing
They have finished	They had finished	They are finishing	They were finishing

2 Presente: afirmativas: Preciso acabar esta redação. I need to finish this essay. | Ela termina de almoçar em 20 minutos. She finishes lunching in twenty minutes. | Eles acabam a tarefa minutos antes da entrega. They finish their homework just minutes before it is due. Negativas: Não preciso acabar esta redação. I don't need to finish this essay. | Ela não acaba de almoçar em 20 minutos. She doesn't finish lunching in twenty minutes. Interrogativas: Você

precisa acabar esta redação agora? Do you need to finish this essay now? | Ela acaba de almoçar em 20 minutos? Does she finish lunching in 20 minutes? | Eles acabam a tarefa minutos antes da entrega? Do they finish their homework just minutes before it is due?

Passado: afirmativa: Acabei meu trabalho de matemática ontem. I finished my math assignment yesterday. Negativa: Não acabei meu trabalho de matemática ontem. I did not finish my math assignment yesterday. Interrogativa: Você acabou seu trabalho de matemática? Did you finish your math assignment? **Futuro:** afirmativa: Nós acabaremos a pintura da casa amanhã. We will finish the house painting tomorrow. | Nós acabaremos a pintura da casa amanhã. We are going to finish the house painting tomorrow. Negativa: Nós não acabaremos a pintura da casa amanhã. We will not (won't) finish the house painting tomorrow. | Nós não acabaremos a pintura da casa amanhã. We are not going to finish the house painting tomorrow. Interrogativa: Vocês acabarão a pintura da casa amanhã? Will you finish the house painting tomorrow? | Are you going to finish the house painting tomorrow?

Presente perfeito: afirmativa: Eles acabaram (terminaram) de arrumar o quarto. They have finished straighten up their bedroom. Negativa: Eles não acabaram (terminaram) de arrumar o quarto. They haven't finished straighten up their bedroom. Interrogativa: Eles acabaram (terminaram) de arrumar o quarto? Have they finished straighten up their bedroom? **Passado perfeito:** afirmativa: Eu tinha acabado de ler o livro. I had finished to read the book. Negativa: Eu não tinha acabado de ler o livro. I hadn't finished to read the book. Interrogativa: Você tinha acabado de ler o livro? Had you finished reading the book? **Presente Contínuo:** afirmativa: Ele está acabando de comer. He is finishing eating. Negativa: Ele não está acabando de comer. He is not finishing eating. Interrogativa: Ele está acabando de comer? Is he finishing eating? **Passado Contínuo:** afirmativa: Eu estava acabando de escrever meu livro antes do acidente. I was finishing writing my book before the accident. Negativa: Eu não estava acabando de escrever meu livro antes do acidente. I was not finishing writing my book before the accident. Interrogativa: Você estava acabando de escrever seu livro antes do acidente? Were you finishing writing your book before the accident?

2. To End (relacionamento, desfecho, limite). To end. End. Acabando = Ending; Acabado = Ended. É usado em expressões comuns, como: relacionamento, desfecho e limite. No geral, vem seguido de: in, of, up.

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I end	I ended	I will end	I am going to end
You end	You ended	You will end	You are going to end
He/she/it ends	He/she/it ended	He/she/it will end	He/she/it is going to end
We end	We ended	We will end	We are going to end
You end	You ended	You will end	You are going to end
They end	They ended	They will end	They are going to end
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have ended	I had ended	I am ending	I was ending
You have ended	You had ended	You are ending	You were ending
He/she/it has ended	He/she/it had ended	He/she/it is ending	He/she/it was ending
We have ended	We had ended	We are ending	We were ending
You have ended	You had ended	You are ending	You were ending
They have ended	They had ended	They are ending	They were ending

Usos Comuns

Acabar o relacionamento: afirmativa: Acabou em casamento. It ended in marriage. Negativa: Não acabou em casamento. It did not end in marriage. Interrogativa: Acabou em casamento? Did it end in marriage?

Acabar/desfecho: afirmativa: O debate acabou em briga. The debate ended in fight. Negativa: O debate não acabou em briga. The debate did not end in fight. Interrogativa: O debate acabou em briga? Did the debate end in fight?

Limite: afirmativa: A rua acaba num jardim. There is a garden at the end of the street. Negativa: A rua não acaba num jardim. There is not a garden at the end of the street. Interrogativa: A rua acaba num jardim? Is there a garden at the end of the street?

Expressão Comum

Acabou dizendo: Ended up saying. Ele acabou dizendo que estava feliz. He ended up saying he was happy.

3. To ruin (arruinar, humilhar). To ruin. Ruin. Acabando = Ruining; Acabado = Ruined. É usado na forma “acabar com algo”, no sentido de destruir.

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I ruin	I ruined	I will ruin	I am going to ruin
You ruin	You ruined	You will ruin	You are going to ruin
He/she/it ruins	He/she/it ruined	He/she/it will ruin	He/she/it is going to ruin
We ruin	We ruined	We will ruin	We are going to ruin
You ruin	You ruined	You will ruin	You are going to ruin
They ruin	They ruined	They will ruin	They are going to ruin
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have ruined	I had ruined	I am ruining	I was ruining
You have ruined	You had ruined	You are ruining	You were ruining
He/she/it has ruined	He/she/it had ruined	He/she/it is ruining	He/she/it was ruining
We have ruined	We had ruined	We are ruining	We were ruining
You have ruined	You had ruined	You are ruining	You were ruining
They have ruined	They had ruined	They are ruining	They were ruining

Expressões comuns

Acabar/Destruir algo: afirmativas: Esse xampu acabou com o meu cabelo. This shampoo ruined my hair. Negativas: Esse xampu não acabou com o meu cabelo. This shampoo did not ruin my hair. Interrogativas: Esse creme também acabou com sua pele? Did this cream also ruin your skin?

Acabar/Humilhar: afirmativas: Ele chegou atrasado e a professora acabou com ele. He arrived late and the teacher ruined him. Negativas: John chegou atrasado. Nossa! E a professora não acabou com ele? John arrived late. Gee! And the teacher did not ruin him? Interrogativas: Depois disso tudo a professora acabou com ele? After all this, did the teacher ruin him?

4. To conclude (conclusão). To conclude. Conclude. Acabando = Concluding. Acabado = Concluded. Geralmente é usado no sentido de concluir algo que estava sendo feito, especialmente por um longo período; ou ainda para exprimir “a conclusão de alguma coisa”, seguido da preposição “with”.

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I conclude	I concluded	I will conclude	I am going to conclude
You conclude	You concluded	You will conclude	You are going to conclude
He/she/it concludes	He/she/it concluded	He/she/it will conclude	He/she/it is going to conclude
We conclude	We concluded	We will conclude	We are going to conclude
You conclude	You concluded	You will conclude	You are going to conclude
They conclude	They concluded	They will conclude	They are going to conclude
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have concluded	I had concluded	I am concluding	I was concluding
You have concluded	You had concluded	You are concluding	You were concluding
He/she/it has concluded	He/she/it had concluded	He/she/it is concluding	He/she/it was concluding
We have concluded	We had concluded	We are concluding	We were concluding
You have concluded	You had concluded	You are concluding	You were concluding
They have concluded	They had concluded	They are concluding	They were concluding

Usos comuns

1. Acabar/ Concluir: afirmativa: Quando eu acabar a pesquisa, o resultado será enviado por email. When I conclude the research, the result will be sent by email. Negativas: Eles não acabaram a investigação. They did not conclude the investigation. Interrogativas: Eles acabaram a investigação? Did they conclude the investigation?

2. Acabar/Terminar: afirmativa: Cada capítulo acaba com uma ilustração. Each chapter concludes with an illustration. Negativas: Esse livro não acaba com um agradecimento. This book doesn't conclude with a thank. Interrogativas: O capítulo acaba com um resumo? Does the chapter conclude with a summary?

5. To complete (curso, educação). To complete. Complete. Acabando = Completing; Acabado = Completed. Geralmente é usado no sentido de “acabar de fazer algo”, especialmente algo que levou um longo tempo.

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I complete	I completed	I will complete	I am going to complete
You complete	You completed	You will complete	You are going to complete
He/she/it completes	He/she/it completed	He/she/it will complete	He/she/it is going to complete
We complete	We completed	We will complete	We are going to complete
You complete	You completed	You will complete	You are going to complete
They complete	They completed	They will complete	They are going to complete
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have completed	I had completed	I am completing	I was completing
You have completed	You had completed	You are completing	You were completing
He/she/it has completed	He/she/it had completed	He/she/it is completing	He/she/it was completing
We have completed	We had completed	We are completing	We were completing
You have completed	You had completed	You are completing	You were completing
They have completed	They had completed	They are completing	They were completing

Uso comum

Acabar / educação: afirmativa: Os alunos levaram sete anos para acabar a faculdade. It took the students seven years to complete the college. Negativas: Os alunos não levaram sete anos para acabar a faculdade. It did not take the students seven years to complete the college. Interrogativas: Os alunos levaram sete anos para acabar a faculdade? Did it take the students seven years to complete the college?

Presente Simples	Passado Simples	Futuro (will)	Futuro (be + going to)
I accomplish	I accomplished	I will accomplish	I am going to accomplish
You accomplish	You accomplished	You will accomplish	You are going to accomplish
He/she/it accomplishes	He/she/it accomplished	He/she/it will accomplish	He/she/it is going to accomplish
We accomplish	We accomplished	We will accomplish	We are going to accomplish
You accomplish	You accomplished	You will accomplish	You are going to accomplish
They accomplish	They accomplished	They will accomplish	They are going to accomplish
Presente Perfeito	Passado Perfeito	Presente Contínuo	Passado Contínuo
I have accomplished	I had accomplished	I am accomplishing	I was accomplishing
You have accomplished	You had accomplished	You are accomplishing	You were accomplishing
He/she/it has accomplished	He/she/it had accomplished	He/she/it is accomplishing	He/she/it was accomplishing
We have accomplished	We had accomplished	We are accomplishing	We were accomplishing
You have accomplished	You had accomplished	You are accomplishing	You were accomplishing
They have accomplished	They had accomplished	They are accomplishing	They were accomplishing

6. To accomplish (acabar a missão). To accomplish. Accomplish. Acabando = Accomplishing. Acabado = Accomplished. Geralmente é usado no sentido de “concluir algo com sucesso, conquistar”.

Uso comum

1. Acabar com sucesso, conquistar: afirmativa: Os soldados acabaram a missão deles. Soldiers accomplished their tasks. Negativas: Os soldados não acabaram a missão deles. Soldiers did not accomplish their tasks. Interrogativas: Os soldados acabaram a missão deles? Did soldiers accomplish their tasks?

Expressões comuns (acabar)

- Acabar com a discussão.

Acabem com essa discussão. *Stop arguing.*

- Acabar fazendo algo ou um acontecimento inesperado.

Acabamos indo à festa. *We ended up going to the party.*

- Acabar de fazer algo.

Vou fazer a tarefa quando acabar de ler essa revista.

I will do my homework when I finish reading this magazine.

- Acabou de chegar.

Maria acabou de chegar em casa.

Maria has just arrived home.

- Acabar com a pessoa.

Esse emprego vai acabar comigo.

This job will be the death of me.

- Que bom que tudo acabou!

It is good that all is over.

- Acabar (Não sobrar).

Vou ficar na praia até meu dinheiro acabar.

I will stay at the beach until my money runs out.

- Acabar (Esgotar).

Você acabou com a minha maquiagem.

You used up all my make up.

- Acabar com o fogo.

Levou horas para acabar com o fogo nas lojas.

It took hours to put out the fire in the stores.

- Acabar (luz, água).

Acabou a água em casa.

The water is gone off at home.

Conclusion

This is a valuable quantitative and qualitative research based on exploratory and descriptive approaches, which was achieved with the application of EA followed by CA of Portuguese and English verb systems. As it defines new parameters for translation-equivalent information for verbs in bilingual learner's dictionary, it contributes to the literature in bilingual lexicography, mainly to Brazilian Portuguese-English Metalexigraphy.

REFERENCES

GARGALLO, I. S. **Análisis Contrastivo, Análisis de Errores e Interlengua em El Marco de La Linguística Contrastiva**. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

HARTMANN, R. R. K. **Interlingual Lexicography** (Lexicografica Series Mayor). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, n.133, 2007.

JACKSON, Howard. **Lexicography**. New York, 2002.

LADO, R. **Linguistics Across Cultures**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1957

TARP, S. Lexicografia de aprendizagem. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis: UFSC, 2006.

WELKER, H. A. **Dicionários – Uma pequena introdução à Lexicografia**. Brasília, DF, Thesaurus, 2004.

_____. **Lexicografia Pedagógica**. Brasília, DF, Thesaurus, 2008.

_____. Pesquisando o uso dos dicionários. **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v.9, n.2, p.223-243, jul./dez.2006.

_____. **O Uso de Dicionários**. Brasília, DF, Thesaurus, 2006

ZGUSTA, L. **Lexicography Then and Now: Selected essays**. Lexicographica Series Maior vol.129. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2006.

USO DE FERRAMENTAS INFORMÁTICAS NA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO PORTUGUÊS-FRANCÊS DE TERMOS DE ESTATUTOS SOCIAIS PARA TRADUTORES JURAMENTADOS

Leticia Bonora TELES
Lidia Almeida BARROS

Introdução

O desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia incrementou transações comerciais e a transferência de conhecimentos entre especialistas das diferentes áreas do saber e do fazer humano, o que fez crescer a preocupação com a utilização adequada das terminologias.

Nesse sentido, os estudos terminológicos bilíngues assumem um papel de destaque, na medida em que auxiliam o tradutor a compreender a natureza e o funcionamento dos termos técnico-científicos e, assim, a realizar um trabalho mais qualificado. As pesquisas terminográficas também são de grande importância, visto que elaboram dicionários que podem auxiliar os tradutores em seu ofício.

Com o fim de dar uma contribuição a essa área, o projeto *LexTraJu*, coordenado pela Profa. Dra. Lídia Almeida Barros, desenvolve estudos sobre a terminologia predominante em documentos submetidos à tradução juramentada (TJ). Com base nos dados obtidos por esse projeto, são elaborados materiais que objetivam auxiliar o tradutor público e intérprete comercial a realizar suas traduções.

No âmbito desse projeto, elaboramos uma proposta de dicionário português-francês dos principais termos utilizados em estatutos sociais, documento bastante traduzido sob a forma juramentada.

Para tanto, utilizamos algumas ferramentas informáticas que têm sido de grande utilidade. A plataforma *on-line* de gestão terminológica *E-Termos* é uma delas, já que oferece muitos recursos úteis para a elaboração de uma obra terminográfica, além de possibilitar que nosso dicionário seja disponibilizado *on-line* ao final da pesquisa. Utilizamos essa plataforma não somente para armazenar os termos e os dados bilíngues sobre eles, mas também para nos auxiliar na redação de nossas próprias definições, como mostraremos neste trabalho.

O objetivo principal deste artigo é, portanto, expor nossa metodologia de pesquisa do ponto de vista do recurso a ferramentas informáticas para a elaboração de nosso dicionário.

Fundamentação teórica

No próximo item, apresentamos uma síntese das bases teóricas que dão sustentação à nossa pesquisa.

Terminologia Geral e Bilíngue

A Terminologia possui como principal objeto de estudo o **termo técnico-científico** ou **unidade terminológica**, entendido como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (ISO 1087 2000, p. 5). O **conceito** é definido por Boutin-Quesnel (1985, p. 18) como uma “unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou uma classe de objetos e que pode ser expresso por um termo ou por um símbolo”.

Termos e conceitos são identificados, delimitados e estudados em contexto. Assim, este é um elemento muito importante no processo de identificação de uma unidade terminológica expressa em um texto de uma área de especialidade. Por **contexto** compreendemos “parte de um texto ou enunciado em que está inclusa uma unidade lexical, com a função de contribuir para a determinação do seu significado” (PAVEL; NOLET, 2002). O contexto “fornece informação sobre os traços semânticos de um conceito ou sobre o uso de um termo” (*Idem, ibidem*). A identificação dos

traços conceptuais e semânticos de um termo num contexto é possível graças aos **descritores**. Esses são os elementos reveladores de traços do conceito contidos em um contexto (BARROS, 2007, p. 38-41).

As línguas de especialidade, assim como a linguagem comum, variam no tempo e no espaço, portanto o surgimento de novos termos é constante e sua sistematização e validação em obras terminográficas mono-, bi- ou multilíngues necessitam do trabalho de terminólogos e de tradutores.

A Terminologia Bilíngue procede à comparação interlínguas dos termos e conceitos, comparação esta que permite determinar a equivalência entre os termos das línguas comparadas.

De acordo com Dubuc (2002, p. 55), ocorre **equivalência** quando o termo na língua de chegada (LC) “exibe uma identidade completa de sentidos e de usos com o termo da língua de partida (LP), no interior de um mesmo domínio”. Mas, na comparação entre termos de línguas diferentes, a existência de equivalentes totais nem sempre se dá. O que ocorre mais frequentemente é a **correspondência**, definida por Dubuc como o caso em que “o termo da língua A recobre apenas parcialmente o campo de significação do termo da língua B ou vice-versa, ou ainda, um dos termos pode situar-se em um nível de língua diferente de seu homólogo da outra língua”.

É possível, ainda, haver casos de **falta total de equivalência ou de correspondência**, quando o conceito não existe em alguma das línguas comparadas. Esses casos, e mesmo os de correspondência entre termos, ocorrem porque “uma mesma realidade extralinguística pode ser analisada de pontos de vista distintos em línguas diferentes, com base nos profundos e complexos laços existentes entre estrutura da língua e visão de mundo” (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p. 102).

Em sua fase de estabelecimento de equivalentes, a pesquisa terminológica precisa analisar o conteúdo semântico dos termos em cada língua. Para isso, é fundamental a utilização de alguns recursos, como os **ganchos terminológicos**, definidos por Dubuc como “os descritores comuns aos contextos que acompanham os termos em uma ficha terminológica” (2002, p. 72). Quando um gancho terminológico explícito não é encontrado em um contexto, deve-se tentar extrair um gancho implícito que ateste parentesco entre os conceitos. A identificação desses ganchos é necessária para garantir os equivalentes dos termos em duas línguas, pois possibilita uma comparação mais clara e objetiva dos contextos e definições coletadas em cada língua (DUBUC, 2002, p. 58).

Em nossa pesquisa, utilizamos os ganchos terminológicos como um dos principais recursos para a busca dos equivalentes em francês dos termos de estatutos sociais em português.

Terminografia

A Terminografia é a face aplicada da Terminologia e gera ferramentas essenciais ao trabalho tradutório, como, por exemplo, dicionários, glossários, bases de dados mono, bi e multilíngues:

A Terminografia pode ser definida como uma prática de elaboração de vocabulários técnicos, científicos e especializados. Mantém estreita relação de colaboração com a Terminologia, visto que nela busca os fundamentos teóricos para a realização de seu trabalho. Com efeito, os estudos de base sobre os termos (sua expressão, conteúdo e valor sociolinguístico) dão suporte teórico à produção das obras terminográficas. (BARROS, 2004, p. 68).

A Terminografia, no entanto, não se resume apenas à prática de produção de instrumentos de referência especializada, mas é também um estudo sobre o processo de elaboração dessas obras:

Os estudos terminográficos oferecem subsídios para o estabelecimento de princípios metodológicos e diretrizes para o fazer aplicado. Somam-se a esse quadro um conjunto de reflexões e proposições que, visando à funcionalidade da obra produzida, abordam a problemática de adequação das definições terminológicas, a pertinência de informações gramaticais, entre outros componentes que integram as obras de referência temática. Esses aportes teórico-metodológicos orientam, portanto, o tratamento a ser dado aos elementos constituintes do universo de informações que integram os instrumentos terminográficos. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 50).

A criação de instrumentos terminográficos bem elaborados exige organização e homogeneidade na adoção de métodos. Na produção de uma obra dessa natureza, é importante seguir um planejamento baseado em algumas decisões prévias. Como afirma Alpízar-Castillo (1997, p. 36) “antes de começar as ações práticas da busca de termos e a elaboração da obra terminográfica, é necessária uma reflexão prévia acerca dos objetivos, o alcance e as características do resultado que se deseja obter”.

Como explica Barros (2004, p. 194), a produção da obra depende, sobretudo, dos objetivos e do público-alvo que se deseja alcançar, pois eles determinam as características da obra. Esses dois elementos encontram-se interligados, uma vez que os objetivos determinam o público-alvo da obra e vice-versa.

O planejamento da obra terminográfica também deve prever detalhes da organização interna da obra, como a elaboração prévia dos modelos de superestrutura, de macroestrutura, de microestrutura e de sistema de remissivas. É necessário decidir se a lista de entradas será ordenada em ordem alfabética ou sistemática, quais informações deverão ser recolhidas sobre cada uma das unidades terminológicas, que tipo de remissão elas impõem e outros aspectos relevantes à pesquisa.

Após as etapas de planejamento, é possível iniciar a fase de execução do projeto, ou seja, “a pesquisa terminológica, a recolha e o tratamento dos dados têm início de modo mais concreto” (BARROS, 2004, p. 201).

Quanto ao registro dos dados terminológicos levantados, esses são feitos em fichas, elaboradas de acordo com os objetivos do trabalho. As fichas terminológicas contêm informações indispensáveis sobre cada termo.

Com os dados terminológicos em mãos, pode-se dar início ao tratamento terminográfico destes, isto é, à elaboração das definições, à organização dos dados nos verbetes do dicionário conforme o modelo de microestrutura adotado e a adequada implementação do sistema de remissivas.

Componentes estruturais dos dicionários

Os componentes estruturais essenciais da organização interna do dicionário terminográfico são a superestrutura, a macroestrutura, a microestrutura e o sistema de remissivas.

Por superestrutura entendemos a organização geral interna da obra, relativa a todas as partes que compõem o dicionário. Já a macroestrutura é a ordenação dos verbetes, que pode se dar seguindo a ordem alfabética das entradas ou a ordem sistemática.

A microestrutura é a “organização dos dados sobre cada uma das entradas de um repertório” (ISO 1087, 2000, p. 13), ou melhor, é o programa de informações sobre a entrada disposta no verbete. Esse programa pode variar de uma obra para outra, mas é importante que seja constante dentro de uma mesma obra. A elaboração de cada verbete deve, portanto, seguir um mesmo modelo previamente estabelecido, a fim de assegurar a homogeneidade da obra (BARROS, 2004, p. 148).

O sistema de remissivas pode ser entendido como:

Mecanismo estrutural da obra terminográfica que procura resgatar as relações semântico-conceptuais existentes entre as unidades lexicais ou terminográficas que compõem a nomenclatura de uma obra lexicográfica ou terminográfica. Sua função é corrigir o isolamento das mensagens, ligando variantes, criando campos semânticos. (BARROS, 2004, p. 174).

O sistema de remissivas pode estar presente na macroestrutura e na microestrutura. Na macroestrutura, ocorre quando entradas que não são definidas e encabeçam um verbete remetem o consultante a outro verbete, onde se encontra a informação completa. A eficácia e operacionalidade desse sistema dependem da determinação de critérios de organização coerentes.

Estatutos sociais no Brasil e na França

Para entendermos a função e as características do **estatuto social** no Brasil, faz-se necessário compreender o conceito de **pessoa jurídica**:

Em oposição à *pessoa natural*, expressão adotada para indicação da individualidade jurídica constituída pelo homem. É empregada para designar as *instituições, corporações, associações e sociedades*, que, por força ou determinação da lei, se *personalizam*, tomam *individualidade própria*, para constituir uma *entidade jurídica*, distinta das pessoas que a formam ou que a compõem. (SILVA, 2007, p. 1041, grifo do autor).

O artigo 40 do Código Civil brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, estabelece que as pessoas jurídicas podem ser de **Direito Público** (interno ou externo) e de **Direito Privado**. As pessoas jurídicas de Direito Privado são as que interessam para nossa pesquisa e são as **associações, as sociedades e as fundações**, entidades que só ganham personalidade jurídica depois da inscrição de seu ato constitutivo.

Um dos documentos essenciais do ato constitutivo de uma pessoa jurídica de Direito Privado é justamente o **estatuto social**, que deve ser redigido por fundações, associações, sociedades anônimas ou por ações (tipo de sociedade **empresária**) e sociedades cooperativas (tipo de sociedade **simples**). O instrumento de constituição dos demais tipos de sociedades é o **contrato social**.

As características dos estatutos sociais são resumidas na definição de **estatuto social** dada por Diniz (1998, v. 2, p. 423): “é um documento básico que define não só a organização, a administração, os fins, as condições de extinção da sociedade, como também as relações entre sócios, e as destes para com a sociedade civil ou mercantil, ou para com terceiros etc.”.

De modo geral, nos estatutos sociais devem estar estabelecidos, entre outros dados, os seguintes:

- (a) denominação social;
- (b) o endereço da sede;
- (c) as finalidades (que não podem ser lucrativas), a forma pela qual serão atingidas e as fontes de recursos para sua manutenção;
- (d) o prazo de duração;
- (e) os requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados;
- (f) os direitos e deveres dos associados;
- (g) o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos;
- (h) a forma de representação da associação perante terceiros, ativa e passiva, judicial ou extrajudicialmente;
- (i) se os associados respondem ou não pelas obrigações sociais;
- (j) as hipóteses e condições para a destituição dos administradores;
- (k) as exigências para alteração do estatuto;
- (l) as condições para a extinção ou dissolução da associação e o destino do seu patrimônio e;
- (m) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2007, p. 1)

Esses dados são essenciais para que o estatuto social possa se efetivar enquanto documento de constituição de uma sociedade empresária.

Assim como no Brasil, na França as pessoas jurídicas dividem-se em pessoas jurídicas de direito público (*personne morale du droit publique*) e pessoas jurídicas de direito privado (*personne morale du droit privé*). São estas últimas que devem redigir um estatuto social e registrá-lo no *Registre du commerce et des sociétés*, quando se tratar de sociedades, ou na *Préfecture*²⁴ local, no caso das associações, para, assim, adquirirem a personalidade jurídica necessária.

²⁴ Centro administrativo de um *département*. Département: *division administrative du territoire français placée sous l'autorité d'un préfet et administrée par un conseil général* (LE PETIT ROBERT, 2001).

Em francês, estatuto social é chamado *statuts*. A principal diferença entre os estatutos sociais do Brasil e os *statuts* da França é que estes devem ser redigidos por associações, fundações e por **todo tipo de sociedade francesa** (exceto a *société en participation*, pois, de acordo com o artigo 1871 do Código Civil francês, não é considerada pessoa jurídica).

Na França, a redação dos *statuts* é uma das etapas de um contrato para criação de uma sociedade ou associação, definido pelo Artigo 1101 do Código Civil francês como “uma convenção por meio da qual uma ou várias pessoas se comprometem com outras a dar, fazer ou a não fazer alguma coisa”²⁵. O Código Civil francês (Art. 1108) também enumera quatro condições essenciais para que essa convenção, isto é, o contrato, seja válido: o consentimento livre e claro das partes envolvidas; a capacidade de contratação das partes; um objetivo certo e determinado e uma causa lícita²⁶.

Os *statuts* franceses devem conter obrigatoriamente:

- uma denominação social,
- a forma jurídica,
- o endereço da sede social,
- as contribuições de cada sócio ou acionista,
- o montante do capital social,
- o objeto (ou seja, o resumo das atividades exploradas e operações efetuadas pela sociedade),
- a duração da sociedade. (INFOGREFFE, 2014)

Além dessas informações obrigatórias, outras podem constar nos *statuts*, de acordo com os objetivos da entidade e as regras que ela precisa estabelecer para o relacionamento com seus membros e com terceiros.

Pelos elementos presentes nos estatutos sociais brasileiros e nos *statuts* franceses, podemos perceber que os documentos são muito parecidos nos dois países.

Utilização de ferramentas informáticas na metodologia de nossa pesquisa

Os termos que compõem nossa nomenclatura, bem como seus contextos de uso em português e em francês, foram extraídos de um **cópus multilíngue** de estatutos sociais brasileiros e franceses. Por **nomenclatura** entendemos “o conjunto dos termos que são objeto de uma pesquisa terminológica” (BOUTIN-QUESNEL, 1985, p. 27).

Nosso cópus de textos originais em português (CTOP) compõe-se de 31 estatutos sociais com 161.860 palavras. O cópus de textos originalmente escritos em francês (CTOF) constitui-se de 36 estatutos sociais e contempla 159.624 palavras.

Para armazenar os dois cópus, utilizamos uma ferramenta informática não voltada especificamente para o fazer terminológico, o aplicativo *Word*. Em seguida, retiramos os caracteres que poderiam travar a próxima ferramenta que utilizaríamos, como @ # \$ %, e salvamos os textos no formato .txt. Aplicamos esses cópus no programa de tratamento de dados textuais e lexicais *Hyperbase*, desenvolvido por Etienne Brunet, pesquisador da Universidade de Nice, França, que tem a seguinte interface:

²⁵ *Une convention par laquelle une ou plusieurs personnes s'obligent, envers une ou plusieurs autres, à donner, à faire ou à ne pas faire quelque chose.* (tradução nossa).

²⁶ *Le consentement libre et éclairé des parties ; la capacité des parties à contracter ; un objet certain et déterminé et une cause licite.* (tradução nossa).

Figura 1 – Interface inicial do *Hyperbase*



Fonte: *Hyperbase*

Utilizamos um dos recursos do *Hyperbase*, chamado *Concordance*, para solicitar a lista de concordâncias (lista de todas as palavras do corpus centralizadas e em ordem alfabética, com seus co-textos, isto é, textos ao redor) para cada um dos dois corpus (CTOP e CTOF) e, com base nelas, levantar nossos candidatos a termos, que, posteriormente, foram confirmados por meio da consulta a obras especializadas brasileiras e francesas na área jurídica.

Todos os dados terminológicos bilíngues foram armazenados em fichas terminológicas eletrônicas da plataforma *e-Termos* (<https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/>). Esta, além de contar com vários recursos para a elaboração de uma obra terminográfica, possibilita o armazenamento *on-line* dos dados e a futura disponibilização do resultado final do trabalho na Internet.

No próximo item deste trabalho, apresentamos a plataforma de modo mais detalhado e explicamos como a utilizamos em nossa pesquisa.

A plataforma *e-Termos* na criação de nosso dicionário bilíngue

O *e-Termos* é uma plataforma *on-line* criada por Leandro Henrique Mendonça de Oliveira, na qual é possível realizar todo o processo de desenvolvimento de um produto terminológico. De acordo com a descrição encontrada no site da ferramenta, o *e-Termos* tem como principal objetivo “viabilizar a criação de produtos terminológicos, sejam eles para os fins de pesquisa acadêmica ou de divulgação, por meio da (semi)automatização das etapas do trabalho terminológico” (E-TERMOS, 2014). Na Figura 2, podemos ver a página inicial do *e-Termos*, na qual se encontra uma explicação sobre essa plataforma, dada pelo próprio conceitor do projeto:

Figura 2 – Página inicial do *e-Termos*



Fonte: *e-Termos*

Após se cadastrar no *e-Termos*, é possível criar um novo projeto ou aceitar um convite para um projeto já existente. A ferramenta é composta por seis módulos de trabalho. Na etapa 1, é possível realizar a compilação automática do *córpus*, com a pesquisa de *córpus* de referência na *Web* e a transferência de sub*córpus* para o *e-Termos*.

A Etapa 2 oferece suporte para a compilação não automática e análise de *córpus*, contemplando tarefas como gerenciar, excluir, editar textos e fazer *upload* de textos, compilar *córpus* e aplicar ferramentas linguísticas de análise nos *córpus* compilados, como contador de frequência, alinhador, concordanceador etc.

A etapa 3 oferece ferramentas para a extração automática de candidatos a termos do *córpus*, no entanto, caso já se tenha uma lista de termos pré-definida fora da plataforma, é possível exportá-la. A etapa 4 possibilita a edição de uma ontologia do domínio. Na etapa 5 há ferramentas para criação e gerenciamento da base de dados terminológica e, por fim, a etapa 6 serve para a edição dos verbetes e intercâmbio dos produtos terminológicos.

Como já tínhamos *córpus* e nomenclatura constituídos, não foi preciso utilizar as etapas 1 e 2. Na etapa 3, apenas fizemos o *upload* de nossa lista de termos e, então, começamos a utilizar a etapa 5. Nela, criamos uma ficha terminológica para a qual foram transferidos todos os dados bilíngues sobre os termos.

Nossa ficha terminológica no *e-Termos* constitui-se dos seguintes campos:

Termo;
 Código Termo;
 Termo_brasileiro
 cat_gram_Brasil
 tipo_de_doc_onde_foi_encontrado_Brasil
 Valores_sociolinguísticos_Brasil
 Definicao_Brasil
 Contextos_de_uso_Brasil
 Variantes_Brasil
 Observações_linguísticas_Brasil
 Observações_extralinguísticas_encyclopédicas_Brasil
 Ver_Brasil
 Cf_Brasil

Termo_França
 cat_gram_França
 tipo_de_doc_onde_foi_encontrado_França
 Valores_sociolinguísticos_França
 Definicao_França
 Contextos_de_uso_França
 Variantes_França

Observações_linguísticas_França
Observações_extralinguísticas_enciclopédicas_França
Ver_França
Cf_França

Observações_linguísticas_e_extralinguísticas_Brasil_França
Falsos_cognatos_Brasil_França

Esse modelo de ficha é padrão para todos os subprojetos do *LexTraJu* e, portanto, adotamo-la em nosso projeto. A ficha é dividida em três partes. Na primeira, estão os campos referentes aos termos do Brasil. A segunda parte corresponde aos termos equivalentes na França. A terceira parte registra informações relativas à relação entre os termos equivalentes nos dois países, como os falsos cognatos e outras observações linguísticas e extralinguísticas que possa haver.

Além da ficha na qual armazenamos os dados terminológicos, o *e-Termos* apresenta outras ferramentas que auxiliam na elaboração de um dicionário de especialidade. Uma delas é a *Base Defniconal*, que também faz parte da etapa 5. Nela, é possível inserir excertos definicionais provenientes de diversas obras e, com base neles, elaborar definições próprias.

O *LexTraJu* não redige suas próprias definições, ele as obtém em obras terminográficas de autoria de especialistas, mas permite que cada subprojeto elabore as definições de seus termos, conforme os objetivos específicos das pesquisas desenvolvidas em cada subprojeto. No caso de nossas investigações, um dos objetivos é redigir definições próprias.

Para auxiliar no trabalho de elaboração de definições, os excertos definicionais que inserimos na Base Defniconal foram sistematizados em uma ficha chamada de **ficha de síntese**, a qual criamos no aplicativo Microsoft Access, como mostra a figura a seguir.

Figura 3 – Ficha de síntese no Access

The image shows a screenshot of the Microsoft Access application interface. The main window displays a form titled "ficha-tabela" in "Modo formulário" (Form View). The form contains the following fields:

Código:	57
Termos:	dividendo
Trço semântico 1:	fração dos lucros que cabe aos acionistas de uma sociedade
Trço semântico 2:	proporcional à participação do sócio no capital social
Trço semântico 3:	obtido dividindo-se o lucro do exercício pelo número total de ações
Trço semântico 4:	obrigatório
Trço semântico 5:	em geral, recebem uma vez por ano

The interface includes a ribbon with various toolbars and a navigation pane on the left showing the table structure.

Fonte: Elaboração própria no aplicativo *Microsoft Access*

A Figura 3 mostra como organizamos esses dados: procedemos a uma análise terminológica de tipo semântico-conceitual e identificamos, por meio de descritores encontrados nos contextos de nossa Base Definicional, os principais traços semântico-conceituais de cada termo e os chamamos de **traço semântico**.

Após essa análise, buscamos, na literatura científica da Terminologia, modelos de definição que melhor se adaptassem à descrição dos termos de nossa nomenclatura.

Com base nesses elementos teóricos e nos traços semântico-conceituais expressos pelos descritores encontrados no *cópus*, redigimos as definições dos termos encontrados em estatutos sociais. Cumpre ressaltar que as definições dos termos de nosso dicionário são redigidas apenas em português.

Com as definições prontas e outras análises sobre esse conjunto de termos que realizamos em nossa pesquisa, finalizaremos em breve nosso dicionário bilíngue de termos de estatutos sociais e o disponibilizaremos *on-line* por meio do *e-Termos*.

Considerações finais

Até pouco tempo, todo o trabalho terminográfico era manual, o que exigia muito tempo e dificultava a precisão do resultado final. A elaboração de fichas terminológicas em folhas de papel, por exemplo, era uma tarefa comum, mas que, além de ser trabalhosa e ocupar espaço, sem dúvida exigia algum tempo no momento de encontrar determinada ficha. Hoje em dia, com o desenvolvimento da informática, fica difícil conceber a realização de obras terminográficas sem o uso de ferramentas computacionais.

Neste trabalho, citamos apenas alguns *softwares* que podem auxiliar o terminógrafo, mas sabemos que há uma infinidade deles atualmente. Para o processamento de *cópus* e tratamento de dados, por exemplo, além do *Hyperbase* podemos citar também o *WordSmithTools*, o *DBT 2000*, o *Xtract*, entre outros.

O *e-Termos* foi uma das ferramentas que mais nos auxiliou, por permitir a utilização de diversos recursos necessários para o fazer terminológico em uma mesma plataforma informática, além de possibilitar trabalho e armazenamento de dados *on-line*. A disponibilização do resultado final na Internet também é um fator importante, já que o produto, isto é, nosso dicionário português-francês de estatutos sociais, poderá ter maior divulgação e acesso facilitado.

REFERÊNCIAS

ALPÍZAR-CASTILLO, R. **Cómo Hacer un Diccionario Científico Técnico?** Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Ed. USP, 2004.

_____. **Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto/SP: NovaGraf, 2007.

BOUTIN-QUESNEL, R. et al. **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília: Senado Federal, 2010. 1 CD-Rom

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Québec: Linguattech, 2002.

E-TERMOS. **Principal**. Disponível em: <<http://www.etermos.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

FRANÇA. **Code civil**. Disponível em: <<http://www.legifrance.fr>>. Acesso em: 08 jan. 2012.

INFOGREFFE. **Le contenu des statuts**. Disponível em: <<https://www.infogreffe.fr/societes/informations-et-dossiers-entreprises/dossiers-thematiques/creation-entreprise/statuts-societe.html?onglet=2>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**. São Paulo: Contexto, 2004.

LE PETIT ROBERT. **Dictionnaire analogique et alphabétique de la langue française**. Versão 2.1 eletrônica, 2001.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Cartilha Terceiro Setor**. 2. ed. São Paulo: Comissão de Direito do Terceiro Setor, 2007.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. **Travaux terminologiques – Vocabulaire Partie 1**. Théorie et application. Genebra: ISO, 2000 (ISO/R 1087).

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Gatineau, Quebec, 2002. Disponível em: <<http://www.translationbureau.gc.ca>>. Acesso em: 04 out. 2012.

SILVA, DE PLÁCIDO E. **Vocabulário Jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

O GLOSSÁRIO BILÍNGUE PORTUGUÊS-ESPAÑHOL/ESPAÑHOL-PORTUGUÊS DE TERMOS ACADÊMICOS

Fidel Pascua VÍLCHEZ

Introdução

O conjunto de normas que regem uma Universidade está exposto em uma série de documentos organizados de maneira hierárquica, conformando o marco normativo universitário. Para estas normas serem bem entendidas, devem ser expressas de maneira clara, sem dar lugar a equívocos nem interpretações abertas ou tortas e, ao mesmo tempo, cada conceito referido a pessoas, processos e lugares da Universidade deve estar recolhido sob uma só denominação, para evitar a polissemia e, portanto, a ambiguidade.

Em ocasiões, o léxico utilizado nos diferentes documentos normativos pertence ao acervo comum de uma língua. Palavras como “professor”, “estudante”, “diploma” são bem entendidas por qualquer pessoa que tiver o português como sua língua materna; no entanto, em outras ocasiões, estamos perante palavras e expressões que têm um sentido específico no âmbito em que elas são usadas, diferente do uso corrente da língua.

Se, por exemplo, considerarmos a palavra “Extensão”, esta tem múltiplas acepções no dicionário²⁷; porém, no âmbito do Ensino Superior, só tem uma própria: “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 37).

Portanto, uma pessoa leiga nas questões universitárias que lesse: “A extensão deverá ser compreendida como atividade essencial nos cursos de graduação e como atividade opcional nos cursos de pós-graduação” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 37 § 2º) provavelmente não saberia com exatidão o significado da palavra “extensão”, porque, no contexto universitário, seu significado é um só, bem específico. Nestes casos, falamos, então, em léxico especializado.

É preciso, portanto, que nos documentos normativos os conceitos que se queiram expressar estejam bem definidos, para evitar ambiguidades, sentidos obscuros ou equívocos. Já que eles estão inseridos em um contexto normativo, uma de suas características principais deve ser seu valor monossêmico dentro do seu âmbito de uso e a sua monorreferencialidade.

A questão do valor monossêmico em dado contexto e a monorreferencialidade estão presentes na essência mesma da Terminologia. Segundo Eugene Wüster o pai da Terminologia moderna, o termo deve cumprir essa característica e distingue entre monossemia e monovalência, no sentido de que, embora uma palavra possa ter vários significados, se considerada termo, em função do seu contexto de uso, então deve ser monovalente nesse dado contexto:

Em sentido restrito, um termo unívoco ou monovalente é um termo que, em um contexto de discurso determinado, apenas tem um significado atual, embora possa ser polissêmico. Por “contexto de discurso” é preciso entender, ou bem o contexto da frase, ou bem a situação de discurso determinada pelas circunstâncias. A distinção entre, por uma parte, a monossemia, e por outra, a monovalência, ou univocidade em sentido estrito, permite limitar a exigência teórica da monossemia em terminologia a uma única condição econômica: que os termos sejam “monovalentes”, sem serem necessariamente “monossêmicos” (WÜSTER, 1998, p. 140).

Consideramos, pois, o léxico acadêmico como uma terminologia específica com sua função no contexto normativo em que está inserida e, portanto, que deve ser monovalente neste dado contexto. Neste sentido, entendemos que, através daquele, estão delimitados conceitualmente objetos, pessoas, processos e é utilizado pelos membros de

²⁷ Apesar de doze acepções distintas para esta palavra aparecerem nos dicionários Houaiss e Aurélio, nenhuma delas faz referência ao âmbito universitário, como função, unidade estrutural ou funcional nela.

uma comunidade de profissionais em suas comunicações especializadas, tanto de maneira oral, em seu cotidiano na Universidade, quanto de maneira escrita em *e-mails*, documentos normativos, informativos e formulários que fazem parte também das relações dos membros da comunidade acadêmica.

Consideramos a terminologia acadêmica inserida no marco normativo do Ensino Superior como um tipo de léxico especializado, próprio das denominações técnicas, cujo componente lexical denomina pessoas, objetos, lugares, conceitos, processos criados no seu contexto de uso e delimitados conceitualmente, como aponta María Teresa Cabré: “Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade, e um meio inevitável de expressão e comunicação profissional” (CABRÉ, 1993, p. 37).

Em função desta análise prévia feita da natureza do léxico acadêmico como representativo de um conhecimento especializado que reflete na comunicação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores, pesquisadores, etc.) e que representa uma dimensão conceitual através de um léxico especializado, acreditamos que estamos, então, perante uma terminologia acadêmica; aliás, o léxico acadêmico pode ser entendido sob uma perspectiva terminológica.

Se tomarmos como exemplo uma das palavras selecionadas no começo da Introdução, tão habitual no uso da língua de qualquer pessoa que tiver o português como língua nativa, como “estudante”, e formos olhar no dicionário monolíngue procurando seu significado, ela estaria relacionada com a ação de estudar e a frequência:

estudante ■ adjetivo e substantivo de dois gêneros que ou o que estuda ou que frequenta regularmente curso (de Ensino Fundamental ou Médio, Universitário, etc.) em alguma instituição ou qualquer outro curso livre, no qual se pode adquirir alguma habilidade e/ou conhecimento. Ex.: <jovem e.>, <e. de história>, <e. de francês>, <e. de capoeira>. (HOUAISS, 2009, grifo nosso).

Porém, no marco normativo da Universidade, o conceito associado ao termo **estudante** é “pessoa matriculada formalmente em alguma disciplina, curso, ou programa de estudos”; ou seja: ser estudante na Universidade implica cumprir com o trâmite de fazer a matrícula correspondente para adquirir esta condição:

O corpo discente da Universidade é constituído por todos os **estudantes** regularmente matriculados em seus cursos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 84).

Os **estudantes** da Universidade serão regulares ou especiais.

§ 1º São **estudantes** regulares os que se matricularem nos cursos de graduação e pós-graduação, com obediência a todos os requisitos indispensáveis à obtenção dos diplomas correspondentes.

§ 2º São **estudantes** especiais os que se matricularem nos demais cursos ou em disciplinas isoladas dos cursos de graduação ou pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estatuto, Art. 85, grifo nosso).

No exemplo escolhido anteriormente, observávamos que, ao mesmo tempo em que era apresentado o conceito relativo ao termo **estudante**, também podíamos reconhecer dois conceitos adicionais relacionados com o conceito principal, formados a partir da união sintagmática do termo principal (**estudante**) com um adjetivo (**regular**; **especial**), adquirindo assim uma nova dimensão; aliás: representativos de outros conceitos e, portanto, suscetíveis de serem considerados termos independentes. Surgem assim os termos **estudante regular** e **estudante especial**.

Ao falarmos, no início, acerca das características que um documento do marco normativo de uma Universidade deve apresentar, mencionávamos a questão da clareza, de falta de ambiguidade e a precisão requeridas para cumprir sua função. Na realidade, estas características nem sempre se cumprem, como podemos comprovar após uma primeira pesquisa inicial que confirmasse nossas impressões. Por exemplo, ao lermos o *Estatuto da Universidad de Buenos Aires*, no Capítulo IV, referente aos *Planes de Estudio*, vemos em seus três únicos artigos o seguinte:

Las Facultades, en conformidad con lo dispuesto en el art. 113, inc. i), proponen al Consejo Superior, que resuelve en definitiva, los **planes de estudio** y su modificación (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art. 13, grifo nosso).

Los **planes de estudios** de las escuelas o departamentos dependientes directamente de la Universidad son dictados por el Consejo Superior (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art.14, grifo nosso).

El Consejo Superior de la Universidad puede crear carreras nuevas y en los casos en que ello resulte conveniente puede coordinar a ese efecto la labor de distintas Facultades (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, Estatuto, Art. 15).

Após a leitura dos artigos supraditos não fica claro, na nossa opinião, o conceito associado ao termo *plan de estudios*.

Como consequência do exposto, propusemo-nos, como principais objetivos, a criação de:

- Um glossário bilíngue de termos acadêmicos do Ensino Superior, em formato tradicional de livro, em que estarão incluídos os termos extraídos dos documentos dos MNUs do Brasil, da Argentina e de Portugal, com vistas a estabelecer uma terminologia acadêmica em português no âmbito do léxico analisado, em contraste com a mesma terminologia em espanhol da Argentina.

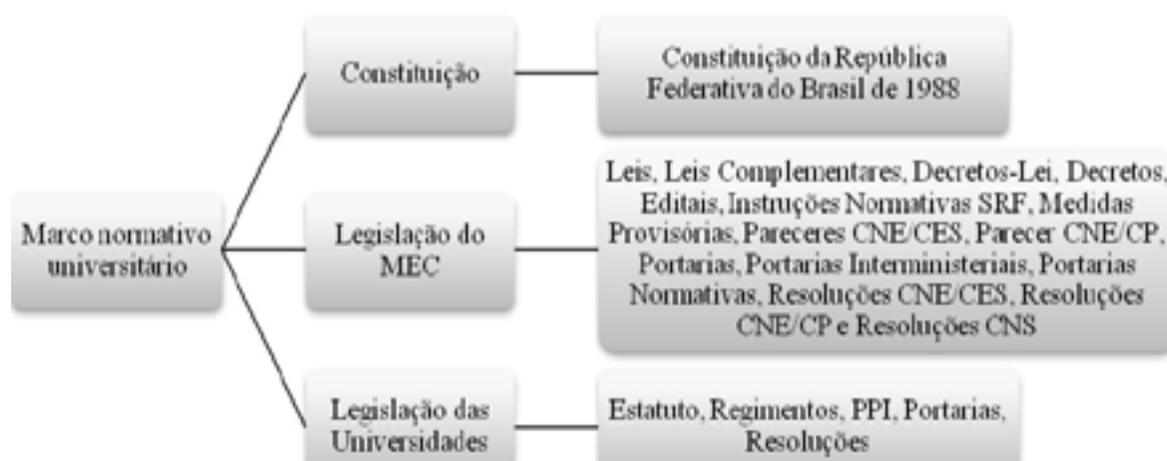
- Uma base de dados informática, similar quanto aos conteúdos do glossário, das unidades lexicais selecionadas, para que possa ser utilizada pelos usuários e consulentes, de fácil acesso e transporte, ecológica, em consonância com os tempos decorrentes, que faça desnecessário o uso do papel, para ser consultada em *Internet* ou alojada em um dispositivo portátil, como *pen-drive*, CD, DVD, *tablet*, etc.

Delimitação do objeto de estudo: o marco normativo universitário

As normas pelas quais uma instituição se rege estão escritas em diversos documentos organizados de maneira hierárquica.

Partindo, pois, da base de que existem normas gerais para todo sistema educativo, seja brasileiro ou estrangeiro, uma instituição de Ensino Superior na hora de se constituir e, depois, ao longo da sua existência, deve organizar-se e reger-se segundo as normas estabelecidas pelos seus fundadores e mantidas e/ou alteradas depois pelos representantes dos órgãos superiores. Estas normas referidas estão plasmadas nos documentos que conformam seu marco normativo: o Estatuto, o Projeto Pedagógico Institucional, o Regimento Geral, os PPCs e, eventualmente, os diferentes regimentos que abrangem cada um dos órgãos e comunidades da Universidade: o regimento do corpo docente, administrativo, discente, dos cursos de graduação, etc., como apresentamos no esquema seguinte, referente ao MNU brasileiro:

Figura 1 – Organização do MNU brasileiro



Fonte: Elaboração própria

Abrangência da pesquisa

O espaço geográfico analisado na pesquisa abrange três países. Um deles é de população hispanofalante em sua imensa maioria: a Argentina; os outros dois são de população lusófona, também em sua imensa maioria: Brasil e Portugal.

Selecionamos para a realização da nossa pesquisa uma Universidade de cada um dos países mencionados. A nossa escolha pretende apresentar uma instituição de Ensino Superior pública muito prestigiada em cada um deles, seguindo os critérios de: reputação acadêmica, reputação do corpo docente, citações em publicações, etc. Acreditamos que a seleção feita cumpre com os objetivos propostos.

Escolhemos, pelo Brasil, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por ser a nossa Universidade; por sua vez, escolhemos, por Portugal, a Universidade de Coimbra (UC), em virtude do acordo de cooperação subscrito entre ela e a UEL em 2010, com vigência até 2015, que abrange Mobilidade Acadêmica e Programa de Licenciatura Internacional; pela Argentina, escolhemos a Universidad de Buenos Aires (UBA), a maior Universidade pública do país e de reconhecido prestígio.

O léxico do nosso interesse

O léxico de interesse para a nossa análise abrange os conceitos relacionados com a face acadêmica da Universidade, principalmente no que se refere a documentos, pessoas, processos, ações e lugares. Damos atenção, pois, aos conceitos relacionados a:

- Documentos atrelados à conclusão de um curso, programa, disciplina, etc., ou como consequência de um processo ou ação relacionados com o ensino-aprendizagem (p. e.: **histórico escolar, certificado de conclusão de curso**, etc.).
- Da mesma maneira, ocupamo-nos daqueles conceitos relacionados com a estrutura organizativa da academia; aliás, aqueles termos que indicam algum nível de estudos universitário (p. e.: **bacharelado, mestrado**, etc.) ou organização dos estudos (p. e.: **disciplina de livre eleição, programa seriado**, etc.).
- Distinções conferidas por uma instituição de Ensino Superior relacionadas aos discentes que concluem um curso ou programa de estudos superiores (p. e.: **bacharel, tecnólogo**, etc.).
- Pessoas relacionadas com processo de ensino-aprendizagem, sejam pertencentes ao corpo discente (p. e.: **estudante especial**, etc.), ou docente (p. e.: **professor colaborador**, etc.).
- Espaços físicos em que são desenvolvidas as atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa ou extensão (p. e.: **centro, faculdade, insituto de pesquisa**, etc.).
- Processos relacionados ao mundo acadêmico que estabelecem uma relação entre as pessoas que fazem parte do corpo discente e/ou docente com a instituição de Ensino Superior à qual pertencem (p. e.: **trancamento de matrícula, reopção por curso diverso**, etc.).

Em relação às categorias linguísticas, a delimitação do léxico selecionado, o qual, como já foi dito, abrange objetos (em múltiplas variedades), distinções, pessoas, processos e ações, condicionou que as unidades léxicas que fazem parte do nosso glossário fossem em sua totalidade substantivos e sintagmas equivalentes a substantivos.

Neste sentido, consideramos as unidades léxicas em forma de sintagma, equivalentes a substantivos, do tipo **histórico escolar, estudante especial, faculdade integrada**, etc., como mais interessantes na hora de fazer a seleção para o nosso glossário, pois são justamente estas as que não aparecem nos dicionários bilíngues tradicionais espanhol-português/português-espanhol e, portanto, resultam de maior utilidade prática.

A árvore de domínio

Uma vez selecionados os *corpora* especializados de documentos, procedemos à extração dos candidatos a termos incluídos neles que constituem a nomenclatura do glossário terminográfico e da base de dados terminológica. Para tanto, estabelecemos um esquema hierárquico formado pelos termos-chaves para assim podermos nos aproximar melhor da área de conhecimento abordada. Este tipo de organograma é denominado na ciência terminológica de “árvore de domínio”. De acordo com Krieger & Finatto (2004, p. 134):

Esse tipo de esquema pretende apenas servir como uma organização possível para uma especialidade ou uma ciência, de modo que o pesquisador possa, baseado nele, compreender algumas de suas hierarquias básicas e também situar um recorte do reconhecimento terminológico para seu dicionário.

Considerando as argumentações feitas em relação à problemática abordada, justificativa e objetivos, dividimos a organização acadêmica da Educação Superior e propomos o seguinte esquema:

1. Instituições de Ensino Superior.
2. Cursos superiores.
3. Qualificações universitárias.
4. Comunidade acadêmica.

Partindo desta base, organizamos a nossa proposta de estrutura conceitual, seguindo a metodologia descrita, da organização acadêmica da educação superior. Este primeiro esquema constituiu o ponto de partida da árvore de domínio estabelecida para a língua portuguesa, o qual apresentamos em organograma (Figura 5):

Figura 2 – Proposta de organograma básico da Educação Superior



Fonte: Elaboração própria

Uma vez feita esta primeira subdivisão, cada um dos cinco itens principais derivados da organização acadêmica da educação superior apresentados no organograma anterior (Instituições de Ensino Superior, Cursos superiores, Qualificações universitárias e Comunidade acadêmica) pode ser dividido, por sua vez, em outras árvores em relação aos conceitos principais derivados deles:

- Instituição de Ensino Superior: ensino superior, atos autorizativos, estrutura orgânica.
- Curso superior: homologação do curso, nível do curso, modalidade do curso, locais de oferta, currículo, turno de oferta do curso, temporalidade do curso.
- Qualificações universitárias: grau acadêmico, diploma, título, certificado, histórico escolar, habilitação, dignidades universitárias.
- Comunidade acadêmica: corpo docente, corpo discente.

A partir dessa organização básica, a árvore de domínio ampliou-se até abranger a totalidade dos 298 termos extraídos, a qual omitimos por questões de espaço.

Organização das fichas terminológicas

Resolvemos criar duas bases de dados que contivessem informações em português brasileiro e seus equivalentes em espanhol argentino e vice-versa, oferecendo inclusive as possíveis variações em português europeu dos termos selecionados em relação à variedade americana, com a intenção de fornecer os dados mais pertinentes e necessários, sem sobrecarregar as fichas de informações desnecessárias. Detalhamos, a seguir, os campos que compõem as fichas da nossa base de dados terminológica.

- **Campo 1: Código.** Numeração do termo correspondente. Como foram selecionados 298 termos, ela aparece representada com três dígitos, partindo do 001 até o 298; o código 001 corresponde ao primeiro termo em língua portuguesa em ordem alfabética (**abandono de curso**) e o 298 ao último nesta mesma ordem (**verificação de aprendizagem**).
- **Campo 2: Área temática.** Este campo está sempre preenchido com **Educação Superior**, área sobre a qual nós fizemos a nossa pesquisa.
- **Campo 3: Subárea:** Este campo, por sua vez, está sempre preenchido com **Organização Acadêmica**. Julgamos necessário estabelecer esta subárea, pois futuramente a base de dados poderia ser complementada com outras subáreas relacionadas com a Educação Superior, como a organização econômica, administrativa, etc.
- **Campo 4: Termo em língua de entrada.** Quando a língua de entrada for o português brasileiro, este campo aparece preenchido com o termo precedido das siglas PB, com a mesma forma que irá aparecer depois no glossário terminológico bilíngue como verbete; por sua vez, quando o espanhol for a língua de entrada, o termo aparece precedido das siglas EA.
- **Campo 5: Fonte do termo.** Indicamos a fonte documentária da qual o termo foi selecionado (Lei, Estatuto, Regimento, etc.).
- **Campo 6: Definição.** Neste campo aparece a definição do termo na língua correspondente, a qual servirá também como definição na proposta de glossário bilíngue.
- **Campo 7: Fonte da definição.** Este campo aparece preenchido com a menção ao tipo de documento normativo do Brasil ou da Argentina e, se for o caso, o artigo, do qual foi extraída a definição.
- **Campo 8: Contexto.** Contexto situacional em que o termo relacionado aparece. As informações fornecidas para este campo ajudarão a entender melhor o sentido da definição do termo, como complemento dela.
- **Campo 9: Fonte do contexto.** Neste campo fazemos menção à fonte documentária do contexto (Lei, Parecer, Estatuto, etc.).
- **Campo 10: Termo em língua de chegada.** Quando a língua de partida é o português brasileiro, este campo aparece introduzido pelas siglas EA e, na sequência, o termo equivalente em língua espanhola; por sua vez, quando a língua de entrada é o espanhol, o termo equivalente é introduzido pelas siglas PB.
- **Campo 11: Observações.** Este campo está reservado para as informações adicionais relevantes que ajudem a uma compreensão completa do conceito representado pelo termo de entrada, assim como as possíveis variações em relação ao português europeu. Este campo nem sempre aparece preenchido.

A seguir, oferecemos um exemplo de ficha terminológica com os campos preenchidos segundo o modelo proposto anteriormente. Trata-se da ficha correspondente ao termo **abandono de curso**:

Figura 3 – Modelo de ficha terminológica em *Microsoft Access*

Lingua de entrada-Português brasileiro			
Código:	001	Fonte da definição:	Adaptada do Conselheiro Relator José Carlos Almeida da Silva, 2003, p. 4.
Área temática:	Educação Superior	Contexto:	o aluno é regular porque está com o seu vínculo incólume com a instituição, embora, se vier a renunciar aos serviços contratados e postos à sua disposição não venha frequentando regularmente as aulas e se deixe reprovar por faltas
Subárea:	Organização acadêmica	Fonte do contexto:	Parecer CNE/CES Nº 365/2003 do Ministério da Educação do Brasil, p. 4.
PB:	Abandono de curso	EA:	desistencia; deserción
Fonte do termo:	Parecer CNE/CES Nº 365/2003 do Ministério da Educação do Brasil	Observações:	PP desistência de estudos
Definição	Ruptura do vínculo do aluno com a instituição pelo não comparecimento para renovação de matrícula.		

Fonte: Elaboração própria

O glossário

O glossário está organizado nas direções português – espanhol e espanhol – português e é destinado principalmente a discentes, docentes, técnicos administrativos, tradutores profissionais e intérpretes, com o propósito de aportar soluções na recepção e produção de textos especializados relacionados com a educação superior.

A obra apresenta uma estrutura bilíngue bifocal. De acordo com Da Silva, uma estrutura bilíngue bifocal “[...] além de considerar o usuário e a função do dicionário, que são dois aspectos fundamentais, consideram-se, também, questões relativas à praticidade da obra” (DA SILVA, 2008, p. 178); ela é diferente da monofocal, a qual somente considera o usuário e as funções do dicionário.

A praticidade à qual se refere Da Silva tem a ver, basicamente, com a consideração como uma só unidade das duas partes da obra: língua de partida A para língua de chegada B (no nosso caso: português – espanhol) e língua de partida B para língua de chegada A (no caso: espanhol – português). Nós consideramos que as duas partes são complementares e não estão concebidas de maneira separada, mas formando uma só unidade; portanto, para efeito de praticidade, o nosso glossário é um dicionário bilíngue bifocal.

Organizamos a seguinte estrutura do glossário:

1. Termo-entrada: os termos estão ordenados alfabeticamente, de maneira lematizada, em negrito.
2. Informação gramatical: nas duas direções do glossário, junto ao termo-entrada, aparece uma informação relacionada com o mesmo gênero gramatical, grafada em itálico. Incorporamos essa informação, pois em algumas ocasiões o gênero gramatical do termo- entrada e do termo equivalente não coincidem e podem prejudicar a produção de textos em língua estrangeira.
3. Definição: a definição terminológica está redigida na mesma língua do termo- entrada; ou seja: no dicionário com direção português – espanhol, a definição esta redigida em português e, no dicionário na direção espanhol – português, a definição está redigida em espanhol.
4. Contexto: em cada verbete, na sequência da definição, aparece sempre um contexto de uso do termo-entrada, extraído de: a) um documento do marco normativo universitário brasileiro quando a língua

de entrada do verbete é o português; ou b) do argentino quando a língua de entrada é o espanhol. Ele serve para ilustrar melhor o sentido da definição e para dar fé do seu uso, acompanhado da fonte documentária da qual foi extraído.

5. Termo equivalente ao termo-entrada: é apresentado, por um lado, em negrito, para salientar a relação de equivalência com o termo-entrada; por outro, em itálico, para mostrar que está redigido em uma língua diferente daquele.
6. Informação gramatical do termo equivalente: como acontecia com o termo-entrada, junto ao termo equivalente aparece uma informação grafada em itálico em relação a seu gênero gramatical.
7. Observações: em alguns verbetes, separado do corpo principal, aparecem informações complementares com o propósito de apresentar a variante terminológica do português de Portugal para seu equivalente no marco normativo brasileiro, ou para esclarecer algum outro detalhe em relação à sua definição ou ao seu contexto de uso.

Oferecemos um exemplo de verbete com língua de entrada português brasileiro, assinalando através dos números cada uma das suas partes:

Figura 4 – Exemplo de verbete do glossário

disciplina eletiva *f* Disciplina de livre escolha do estudante, que pode ser cumprida dentre as disciplinas regulares de cursos e habilitações distintas ao da sua matrícula, a partir de elenco definido pelos Departamentos ofertantes. 2”(...) b) <Disciplinas Eletivas> – são disciplinas ofertadas regularmente em outros cursos e ou habilitações, de livre escolha do estudante. O elenco destas disciplinas é definido pelos Departamentos e divulgado pela PROGRAD para inscrição dos interessados”. 3Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Estadual de Londrina, p. 26. EA *materia electiva* *f*.

4 PP unidade curricular optativa transversal *f*/ unidade curricular optativa livre *f*. Na UBA, as *matérias electivas* só podem ser cumpridas dentre as ofertadas no mesmo curso da matrícula do estudante.

Fonte: Elaboração própria

Conclusão

O *Glossário bilíngue português/espanhol – espanhol/português de termos acadêmicos* nasceu da necessidade de oferecer uma solução a pessoas que, assim como nós, não entendem, às vezes, o sentido de algumas palavras ou expressões relacionadas a pessoas, objetos e processos no âmbito acadêmico universitário, mas que são continuamente usadas nas comunicações especializadas entre discentes, docentes e TAEs das instituições de Ensino Superior.

Em segundo lugar, acreditamos, a partir das considerações anteriores, que existe uma terminologia acadêmica universitária, em virtude de ela participar das características que toda terminologia específica deve ter: a) âmbito de uso específico: o espaço físico e virtual das instituições de Ensino Superior; b) situações comunicativas específicas: processos acadêmico-administrativos, textos orais e escritos especializados; c) usuários específicos: discentes, docentes, TAEs; e d) existência de léxico especializado ou léxico de uso especializado, diferente do léxico comum da língua: **professor assistente, estudante especial, plano especial de matriz curricular**, etc.

Acreditamos, nesse sentido, que, conforme os países e Universidades selecionados, a terminologia acadêmica apresenta uma tríplice dimensão: a) nacional e monolíngue, b) binacional e monolíngue; e c) plurinacional e plurilíngue.

A dimensão nacional e monolíngue da terminologia acadêmica quer dizer que cada país tem seu próprio MNU. Nesse caso, os termos devem cumprir, na nossa opinião, com as máximas de monorreferencialidade e monovalência propostas por Wüster em sua TGT, pois não é possível ou, ao menos desejável que, em uma Lei do MEC, termos como **extensão, estudante, aprovado, doutor**, etc., tenham um significado associado a um conceito específico e, em outro documento normativo, esses mesmos termos tenham outro significado, associado a um conceito diferente. Isso traria consigo inúmeros problemas administrativos e jurídicos.

A dimensão plurinacional e monolíngue abrange os casos em que dois ou mais países compartilham a mesma língua, como acontece no caso do Brasil e de Portugal. Cada um deles possui seu próprio MNU e, portanto, os conceitos vertidos neles podem ser diferentes. Nesse caso, podem aparecer variantes para o mesmo termo, que vai desde a simples variação ortográfica, por exemplo: PB **projeto de extensão**/PP **projecto de extensão**; passando por variações de tipo léxico para expressar um mesmo conceito; por exemplo: PB **disciplina**/PP **unidade curricular**; ou inclusive até pode ocorrer o fenômeno linguístico da polissemia, como acontece no caso de PB **licenciatura**/PP **licenciatura**, pois em cada MNU as características desse tipo de curso superior não são exatamente iguais.

A dimensão plurinacional e plurilíngue abrange os casos em que há dois ou mais países, cada um com a sua língua e o seu próprio MNU. Além das dificuldades específicas que descrevemos acima, referidas ao Brasil e a Portugal, deve ser acrescentada a de trabalhar com duas línguas diferentes (espanhol e português). A principal dificuldade consistiu em achar o mesmo conceito nos três MNUs e os termos que os expressavam.

Desde uma perspectiva plurinacional e plurilíngue, confirmamos que ocorrem, dentro da terminologia acadêmica, fenômenos linguísticos relacionados com a semântica, como os falsos cognatos ou falsos amigos. Exemplos tão significativos como PB **licenciatura**/EA **licenciatura**, PB **licenciado**/EA **licenciado**, PB **professor**/EA **professor**, etc., dão fé dessa circunstância. Isso, na nossa opinião, justifica mais ainda a criação de uma ferramenta de consulta de caráter bilíngue como esta que propomos.

Do ponto de vista teórico, o nosso trabalho está baseado nos postulados da TGT de Eugene Wüster e da TCT de María Teresa Cabré.

Nós achamos que a perspectiva normatizadora baseada na monossemeia e univocidade do termo proposta por Wüster fazia sentido para o contexto nacional e monolíngue do nosso trabalho.

No entanto, as teorias de Wüster e da TGT resultam, na nossa opinião, insuficientes para analisar o léxico acadêmico do MNU sob as perspectivas plurinacional monolíngue e plurinacional plurilíngue, já que a TGT não considera viável a variação linguística para um mesmo conceito, nem a adequação de conceitos que não são equivalentes entre si.

Por sorte, com o decorrer do tempo foram aparecendo novas teorias como a TST e a TCT que permitem maior flexibilidade no trabalho do terminólogo. Consideramos como muito pertinente para o nosso trabalho aplicar o **Princípio da Variação** e o **Princípio de adequação** propostos pela TCT. Graças à sua aplicação, foi possível apresentar termos equivalentes no PB e no PP como variações diatópicas do mesmo conceito, como aconteceu, por exemplo, nos casos de PB **pesquisa**/PP **investigação**, PB **disciplina**/PP **unidade curricular**, etc., e também criar termos equivalentes na língua meta em situações em que um conceito incluído no MNU na língua de partida não tinha um conceito equivalente na língua de chegada.

REFERÊNCIAS

CABRÉ, M. T. **La terminología**. Antártida. Empúries, 1993.

DA SILVA, O. L. **Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária**. 2008. 334f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

HOUAISS, A. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2009.

KRIEGER, M. D. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**. Editora Contexto. São Paulo, 2004.

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. **Estatuto Universitario**. Buenos Aires, 1983. Disponível em <<http://www.uba.ar/download/institucional/uba/9-32.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Estatuto da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina, 2009. Disponível em <http://www.uel.br/proplan/oem/Estatuto_Atualizado_11_11_2011.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2012.

WÜSTER, E. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica**. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Barcelona, 1998.

A CULTURA COMO REFLEXO E ORIGEM DE TERMOS EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Karina RODRIGUES
Lídia Almeida BARROS

Introdução

Grande parte dos fenômenos linguísticos está inserida no que poderíamos identificar com uma esfera cultural da comunidade usuária do idioma, tais como variação terminológica, neologismo, empréstimos linguísticos e semânticos, fraseologismos, provérbios e ditados, etc. A constituição da língua se faz com base em um processo cultural. Os diferentes povos se organizam em torno de um sistema linguístico, representativo de sua compreensão do mundo. As linguagens de especialidade e os conjuntos terminológicos que lhe são característicos são fruto de uma cultura e participam do processo cultural que marca a comunicação em uma determinada língua. Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre as questões culturais que subjazem à terminologia de contratos de locação de imóveis no Brasil, considerando-se sobretudo o fato de que a locação de imóveis segue regras jurídico-comerciais próprias de um país e os contratos de locação de imóveis são redigidos em determinada língua. Toda essa realidade é altamente marcada do ponto de vista cultural.

Língua e cultura, um conjunto inseparável

Tomemos, para fins deste trabalho, a definição de cultura do *Dicionário de Sociologia* de Allan G. Johnson (1997, p. 59):

A cultura é um conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família. [...] A cultura possui aspectos materiais e não-materiais. A cultura material inclui tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva, da preparação do alimento à produção de aço e computadores, passando pelo paisagismo que produz os jardins do campo inglês. A cultura não-material inclui símbolos – de palavras à notação musical –, bem como as ideias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam.

Sendo a cultura esse acumulado de ideias, de símbolos, representativo de uma maneira própria de apreender o mundo externo, ela é intrínseca aos modos de expressão de uma dada comunidade. Se a língua é um reflexo da cultura e esta também se reflete na língua, temos um duo em que se torna difícil separar língua e cultura de forma estanque. Nesse sentido, Galisson afirma que, para compreender a especificidade de um grupo humano, é preciso levar em consideração tanto sua cultura como sua língua, uma vez que são indissociáveis²⁸.

Cada comunidade, por sua vez, faz um recorte da realidade à sua própria maneira, o que garante as diferenças nos conjuntos terminológicos de culturas diversas. Galisson aponta para essa individualidade no que tange ao estabelecimento da realidade cultural particular de cada sociedade “a cultura estrangeira é menos uma soma de conhecimentos a armazenar do que uma chave para compreender os outros e ser compreendido por eles”²⁹ (GALISSON, 1988, p. 326, tradução nossa). Logo, dominar os aspectos culturais que subjazem à determinada língua permite um

28 Le concept d'« identité collective » fait l'objet d'un large consensus chez ceux qui étudient les comportements de l'homme en société. Il permet de comprendre certains mécanismes sociaux, donc le faire avancer la recherche dans ce domaine. Je le préfère au concept d'« identité culturelle » dans la mesure où, pour rendre compte de la spécificité d'un groupe humain, il convoque à la fois la culture et la langue dudit groupe, pas seulement sa culture ; une culture qu'on imagine dissociée de la langue « qui va avec ». (GALISSON, 1988, p. 327).

29 [...] la culture étrangère est moins une somme de connaissances à engranger, qu'une clé pour comprendre les autres et être compris d'eux. (GALISSON, 1988, p. 326).

melhor entendimento entre os falantes.

A língua alemã é, sobretudo na formação de substantivos por aglutinação de conceitos, um exemplo evidente de como a cultura, ou seja, a forma própria de compreender o mundo por parte da comunidade germânica, se reflete muito particularmente na língua. Vejamos os casos dos termos *Schildkröte* e *Baumwolle*. O primeiro termo, *Schildkröte*, cuja tradução para o português é **tartaruga**, forma-se pela aglutinação dos conceitos de escudo/casco *Schild* e sapo *Kröte*. A supor pela evidência linguística, trata-se do reconhecimento das características de sapo e de escudo na tartaruga, que seria representada linguisticamente, então, por algo próximo a “sapo cascudo” ou “sapo com escudo”. A associação desses conceitos é um fenômeno fortemente cultural e traduz a interpretação do mundo por parte do olhar alemão. Outro caso é o do termo *Baumwolle*, cujo conceito é denominado em português pelo termo **algodão**. Temos aqui a aglutinação do conceito de **árvore** do substantivo *Baum* e do conceito de **lã**, no substantivo *Wolle*. A interpretação, então, do conceito de **algodão** passa pela aglutinação das características de **árvore** e de **lã**. A junção desses conjuntos de características resultaria em um conceito próximo de “árvore de lã”, *Baumwolle*.

Esses termos nos mostram uma interpretação de mundo própria da cultura alemã. Entender, ou mais precisamente denominar, uma tartaruga como um “sapo com escudo” ou algodão como “árvore de lã” é um exemplo de compreensão de conceitos muito particular de uma cultura, de uma visão de mundo. E essa leitura do mundo externo se reflete de forma evidente na expressão, na língua.

O exemplo a seguir mostra-nos um caso de acomodação linguística e cultural na língua francesa de um conceito denominado por um termo em inglês: *walkman*. Trata-se de um antigo aparelho de som portátil, pequeno, com fones de ouvido, em que se coloca uma fita cassete, o qual permite a locomoção do usuário enquanto ouve música. Um antecessor dos modernos *mp3*, *mp4*, celulares com arquivos de som, etc. Em francês, esse aparelho é denominado *baladeur*. Com base no verbo *balader*, cujo significado é **passar, andar sem um destino preciso**, e do sufixo *-eur*, cuja função é indicar “aquele que faz a ação do verbo”, forma-se, então, o termo *baladeur*. No dicionário *Le Petit Robert* (2012), vemos uma indicação importante sobre o termo *baladeur*, para o tema desta discussão, em que observamos as questões culturais que subjazem à terminologia: “*recommandation officielle pour walkman*” (recomendação oficial para *walkman* – tradução nossa).

Essa recomendação reflete uma questão cultural francesa, pois apesar da existência de termos em inglês no vocabulário cotidiano dos franceses, existe uma legislação que regula o uso de palavras estrangeiras no intuito de proteger a língua nacional de uma avalanche de termos estrangeiros e também proteger os trabalhadores franceses, uma vez que uma das orientações dessa lei é que toda comunicação entre empresa estrangeira e funcionários seja também em francês. Trata-se da Lei Toubon, que restringe o uso de termos em língua estrangeira em contextos oficiais, em contextos de trabalho ou de comércio. Vejamos o artigo 2 da citada lei: “Na designação, oferta, apresentação, no modo de emprego ou de uso, na descrição da extensão e condições da garantia de um bem, de um produto ou serviço, assim como nas faturas e recibos, o emprego da língua francesa é obrigatório” (FRANCE, 1994, tradução nossa)³⁰.

Notamos, nesse exemplo, que um interesse cultural de manutenção, proteção e fomento da língua francesa em comunicação oficial, de serviço público, bem como comunicação comercial, divulgação de produtos etc, perpassa a terminologia. O termo *baladeur* poderia ter se mantido em inglês como ocorre no Brasil, no entanto é um traço da cultura francesa (nesse caso, regido por lei) que os termos estrangeiros sejam submetidos a processos de tradução, acomodação linguística, busca de equivalentes para a língua francesa etc.

Como último exemplo, trataremos de um caso da língua italiana. Vejamos os termos *Duecento*, *Trecento*, *Quattrocento*, que em uma tradução literal ao português equivalem a **duzentos**, **trezentos**, **quatrocentos**, e assim sucessivamente até *Novecento*, **novecentos** em português, utilizados para a contagem dos séculos, especialmente no que concerne à literatura e à história da arte. O século XIII foi denominado *Duecento*, o século XIV, *Trecento*, o XV, *Quattrocento*, século XVI, chamado de *Cinquecento*, XVII de *Seicento*, XVIII, *Setecento*, XIX de *Ottocento*, e o século

30 « *Dans la désignation, l'offre, la présentation, le mode d'emploi ou d'utilisation, la description de l'étendue et des conditions de garantie d'un bien, d'un produit ou d'un service, ainsi que dans les factures et quittances, l'emploi de la langue française est obligatoire* ».

XX, denominado por *Novecento*. O raciocínio envolve a contagem dos anos a partir do primeiro ano do século, 1801, por exemplo, até 1900. Isso equivale a pensar que *Ottocento* refere-se ao conjunto de anos dentro dos anos 1800, *milleottocento* – a palavra *mille* (mil) sendo recorrentemente suprimida da expressão (PATOTA, 2006, p. 256). Nessa convenção da língua italiana, então, não ocorre a conversão que se observa em língua portuguesa, em que os anos a partir de 1801 até 1900 constituem o chamado século XIX (dezenove). Essa interpretação do fato e a consequente denominação de tais conceitos pelos termos citados faz parte do sistema cultural italiano, ou seja, a cultura, responsável pela leitura do fato conforme o critério de interpretação italiano, está refletida na língua, uma vez que foram criados termos específicos para sua denominação.

Com esses exemplos, confirmamos um aspecto apontado por Galisson: “É enquanto prática social e produto socio-histórico que a língua é totalmente penetrada pela cultura. O jogo de simbiose no qual funcionam língua e cultura faz como que elas sejam o reflexo recíproco e obrigatório uma da outra”. (GALISSON, 1988, p. 330, tradução nossa)³¹.

Nota-se, em certa medida, que a terminologia é, assim como a língua de forma geral, perpassada, influenciada, transformada e, se podemos assim dizer, criada por questões culturais. Diki-Kidiri comenta sobre o papel da cultura em uma sociedade no que se refere à apreensão do mundo e dos novos conhecimentos:

É sua visão de mundo que determina sua forma de classificar, ordenar, nomear e categorizar tudo o que ela percebe ou concebe, inclusive sua própria identidade. Em contrapartida, todo conhecimento adquirido, de qualquer maneira que seja, contribui para forjar a visão de mundo do homem social. É esse movimento dialético permanente entre a herança cultural e a apreensão da novidade que é o motor da renovação dos conhecimentos em uma dada comunidade cultural. (DIKI-KIDIRI, 2000, p. 27, tradução nossa)³².

Na Terminologia, tanto quanto na língua geral, a cultura tem um papel fundamental para o estabelecimento dos fenômenos linguísticos presente nos textos.

Língua e cultura na Terminologia e nos contratos de locação de imóveis

No que tange à Terminologia, não se pode considerar diferentemente. Os termos estão diretamente ligados à esfera cultural em que estão inseridos. Terminologia, entendida como estudo das linguagens de especialidade e dos fenômenos inerentes a elas, pressupõe a existência de grupos de especialistas em determinado fazer científico, artístico, técnico ou profissional que se comunicam em função de fatos como novas descobertas, desenvolvimento de novos conhecimentos e transmissão do saber técnico/científico. Por si só, a Terminologia aponta para a existência de um campo do fazer/saber especializado, o que é um traço cultural da comunidade em questão.

Com relação à terminologia de contratos de locação de imóveis, podemos observar a presença de fatores culturais refletidos no conjunto terminológico em questão e que esses fatores foram condicionantes para a presença desses termos na terminologia de contratos de locação de imóveis estudada. Há casos em que é possível perceber uma forte motivação cultural para a origem de certos termos. Dentre os aspectos socioculturais que subjazem à terminologia presente em contratos de locação de imóveis, destacamos o aspecto legal, uma vez que se trata de um documento regido por lei; o aspecto econômico-comercial, considerando-se que o contrato estabelece uma relação comercial entre locador e locatário; aspecto civil, na medida em que os contratantes assumem responsabilidades sobre o contrato.

Cada um desses aspectos, dentre outros, leva a um sistema de conceitos nitidamente influenciado por questões socioculturais. Como exemplo, tomemos os termos **caução, ação de despejo, fiador, fiança, inadimplência, seguro de fiança locatícia**, que ocorrem nos contratos de locação para designar conceitos ligados à esfera econômica, mais especificamente, à (possível) inadimplência do contratante. Vejamos as definições de cada termo:

31 *C'est en tant que pratique sociale et produit socio-historique que la langue est toute pénétrée de culture. Le jeu de symbiose dans lequel fonctionnent langue et culture fait qu'elles sont le reflet réciproque et obligé l'une de l'autre.*

32 *C'est sa vision du monde qui détermine sa façon de classer, d'ordonner, de nommer et de catégoriser tout ce qu'elle perçoit ou conçoit, y compris sa propre identité. En retour, toute connaissance acquise de quelque façon que ce soit contribue à forger la vision du monde de l'homme social. C'est ce mouvement dialectique permanent entre l'héritage culturel et l'appréhension de la nouveauté qui est le moteur du renouvellement des connaissances dans une communauté culturelle donnée.*

Quadro 1 – Termos ligados ao fator cultural: “Garantia de pagamento”

CAUÇÃO – Quer expressar, precisamente, a cautela que se tem ou se toma, em virtude da qual certa pessoa oferece a outrem a **garantia ou segurança para o cumprimento de alguma obrigação**. (SILVA, 2006, p. 275)

AÇÃO DE DESPEJO – A ação de despejo é meio hábil para que o proprietário, senhorio, locador ou adquirente do prédio demande o locatário de prédio urbano ou rural, a fim de compeli-lo a desocupar o imóvel, quando este injustamente se recusa a restituí-lo. O despejo pode ocorrer por vários motivos, notadamente **pela falta de pagamento de aluguéis**, pela terminação do contrato, transgressão dele ou por outros motivos apontados em lei, inclusive se o senhorio precisa dele para sua ocupação. (SILVA, 2006, p. 22)

FIADOR – Designa precisamente a pessoa que **se obriga pelo pagamento da obrigação de outrem**, prometendo cumpri-la ou pagá-la no caso em que o devedor não a cumpra. (SILVA, 2006, p. 609)

FIANÇA – Designa o contrato ou ato de uma pessoa, chamada de fiador, pelo qual vem **garantir, no todo ou em parte, o cumprimento da obrigação** que outrem (devedor) assumiu para com o seu credor, no caso em que não seja pelo mesmo cumprida. (SILVA, 2006, p. 610)

INADIMPLÊNCIA – Falta de cumprimento de cláusulas contratuais no prazo previsto, **especialmente o não pagamento de valores** devidos na data do vencimento. (LACOMBE, 2009, p. 340)

SEGURO DE FIANÇA LOCATÍCIA – Garantia do contrato de locação de imóvel que consiste no pagamento de uma taxa, **tendo por fim garantir o pagamento de certa soma** ao locador. Garante-se, mediante o prêmio, o pagamento do aluguel. Pelo seguro de fiança locatícia o inquilino paga mensalmente uma quantia à Companhia Seguradora, para que ela pague indenização, cobrindo possíveis e eventuais prejuízos ao locador. (DINIZ, 2005, p. 337)

Fonte: Dicionários diversos

Com base nas definições apresentadas, verificamos que todos esses termos estão interligados por um mesmo traço semântico, a questão do não pagamento de uma obrigação financeira. **Caução, fiança, fiador e seguro de fiança locatícia** são termos que designam conceitos ligados a meios de garantir que o pagamento seja efetuado; **inadimplência** designa o fato do não pagamento e **ação de despejo** designa um dos tipos de sanção caso o pagamento não seja efetuado.

Nota-se, portanto, um fator cultural que é intrínseco à realidade da locação de imóveis no Brasil, a saber, “a possibilidade de não pagamento da obrigação financeira”. Trata-se de um fator cultural aceito socialmente, uma vez que a presença e a convivência até mesmo pacífica com os mal pagadores é um fato cotidiano em nossa sociedade. Visto que o não pagamento de obrigações é recorrente em muitas relações comerciais em nosso país, foi necessária a criação de meios legais de proteção. Os termos que designam conceitos relativos a esses meios de proteção ocorrem em contratos de locação de imóveis, refletindo, então, esse aspecto cultural de nossa sociedade.

Consideramos, no âmbito deste trabalho, que tais fatores culturais remetem ao uso desses termos em contratos de locação de imóveis, na medida em que essas realidades socioculturais são o motivo pelo qual os termos aparecem nesse tipo de documento.

Focando de outro ângulo, podemos afirmar que fatores culturais estão nitidamente refletidos no conjunto terminológico estudado. Não houvesse o mal pagador, não haveria a necessidade de uma figura como o fiador nesse tipo de documento: por meio da presença do termo **fiador** nos contratos, evidencia-se a existência do mal pagador.

Outro fator cultural intrínseco à locação de imóveis é a relação comercial que se estabelece por meio do contrato, ou seja, locação de imóveis é uma relação comercial. Verificamos vários termos em nosso conjunto terminológico que se aglutinam em um campo conceptual cujo conceito-chave seria “relação comercial”, tais como: **aluguel, cobrança, devedor, multa, pagador, recibo de pagamento, valor locativo, vencimento**. Observemos as definições de cada termo:

Quadro 2 – Termos ligados ao fator cultural: “Relação comercial”

ALUGUEL – **É o preço que se paga** pela locação da coisa, isto é, a prestação devida pelo locatário ao locador pela ocupação do prédio. Nesse sentido, aluguel tem a mesma significação de renda. É a remuneração, em moeda nacional, que o locatário paga periodicamente ao locador pelo uso e gozo da coisa locada. (SILVA, 2006, p. 101)

COBRANÇA – Na técnica jurídica e comercial, cobrança não significa somente **procurar receber o que é devido** por uma pessoa à outra, mas exigir que se pague o que é devido. Desse modo, dá mesmo a idéia da ação que é intentada no sentido de ser cobrada a dívida ou ser exigido o que é devido à pessoa, que a cobra ou manda cobrar. Neste particular, segundo a exigência do pagamento, ou da entrega da coisa, se faz em juízo ou fora dele, diz-se que a cobrança é amigável (extrajudicial) e judicial, quando se intenta por ação. (SILVA, 2006, p. 301)

DEVEDOR – Designa-se como devedor toda **pessoa que está sujeita ao cumprimento de uma obrigação** da qual não se desonera enquanto não a preste, ou de seu cumprimento a dispense o credor. (SILVA, 2006, p. 455)

MULTA – Do latim *mulcta* ou *multa*, entende-se, por seu sentido originário, a pena pecuniária. É, assim, em sentido amplo, a **sanção imposta** à pessoa, por infringência à regra ou ao princípio de lei ou ao contrato, em virtude do que **fica na obrigação de pagar** certa importância em dinheiro. (SILVA, 2006, p. 935)

PAGADOR – Na linguagem jurídica em geral: [...] b) **aquele que efetua pagamento**. (DINIZ, 1998, p. 489)

RECIBO DE PAGAMENTO – É o escrito em que se dá a **quitação do pagamento, parcial ou total, de uma dívida**. (SILVA, 2006, p. 1161)

VALOR LOCATIVO – **Aluguel de um imóvel devido** pelo locatário ao locador. 2-direito tributário: avaliação do aluguel de um prédio feita pela autoridade fiscal competente para lançamento de imposto. (DINIZ, 2005, p. 840)

VENCIMENTO – É geralmente entendido como o cumprimento de um prazo, assinado para que dentro dele, ou no dia em que termina, **se faça ou se execute alguma coisa**. O vencimento, pois, nesse aspecto, revela, ou assinala o dia em que, pela terminação do prazo, certos atos jurídicos se passam a produzir. É o último dia do prazo. (SILVA, 2006, p. 1464)

Fonte: Dicionários diversos

Observamos, nesses casos, vários tipos de relações que esses termos, inseridos em contratos de locação de imóveis, apresentam com o fator cultural ao qual estão interligados. Vejamos:

Quadro 3 – Evidências da relação entre termos de locação de imóveis e o fator cultural “relação comercial”

Fator cultural: Relação comercial	
Termo	Como se relaciona com o fator cultural
Aluguel	É o valor que se paga por usufruir do bem alheio.
Cobrança	É a reivindicação de pagamento pelo usufruto do bem.
Devedor	Aquele que não cumpre o pagamento estipulado.
Multa	Sanção pelo não pagamento do valor no prazo estipulado.
Pagador	Aquele que quita uma obrigação.
Recibo de pagamento	Documento que atesta o pagamento de uma obrigação.
Valor locativo	Valor do aluguel.
Vencimento	Data limite para a quitação de uma obrigação.

Fonte: Elaboração própria

O fator cultural que estabelece o contrato de locação de imóveis como um documento regido por lei determina a presença dos termos: **acordo, cláusula, código, foro, legislação, lei do inquilinato e parágrafo** nesse tipo de documento.

O traço cultural expresso pelo conceito de que “o locatário é responsável pelo bem imóvel enquanto dele usufrui” interliga termos como **apólice de seguro, benfeitoria, dano, indenização, laudo de vistoria, perícia, seguro contra incêndio, taxa de seguro** e outros, que formam um campo conceptual.

A responsabilidade legal dos contratantes também é um traço cultural que está ligado a termos como: **assinatura, pessoa física, pessoa jurídica, reconhecimento de firma, responsabilidade civil, responsabilidade criminal, signatário** e outros.

Um caso interessante do ponto de vista cultural é o termo **testemunha**, no conjunto terminológico de contratos de locação de imóveis brasileiros. No Brasil, é uma prática extremamente difundida a assinatura de uma ou mais testemunhas em contratos, inclusive no de locação de imóveis. A assinatura da testemunha é um procedimento comum, uma vez que o antigo Código Civil apresentava um artigo em que a necessidade da assinatura de duas testemunhas era condição para que o contrato fosse executável.

Art. 135. O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, sendo subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor. Mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros (art. 1.067), antes de transcrito no registro público. (BRASIL, 1916, grifo nosso)

Em nosso *corpus*, formado por 34 modelos de contratos de locação de imóveis com aproximadamente 50 mil palavras, o termo **testemunha** ocorre com frequência, em média três ocorrências para cada modelo de contrato. Todos os contratos apresentam essa figura jurídica que tem por finalidade garantir, conforme estipulado no artigo citado do Código Civil, o caráter executório do contrato. A definição do termo, segundo Silva (2006) é a que segue:

Do latim *testimonium* (testemunho, depoimento), designa, na linguagem jurídica, a pessoa que atesta a veracidade de um ato, ou que presta esclarecimentos acerca de fatos que lhe são perguntados, afirmando-os, ou os negando. Bem por isso, ao rigor de sua origem, a expressão testemunha não assinala simplesmente a pessoa que afirma, ou que nega um fato, cuja prova se pretende estabelecer; mas, ainda aquela que certifica, atesta,

ou é presente à feitura de um ato jurídico, a fim de o autenticar, ou de o confirmar, posteriormente, se necessário. (SILVA, 2006, p. 1395)

Vejam os alguns contextos de uso retirados de nosso *corpus*:

Quadro 4 – Contextos de uso do termo “testemunha” em contratos de locação de imóveis brasileiros

Contexto 1 – E por estarem assim justos e contratados, as partes mandaram digitar o presente instrumento em (02) vias de igual teor e ordem, que assinam na presença das **testemunhas** igualmente abaixo assinadas.

Contexto 2 – E, por estarem assim de pleno e irrevogável acordo, as partes declaram que tomaram ciência de todas as cláusulas constantes no presente contrato, analisando-as em todos os seus termos, concordando com as mesmas, assinando o presente instrumento elaborado em 3 (três) vias, o qual é também assinado por duas **testemunhas**.

Contexto 3 – E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 vias de igual teor, na presença das **testemunhas** que igualmente abaixo assinadas.

Contexto 4 – E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor, na presença de duas **testemunhas**, a tudo presentes e que de tudo dão fé.

O novo Código Civil Brasileiro, de 2002, em vigor desde 2003, alterou o artigo em que figurava a necessidade da assinatura de duas testemunhas para que o contrato tivesse valor executável³³.

Embora esse artigo desobrigue a assinatura de testemunhas no contrato de locação de imóveis, a prática ainda é comum, ela tem raízes muito profundas em nosso conjunto de ideias e símbolos culturais, ela representa uma prática cuja tradição remonta há décadas e ainda permanece nas práticas atuais.

Conclusão

Consideramos, conforme os dados apresentados, que a terminologia de contratos de locação de imóveis brasileiros reflete aspectos culturais de nosso país e esses aspectos condicionam o emprego de certos termos nesse tipo de documento.

A terminologia dos contratos de locação de imóveis brasileiros evidencia certas relações comerciais mantidas entre as pessoas de uma comunidade.

Logo, podemos dizer que fatores culturais indicam a razão pela qual um conjunto de termos ocorre dentro de uma terminologia dada. São fatores aglutinadores de termos que formam, em conjunto, um sistema de conceitos determinado, representante de traços culturais da comunidade na qual essa terminologia se encontra. Podemos afirmar também que realidades culturais são refletidas na terminologia de contratos de locação de imóveis e, por outro lado, que a motivação cultural é fator preponderante para a ocorrência de termos que designam certas relações socioculturais. Dessa forma, notamos o fenômeno complexo da origem e reflexo culturais no conjunto terminológico de contratos de locação de imóveis estudado.

³³ Art. 221. O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público. (BRASIL, 2002).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** República Federativa do Brasil. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** República Federativa do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

DIKI-KIDIRI, M. Une approche culturelle de la terminologie. In : **Terminologies nouvelles** – Terminologie et diversité culturelle. N. 21. Réseaux International Francophone d'aménagement linguistique. 2000. p. 27-31.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FRANÇA. **Loi Toubon – Loi nº 94-665 du 4 août 1994.** República Francesa, 1994. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000005616341>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

GALISSON, R. Cultures et lexicultures. Pour une approche dictionnaire de la culture partagée. In: **Annexes des Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, v. 7, Paris, 1988. Hommage à Bernard Pottier. p. 325-341.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

LACOMBE, F. **Dicionário de Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2009.

PATOTA, G. **Grammatica di riferimento dell'italiano contemporaneo.** Milano: Garzanti Linguistica, 2006.

PLÁCIDO E SILVA, de. **Vocabulário jurídico.** (Atualizadores: Nagib Slaibi e Gláucia Carvalho). 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROBERT. **Le nouveau Petit Robert de la langue française.** Paris : 2012. CD-Rom.

A TERMINOLOGIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Luís Henrique SERRA

Introdução

Os estudos terminológicos vêm apresentando diferentes enfoques em seu desenvolvimento. Este campo de estudos vem investigando aspectos linguísticos e conceituais das unidades terminológicas, o que tem dado base a seu desenvolvimento e delimitação como campo de investigação; vale lembrar que os primeiros estudos em Terminologia como disciplina tinham como principal enfoque o aspecto conceitual das unidades de conhecimento especializado (UCE). Wüster (1998, p. 39, grifo do autor) entendia que o termo é uma unidade conceitual que possui uma denominação: “Em Terminologia, se parte do conceito e se busca sua denominação [...] se se proceder inversamente, ou seja, se se parte do signo para chegar ao conceito se denominará o *significado* do signo, ou também, o *sentido* do signo”. Desse modo, Wüster fundamenta grande parte de seus estudos, trabalhando no sentido de firmar o ideal de termo como uma unidade virtual diferente da palavra. Sobre isso, Krieger (2001a, p. 25) explica que, no ponto de vista de Wüster, “Os termos são, portanto, considerados como unidades de conhecimento, sendo esquecida sua face de unidade linguística.”

Após a concepção das teorias terminológicas de caráter descritivista por parte de estudiosos espanhóis, franceses e canadenses, a Terminologia vem dando uma atenção especial ao signo terminológico como uma unidade linguística, enfocando o caráter morfológico e pragmático das UCEs. Nesse sentido é que surgem diferentes abordagens, como a Socioterminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia, a Terminótica, entre outras muitas abordagens teóricas e metodológicas para o tratamento, armazenamento e identificação das unidades lexicais de caráter especializado. Além do aspecto linguístico, o aspecto conceitual passou a ser visto também como variante, fechando um ciclo no qual a variação pode ser observada em todas as dimensões do signo linguístico. Nesse sentido, são muitos os fatores extra e interlinguísticos que estão na base dessa variação.

A partir dessas considerações, este estudo pretende apresentar as variações conceituais em um *corpus* da terminologia da cana-de-açúcar no Brasil. Este estudo, parte de um outro mais amplo que busca averiguar semântica e morfológicamente a terminologia utilizada pelo técnico e pelo agricultor de cana-de-açúcar no Brasil. Objetivamos, com este estudo, verificar a organização conceitual e os fatores que condicionam a variação conceitual nessa terminologia.

Terminologia: considerações sobre o conceito

O conhecimento humano é um todo organizado em múltiplos subsistemas, formando categorias mentais pelas quais organizamos a realidade; Biderman (2001, p. 156) afirma que “[...] a categorização é um mecanismo de organização mental da informação, e os conceitos que daí resultam são modos de ordenar ou de tratar os dados sensoriais.”. É por meio da unidade do conhecimento, o conceito, que o homem interpreta o meio no qual está imerso bem como cria e interage com a realidade. Hardy-Vallée (2013, p. 160) concebe o conceito como “[...] a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos os conceitos”. Desse modo, para Hardy-Vallée, o conceito está no centro da atividade humana, uma vez que são muitas as formas pelas quais o conceito se apresenta em nosso dia-a-dia, como o aprendizado, a crença, a inferência, o raciocínio, entre outras formas pelas quais o conhecimento do mundo é acionado no cotidiano humano.

Nos universos especializados, o conhecimento também é estruturado como no universo geral. Essas estruturas podem ser observadas no léxico temático das ciências e das técnicas. Sager (1990, p. 13) afirma que o léxico é onde melhor se observa a forma da organização dos campos do conhecimento humano. Para ele, “[...] o léxico de uma linguagem consiste em muitos subsistemas separados, representando a estrutura do conhecimento de cada campo da ciência ou disciplina. Cada estrutura do conhecimento consiste em vários conceitos interligados.”. Desse modo, a organização lexical de uma língua é um reflexo da forma como o conhecimento está organizado em nossa mente

coletiva. Por isso é que o sistema conceitual das línguas humanas também é um objeto importante para os estudiosos do léxico (comum e especializado).

O que se tem observado, ao levar em consideração os estudos sobre o léxico, é que os estudos sobre as UCEs são os que mais se ocupam dessa temática, tendo em vista que a forma conceitual de um campo especializado demonstra algumas características próprias, identificando os campos temáticos. Isso não significa, contudo, que os estudiosos do léxico comum não tenham interesse por esse aspecto, muito pelo contrário, o conhecimento da organização conceitual é de suma importância para o entendimento e organização de obras lexicográficas e repertórios linguísticos. No entanto, o que se pode observar é que os estudiosos das terminologias têm mostrado um interesse mais particular nesse campo. Isso se deve, talvez, pela própria trajetória teórica da Terminologia, que se ocupava, primeiramente, com o aspecto conceitual dos signos terminológicos e deixava o aspecto linguístico em menor evidência (em alguns casos, até excluído).

Nesse sentido, vale lembrar que a UCE é também uma unidade linguística, e que, portanto, possui dois caracteres: o semântico e o morfológico, em outras palavras, o caráter conceitual e físico, por isso, são de interesse dos estudos terminológicos esses dois aspectos. Para Sager (1990, p. 13), o estudo terminológico, de caráter conceitual, deve ser o do “[...] entendimento da estrutura do conhecimento, objetivando obter uma mais completa e coerente imagem da natureza, do comportamento e interação de conceitos e seus termos associados quanto possível.”. De igual modo, Cabré (1991, p. 60), ao formular os diferentes âmbitos das pesquisas terminológicas, afirma que “A pesquisa terminológica exige uma informação/ formação em muitos domínios: (a) situação e organização do ambiente especializado; (b) conteúdo do domínio; (c) as bases conceituais da terminologia [...]”. Desse modo, a autora mostra que o aspecto conceitual deve ser levado em consideração dentro dos estudos terminológicos.

Nesse sentido, é interessante mostrar quais aspectos conceituais de uma UCE são mais importantes para um estudo em Terminologia; vale lembrar que um termo difere de um lexema por seu conteúdo especializado: Rey (apud KRIEGER, 2001b, p. 121) afirma que “Um termo é uma unidade linguística que designa um conceito, um objeto ou um processo.”, em outras palavras, uma unidade terminológica se diferencia de uma unidade lexical por meio da sua face significativa. Krieger (2001b, p. 120) afirma ainda, “[...] a compreensão de uma unidade da língua como termo está fundamentada no papel da dimensão conceitual do signo linguístico que responde pelo ‘conteúdo especializado’.”. Desse modo, é válido lembrar que um termo é validado por um especialista a partir de dois critérios: (i) sua identificação dentro de uma estrutura conceitual e (ii) sua utilização na comunicação especializada.

Biderman (2001, p. 164) concebe o conceito como uma representação mental abstrata formada por “um conjunto de traços comuns e essenciais a um grupo de entidades (objetos ou ideias) que se obtém pela subtração das características individuais dessas entidades”; com esse entendimento, o terminólogo interessa-se por delimitar, primeiramente, quais os traços comuns e essenciais dos termos para que possa montar uma rede lógica de sentidos pela qual é desenhada a árvore de domínio de um universo especializado. Com o conhecimento dos traços essenciais e comuns, o terminólogo saberá identificar quais são os hipônimos e hiperônimos do universo especializado, uma vez que o conhecimento especializado constitui-se por inúmeras hierarquias. Além dele, o terminógrafo, o que organiza repertórios especializados (dicionários, glossários técnicos) também é um dos que tem que possuir o desenho conceitual do domínio repertoriado.

É importante lembrar, como faz Diego (1995), que o conceito é caracterizado de dois modos: intrinsecamente e extrinsecamente. A autora explica que as características intrínsecas de um conceito são aquelas pelas quais podemos identificar as características inerentes dos objetos (tamanho, forma, cor, material...) e as características extrínsecas são aquelas que caracterizam o objeto, mostram sua destinação, utilidade entre outros aspectos (Ex: máquina **de escrever**, máquina **de lavar**, mesa **da copa**, mesa **redonda**...). A partir dessas características, intrínseca e extrínseca, a Terminologia organiza os conceitos, hierarquicamente, em dependentes e independentes: os conceitos dependentes são aqueles que dependem de outro conceito (geralmente mais genérico) para existir, um exemplo é o conceito de **cana-de-açúcar** que depende do conceito de **planta** para ser entendido; o conceito independente “[...] são aquelas características que podem ser encontradas em qualquer nível em uma série vertical, podendo ser arbitrariamente combinadas.”. (DIEGO, 1995, p.

39). Um exemplo é o termo **terminologia da cana-de-açúcar**, em que os termos **terminologia** e **cana-de-açúcar** são completos, independentes um do outro para existir, uma vez que existem outras terminologias, além de cana-de-açúcar, e **cana-de-açúcar**, que possui outros aspectos, que não são linguísticos (histórico, cultural, econômico, entre outros.); em outras palavras, os dois termos não dependem de si para existirem.

Um aspecto importante para a terminologia, sobretudo a de caráter descritivista, é o modo de formação e organização de um conceito e sua nominalização, ou etiquetagem (numa abordagem descritivista). Nesse sentido, o estudo da metáfora, da metonímia, sinonímia, homonímia e da polissemia é uma base importante. Tais fenômenos semânticos podem ser identificados pela expressão linguística, que pode ser simples ou sintagmática; no último caso, os fenômenos são bem mais evidentes.

Muito embora seja encarada como uma imperfeição e um problema na abordagem normativista, a sinonímia é uma das abordagens mais consideradas, porque o fenômeno é que condiciona a variabilidade e fluidez da comunicação especializada. A possibilidade de um conceito possuir mais de uma denominação é bastante evidente nos contextos da comunicação científica. Nos últimos tempos, “[...] surgiram teorias recentes, no âmbito da socioterminologia e da pragmática, que admitem a existência de uma **sinonímia em terminologia**.” (CANÇADO, 2005, p. 1, grifo do autor).

Esses são só alguns dos mais importantes aspectos conceituais para a terminologia. Neste estudo, levaremos em consideração essas ideias no intuito de tentar descrever (embora parcialmente) o sistema conceitual do universo especializado da cana-de-açúcar do Brasil. Partimos do pressuposto de que um sistema conceitual pode ser descrito por meio de sua terminologia e que o termo, por meio de sua configuração morfossintática, evidencia isso.

Metodologia

Este estudo é parte de um estudo mais amplo denominado *O universo terminológico da cana-de-açúcar em duas perspectivas: aspectos morfológicos e semânticos da terminologia do técnico e do agricultor*. O estudo tem como objetivo analisar, morfológica e semanticamente, os termos do universo canavieiro no discurso do micro e do pequeno agricultor e do técnico agrícola com especialização em cana-de-açúcar. O estudo tem como objetivo também comparar os dois discursos para ver as diferenças conceituais e lexicais entre os termos apresentados pelos dois especialistas. Para este estudo, analisamos apenas os termos apresentados pelo técnico agrícola.

O *corpus* deste estudo é constituído por textos de especialistas em Agronomia, com especificidade em cana-de-açúcar, publicados no Brasil nos 12 primeiros anos dos anos 2000. O *corpus* é constituído por teses, dissertações, artigos científicos e manuais técnicos disponíveis na internet, em *sites* de revistas científicas, e em repositórios institucionais das principais universidades do País, que possuam Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Agronomia e no portal de teses e dissertações da CAPES. Os textos foram organizados por seu gênero textual (artigo, dissertação, tese...) e tiveram suas extensões modificadas do formato *.pdf* para o formato *.txt*. O *corpus* foi limpo e armazenado em pastas virtuais do banco de dados dos textos.

Após a colheita dos textos, os termos foram extraídos com a ajuda do programa computacional *Antconc*, por meio das ferramentas *Wordlist* e *Concordance*. Na primeira, o programa faz uma varredura no *corpus* e elenca as palavras a partir de sua existência nos textos. O programa cria uma lista de posições, colocando em primeiro lugar as palavras mais correntes. Na segunda ferramenta, *Concordance*, o programa demonstra os textos e os contextos nos quais os termos da lista de palavras aparecem no *corpus*. Após elencarmos os textos, criamos um outro banco de dados com os termos, no qual pudemos acrescentar algumas características morfológicas e conceituais, bem como seu contexto e texto de onde foi extraído o termo. O banco de dados, criado por meio do programa *Access* do pacote *Office 2010*, da *Microsoft*, possui um campo onde colocamos as relações conceituais e o campo conceitual de onde extraímos os dados deste estudo. Para efeitos deste estudo, trabalharemos com dois dos quatro campos conceituais elencados no estudo original, que são *plantação* e *morfologia da planta*³⁴.

34 No estudo original, os campos conceituais são: *plantação*, *morfologia da planta*, *beneficiamento da cana*, *comercialização dos produtos da cana*.

As árvores de domínio utilizadas neste e no estudo mais amplo foram construídas com o auxílio do programa editor de ontologias, *Protégè 2000* da Universidade de Stanford³⁵.

Alguns resultados

Como já foi afirmado, para este estudo serão analisados apenas dois campos conceituais e não levaremos todos os resultados apresentados no *corpus*, visto serem muitos; os apresentados servirão para ilustrar a variação conceitual na terminologia em análise. A escolha dos dois campos foi motivada pelo fato de serem os que apresentam maior número de termos³⁶ e, no atual estágio da pesquisa, é o que se apresenta com maior completude.

A Sinonímia

A sinonímia é um dos fenômenos que mais se apresentam no *corpus*. É válido lembrar, como faz Cançado (2012), que sinonímia é uma identidade de significado. Contente (2005), por sua vez, afirma que, em Terminologia, a sinonímia é de ordem intralinguística,

[...] dependentes do tipo de conceito e indissociáveis das exigências das várias situações de comunicação especializada. [...] os sinônimos denominam o mesmo conceito, definem o mesmo conceito, mas situam-se em níveis da língua ou níveis de conceptualização diferentes ou são utilizados em situações e níveis de comunicação diferentes (CONTENTE, 2005, p. 2).

Desse modo, o sinônimo pode ser visto no campo **Plantação** por meio de alguns termos que escolhemos a título de exemplo: **Cana-de-Açúcar**, **Ponteiro** e **Semente**. Analisaremos os sinônimos desses termos a partir de seus aspectos conceituais.

O termo **cana-de-açúcar** é o que apresenta maior número de sinônimos, dentre os quais destacamos **Cana**, **Planta**, **Cultivar**. Vemos que alguns desses termos são decorrentes de variações morfossintáticas, Cançado (2005, p. 2) afirma que “Entre os termos sinônimos existem diferenças formais resultantes da relação de equivalência (variação e diferenciação) da língua de especialidade.” Para ela, numa abordagem descritivista dos sinônimos, temos que levar em consideração “a formação dos sinônimos, que podem possuir uma forma parcial ou completamente diferente.” (ibidem). Desse modo, **cana** parece ser um sinônimo decorrente da variação morfossintática, da redução do sintagma, resultando na conservação do núcleo sintagmático. Do ponto de vista conceitual, essa redução não acarreta muitas perdas conceituais, porque, do ponto de vista do significado do signo, o núcleo parece acarretar grande parte do significado do sintagma terminológico, em outras palavras, poderíamos dizer que o aspecto intrínseco do conceito reúne-se em **cana** e o extrínseco, em **-de açúcar**. Por outro lado, é importante dizer que o sintagma adjetival funciona como um identificador e que a sinonímia, portanto, é intralinguística, ou seja, só ocorre por razões de economia discursiva. O termo **planta** designa o hiperônimo de **cana-de-açúcar** utilizado também no sentido da própria da planta; outro termo, **cultivar**, um termo neutro que designa, conforme o *Caudas Aulete*³⁷, “Variedade de planta cultivada pelo homem”, bastante comum na Agronomia.

O termo **ponteiro** designa o conceito **florescência da cana-de-açúcar**, do campo conceitual **morfologia da planta**. Segundo os técnicos agrícolas, a aparição de **ponteiro** na planta indica maturidade e bom desenvolvimento além da aproximação da época do corte da planta (cf. RODRIGUES, 1995). Os sinônimos encontrados foram **Flor da**

35 O *software Protégè 2000* foi desenvolvido por pesquisadores do Stanford Center for Biomedical Informatics Research, da Escola de Medicina da Universidade de Stanford, Estados Unidos. O programa foi desenvolvido para a produção, edição e organização de ontologias e banco de dados. O grupo é capitaneado pelo médico americano Samson Tu.

36 253, no total, sendo 230 no campo plantio e 23 no campo morfologia da planta.

37 Referido aqui em sua versão *on-line*: <http://aulete.uol.com.br/cultivar>. Acesso em: 14 abr. 2014.

cana, Seta, Bandeira, Panícula. O primeiro termo é uma paráfrase do conceito; **Seta e Ponteiro** são termos metafóricos, tendo em vista que a forma do ponteiro é muito parecida com a de uma flecha ou uma parte sua, a seta. **Bandeira** é outra metáfora, visto que no canavial, dado a sua leveza, a flor fica ‘flamulando’ ao sabor do vento na parte mais alta do canavial, traços indicativos que dão base a essa denominação metafórica. **Panícula** é um termo técnico e genérico na Agronomia; ele é utilizado para indicar um conjunto de flores que nascem em um mesmo galho³⁸.

O conceito “sementes da cana-de-açúcar” também recebe algumas denominações diferentes dentro do *corpus*. No *corpus* do micro e do pequeno agricultor, grande parte dos termos faz referência ao aspecto longilíneo da semente (**olho, canudo, pau** etc) (cf. SERRA, 2013); no do técnico, os termos são mais diversificados e também são utilizados em outras culturas. São os sinônimos: **Rebolo, Muda, Semente de cana**. O primeiro é uma forma popular para indicar uma forma cilíndrica (cf. Aulete digital). A forma **Muda** é outro termo da Agronomia que indica, segundo Ormond (2006, p. 198), “Planta nova e pronta para plantação definitiva, normalmente produzida em viveiros ou encontrada próxima a uma árvore matriz”, justamente como é produzida a cana-de-açúcar. O último termo é outra paráfrase do conceito, como visto nos termos anteriores.

Outros termos também apresentam sinônimos, como, no campo **Plantação, Caldo (Garapa), Linha (Leira, Fileira), Perfilhamento (Perfilhar), Cana-Ano (Cana de 12 meses), Isoporização (Chochamento)** etc. No campo **Morfologia da Planta**, apresentam sinônimos, entre outros termos, **Folha cartucho (Palmito, Talo), Aurícula (Colarinho), Internódio (Entre nó), Perfilho (Rebrotamento), Viveiro (Sementeira)** etc.

A polissemia e a homonímia

A polissemia é caracterizada pela diversidade de sentidos para um mesmo referente. Em terminologia, esse fenômeno pode coincidir com a homonímia, visto que são fenômenos bastante parecidos. É válido ressaltar que a homonímia “[...] ocorre quando os sentidos das palavras ambíguas não são relacionados. Existem as palavras homógrafas, com sentidos totalmente diferentes para a mesma grafia e o mesmo som [...]” (CANÇADO, 2012, p. 71). Alves (2002) explica que a polissemia é mais comum no léxico cotidiano e a homonímia mais comum no léxico especializado. A homonímia, em terminologia, se dá quando um termo passa de uma área para outra. No *corpus* investigado, pudemos encontrar alguns casos de homonímias com termos encontrados em outras áreas da Agronomia. Um exemplo bastante emblemático de polissemia é o de **sulco**, o qual, na terminologia da cana-de-açúcar, faz referência a uma vala feita no canavial para o plantio das sementes de cana; Ormond (2006, p. 273), além desse sentido, nos apresenta outros dois conceitos para sulco que são: “(2) fenda relativamente superficial causada por erosão. (3) método de irrigação que consiste na construção de sulco para passagem da água.”. Desse modo, vemos uma polissemia do termo dentro da Agronomia, mas no *corpus* investigado, só encontramos o termo com o significado da primeira acepção. Ormond (2006) encontrou outras porque investiga todos os campos da Agronomia, mostrando que se trata de uma homonímia intracampos, conforme previsto por Alves (2000).

Outro caso curioso é o de **leira** que, na terminologia da cana-de-açúcar, nomeia o conceito **fileiras da cana**. Ormond (2006, p. 176) nos dá um outro significado para o termo, o de “sulco aberto no solo para receber a semente.”, ou seja, **leira** é um sinônimo de **sulco**, segundo Ormond. Levando em consideração o significado do *corpus* e o encontrado por Ormond, estamos diante de um caso típico de polissemia. **Leira** também significa um buraco e a fileira da cana-de-açúcar no canavial.

São também termos que o universo da cana-de-açúcar divide com outras áreas da agronomia, portanto, são homônimos nessa terminologia: **Rua, Moita, Sulcador, Ceba, Aração, Ninfa, Enleirador, Talhão, Podão, Semente, Queima, Assero, Fator Gay Lussac, Teste Turkey**, entre outros muitos termos relacionados com a grande área da Agronomia.

³⁸ Aulete, em sua versão *on-line*, indica que panícula é “Tipo de inflorescência em que os pedúnculos das flores, partindo de um eixo comum, são ramificados, e vão diminuindo de comprimento, à medida que se aproximam do vértice e assumem uma forma cônica ou piramidal”. São também consideradas panículas as flores do milho e do trigo.

As relações lógicas entre conceitos

Diego (1995, p. 39) afirma que “Em Terminologia, os conceitos não são considerados como elementos isolados; cada conceito individual é parte integrante de um sistema conceitual que reflete a ordenação, a estruturação de algum campo do conhecimento.”, isso significa dizer que os termos estão relacionados em algum campo conceitual a partir de uma ordenação que o próprio conhecimento produz; essa organização é observada por meio do léxico, das denominações dos conceitos. Utilizando uma metáfora, Diego (op. cit.) afirma que o campo de conhecimento é como um edifício, onde os tijolos são os conceitos e o cimento são as relações que há entre os conceitos. A partir disso, ela utiliza-se da classificação wusteriana de relacionamento entre os conceitos que concebe a existência de três grandes campos de relações, a saber: relação lógica, ontológica e de efeito.

A relação lógica entre os conceitos, afirma a autora, “[...] se baseia na semelhança que existe entre eles.” (DIEGO, 1995, p. 41). A autora afirma ainda que essa relação, em alguns casos, também é conhecida como relação de semelhança, espécie-gênero ou relação de abstração. Desse modo, quando se relacionam conceitos podemos observar algumas características que lhes são comuns; essas características acabam por relacionar os conceitos em subordinações, intersecção e coordenações, que podem ser subordinativa-lógica, intersecção lógica, coordenação lógica e etc.

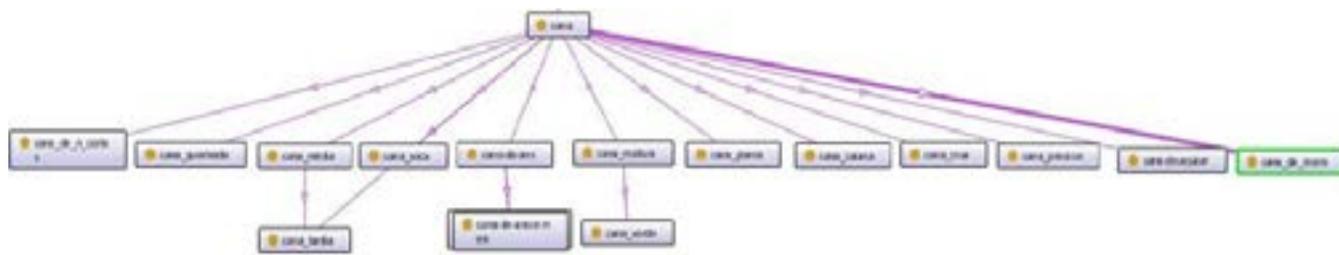
A subordinação lógica (relação vertical)

A subordinação lógica se dá quando um conceito subordinado (espécie) possui uma característica a mais do que o conceito superior (gênero). No *corpus*, podemos encontrar esse tipo de subordinação nos termos **cana**, que possui inúmeras relações subordinativas lógicas.

1. Cana
 - 1.1. Cana-de-açúcar
 - 1.2. Cana-planta
 - 1.3. Cana-de-ano
 - 1.3.1. Cana ano e meio
 - 1.4. Cana soca
 - 1.5. Cana madura
 - 1.5.1. Cana verde
 - 1.6. Cana caiana
 - 1.7. Cana queimada
 - 1.8. Cana crua
 - 1.9. Cana de “n” corte
 - 1.10. Cana picada
 - 1.11. Cana precoce
 - 1.12. Cana média
 - 1.12.1. Cana tardia
 - 1.13. Cana-de-morro

O esquema deixa bastante claro a subordinação que esses conceitos possuem com o maior ou mais genérico, **cana**. Cada um dos conceitos apresenta um traço diferenciador ou extrínseco que o coloca dentro da rede lógica na parte inferior a um outro termo maior. A figura que segue, de uma árvore conceitual desse âmbito, mostra essas subordinações com maior clareza.

Figura 1 – Relações de subordinação entre os conceitos



Fonte: Elaboração própria

São também casos de subordinação conceitual, os conceitos: **1. Corte (1.1.Corte basal, 1.2. Corte por impacto, 1.2.1.Corte por deslizamento, 1.3. Corte colheita sem queima prévia, 1.4. Corte dos ponteiros, 1.5. Corte de base, 1.6. Corte inercial); 2. Gradagem (2.1. Gradagem niveladora, 2.2. Gradagem leve, 2.2.1. Gradagem pesada); 3. Colmo (3.1. Colmo mãe, 3.2. Colmo subterrâneo); 4. Gema (4.1. Gema apical, 4.1. Gemas laterais, 4.3. Gema floral, 4.4. Gema subterrânea);** entre outros.

Coordenação lógica (relação horizontal)

Cada bloco da árvore anterior representa um conceito que está linearmente relacionado graças a sua relação de hierarquia que é semelhante, ou, em outras palavras, por causa de sua coordenação lógica, em que dois termos comparados possuem características semelhantes (são canas de açúcar) e cada um possui um traço incomum e todos esses conceitos estão subordinados ao mesmo conceito genérico, **Cana**.

Quando o conceito é menos genérico e mais específico, ele vai para o nível inferior, como vemos nos casos de **Cana tardia, Cana de ano e meio e Cana verde**. Nos outros casos, **Corte e Gradagem**, os termos **Corte por deslizamento e Gradagem pesada** também possuem uma relação de coordenação lógica com seu termo mais genérico e com o mais genérico de todos.

Considerações finais

O estudo em desenvolvimento e cujos primeiros resultados podem ser vistos neste trabalho pretende dar uma visão panorâmica do universo linguístico e conceitual da atividade canavieira no Brasil. O estudo contribui para uma futura obra de referência na área, já que, até onde pudemos investigar em livrarias, *sites* e conversa com agrônomos, não existe uma obra que normatize os termos utilizados na atividade sucroalcooleira no Brasil. Vale ressaltar, mais uma vez, que, para o trabalho terminográfico, o estudo do domínio conceitual, sua delimitação e características são de suma importância, uma vez que é a partir dele é que uma obra de referência poderá surgir; Dubuc (1985, p 53) afirma que um sistema conceitual montado, “[...] servirá, não somente para estruturar o vocábulo, mas também para avaliar a pertinência da unidade terminológica e para a restrição dos ruídos [...]”.

Uma próxima etapa da pesquisa, no que diz respeito ao aspecto conceitual desse universo terminológico, será a de comparar as árvores conceituais dos dois especialistas a fim de observar as características específicas do universo conceitual de cada um.

Com o estudo, foi possível averiguar que o sistema conceitual do técnico é bastante organizado e apresenta um número elevado de conceitos. Os conceitos, como observamos, estão intercalados e relacionados (horizontal e verticalmente) e apresentam fenômenos variacionistas, como sinonímia, polissemia e homonímia, além de conceitos metaforizados. Sendo desse modo, os resultados corroboram os princípios teóricos da Terminologia de base descritivista, que entende o termo como uma unidade linguística variante, tanto em sua face lexical quanto em sua face conceitual.

Com o estudo em desenvolvimento, esperamos dar uma contribuição para a área e para os estudos em Terminologia, sobretudo os que abordam os aspectos conceituais do léxico temático.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica. **Alfa**, São José do Rio Preto, v. 44, n. 2, p. 261-272, 2000.
- BIDERMAN, M. T. C. Terminologia e Lexicografia. **Tradterm**: Revista do Centro interdepartamental de tradução e terminologia, São Paulo, n. 7, v. 1, p. 141-182, 2001.
- CABRÉ, M. T. Terminologie/ terminologies? Spécialité Linguistique ou domain interdisciplinaire. **Meta: journal des traducteurs**, v. 36, n. 1, p. 55-63, 1991.
- CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTENTE, M. Sinonímia e tipologia contrastiva da sinonímia terminológica em medicina. **Debate Terminológico**, n. 1, p. 1-18, 2005.
- _____. **Terminocriatividade, sinonímia e equivalência intralinguística em medicina**. Lisboa: Colibri, 2008.
- DIEGO, A. F. **Terminología**: teoría y práctica. Caracas: Equinócio, 1995.
- DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Quebec: Linguatex, 1985.
- KRIEGER, M. G. A face linguística da terminologia. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (Org.). **Temas em Terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: Universidade de São Paulo/Humanitas, 2001a. p. 22-33.
- _____. O termo: questionamento e configurações. **Tradterm**: Revista do Centro interdepartamental de tradução e terminologia, São Paulo, n. 7, v. 1, p. 111-140, 2001b.
- HARDY-VALLÈE, B. **Que é um conceito?** São Paulo: Parábola, 2013.
- ORMOND, J. G. P. **Glossário de termos usados em atividades agropecuária, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006.
- RODRIGUES, J. D. **Fisiologia da cana-de-açúcar**. (Relatório Técnico), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Botucatu, 1995.
- SAGER, J. C. **A practical course in terminology**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1990.
- SERRA, L. H. A terminologia da cana-de-açúcar no Brasil em duas perspectivas: do engenho à usina. **Tradterm**: Revista do Centro Intradepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 232-250, 2013.
- WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2008.

ELABORAÇÃO DE UM *CORPUS*, DE TEXTOS JORNALÍSTICOS, EM LÍNGUA ESPANHOLA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Andréia C. Roder CARMONA-RAMIRES
Rodrigo Gomes da SILVA

Introdução

Nas palavras de Isquierdo (2001, p. 91) vemos que pesquisas na área da língua auxiliam a investigar também a cultura, pois “essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo”. Por conseguinte, entendemos que ao pesquisarmos sobre o léxico de um determinado período histórico, poderemos compreender com maior objetividade as escolhas e/ou rechaços de determinadas unidades léxicas por determinados grupos sociais, culturais, políticos, etc.

Dessa forma, ao pesquisarmos uma parte determinada do uso da Língua Espanhola (doravante LE) em relatos jornalísticos da Espanha (os anos de 1940 e 1975)³⁹, observamos que a imprensa espanhola possuía, naqueles anos, uma missão dentro do governo franquista: aniquilar toda referência à cultura do antigo governo, a República, bem como silenciar as diferentes culturas e línguas existentes no território espanhol. Assim, as autoridades franquistas buscavam controlar, elaborar e disseminar uma cultura oficial e, para tanto, a imprensa e o rádio desempenharam um papel relevante e foram transformados em instrumentos para a legitimação do poder político, fazendo dos jornalistas peças-chave dessa manipulação.

De acordo com estudiosos, consideramos que o regime militar era orientado para impor a maior rigurosidade em se tratando de censura e orientação de informações, vigiando de maneira contundente os meios de comunicação (CALERO, 2003). Assim, entendemos que “a linguagem da imprensa adota expressões metafóricas - sobretudo, alguns especialmente marcantes e emblemáticos – que obtiveram primeiro fortuna na comunicação institucional e política⁴⁰” (MORENO, 2008, p. 234-235, tradução nossa).

Nesse aspecto, muitas vezes, “a seleção vocabular pode vir a revelar uma atitude do falante em relação ao fato que enuncia” (HENRIQUES, 2011, p. 194). Desta forma, Branca-Rosoff (2007, p. 15 apud BOTTA, 2011, p. 49) observa que “o estudo das escolhas lexicais possibilita verificar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata, e também permite observar a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala”.

Nesse estudo, nosso objeto de pesquisa centra-se na LE, situado no domínio de textos jornalísticos, pois entendemos que esses textos, muitas vezes, fomentam a formação de uma determinada ideia coletiva, pois os homens, em algumas situações podem ser manipulados pelos meios de comunicação de que dispõem. Por conseguinte, observamos que a informação depende das condições socioeconômicas e culturais de onde se apresentam as notícias, posto que por meio do estudo do léxico de uma língua natural também podemos conhecer a cultura e as mudanças sociais pelas quais passaram as diferentes sociedades, haja vista que “língua e cultura estão intrinsecamente interligadas de modo que uma não pode se separar da outra sem a perda do significado da língua ou da cultura” (BROWN, 1994, p. 167).

Com o escopo de investigar se, e como, essa manipulação interferiu (ou não) no significado (e sentido) de algumas palavras durante os anos aqui pesquisados, buscamos nesse texto descrever o processo pelo qual elaboramos nossa metodologia de retirada e análise de textos do Jornal *La Vanguardia* para a formação de nosso *corpus* de estudo.

39 Esses anos estavam compreendidos dentro dos 35 anos em que o General Francisco Franco Bahamonde foi governador da Espanha de um regime ditatorial.

40 “la lengua de la prensa ha ido adoptando expresiones metafóricas —sobre todo, algunas especialmente llamativas y emblemáticas— que tuvieron primero fortuna en la comunicación institucional y política”.

A importância da pesquisa com *Corpus*

É inegável a importância do desenvolvimento de pesquisas com *corpus* para a obtenção de fonte de informação sobre as línguas naturais, pois entendemos que a partir da formação desse tipo de banco de dados podemos ter acesso aos registros de uso da língua em contextos reais. Assim, a partir da análise de um *corpus* podemos verificar como grupos diferentes de falantes se expressam em diferentes situações linguísticas.

Segundo Fromm (2003 p. 69) “*corpus*, na área da linguística, indica uma coleção de textos reunidos, de áreas variadas ou não, com um propósito específico de análise”. De acordo com Biderman (2001, p. 79),

[...] *corpus* constitui um conjunto homogêneo de amostras da língua de qualquer tipo (orais, escritos, literários, coloquiais, etc.) [...] A análise dos dados lingüísticos de um *corpus* deve permitir ampliar o conhecimento das estruturas linguísticas da língua que eles representam.

Portanto, entendemos que *corpus* pode ser definido como a reunião de textos, ou fragmentos desses, que devem ser representativos da realidade da língua que se quer estudar, tornando-se assim, como afirmado, uma fonte relevante de dados para a investigação linguística.

E para a realização desses estudos, há a ciência denominada Linguística de Corpus e essa está voltada para a análise do desempenho linguístico, da descrição linguística e pode ser entendida como sendo a

[...] área da Lingüística que se dedica à pesquisa através da observação de uma grande quantidade de textos naturais armazenados eletronicamente (*corpus*) e analisados através de programas de computação capazes de selecionar, ordenar, contar e calcular. Por textos naturais, entende-se discursos orais e/ou escritos produzidos por falantes nativos em situações reais de comunicação (JACOBI, 2001, p. 1).

De acordo com Berber-Sardinha (2004, p. 3), a Linguística de Corpus

[...] se ocupa da coleta e exploração de corpora, ou conjuntos de dados lingüísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

A utilização de coleta de corpora é procedimento antigo, pois há estudos que indicam que ainda “na Antiguidade e na Idade Média, produziam-se corpora de citações da Bíblia” (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 3).

Na atualidade, a Linguística de Corpus tem forte influência na pesquisa linguística, em diversos países. “Na Grã-Bretanha, um dos centros mais desenvolvidos nessa área, várias universidades (Birmingham, Brighton, Lancaster, Liverpool, Londres, etc.) dedicam-se à pesquisa baseada em *corpus* para a descrição dos mais variados aspectos da linguagem” (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 5). No Brasil, observamos que a pesquisa em *corpus* é desenvolvida com maior ênfase em centros voltados ao Processamento de Linguagem Natural, Lexicografia e à Linguística Computacional.

Consideramos que, para ser representativo, um *corpus* deve conter o maior número possível de ocorrências de cada forma, posto que quanto maior o tamanho da amostra, maior a probabilidade de ocorrência de traços linguísticos raros. Dessa forma, aumentando a extensão do *corpus*, se consegue também aumentar a probabilidade de ocorrência de várias características linguísticas menos frequentes.

Mas, segundo Berber-Sardinha (2004, p. 28), “corpora compilados em pequena escala por pesquisadores individuais acabam sendo mais representativos do que os respectivos *sub-corpora* dos *corpora* gerais”.

Desse modo,

[...] não se pode estabelecer qual seria o tamanho ideal da amostra para que ela represente esta população. Uma salvaguarda neste caso é tornar a amostra a maior possível a fim de que ela se aproxime o mais possível da população da qual deriva, sendo assim mais representativa (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 23).

Ainda segundo Berber-Sardinha (2004, p. 17), o *corpus* “deve ser planejado e concretizado seguindo critérios linguísticos de seleção”.

Portanto, há alguns requisitos para a organização de um *corpus*:

[...] os textos que o compõem devem ser autênticos e escritos em linguagem natural (em contraposição à linguagem artificial, como por exemplo, notação matemática). O segundo refere-se à autenticidade dos textos, que devem ter sido produzidos espontaneamente por falantes nativos. O terceiro pré-requisito diz respeito à escolha criteriosa dos textos que compõem o *corpus*. Os critérios adotados deverão ser definidos *a priori* e dependerão do tipo de estudo que os seus criadores desejem realizar. E por último, mas não menos importante, o *corpus* deve ser representativo da linguagem, de uma variedade linguística ou de um idioma (JACOBI, 2001, p. 8).

Contudo, atingir a representatividade total de um *corpus* é fato impossível para um idioma, pois um *corpus* será sempre um recorte de uma língua e

[...] é a amostra de uma população (a linguagem em uso), por isso as conclusões não podem ser tomadas como definitivas e aplicáveis a toda uma língua. Pode-se cogitar que qualquer outro *corpus* diferente forneceria resultados diferentes (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 326).

Uma possibilidade, então, é restringir o conteúdo do estudo a, por exemplo, um autor apenas. Nas considerações de Piñol (2012, p. 35, tradução nossa) ao trabalharmos com análises baseadas na formação desses bancos de dados, nos depararemos com amostras reais do uso da língua, bem como poderemos

[...] verificar as teorias linguísticas ou instituições, comprovar a gramaticalidade de frases dentro de seu contexto, remover observações linguísticas a partir de observações da língua, obter informações quantitativas e, portanto, verificável, e manejar um grande volume de informações em um curto espaço de tempo⁴¹.

Sendo assim, optamos pela análise de textos jornalísticos do jornal *La Vanguardia* por concordarmos também com as considerações de Haensch et al. (2004, p. 138) quando esse defende que “[...] para coletar um vocabulário de atualidade política, econômica ou cultural é recomendável a leitura paralela de bons jornais”.

A Composição do *Corpus* de pesquisa: aspectos metodológicos

Os trabalhos para o início desta pesquisa começaram pela escolha do material a ser analisado. Por estar esse trabalho voltado para a análise do léxico utilizado no contexto jornalístico, era conveniente que encontrássemos textos que já estivessem em formato *on-line* para que, a partir da utilização de programas computacionais de conversão de textos e formação de listas de palavras, pudéssemos trabalhar com a menor margem de erro de digitação possível. Sendo assim, verificamos quais jornais estavam disponíveis para acesso *online* por meio da plataforma Google.

Deparamo-nos com vários jornais espanhóis, tais como *El Mundo*, *El País*, *La Voz de Galicia* e *La Vanguardia* que disponibilizam em suas páginas *on-line* várias décadas de informação impressa. Mas ao verificarmos

41 (TN): “comprobar las teorías lingüísticas o las instituciones, comprobar la gramaticalidad de las oraciones dentro de su contexto, extraer reglas o descripciones lingüísticas a partir de la observación de la lengua, obtener información cuantitativa y, por lo tanto, verificable, y manejar un gran volumen de información en poco tiempo”.

os anos de criação dos jornais, observamos que *El País* foi criado no ano de 1976, *El Mundo* em 1989 e *La voz de Galicia* em 1982. Dessa forma, não pudemos utilizá-los como objeto de pesquisa, pois como foram criados a partir da década de 70, não poderiam apresentar edições de anos anteriores, como por exemplo, de 1940, que é um dos anos por nós pesquisado.

Opção pelo jornal *La Vanguardia*

Após análise dos jornais disponíveis naqueles sites, verificamos que apenas *La Vanguardia* disponibiliza edições das décadas que nesse trabalho pretendíamos estudar, ou seja, os anos de 1940 e 1975 e, assim, optamos pelo trabalho com esse jornal. Essa escolha foi feita também pelo fato de entendermos que um jornal de maior circulação e tiragem tende a colocar-se, a respeito dos eventos noticiados, com certo distanciamento.

La Vanguardia, fundado no ano de 1881 pela família Godó, é redigido em castelhano com alguns conteúdos em catalão, e é um dos jornais editados na cidade de Barcelona, região da Catalunha, portanto, bastante representativo dessa comunidade. Essa área, Catalunha, por fatores históricos, é conhecida como uma região linguística e politicamente diferenciada, que objetiva manter a língua e a cultura catalã, e esse foi outro fator que nos impulsionou para a escolha do referido jornal.

Por ser uma área diferenciada, no governo de Franco, esse demonstrou grande desprezo

[...] com relação a outras línguas e culturas nacionais, como foi o caso da Catalunha. Neste sentido, a falta de articulação entre o Estado e as nacionalidades históricas, com a imposição coercitiva de um aparato centralista, fez com que muitos setores sociais catalães recusassem de forma latente o novo Estado franquista, fracassando a socialização política do regime, havendo uma separação entre os canais públicos e as aspirações privadas⁴² (CALERO, 2003, p. 49, tradução nossa).

Isto posto, entendemos que este jornal poderia nos revelar os acontecimentos da época, pois possuía a possibilidade de informar e se dirigir a um grande número de pessoas porque “o diário *La Vanguardia Española de Barcelona*, com uma tiragem superior a 200.000 exemplares, é distribuído em toda a Catalunha e chegava a Madrid”⁴³ (CALERO, 2003, p. 94, tradução nossa).

A seguir, apresentamos as primeiras páginas do *La Vanguardia* em 1940 e 1975, respectivamente:

42 (TN): “*hacia las otras lenguas y culturas nacionales, como fue el caso de Cataluña. En este sentido, la falta de articulación entre el Estado y las nacionalidades históricas, con la imposición coercitiva de un aparato centralista, condujo a amplios sectores sociales catalanes a rechazar de forma latente el nuevo Estado franquista, fracasando la socialización política del régimen al producirse una separación entre los canales públicos y las aspiraciones privadas*”.

43 (TN): “*el diario La Vanguardia Española de Barcelona, con una tirada superior a los 200.000 ejemplares, se distribuía por toda Cataluña y llegaba a Madrid*”.

Figura 1 – Primeiras páginas do *La Vanguardia* de 1940



Fonte: *La Vanguardia* (1940)

Figura 2 – Primeiras páginas do *La Vanguardia* de 1975



Fonte: *La Vanguardia* (1975)

Em Calero (2003, p. 86, tradução nossa) encontramos a informação de que

[...] na verdade, foram nas maiores capitais do país onde se editou um maior número de jornais, especialmente em Madrid e Barcelona, que também experimentaram o maior crescimento no número de publicações jornalísticas editadas, não só devido ao seu potencial demográfico, mas também porque nelas foram publicados os escassos jornais que tinham certa difusão nacional, caso da ABC, YA e o Povo de Madrid, ou regionais como *La Vanguardia Española* de Barcelona⁴⁴.

Devido a estes fatores, escolhemos investigar este jornal com o escopo de verificarmos se e como os acontecimentos históricos de determinada época influenciaram o léxico da LE, sobretudo nessa região.

44 (TN): “en concreto, fueron las capitales más grandes del país donde se editó un mayor número de diarios, especialmente en Madrid y Barcelona, que también experimentaron el mayor crecimiento en el número de publicaciones periódicas editadas, no sólo por su potencial demográfico, sino también porque en ellas se publicaban los escasos diarios que tenían una cierta difusión nacional, caso de ABC, YA y Pueblo de Madrid, o regional como *La Vanguardia Española* de Barcelona” (CALERO, 2003, p. 86).

As seções que se destacam nesse jornal, referindo-nos aos anos de nossa pesquisa, são as que se relacionam com a situação econômica e política da Espanha e também de alguns países da Europa, bem como a descrição sobre as guerras e suas consequências na vida da população que as enfrentava. Constatamos também notas de falecimento e classificados, anúncios publicitários, bem como eram divulgadas as festas religiosas das cidades, os acontecimentos e críticas teatrais, de cinema, os concertos, informações esportivas, informações sobre o ensino no país e palavras cruzadas. No ano de 1975, além dessas informações, anteriormente citadas, há ainda a presença de informações meteorológicas.

Após a escolha do jornal, passamos para a coleta dos textos *on-line*. Os textos no *site* são apresentados em formato *pdf*. Esses foram baixados e posteriormente convertidos com a ajuda do programa computacional OCR (*Optical Character Recognition*, ou Reconhecimento Óptico de Carateres), para o formato *doc.*, passando, neste momento, por uma revisão de caracteres, para sanar possíveis problemas durante a conversão dos formatos.

Após esta conversão, os textos em *doc.* foram gravados em formato *txt.* para que pudessem ser transferidos para o programa Léxico 3⁴⁵ que gerou as listas de frequência necessárias para a escolha das unidades léxicas que foram analisadas nesta pesquisa. Utilizamos essas ferramentas computacionais por observarmos que “a introdução das novas tecnologias, como o computador, facilita a criação de modelos da evolução genética e tipológica das línguas assim como trata o vocabulário e sua evolução cronológica estatisticamente” (OLANO, 2004, p. 359)⁴⁶.

O período que escolhemos para a análise dos textos foi o de janeiro a dezembro de 1940 e de janeiro a dezembro de 1975, sendo 12 jornais referentes a cada ano pesquisado. Portanto, o *corpus* que compõe esta pesquisa é formado por 24 edições do jornal *La Vanguardia*. Esses anos foram escolhidos por delimitações históricas, explicitados respectivamente, a saber: o início da concretização do poder do regime ditatorial militar do general Francisco Franco, e o ano de sua morte e recomeço da transição do regime político do país e da reconquista, pelos cidadãos, de direitos civis e políticos.

Com relação aos dias pesquisados, analisamos os textos relativos apenas ao primeiro dia da primeira semana de cada mês dos referidos anos. Ou seja, de cada mês, foram analisados jornais de apenas um dia da primeira semana do mês. Os dias escolhidos para a coleta desses dados foram variados, englobando os sete dias semanais.

Com os textos convertidos, constatamos que o tema mais recorrente nas edições consultadas é o político-militar. Fazemos essa afirmação, pois verificamos a partir das listas de frequências elaboradas, por meio do uso do programa Léxico 3, que as unidades com maior número de ocorrências no *corpus* são as relacionadas à administração política, interna e externa e assuntos militares, motivo que ratificou nosso interesse inicial em pesquisarmos esta temática.

45 Este programa foi desenvolvido pela equipe universitária SYLED-CLA2T (*Centre de lexicométrie et d'analyse automatique des textes, da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3*). Tal ferramenta fornece dados estatísticos da frequência das unidades do *corpus*.

46 (TN): “*la introducción de las nuevas tecnologías, como el ordenador, facilita crear modelos de la evolución genética y tipológica de las lenguas así como tratar el vocabulario y su evolución cronológica estadísticamente*”.

Tabela 1 – Edições do jornal *La Vanguardia* consultada (1940)

<u>Nº da Edição</u>	<u>Dia</u>	<u>Mês</u>
22.865	02	Janeiro
22.891	01	Fevereiro
22.916	02	Março
22.941	02	Abril
22.966	01	Maio
22.993	01	Junho
23.019	02	Julho
23.045	01	Agosto
23.072	01	Setembro
23.097	01	Outubro
23.124	01	Novembro
23.170	25	Dezembro

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Edições do jornal *La Vanguardia* consultada (1975)

<u>Nº da Edição</u>	<u>Dia</u>	<u>Mês</u>
33.767	01/02	Janeiro
33.793	01	Fevereiro
33.817	01	Março
33.842	01	Abril
33.868	01	Maio
33.895	01	Junho
33.920	01	Julho
33.947	01	Agosto
33.974	02	Setembro
33.999	02	Outubro
34.026	01	Novembro
34.072	25/26	Dezembro

Fonte: Elaboração própria

Critérios de Seleção do *Corpus* Léxico para análise

Durante a coleta dos dados, os textos que apresentavam informações sobre classificados e avisos fúnebres foram descartados. As listas de frequência que criamos são formadas por 100 palavras correspondentes a cada ano pesquisado, ou seja, para o ano de 1940 há uma lista de 100 palavras e para 1975 apresentamos outra lista com a mesma quantidade de unidades.

Para a seleção das unidades léxicas, consideramos, por questões de delimitação do tema, apenas os substantivos e adjetivos presentes em nossa lista de frequência, formando parte ou não de unidades mono ou pluriverbais. Não diferenciamos, pois, unidades que se apresentaram em maiúsculas ou minúsculas, bem como não diferenciamos as unidades que se apresentavam em singular ou plural.

Comparando os dados quantitativos com as primeiras observações feitas a partir da leitura dos contextos, constatamos que a investigação das unidades léxicas deveria partir das unidades relacionadas à atividade militar, não apenas por sua alta frequência, mas também por serem importantes na sociedade política das épocas investigadas. Como trabalhamos com textos jornalísticos, sua análise implica que “se leve em conta não apenas o contexto, mas também a situação real de fala dos envolvidos no ato de enunciação, seus interesses e motivações históricas e sociais que podem ter influência na construção do sentido das unidades lexicais” (BOTTA, 2011, p. 34).

Desse modo, um dos critérios de seleção das unidades léxicas para a formação do *corpus* foi o da frequência, por ser este um critério relevante para o desenvolvimento na área de análises linguísticas (FROMM, 2003) uma vez que “a frequência é uma característica típica da palavra” (BIDERMAN, 1998, p. 162) e “há uma ligação entre a importância da frequência a fenômenos relevantes, tais como as mudanças lingüísticas ao longo do tempo” (BERBER-SARDINHA, 2004, p. 163).

Dessa forma, a seleção das unidades estudadas foi realizada por meio de análises quantitativas e qualitativas, por entendermos que esta dupla abordagem já se mostra frutífera em pesquisas de Lexicologia, como podemos encontrar nos trabalhos de Adelstein (2004), Paula (2007), Botta (2011), entre outras pesquisas relevantes para a análise do léxico.

Outro critério para a seleção das unidades componentes de nossa análise foi o de relevância social, pois verificamos que ainda que algumas unidades não tenham frequência significativa na lista que elaboramos, esse fato não prova que elas não fossem frequentes na língua.

Sendo assim, ao elaborarmos as listas de frequência, verificamos que algumas palavras com menor frequência nos textos também eram importantes para a nossa análise. Ou seja, pela observação do universo total das unidades léxicas presentes no *corpus* e apresentadas em listas, selecionamos outras unidades que, no nosso entendimento, poderiam expressar informações relevantes sobre o período histórico estudado, bem como de realidades vividas e relacionadas ao contexto histórico político daquela época.

Assim, com o fito de restringir nosso *corpus* por delimitações de tema, e também por tratar esse trabalho de uma pesquisa de iniciação científica, optamos por analisar 05 unidades léxicas que se faziam (ou não) presentes nas duas listas de frequência elaboradas sendo essas participantes do mesmo campo semântico, ou seja, político-militar. Esse recorte na coleta de dados permitiu uma diminuição considerável dos dados a serem analisados, sem que o conteúdo semântico relacionado à área político-militar fosse prejudicado.

Critérios de Análise do *Corpus*

Em nosso estudo, na seção de descrição e análise, apresentamos dois grupos de unidades léxicas selecionadas no *corpus*, a saber: (i) no primeiro momento nos dedicamos à análise de unidades léxicas que se faziam presentes nas duas listas de frequência por nós elaboradas, centrando-nos, mais precisamente, na análise das unidades pertencentes ao campo léxico-semântico político-militar; (ii) num segundo momento, analisamos apenas as unidades que julgamos, por análise dos contextos, ser relevantes para nosso estudo, por serem essas expressivas do período histórico estudado, bem como de realidades vividas e relacionadas àquela época, mas que não estavam presentes nas duas listas de frequência.

Entendemos que o léxico está em constante transformação, pois acompanha e reflete as mudanças sociais. Entretanto, as obras lexicográficas não conseguem e nem podem acompanhar esse ritmo de criatividade da língua. Embora estejamos cientes de que seria difícil encontrar um dicionário que registrasse as mudanças das línguas, escolhemos para utilizarmos de **corpus de exclusão** o dicionário da *Real Academia Española*, pois sabemos que “a prática usual em trabalhos de lexicostatística é de escolher um dicionário como base de referência” (BIDERMAN, 1996, p. 34).

Assim, escolhemos o *Diccionario de la Real Academia (DRAE)* dos anos de 1948 (17ª edição) e 1984 (20ª edição)⁴⁷, com o fito de observarmos se as acepções descritas a partir do *corpus* se encontravam registradas, se apresentavam matizes diferentes entre o que estava registrado e o que se comunicava nos jornais ou se se tratavam de neologismos semânticos, ou seja, se o período franquista havia motivado o surgimento de novos significados àquelas unidades ou não. Assim, o DRAE serviu-nos tanto como “base de referência” quanto como *corpus* de exclusão.

Desse modo, o estudo das definições lexicográficas das unidades contribuiu para a identificação dos semas que compõem sua significação, que foram comparados com o que se pôde apreender das ocorrências retiradas do *corpus* (BOTTA, 2011).

Considerações finais

Optamos em trabalhar com a análise do léxico, pois entendemos que essa perspectiva desvela-nos a cultura e as mudanças sociais pelas quais passaram as sociedades.

Sendo assim, esse artigo teve como objetivo descrever (e fomentar algumas reflexões) sobre o processo de organização de um *corpus* formado a partir de textos retirados da esfera jornalística no período ditatorial espanhol, de caráter político-militar, enfocando, mais precisamente, os anos de 1940 e 1975. Escolhemos trabalhar com textos jornalísticos por considerarmos que esses são, na maioria das vezes, apresentados de acordo com a percepção de alguém ou de algum grupo. Por isso, entendemos que as palavras usadas para a elaboração desses relatos carregam consigo a percepção e os sentidos de quem contou a história.

O trabalho para a seleção e elaboração do *corpus* nos forneceu importantes dados sobre o desenvolvimento de pesquisas nessa área, pois constatamos que “sem dúvida, a informação que um *corpus* pode conter é infinita e cada investigador deve explorar e buscar respostas a diversos tipos de perguntas que um determinado *corpus* pode estimular ou para as quais foi coletado”⁴⁸ (PARODI, 2010, p. 42, tradução nossa).

Por conseguinte, consideramos ser relevante elaborar um *corpus* que contenha unidades léxicas de diferentes anos, de diversas línguas naturais, pois assim podemos investigar as transformações ocorridas no panorama político e social de uma língua e de uma sociedade, e em nosso caso, mais especificamente sobre a era franquista.

Verificamos também que cada unidade léxica nos desvela muito de cada ano pesquisado e como obtivemos muitos dados, e analisamos apenas 05 unidades, um panorama infundável de descobertas ainda pode ser estudado, haja vista que “a palavra comunica, cria, nomeia, refere, designa, delimita, **descreve, sugere, denuncia**” (KRIEGER, 2009, p. 167).

47 A escolha das citadas edições do DRAE se justifica em virtude de serem essas as publicações mais próximas aos anos pesquisados.

48 (TN): “sin lugar a dudas la información que un corpus puede contener es infinita y cada investigador debe explorar y buscar respuestas a diversos tipos de preguntas que un determinado corpus puede estimular o para las cuales ha sido recolectado”.

REFERÊNCIAS

- ADELSTEIN, A. **Unidad Léxica y Valor Especializado: Estado de la cuestión y observaciones sobre su representación**. 2004. 253f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabri, Barcelona, 2004.
- BERBER-SARINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.
- BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.
- _____. Os Dicionários na Contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 131-144.
- BOTTA, M. G. **O Vocabulário Político-Ideológico da Gazeta de Lisboa no século XVIII: Estudo do Léxico em Perspectiva Discursiva**. 2011. 264f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- BROWN, H. D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall Regents, 1994.
- CALERO, F. S. **Propaganda y medios de comunicación en el franquismo**. Alicante: Universidad de Alicante, 2003.
- FROMM, G. O uso de corpora na análise linguística. *Revista Factus*, São Paulo, v. 1, p. 69-76, 2003.
- HAENSCH, G.; OMEÑACA, C. **Los diccionarios de español en el siglo XXI**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.
- HENRIQUES, C. C. **Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação**. São Paulo: Elsevier: 2011.
- HUMLE, P. O uso de corpora no ensino de línguas. Alguns exemplos do português e do espanhol. In: GRIMM CABRAL, L. (Org.). **Linguística e Ensino: Novas Tecnologias**. Blumenau: Nova Letra, 2002. p 157-180.
- ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. de. **As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.
- JACOBI, C. C. B. **Linguística de Corpus e Ensino de Espanhol a Brasileiros: Descrição de Padrões e Preparação de Atividades Didáticas (decir/hablar; mismo; mientras/en cuanto/aunque)**. 2001. 122f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Ciências e Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- KRIEGER, M. G. Lexicologia, lexicografia e terminologia: Impactos Necessários. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As Ciências do Léxico**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009, p. 161-175.
- MORENO, I. O. Metáfora y Argumentación en el Lenguaje Político y la Prensa Españoles. Aproximación a las Metáforas Relacionadas con el “Proceso de Paz”. In: **XXXVII Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística**. Pamplona. 2008, p. 213-242.
- OLANO, C. O. **Lexicología y Semántica Léxica: Teoría y aplicación a la lengua española**. Madrid: Ediciones Académicas, 2004.
- PARODI, G. **Linguística de Corpus**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2010.
- PAULA, M. T. **Rastros de Velhos Falares. Cultura e Léxico no Vernáculo Catalano**. 2007. 521f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- PIÑOL, M. L. **Linguística de Corpus y Enseñanza de Español como 2/L**. Madrid: Arco Libros, 2012.

UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS EM VERBETES DE DICIONÁRIOS ESCOLARES

José Válder REBOUÇAS
Edmar Peixoto de LIMA
Mikaeli Cristina Macêdo COSTA
Antônio Luciano PONTES

Introdução

A linguagem vai constituir elemento de imprescindível valor, haja vista a sua capacidade de articulação ideológica ao longo da formação e evolução das civilizações nos mais diversos contextos sociais e discursivos em que os sujeitos estão inseridos. Com base nessa perspectiva, o objeto a ser analisado durante este estudo compreende a visão acerca do signo ideológico, difundido por Bakhtin, como elemento que perpassa o universo polifônico de vozes nas mais diferentes esferas discursivas da comunicação humana.

A partir dessa premissa, essa discussão visa a se consubstanciar na questão norteadora e no objetivo que se pretende alcançar, que é fazer uma análise teórica à luz do pensamento bakhtiniano a respeito das representações ideológicas ocorridas em diferentes épocas e de suas implicações nas relações sociais e históricas através das práticas discursivas da linguagem.

Dessa forma, este estudo dispõe-se a discutir as abordagens de Bakhtin (2009) e de seu Círculo no que diz respeito às representações ideológicas articuladas aos acontecimentos sociais e históricos através da atividade de interação verbal. Além disso, deve-se considerar que os sentidos das palavras se (re)constróem através da interação social e discursiva, sob a influência dos fatores culturais, econômicos, políticos, entre outros.

Partindo dessa prerrogativa, este trabalho pretende discutir, inicialmente, sobre o léxico e as ciências de que compõe, analisando a importância do dicionário para as práticas docente, discursiva e ideológica. Em seguida, aborda-se acerca das relações entre linguagem e sociedade a partir da perspectiva da Análise Crítica Discursiva (ACD). Na sequência, apresenta-se a metodologia e, posteriormente, ressalta-se, nas considerações finais, a respeito do importante papel da escola na formação de alunos mais críticos, sendo capazes de melhor interpretarem o mundo que os cerca e interagirem no processo de transformação social.

O procedimento metodológico que norteia esta análise parte de uma revisão literária a respeito das ideologias, considerando aspectos de grande relevância, adotando o método sociológico proposto por Bakhtin e seu Círculo, (2009), Marilena Chauí (1991), entre outras elencadas nas referências.

Esta pesquisa, enfim, propõe um estudo investigativo-comparativo, tratando-se de uma abordagem qualitativa, uma vez que parte da compreensão e discussão do pensamento de Bakhtin a respeito dos discursos ideológicos como fundamento teórico para melhor compreensão da tessitura textual lexicográfica de dicionários. Quanto aos meios propostos, este trabalho pretende analisar as representações ideológicas, tendo por base três exemplares de dicionário de uso escolar: *Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa* (1965), de Cândido Jucá (filho), *Mini Aurélio Escolar* (1985), de Aurélio Buarque de Holanda e *Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa* (1995), de Silveira Bueno, fazendo um levantamento das definições e escolhas lexicais a partir das palavras: **consumo, produção, ideologia, capitalismo**, considerando as diferenças de épocas, de posicionamentos e de contexto.

Aporte teórico

As bases da lexicografia pedagógica

Muito se tem discutido em relação ao reconhecimento da importância que o léxico representa ao desenvolvimento da língua materna como instrumento de interação e competência comunicativa. Graças a ele, a atividade de interlocução verbal, em toda a sua dinamicidade, passa por constantes transformações a partir da aquisição de novos vocábulos e da reconstrução de sentidos a cada enunciação.

Esse processo apresenta-se em consonância com as mais diferentes práticas sociais e discursivas. Cabe, no entanto, ao sujeito enunciador a responsabilidade pela expansão e compreensão de novos vocábulos. Ademais, pela abrangência de vários aspectos que estão imbricados a esse fenômeno, surge a necessidade de um estudo mais minucioso de seus desdobramentos, bem como das atribuições que lhes são conferidas. Contudo, embora se dediquem a diferentes campos de atuação da linguagem, apresentam-se, ao mesmo tempo, interligadas, formando-se, assim, as ciências do léxico, que são a lexicologia, a terminologia e a lexicografia.

A partir dessa perspectiva, é possível considerar que, embora apresentem afinidades, cada uma delas distingue-se pelas suas propriedades específicas. Por exemplo, a lexicologia é o segmento que estuda a palavra, em toda a sua complexidade formal e significativa, como a unidade básica do acervo lexical. Para tanto, analisa as relações que se estabelecem entre o léxico e outros sistemas linguísticos, procurando compreender o processo de formação de palavras, a etimologia, entre outros aspectos.

De acordo com a concepção de Krieger e Finatto (2004, p. 47), a lexicologia é o ramo que se encarrega do repertório geral de palavras existentes em uma língua, sob diversas perspectivas – significados, classes gramaticais, composição das palavras, classificações, evolução histórica etc, a partir da observação e descrição das unidades lexicais de uma determinada comunidade linguística.

Enquanto que a terminologia é o estudo de termos específicos de uma área técnico-científica, bem como de aspectos teóricos e metodológicos próprios de um contexto a fim de sistematizar o uso adequado de acepções particulares a determinados segmentos que compreendem as atividades humanas.

Dessa forma, compete ao dicionário terminológico o papel de atualizar seu universo vocabular em consonância com o desenvolvimento social, investigando, conhecendo e analisando palavras que são próprias de um campo ou profissão, diferentemente do dicionário geral, que abrange verbetes das mais diversas ramificações lexicais. No entanto o fato de a terminologia trabalhar com unidades semânticas específicas não significa dizer que esteja dissociada da realidade linguística da qual é parte integrante.

Sendo assim, quanto mais avanços decorrentes do mundo globalizado, maiores são as perspectivas de enriquecimento do acervo terminológico. E esse processo é impelido à proporção que surgem as inovações tecnológicas e científicas, sentindo o sujeito a necessidade de conhecer e dominar novos termos que favoreçam a interação com as transformações sociais e históricas. E no que se refere a isso, Barros (2004, p. 25) argumenta que:

A evolução da ciência tem provocado, ao longo da história da humanidade, profundas transformações no modo de viver, de agir, de pensar, de produzir, de ser dos povos, conduzindo a diferentes formas de organização social e política, a novos sistemas de produção.

Considerando que a linguagem, em toda a sua capacidade de articulação dialógica, vai se adequando às mais diferentes realidades linguísticas, bem como à competência comunicativa do interlocutor e aos mais variados contextos de uso, compreende-se que a terminologia trata do emprego de termos específicos de áreas ligadas à botânica, zoologia, economia, administração, entre outras.

Nesse sentido, o próprio dicionário escolar, como o habitat natural de palavras que povoam o universo lexical de alunos do Ensino Fundamental e Médio, precisa conhecer as limitações, níveis de compreensão e outras

especificidades dessa faixa etária, considerando as condições de produção e recepção do texto, o meio de circulação, entre outros aspectos referentes a esse público consutente a que se destina.

A lexicografia, por sua vez, é a atividade ou disciplina que se dedica a estudar a forma como os dicionários de língua geral são elaborados, incluindo a análise dos já existentes, as concepções críticas, as tipologias, bem como o estudo de metodologias e princípios teórico-práticos relacionados à estruturação e uso desse material didático.

As abordagens lexicográficas contemplam não só os diversos sentidos que a palavra assume em diferentes contextos de uso, mas também o contínuo processo de formação e renovação vocabular como recurso de ampliação da linguagem. Sendo assim, o léxico constitui um conjunto de informações e palavras que compõem o acervo de uma língua e, a esse respeito, Biderman (1998, p. 179) acrescenta que: “[...] é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. Mais importante ainda: o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva”.

No âmbito dessa discussão, convém ressaltar também a importância da lexicografia pedagógica, que se dedica a analisar questões que dizem respeito ao dicionário destinado ao universo escolar, considerando o público-alvo e os princípios didáticos que norteiam a aprendizagem de uma língua, seja ela materna ou estrangeira. Haja vista o grande potencial dessa ferramenta para a prática docente, é inviável, então, concebê-lo como um instrumento que durante muito tempo ficou relegado ao esquecimento em estantes de bibliotecas ou destinado à consulta esporádica.

Ainda em relação a essa questão, de acordo com o pensamento de Pontes e Santiago (2009, p. 105-123), não bastasse o uso inadequado destinado ao dicionário, eis que ainda sofreu e sofre a rotulação de vários estigmas, tais como: “pai dos burros”, “que é um material que serve para a vida inteira, não sendo passível de mudanças e adaptações”, “que funciona tão somente para definir o significado das palavras”, “que são todos iguais”, entre outras concepções equivocadas.

O próprio despreparo dos professores, que, na maioria das vezes, não tiveram toda a sustentação teórica e prática nos cursos de licenciatura que lhes propiciasse a formação adequada a partir dos fundamentos lexicográficos, contribuiu para a construção dessa lamentável realidade na educação brasileira.

Ademais, segundo Pontes (2009, p. 14) considerando a importância do dicionário para o desenvolvimento global do aluno, convém ressaltar que o uso desse instrumento não deve ficar restrito às aulas de Língua Portuguesa:

Assim, os estudantes, em todas as áreas do conhecimento, aprenderão com o dicionário, não somente sobre a língua, mas também sobre conhecimentos enciclopédicos, científicos, ideológicos. Além do que os dicionários poderão assumir a função de ferramenta para ajudar os alunos a ler e a produzir seus textos, essenciais à comunicação no espaço escolar e em outras situações sociais.

A lexicografia, portanto, representa, certamente, uma das mais valiosas formas de representação social de uma cultura ou ideologia. Vista quase sempre como uma área que se dedica tão somente à busca de informações em relação aos significados das palavras, utilizando-se da metalinguagem, ela vai muito além, uma vez que pressupõe um conhecimento global acerca do universo plurilinguístico e polifônico da língua do qual não se pode prescindir.

Em relação às potencialidades que a lexicografia representa para a prática pedagógica, Krieger (2006, p. 247) acrescenta que:

A concepção de uma lexicografia didática, como uma produção direcionada à escola é de extrema importância, sobretudo porque há uma tendência geral de identificar como escolar os dicionários tipo mini. [...] a compreensão do caráter escolar costuma estar associada mais às suas dimensões reduzidas do que à sua efetiva adequação ao ensino/aprendizagem da língua.

Assim, o dicionário representa um rico acervo de conhecimentos, sendo de imprescindível valor como meio de ampliação de saberes não apenas de caráter linguístico, podendo assim ser considerado uma verdadeira enciclopédia, não devendo, pois, ficar relegado ao esquecimento na biblioteca, ou como um simples material de manuseio e consulta

esporádica. Por isso, considerando a importância do dicionário para o desenvolvimento global do aluno, o uso desse instrumento não deve ficar restrito às aulas de Língua Portuguesa.

Ademais, não bastassem as muitas funções que esse instrumento representa para a exploração de conhecimentos, eis que se destaca também por ser um fecundo material de análise crítica, haja vista o fato de que nada daquilo que nele está posto surgiu por acaso. E, em se tratando das definições lexicais, é possível entrever, além das marcas enunciativas da linguagem, as ideologias impulsionadas pelos fatores de ordem social e da carga axiológica do sujeito enunciatador.

Dessa forma, a palavra vai ser dotada de um poder discursivo, sendo o sentido construído pelos interlocutores a partir da interação verbal. Além disso, há de se considerar que o signo linguístico, segundo Bakhtin, (2009, p. 41) é de natureza essencialmente ideológica. Daí a questão de os discursos não apresentarem neutralidade em nenhuma instância da comunicação humana, uma vez que refletem e refratam os interesses e o lugar social de onde provêm.

Considerando, pois, que o dicionário representa uma proposta promissora para o enriquecimento da prática docente, urge que seja explorado em toda a sua grandeza como uma verdadeira enciclopédia. Para tanto, deve-se analisá-lo sob o ponto de vista sintático, semântico, fonológico, pragmático, bem como reconhecê-lo como um poderoso instrumento de reflexão da Análise Crítica Discursiva (ACD), uma vez que todos os verbetes são carregados de ideologia e subjetividade.

No entanto, embora exista um crescimento sensível no campo de pesquisas acadêmicas no que tange à necessidade de redimensionar as múltiplas abordagens desse material didático no processo de desenvolvimento e compreensão da língua, convém que se promovam mais discussões e análises acerca dessa temática. Compete à escola lançar mão de estratégias metodológicas que o integrem a diferentes práticas discursivas de leitura, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento integral dos alunos em todos os níveis de ensino.

As palavras como signos ideológicos

A evolução histórica e os acontecimentos políticos, econômicos e culturais são aspectos que influenciam na formação e supremacia das ideologias, uma vez que os sujeitos só se definem socialmente a partir das relações sociais que se estabelecem entre eles e dos posicionamentos tomados ao longo desse processo contínuo. E, conforme declara Marx (1987, p. 35): “As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformando-se com a alteração e desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção.”.

A linguagem, por estar presente em todas as esferas das atividades humanas, não se isenta dessas relações. Pelo contrário, ela reflete e refrata, através das práticas sociais e comunicativas, os diferentes discursos ideológicos vigentes em cada época.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, aborda-se a respeito do discurso ideológico como um instrumento ou produto de consumo que faz parte de uma realidade natural ou social, apresentando um significado e remetendo a algo situado fora de si mesmo.

Bakhtin e seu Círculo, analisando o signo linguístico como predominantemente de natureza histórico-ideológica, vão discutir a questão da ideologia, antes tratada por Marx e Engels de maneira superficial e mecanicista, com maior profundidade. Dessa forma, o pensamento bakhtiniano, a partir da perspectiva dialética e filosófica da linguagem, vai de encontro a essa concepção estruturalista que ora considerava a ideologia como algo ligado à consciência (subjetiva/interiorizada), ora como produto pronto e acabado (idealista/psicologizada).

Ainda aludindo a essa questão, o filósofo da linguagem vai mencionar dois tipos de ideologia: a oficial e a do cotidiano. Segundo ele, a ideologia oficial é considerada como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo, a fim de defender os interesses de quem pretende se manter no controle; enquanto que a ideologia do cotidiano é compreendida na dinâmica dos acontecimentos sociais como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, estando a serviço das camadas menos favorecidas, fazendo valer a luta pela igualdade e pela melhoria das condições de vida.

Bakhtin acrescenta que é inconcebível tratar a ideologia como falsa consciência, ou simplesmente expressão de uma ideia, mas como uma tomada de posição determinada, assim não se pode considerar a desigualdade como um processo natural, conforme se defenderia tal pensamento numa sociedade capitalista, afirmando que uns nasceram na condição de dominados e outros de dominantes; que o capital é fruto do trabalho, ignorando-se o fato de que é fruto do trabalho dos outros.

Em relação a essa questão, considerando a visão capitalista oriunda dos modos de produção e consumo, a própria força de trabalho do produtor é vendida em forma de mercadoria cujo valor vai depender da duração e produção da atividade humana. Além disso, como se não bastasse, o trabalhador é condicionado a não se reconhecer no seu próprio produto como o resultado do seu trabalho, acarretando, assim, a reificação do homem. A respeito dessa questão, Marilena Chauí (1991, p. 58) afirma que:

[...] com efeito, o trabalhador passa a ser uma coisa denominada força de trabalho que recebe uma outra coisa chamada salário. O produto trabalho passa a ser uma coisa chamada mercadoria que possui uma outra coisa, isto é, um preço. O proprietário das condições de trabalho e dos produtos do trabalho passa a ser uma coisa chamada capital, que possui uma outra coisa, a capacidade de ter lucros. Desapareceram os seres humanos, ou melhor, eles existem sob a forma de coisas [...].

Desse modo, percebe-se que, no âmbito das relações sociais, circulam diferentes ideologias, uma vez que a realidade não se configura como algo de natureza homogênea; é, antes de tudo, uma representação atrelada às concepções ideológicas que se legitimam no dia a dia a partir das ideias e significados que se constroem por meio das relações interindividuais e das lutas de classes.

Nesse sentido, convém direcionar o olhar à palavra como representação do signo, que constitui uma entidade semiótica, de sentido e significado, que reflete e refrata a realidade social e histórica em que estão inseridos os sujeitos falantes. Ainda, segundo Bakhtin/Volochinov (2004, p. 33):

[...] cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior.

Assim sendo, os enunciados são o resultado da interação verbal, não surgindo por acaso; eles são impulsionados por fatores sociais e pelas condições de produção e recepção dos mais variados textos orais e escritos, sendo os sentidos das palavras, portanto, determinados a partir da relação entre os interlocutores por meio de suas práticas discursivas. A esse respeito, Faraco (2003, p. 50) confirma que:

As significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, único atemporal, nem pela referência a um mundo dado uniforme e transparentemente, mas são constituídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valoração e interesses.

Além disso, desmistifica-se a fala como ato individual, concebida de acordo com a teoria estruturalista, uma vez que a enunciação compreende uma relação de responsividade e alteridade entre locutor/interlocutor como elementos interagentes envolvidos nas diversas práticas sociais e discursivas. Logo, segundo o pensamento bakhtiniano:

[...] em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas, ou semiocultas e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é

sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor (BAKHTIN, 2004, p. 318).

A partir dessa premissa, compreende-se que a enunciação não se procede de maneira aleatória, mas pressupõe uma interlocução ativa e intencional que envolve os falantes através da atividade discursiva da linguagem. Além disso, o dizer e o dito vão se renovando social e historicamente, haja vista a sua capacidade de reiteração na tessitura de novos fios ideológicos que se enredam a todo instante, em variadas épocas e contextos, mobilizando diferentes grupos e intenções comunicativas. Dessa forma, a função principal da linguagem deixa de ser a expressão para ser a comunicação, sendo a palavra dotada de uma significação e de uma evolução ideológica. Portanto, conforme declara Bakhtin (2009, p. 41):

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Ademais, somente pela orientação da heterogeneidade enunciativa, é possível interpretar as múltiplas representações ideológicas das vozes ressonantes no discurso, sob os meandros da linguagem, de modo que através de um excedente de visão e exotopia é que os sujeitos vão se definir uns em relação aos outros.

Nesse processo de compreensão e construção de sentidos do texto, é necessária a percepção de alguns detalhes, quando tantos outros só se preocupam com identidade e uniformização. Nesse sentido, uma das teses fundamentais defendidas pela análise discursiva é a de que a linguagem é perpassada por posições enunciativas que configuram formações quase sempre antagônicas, sendo por meio da interação discursiva que os posicionamentos ideológicos são postos em situação de conflito. Logo, a enunciação como atividade da prática discursiva constitui um exercício da contrapartida ao discurso do outro, conforme afirma Maingueneau (2001, p. 86): “[...] esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele”.

Essa abordagem traz à tona a discussão em torno das representações sociais como um fenômeno que pressupõe uma análise dos posicionamentos ideológicos do sujeito e de sua identidade, que não se caracteriza como um fator de natureza peremptória, mas como algo fragmentado, sendo passível de constantes mudanças. A esse respeito, Stuart Hall (2005, p. 12-13) define essa concepção, fomentando que esse processo de transformação:

[...] produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...]. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente [...]. Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...]. A identidade surge [...] de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Para um melhor entendimento dos complexos e conflitantes posicionamentos ideológicos, é preciso analisar a formação da identidade como algo que, sob condições diferentes, vai se desenvolver, simultaneamente, em

consonância com a linguagem e outras categorias epistemológicas. Bakhtin dedicou-se ao estudo dessa concepção, considerando as relações sociais entre indivíduos e classes econômicas a partir da compreensão da existência das forças centrífuga e centrípeta. Segundo ele, esta apresenta um caráter centralizador, procurando manter unificado o sistema e resistindo ao novo, às mudanças históricas; enquanto que aquela se empenha a operar inovações, compelindo ao movimento, estando aberta ao devir.

Com base nessa discussão, percebe-se que as representações ideológicas vão se consolidando na e pela interação discursiva. Nesse sentido, a história e as ideologias caminham intrinsecamente ligadas à existência humana. À proporção que o tempo passa, surgem novos olhares, transformam-se as mentalidades que impulsionam a outros caminhos.

Assim, não se pode analisar a história dissociada da vida social, tampouco como uma sucessão cronológica de causas e efeitos, mas como um elemento que se conecta no tempo e, simultaneamente, impulsiona a produção de novas ideologias e acontecimentos. Nesse percurso, a memória discursiva é ativada, a fim de estabelecer relações entre o ontem, o hoje e o amanhã, procurando resgatar o passado, problematizar o presente e projetar novas perspectivas para o futuro.

Marx dedicou-se ao estudo da formação do pensamento socioeconômico a partir da perspectiva dialética, materialista, histórica e ideológica em que se estabelecem as relações sociais, considerando que a dinâmica das práticas sociais só é, de fato, efetivada através de uma postura crítica e participativa dos indivíduos. Para tanto, essa percepção não se consolida pela alienação e indiferença aos problemas sociais, mas a partir da orientação e consciência de sujeitos agentes e transformadores da realidade histórica na qual estão imersos.

A Análise Crítica Discursiva (ACD) e as relações entre linguagem e sociedade

AACD, desenvolvida na década de 1980, configura-se como um segmento interdisciplinar dos fundamentos ideológicos do discurso, a fim de investigar o papel da linguagem nas práticas sociais e, ao mesmo tempo, suscitar uma reflexão acerca da relação intrínseca e dialética entre as representações linguísticas e sociais, uma vez que os discursos funcionam não somente como modos de percepção das estruturas políticas, culturais, econômicas, etc. vigentes na sociedade, mas também como forma de ação sobre o mundo.

Assim, a maneira como os discursos se produzem e são legitimados na interface da interação dialógica com o social não acontece de maneira aleatória, mas de forma articulada às representações identitárias e ideológicas dos sujeitos. Além disso, convém compreender as estratégias de abordagem que contribuem para a tentativa de supremacia e perpetuação do domínio e exploração das camadas menos informadas e de baixo poder aquisitivo. Uma forma de abordagem dessas estratégias se evidencia a partir das escolhas lexicais e os sentidos atribuídos aos vocábulos. E no tocante a essa questão, Wodak (2003a, p. 19) esclarece que:

Uma explicação plenamente ‘crítica’ do discurso requer uma teorização e uma descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto como das estruturas e processos sociais nos quais os indivíduos ou grupos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos.

Dessa forma, é possível considerar que a análise de um texto pressupõe a ativação acerca das inferências discursivas, das condições de produção e recepção, considerando a função social e a intenção comunicativa, bem como o contexto histórico e político de que provêm os sujeitos envolvidos nas práticas de enunciação da linguagem.

Resultados, análise e discussão

A tabela abaixo apresenta as acepções relativas aos verbetes dos dicionários publicados em três momentos históricos pelos quais passou o Brasil: 1965, 1985 e 1995.

Tabela 1 – Verbetes dos dicionários

Verbetes	Dicionário Escolar de L. Portuguesa- Cândido Jucá (filho)/1965	Mini Aurélio Escolar de L. Portuguesa- Aurélio Buarque/1985	Minidicionário Escolar de L. Portuguesa- Silveira Bueno/1995
Consumo	Consumação, gasto, uso; despesa.	Ato ou efeito de consumir, de gastar; uso de mercadorias e serviços para satisfação de necessidades e desejos humanos.	Gasto; uso de mercadorias.
Produção	Geração, procriação, efeito, obra, desenvolvimento, prolongamento.	Ato ou efeito de produzir; o que se produz ou o volume de produção; realização de espetáculo para o qual são necessários recursos financeiros e equipe especializada.	Ato de produzir; coisa produzida, realização; preparo.
Ideologia	A palavra ideologia não consta na edição desse ano.	Ciência da formação das ideias; sistema de ideias.	Ciência da formação das ideias; tratado das ideias em abstrato; sistema de ideias, convicções religiosas ou políticas.
Capitalismo	A palavra capitalismo não consta na edição desse ano.	Sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção visando ao lucro e empregando trabalho assalariado, e no funcionamento do sistema de preços.	Influência ou predomínio do capital, do dinheiro; regime em que os meios de produção pertencem a sociedades privadas ou a particulares.

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise realizada, percebe-se, então, que o dicionário, assim como os gêneros discursivos de maneira geral, revela as diferentes representações ideológicas da sociedade, tendo em vista que cada ato de enunciação da linguagem é perpassado por diferentes intenções comunicativas impulsionadas pelo contexto econômico, político e histórico, refletindo as subjetividades e os interesses dos sujeitos enunciadorees através das práticas sociais e discursivas. Logo, ao relacionar léxico e discurso, nota-se que:

O fato lexical é um fato social e, assim sendo, está sujeito às forças sociais, que permeiam as relações entre os sujeitos. Na articulação com o discurso, a descrição linguística atenta para esse fato, levando em consideração que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes, conforme as posições sustentadas pelos sujeitos. (NUNES, 2006, p. 152).

Essa visão foi contemplada no que diz respeito ao significado dos verbetes analisados em diferentes edições de obras lexicográficas, considerando que as definições lexicais, nos três dicionários de uso escolar, procuram contemplar a realidade do público consulente.

É preciso salientar que os períodos de publicações desses dicionários ocorreram durante épocas distintas, tendo em vista que em 1965 o Brasil vivia sob o regime militar, o mesmo não ocorrendo nos anos de 1985 e 1995, quando já se acreditava na vigência de um sistema democrático. Portanto deve-se considerar um detalhe curioso que chama a atenção do consulente: na edição do *Dicionário Escolar de L. Portuguesa*, de Cândido Jucá (filho), publicado em 1965, não constam os verbetes **ideologia** e **capitalismo**, aspecto que deve ser discutido em sala de aula a partir

da mediação do professor, uma vez que esse silenciamento também pode ser interpretado como um posicionamento ideológico do sujeito enunciador.

Além disso, convém ressaltar que as definições e as escolhas lexicais não constituem detalhes meramente figurativos do texto. Pelo contrário, são marcas linguísticas de caráter ideológico decorrentes de estratégias ligadas à produção e recepção dos enunciados e também a fatores extratextuais. Neste caso, percebe-se que os dicionaristas Cândido Jucá (Filho) e Silveira Bueno recorrem a definições mais simples em relação aos sentidos dos verbetes.

Dessa forma, compreende-se que, além das muitas atribuições do registro lexicográfico e da necessidade de inserção do dicionário às práticas de leitura e produção textual em sala de aula, uma vez que se trata de uma indispensável ferramenta didática, deve-se ressaltar o seu papel como importante aparelho ideológico, capaz de revelar os posicionamentos dos sujeitos enunciantes a partir das definições e das escolhas lexicais dos verbetes. Uma vez que o dicionário “é fruto de uma ideologia expressa voluntariamente ou não em suas páginas, que transmite a seus leitores”. (ESQUERRA apud PONTES, 2009, p. 28). Portanto comporta, além de um conjunto de palavras que compreende o universo lexical e informações relevantes quanto à estrutura formal da língua, as subjetividades e concepção de mundo dos sujeitos envolvidos nas práticas sociais e discursivas.

Conclusão

Da mesma forma que as relações sociais e históricas se renovam a cada instante, a linguagem, por ser uma prática social, precisa acompanhar a evolução dos acontecimentos políticos, culturais, econômicos, entre outros, atendendo às mais diferentes realidades comunicativas.

Sendo assim, diante do que foi abordado, considera-se que o dicionário como ferramenta pedagógica deve constituir objeto de reflexões em torno das ideologias vigentes em diferentes épocas. Cabe, portanto, à escola, além do papel de veiculadora de informações e conhecimentos, a formação de alunos críticos e reflexivos, capazes de exercer a autoria a partir do exercício da cidadania e do protagonismo de sujeitos que constroem a própria história.

De acordo com essa perspectiva, a ação de educar não se configura como tentativa de massificação e indiferença à realidade em que os sujeitos estão inseridos, mas como prática de conduzir o aluno à autonomia e produção de saberes a partir do despertar da consciência crítica para efetivar a participação e a transformação social.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BIDERMAN, M. T. C. **A face quantitativa de linguagem: um dicionário de frequências do Português**. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 42, p. 161-181, 1998.
- BUENO, F. da S. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Editora FTD. 2. ed. São Paulo, 1995.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 34. ed. São Paulo. Editora brasiliense. 1991.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1985.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

JUCÁ, C. **Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965.

KRIEGER, M. da G. **Políticas públicas e dicionários para escola**: o programa nacional do livro didático e seu impacto sobre a lexicografia didática. In: XATARA, C.; HUMBLÉ, P. (Org.). *Cadernos de tradução. Tradução e lexicografia pedagógica*. Florianópolis, v. 18, p. 235-252, 2006.

NUNES, J. H. Lexicologia e Lexicografia In: GUIMARÃES, E. ZOPPI-FONTANA, M. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 147-165.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar**: o que é e como se lê. Fortaleza: EDUECE, 2009.

GLOSSÁRIO BILÍNGUE DE AGRONOMIA: UM ESTUDO TERMINOLÓGICO SOBRE O MANEJO DO SOLO

Auri Claudionei Matos FRÜBEL
Jorge Luiz Nunes dos Santos JUNIOR

Considerações iniciais

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado e informatizado, no qual a velocidade da informação e a propagação do conhecimento tornam-se cada vez mais dinâmicas. Assim, o desenvolvimento das inúmeras áreas do conhecimento humano como a química, a biologia, a linguística, a medicina, a informática e tantos outros, geram conhecimentos especializados em suas áreas específicas de estudo. Esse conhecimento especializado, por sua vez, possibilita o surgimento de termos específicos que resultam numa linguagem de especialidade ou terminológica.

Dessa maneira, no intuito de normatizar a terminologia envolvida nos processos do manejo do solo e contribuir para a produção de obras terminológicas no Brasil, o Glossário Bilíngue (Português/Espanhol) de Agronomia, relacionado ao Manejo do Solo (GBMS), buscará oferecer aos especialistas da área, estudantes de agronomia e tradutores em geral, um instrumento confiável sobre essa linguagem de especialidade. Vale ainda observar que, de acordo com Cabré (1993), os estudos terminológicos visam a facilitar a comunicação no que diz respeito ao uso do léxico especializado:

El interés por la terminología nace de la práctica. A los científicos que en los siglos XVIII y XIX se preocupan seriamente por la proliferación de denominaciones y sienten la necesidad de ordenarlas, les urge resolver el gran barullo de formas – y de relaciones entre formas y conceptos – que dificultan la comunicación (CABRÉ, 1993, p. 30).

O trabalho é subsidiado teoricamente e metodologicamente pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré, líder do grupo de pesquisa do Instituto de Linguística Aplicada, da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona (IULATERM). No Brasil, Almeida (2012) aplicou a TCT de Cabré e elencou uma sequência de etapas metodológicas a serem observadas na elaboração de um glossário e/ou dicionário terminológico, como: i) compilação do *corpus*; ii) extração dos termos; iii) elaboração do mapa conceitual (também denominado **estrutura conceitual** ou **ontologia**); iv) inserção dos termos no mapa e sua validação; v) elaboração e preenchimento das fichas terminológicas; vi) elaboração e incremento da base definicional; vii) elaboração das definições; viii) edição dos verbetes (ALMEIDA, 2012, p. 203).

Além de observar as etapas propostas por Almeida, a pesquisa também busca subsídios na Linguística de Corpus (LC), a qual estabelece procedimentos metodológicos para a seleção e tratamento do *corpus* de pesquisa.

Corpus e corpora

O dicionário *on-line* Michaelis <<http://michaelis.uol.com.br/>> apresenta uma definição de *corpus* bastante precisa, como “conjunto de material recolhido e bem delimitado no tempo e no espaço apto a servir para descrição linguística.” Para Tony Berber Sardinha, pesquisador pioneiro da LC no Brasil, um *corpus* configura-se num conjunto de dados linguísticos coletados em seu contexto de uso (texto autênticos), e criteriosamente sistematizados de acordo com os objetivos da pesquisa. Esses dados são processados por *softwares* específicos, proporcionando importantes resultados ao linguista de *corpus* (BERBER SARDINHA, p. 18-19).

Assim, o autor descreve a LC como uma abordagem empirista que considera a linguagem como um sistema probabilístico. Neste caso, a partir da observação e processamento computadorizado de textos reais da língua em uso, é possível analisar e descrever vários fenômenos relativos à linguagem. No entanto, vale ressaltar que a concepção

empírica, isto é, a observação de dados linguísticos a partir de um *corpus*, promovida pela LC, chocou-se com a concepção da introspecção difundida por Chomsky. Sucedeu que, em 1957, Noam Chomsky lança o *Syntactic Structures* defendendo uma teoria racionalista chamada ao longo do tempo de Gramática Tradicional Gerativa, Teoria Padrão, Teoria X-Barra, Minimalismo ou Gerativismo. Assim, esse autor defende que todos os dados que o linguista necessita para realizar suas investigações no âmbito da linguagem estavam em sua mente, ou seja, podiam ser acessados através da introspecção. Dessa forma, não havia motivos para coletar dados linguísticos de terceiros, pois tais dados serviam apenas para o estudo do desempenho, sendo que o interesse dos linguistas gerativistas era a investigação da competência linguística (BERBER SARDINHA, 2004, p. 2).

Ainda em relação ao conflito teórico entre o empirismo da LC e a introspecção de Chomsky, destacamos a posição de Sardinha quando reflete sobre tais oposições:

Dessas considerações, tiram-se duas conclusões: a importância primordial de um *corpus* como fonte de informação, pois ele registra a linguagem natural realmente utilizada por falantes e escritores da língua em situações reais; e a não-trivialidade da investigação da frequência de ocorrência de traços linguísticos (lexicais, sintáticos, semânticos, discursivos), pois é pelo conhecimento da frequência atestada que se pode estimar a probabilidade teórica (BERBER SARDINHA 2004, p. 32).

No entanto, mesmo contrapondo-se à introspecção Chomskyana, a LC desenvolve-se na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha. Entre as décadas de 1960 e 1970, são publicados trabalhos de John Sinclair e Geoffrey Leech, considerados por Berber Sardinha, os maiores expoentes da LC.

No que diz respeito às pesquisas baseadas em LC, o *corpus* pode ser mono, bi ou multilíngue e versar sobre a linguagem geral, de especialidade ou mista. No caso do GBMS, o *corpus* que está sendo coletado é monolíngue e pertence à linguagem de especialidade. Dessa maneira, no intuito de conferir uma variabilidade ao *corpus*, foram selecionados textos de três gêneros: técnico-científico, científico de divulgação e instrucional. Por um momento, pensamos em incluir textos do gênero informativo ao *corpus*. Porém, depois de analisar o público alvo do GBMS reconsideramos essa possibilidade, pois, percebemos que o leitor do gênero informativo não é exclusivamente formado por especialistas, de modo que a linguagem empregada será menos técnica e mais geral, afastando-se do objetivo da pesquisa em compilar um *corpus* de especialidade.

Desse modo, em relação à compilação de textos do gênero técnico-científico, escolhemos dois programas de Pós-Graduação relacionados ao manejo do solo: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da Universidade do Estado de Santa Catarina, no qual há um número razoável de teses e dissertações disponíveis para *download*, e o Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual encontramos 498 trabalhos (teses e dissertações) relacionados ao manejo do solo.

No que diz respeito aos textos do gênero científico de divulgação, selecionamos a *Revista Brasileira Ciência do Solo*, a mais expressiva em publicações no portal *Scielo*. Este periódico está ligado à Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), que é uma entidade científica e civil sem fins lucrativos cujo objetivo principal é reunir pessoas e instituições na promoção e desenvolvimento da Ciência do Solo no Brasil. Foi bastante interessante descobrir o empenho da SBCS em relação aos estudos terminológicos, pois o seu Estatuto define, como principais finalidades: a) promover e incrementar o intercâmbio intelectual dos que atuam na Ciência do Solo; b) adequar e uniformizar a nomenclatura e métodos de análise, estudo e representação do solo; d) estimular a organização e a formação de museus, bibliotecas e banco de dados especializados em Ciência do Solo; e) colaborar na organização do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos no Brasil.

Dessa forma, podemos observar que alguns dos objetivos da SBCS relacionam-se diretamente aos objetivos do fazer Terminológico, especialmente aos objetivos do GBMS, que visa contribuir para a uniformidade da linguagem de especialidade no manejo do solo.

Outro gênero pertinente na composição do *corpus* da pesquisa é o instrucional. Assim, selecionamos algumas cartilhas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), além de alguns livros de agronomia que

tratam de assuntos relativos à classificação e composição química do solo, sistemas de plantio, manejo e fertilidade do solo etc.

Depois de baixados, os textos que estão em formato *pdf* precisam ser transformados em *txt* para que seja possível o processamento eletrônico. Há muitos *softwares* que executam essa tarefa. Alguns são pagos como, por exemplo, o *ABBYY Fine Reader*, disponível para *download* em <<http://www.abbyy.com.br>>. Este programa é um pacote completo OCR (*Optical Character Recognition*) capaz de carregar um documento e convertê-lo em formatos como *doc*, *rtf*, *xls*, *pdf*, *html*, *txt* etc. O *software* pode ser baixado na internet em uma versão limitada como teste (30 dias), sendo que as demais funcionalidades do programa são liberadas após a compra de uma chave que custa em média US\$ 89,00. No entanto, existe um aplicativo muito mais leve e prático capaz de capturar um texto e transformá-lo em *txt* em poucos segundos. Trata-se do *ABBYY ScreenShot Reader*, disponível para *download* em <http://www.abbyy.com.br/screenshot_reader/>, no qual é possível executar um *screenshot* direcionado, isto é, uma espécie de *print* da página *web* ou texto com a possibilidade de focalizar apenas a área de interesse. O aplicativo captura tanto imagens quanto textos para que sejam salvos em formato *txt*. Mas, a conversão não é totalmente confiável sendo necessário o acompanhamento do usuário durante o processo. Recomenda-se que a captura ocorra em textos abertos com zoom mínimo de 100%, diminuindo a possibilidade de erro na leitura das palavras e a consequente substituição por caracteres que invalidam a composição da palavra. Esse *software* estava disponível gratuitamente no mês de abril de 2014, porém, ao revisitar o *website* no início do mês de junho constatamos que o aplicativo agora está disponível para teste (15 dias) e a chave de liberação está sendo comercializada por US\$ 9,99.

Por outro lado, há várias alternativas gratuitas de aplicativos que executam a conversão de um texto *pdf* para *txt*, porém, muitos deles não garantem uma boa precisão na tarefa de conversão. Assim, na busca de uma alternativa gratuita, rápida e que oferecesse o maior índice de precisão na conversão dos textos, encontramos o *Free PDF to Text Converter*, disponível em <<http://www.lotapps.com/>>. Trata-se de um aplicativo executável muito leve que em poucos segundos transforma um arquivo *pdf* em *txt*, possibilitando o salvamento automático numa pasta criada pelo próprio aplicativo no diretório “meus documentos” do computador. Este *software* mostrou-se muito mais rápido na tarefa de conversão dos textos em comparação ao *ABBYY*, pois dispensa *prints* de tela, bastando apenas adicionar o arquivo *pdf* para convertê-lo na íntegra.

Após a tarefa de conversão dos textos em *txt*, os arquivos deverão ser “limpos”, isto é, preparados para que possam ser manipulados pelas ferramentas de Processamento de Língua Natural. Assim, tabelas, gráficos, referências bibliográficas e partes do texto que temos certeza de que não há termos são excluídas do arquivo. Esta tarefa é bastante morosa, porém, de suma importância para a qualidade do *corpus*.

No que diz respeito à extensão do *corpus* de estudo, ainda não sabemos a quantidade de palavras que serão compiladas, pois esse processo ainda está em andamento. Mas, podemos observar em Berber Sardinha (2004) uma sugestão de classificação baseada na observação dos *corpora* utilizados, segundo quatro anos de conferências de LC:

Quadro 1 – Classificação de *corpora*

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Fonte: Berber Sardinha (2004, p. 26)

Vale a pena aqui, fazer uma observação em relação à classificação acima. A tabela descrita por Berber Sardinha (2004) é de dez anos atrás, ao passo que atualmente, novas pesquisas com *corpora* reúnem uma quantidade de palavras na casa dos bilhões. Dessa forma, faz-se necessário refletir quanto ao tamanho de um *corpus* quando for classificá-lo em pequeno, médio ou grande.

O *Corpus* de referência, que será utilizado para contrastar com o *corpus* de estudo, também não foi definido. É preciso ter concluído a compilação do *corpus* de estudo para então definir o *corpus* de referência. No entanto, de acordo com Berber Sardinha, o *corpus* de referencia não deverá ultrapassar cinco vezes o tamanho do *corpus* de estudo, sendo este, o valor crítico que permite extrair um número maior de palavras-chave em relação ao uso de *corpora* de referência menores. Ou seja, a utilização de um *corpus* de referência menor do que cinco vezes o tamanho do *corpus* de estudo, resultará numa quantidade menor de palavras-chave, influenciando na interpretação dos resultados (BERBER SARDINHA, 2005, p. 196).

Como podemos constatar, diante da possibilidade do processamento de grandes massas de dados via computador, hoje o linguista de *corpus* pode analisar grandes quantidades de dados que seriam impossíveis de se conseguir manualmente, automatizando algumas tarefas do labor Lexicográfico e Terminológico, como veremos a seguir.

Processamento de Língua Natural (PLN)

Um *software* muito utilizado pelos linguistas no processamento de *corpora* é o *WordSmith Tools* (WST), desenvolvido por Mike Scott – Universidade de Liverpool, Reino Unido. A primeira versão do WST foi lançada em 1996 e era composto por programas independentes. Mais tarde os programas foram integrados (justificando o “*tools*” em seu nome), disponibilizando ao usuário uma série de ferramentas. O *software* pode ser baixado no *website* <<http://www.lexically.net/wordsmith/index.html>> em versão limitada, ou seja, o programa processa resultados limitados a partir de uma pequena amostra de *corpus*. O modo de demonstração torna-se completo quando o usuário adquirir uma chave de registro que custa em torno de US\$ 80,00 para o uso em apenas uma máquina. Há também pacotes de chaves e registros para o uso em várias máquinas, conforme a necessidade dos usuários. O *website* também oferece suporte ao usuário a partir de vários tutoriais que descrevem o funcionamento do programa e Mike Scott também possui um grupo de discussão em fóruns no *Google Grupos*, no qual usuários do mundo todo podem discutir as funcionalidades do programa. As discussões nos fóruns são em inglês, no entanto, quem não tiver o domínio desse idioma pode acessar o site através do *Google Chrome*, pois esse navegador oferece a possibilidade de tradução das páginas *web* durante a navegação.

Em 2009, Tony Berber Sardinha publica um manual mostrando as funcionalidades do WST, que na época estava na versão 3.0, hoje está disponível a versão 6.0. Assim, no livro *Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools*, Berber Sardinha oferece uma visão geral sobre as ferramentas e utilitários do programa, além de mostrar a pesquisa a partir de cinco áreas: ensino de língua estrangeira, análise de gênero, metáfora, tradução e linguística forense. Dentre as ferramentas, o WST oferece: i) *WordList* – que produz listas com todas as palavras do arquivo em ordem alfabética e as classifica pela frequência, além de oferecer estatísticas simples a respeito dos dados; ii) *Concord* – realiza a concordância, ou listagens de uma palavra específica (chamada de palavra de busca ou “nódulo”) acompanhado do texto ao seu redor (o co-texto); iii) *KeyWords* – extrai palavras de uma lista cujas frequências são estatisticamente diferentes (maiores ou menores) ao contrastar o *corpus* de estudo com o *corpus* de referência (BERBER SARDINHA, 2009 p. 9). Além dessas ferramentas, o *software* permite executar outras tarefas que são discutidas detalhadamente por Sardinha em seu livro, que constitui um guia abrangente do funcionamento do WST.

Uma alternativa de *software* livre é o *AntConc*, criado por Laurence Anthony, professor da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade de Waseda, Japão. O programa atualmente encontra-se na versão 3.2.4w e pode ser baixado na página *web* do autor <<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>>, dispensando qualquer instalação, pois é um *software* executável, bastando apenas clicar no ícone criado na área de trabalho após o *download*,

para iniciar o programa. Em seu *website*, o autor oferece um manual do *software* para *download*, e também mantém um grupo de discussão no *Google Grupos*, no qual usuários do mundo todo compartilham suas dúvidas coletivamente e contam com a participação do professor Laurence Anthony, que responde as dúvidas dos participantes. Laurence também possui um canal no *YouTube* no qual disponibiliza várias tutorias (em inglês) sobre o funcionamento do programa. O *AntConc*, semelhantemente ao WST, oferece ao usuário um conjunto de ferramentas que são visíveis em abas na primeira tela do *software*, como: i) *concordance*; ii) *concordance plot*; iii) *file view*; iv) *clusters*; v) *collocates*; vi) *word list*; vii) *keyword list*.

Outra opção para o processamento de *corpora* é a plataforma online do *e-Termos* <<https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/index.php#>>, desenvolvida em 2009 por Leandro Henrique Mendonça de Oliveira como tese de doutorado em Ciências de Computação e Matemática Computacional na USP, sob a orientação da professora Sandra Maria Alúcio da USP de São Carlos. O projeto ainda contou com a supervisão da professora Gladis Maria de Barcellos Almeida da UFSCar, pesquisadora e especialista na área da Terminologia de grande importância no Brasil.

Ao contrário do WST e do *AntCoc*, a interface do *e-Termos* é toda em português e há pequenas explicações de cada passo que auxiliam o usuário nas etapas a serem percorridas durante todo o processamento do *corpus*. No entanto, o principal diferencial da plataforma não é sua interface amigável e intuitiva, mas sim seu caráter colaborativo. Isto significa que sendo um Ambiente *Web* Colaborativo, o *e-Termos* permite que todos os profissionais envolvidos num projeto terminológico acessem, revisem, editem e atualizem o trabalho na plataforma de qualquer lugar, pois basta um computador com acesso à internet para fazer o *login* no *e-Termos*.

O Ambiente Colaborativo *Web* de Gestão Terminológica (*e-Termos*) oferece ao usuário as seis etapas de trabalho que representam as fases de criação de um produto terminológico, sendo: 1) compilação automática de *corpus*; 2) suporte e análise da qualidade dos *corpus*; 3) extração automática de termos; 4) edição do mapa conceitual e categorização dos termos; 5) gerenciamento da base de dados terminológicos; 6) intercâmbio e difusão de termos. Cada etapa ainda oferece funções específicas no Processamento de Língua Natural (PLN) que estão descritas na aba “Funcionalidades” do *site* como, por exemplo: contador de frequência de palavras ou expressões; concordanceadores; identificador e recuperador de *lexias* simples e complexas; identificação e recuperação de termos; etiquetadores (*taggers* – ainda não funcionando); alinhadores de palavras (ainda não funcionando); extração automática de termos com métodos estatísticos (modelos linguísticos e híbridos ainda não estão funcionando); gerenciamento de listas de termos e *stoplists*; editor de ontologias; visualizações gráficas e dinâmicas de ontologias nos formatos *folder-tree*, hiperbólico e de grafos; exportação e importação de ontologias no padrão OWL (*Ontology Web Language*); uso e definição de relações conceituais; categorização de termos em ontologias; criação e preenchimento de bases definicionais; criação flexível de fichas e bases terminológicas e lexicográficas; preenchimento das fichas e bases terminológicas com ferramentas de edição específicas e integradas; definição e formatação visual de vários modelos de verbetes.

A plataforma ainda oferece um acesso diferenciado, de acordo com quatro tipos de usuários: i) gerente de projeto – responsável por criar um projeto terminológico e gerenciar suas etapas, bem como coordenar a equipe de trabalho; ii) especialista de domínio – responsável pelo julgamento dos candidatos a termo quanto a sua relevância através do mapa conceitual e observação dos dados constantes na ficha terminológica; iii) terminólogo ou linguista – responsável por todo o processo de criação do produto terminológico, participando de todas as etapas de trabalho. iv) usuário final – é o consultante e consumidor dos produtos terminológicos criados no *e-Termos*. Este não necessita de cadastro na plataforma, bastando acessar a aba “Acesso aos Produtos” na página inicial.

Assim, o *e-Termos* foi escolhido para o processamento do *corpus* do GBMS, pois além das funcionalidades oferecidas e seu caráter colaborativo, a plataforma ainda é oferecida gratuitamente na *web*.

Considerações finais

Este artigo buscou expor o estágio atual do GBMS focalizando, principalmente, as questões pertinentes à constituição do *corpus* de pesquisa. Assim, abordamos o tamanho do *corpus* de estudo e sua relação com o *corpus* de referência, para então elaborar a lista dos candidatos a termo. Também mencionamos a importância da variabilidade do *corpus* de estudo, a partir de textos do gênero científico, científico de divulgação e instrucional.

Outro fator importante é a necessidade de transformar e preparar os arquivos num formato adequado para que seja possível o processamento eletrônico. Por isso, apresentamos algumas possibilidades de análise de dados a partir de *softwares* que manipulam o *corpus*, configurando-se no principal recurso do linguista de *corpus*, à medida que são capazes de automatizar tarefas muito importantes do labor Lexicográfico e Terminológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. B. **A terminologia na era da informática**. Cienc. Cult. [on-line]. 2006, v. 58, n. 2, p. 42-45. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a16v58n2.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2014.

ALMEIDA, G. M. B.; ALUÍSIO, S. M.; OLIVEIRA, L. H. M. O método em Terminologia: revendo alguns procedimentos. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande/São Paulo: Editora da UFMS/Humanitas, 2007, v. III, p. 409-420. Disponível em: <http://www.geterm.ufscar.br/textospublicados/o_metodo_em_terminologia_%20revendo_alguns_procedimentos.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

ANTHONY, L. **AntConc 3.2.4w**. Waseda University, 2011.

Banco de teses e dissertações da UESC. Disponível em: <http://manejadosolo.cav.udesc.br/www17/main_2.php?conexao=737b04b11960546b17bdad9deb832056&zona=38>. Acesso em: 02 mai. 2014.

Banco de teses e dissertações UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/index.php/ppgsolo-teses-dissertacoes>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

_____. **A influência do tamanho do corpus de referência na obtenção de palavras-chave usando o programa computacional Wordsmith Tools**. In: The especialista, v. 26, n. 2, p. 183-204, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/9290/6893>> Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. Linguística de Corpus: uma entrevista com Tony Berber Sardinha. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 2, n. 3, ago. 2004. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_3_entrevista_tony_berber_sardinha.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CABRÉ, M. T. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Antártida, Empúries, 1993.

GP FRUTICULTURA. Disponível em: <<http://prof-vanderufersa.webnode.com.br/livros-gratis-de-agronomia/>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

OLIVEIRA, L. H. M. **e-Termos**. Embrapa/CNPTIA, NILC/ICM-USP, GETerm/UFSCar, 2009.

REVISTA BRASILEIRA CIÊNCIA DO SOLO. Disponível em: <<http://search.scielo.org/>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

SENAR CARTILHAS. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/biblioteca/cartilhas>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

SCOTT, M. **Wordsmith Tools 6.0**. Oxford University Press, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO. Disponível em: <<http://www.sbcs.org.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

LÉXICO, TRADUÇÃO E ENUNCIÇÃO



A FRASEOLOGIA NAS TRADUÇÕES DE EFEITOS SONOROS NA LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS: UM ESTUDO PILOTO

Ana Katarinna Pessoa do NASCIMENTO

Introdução

A Tradução Audiovisual (TAV) consiste na tradução de textos transmitidos através de canais acústicos e/ou visuais em qualquer dos suportes¹ existentes, seja tela de cinema, televisão, palco de teatro, computador, etc. (CHAUME, 2004).

Há diversas modalidades de TAV, dentre elas as mais conhecidas são: a dublagem, que consiste na tradução e no ajuste de um roteiro, para posterior interpretação por parte de atores, que substituirá as falas originais dos personagens; o *voice-over*, que consiste na emissão dos diálogos originais em volume mais baixo, concomitantemente com a versão traduzida; a audiodescrição, que é uma narração inserida em espaços do texto audiovisual e descreve aquilo que se vê na tela e a legendagem, que é a incorporação de um texto na língua alvo, de modo que as inserções coincidam com as falas dos personagens.

Gottlieb (1995) entende que a legendagem é uma tradução aberta, já que é apresentada simultaneamente com o original. Além disso, é também fragmentada, já que não apresenta as características prosódicas naturais do discurso, meramente buscando representá-las através de sinais gráficos. Apesar desses fatores, é um dos tipos de TAV mais utilizada no mundo (CHAUME, 2004). De Linde e Kay (1999) falam em dois tipos de legendagem: a interlinguística e intralinguística. A primeira, além de envolver a mudança oral para verbal é feita entre pelo menos duas línguas; trata-se da tradução de produções audiovisuais a espectadores estrangeiros. A segunda envolve a transferência do oral para o verbal dentro de uma mesma língua. Esta última, geralmente, destina-se ao público surdo e ensurdecido². Os dois tipos de legendagem apresentam muito em comum, envolvem tradução do código verbal para o escrito e devem ter a quantidade dos diálogos reduzida para se adaptar às suas restrições de tempo e espaço. Suas diferenças são percebidas, pois a legendagem intralinguística prescinde de informações adicionais dependentes do canal auditivo para serem percebidas, tais como efeitos sonoros e identificação do falante sempre que há mudança de turno de fala (ARAÚJO, 2008).

As legendas para Surdos e Ensurdecidos (LSE) têm sido motivo de estudo no meio acadêmico (FRANCO; ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2004, 2007, 2008; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011), tornando acessíveis produções audiovisuais a esse público. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) vem investigando um padrão que seja adequado aos surdos de todo o Brasil (FRANCO; ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2004, 2007, 2008; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011). Ao testar a legenda de modelo *closed caption* usada pela Rede Globo, descobriu-se que essas legendas eram demasiado rápidas e densas, não permitindo um aproveitamento confortável da programação em questão.

Em 2009, deu-se início ao Projeto Moles³, que buscava modelo de legendagem para surdos e ensurdecidos no Brasil (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011). Foram testadas diferentes legendas e analisadas a partir da triangulação entre dados fornecidos por questionários e relatos retrospectivos. Concluiu-se que o que possibilitou a boa recepção às diferentes legendas foi a segmentação que seguiu os critérios propostos por Reid (1996): visual, retórico e linguístico.

1 Suportes Textuais são os espaços físicos e materiais onde estão grafados os gêneros textuais, como por exemplo, o livro, o jornal, o computador, o *folder*, o manual de instrução, a folha da bula de remédio, etc.

Nessa concepção multissemiótica de texto, a televisão, o cinema, o rádio, o “*outdoor*” também podem ser considerados como suportes textuais (MARCUSCHI, 2003/2004).

2 O termo “ensurdecidos” corresponde a pessoas que possuem resquícios de audição, ou seja, geralmente não nasceram surdas e perderam, por diversos fatores, graus de audição.

3 O título do projeto é *Tradução para surdos: em busca de um modelo de legendagem fechada para o Brasil* (ARAÚJO, 2012).

Outra importante descoberta do Projeto Moles se deu em relação à tradução dos efeitos sonoros. Dados importantes foram obtidos através dos relatos retrospectivos e das respostas às perguntas 11 e 12 do questionário pós-coleta, que versavam sobre as legendas de efeitos sonoros. As perguntas eram respectivamente: “Você conseguiu compreender os sons representados nas legendas? Você conseguiu fazer relação entre sons, legendas e imagens?”. Foi percebido que muitos sujeitos sentiam rejeição em relação à tradução de efeitos sonoros, muitas vezes por desconhecer do que se tratava.

A partir dessa rejeição, e levando em conta a relevância do som dentro dos filmes, a presente pesquisadora propôs, a nível de mestrado, um trabalho no qual se observou como as traduções de efeitos sonoros são realizadas em DVDs de filmes brasileiros. Os resultados obtidos mostraram que a legendagem da trilha sonora somente pode contribuir para a significação dos filmes quando o legendista leva em consideração a função de cada som legendado. Além de poder, até mesmo, desenvolver o conhecimento fílmico do espectador surdo (NASCIMENTO, 2013).

Apesar de ter contribuído na área da tradução de efeitos sonoros, algumas questões, como o respeito ao tempo de permanência em tela e a quantidade de caracteres por minuto, não foram observadas. Além disso, ainda não foi analisado se existe uma linguagem específica das traduções de efeitos sonoros, ou seja, se há presença de unidades convencionais exclusivas ou próprias desse tipo de tradução.

A presente pesquisa, portanto, surgiu com o escopo de fazer uma análise totalmente eletrônica para buscar convencionalidades nas traduções de efeitos sonoros nas legendas para surdos, ou seja, averiguar se há, de fato, fraseologia própria da tradução de efeitos sonoros em LSE. Para tanto, este trabalho recorrerá à fraseologia e à Linguística de Corpus como bases. A primeira, com o intuito de perceber como ocorrem as repetições nas traduções de efeitos sonoros no filme *Nosso Lar* (2010); e a segunda, como base metodológica para identificar quais são essas repetições. Os dados foram analisados através do software *WordSmith Tools*, pela ferramenta *Concord*. Busca-se com esse trabalho piloto uma tentativa de padronizar a tradução de efeitos sonoros, a fim de auxiliar tanto legendistas em formação, quanto o público alvo ávido por legendas de qualidade que permitam acessibilidade.

A seguir, alguns pressupostos teóricos que nortearam a presente pesquisa.

Pressupostos teóricos

Legenda para surdos e ensurdecidos (LSE)

A partir do advento de falas no cinema, surgiu a necessidade das legendas para aqueles que não ouvem, pois até então, com o cinema mudo, surdos, ensurdecidos e ouvintes tinham o mesmo acesso às produções fílmicas. Com a introdução de diálogos e demais efeitos sonoros, o público surdo ficava impossibilitado de assistir a filmes confortavelmente (DE LINDE; KAY, 1999). Alguns produtores buscaram inserir intertítulos durante toda extensão do filme, em busca de torná-los acessíveis, mas o procedimento, além de aumentar os filmes, era bastante caro. Apesar de dar acesso ao público surdo e ensurdecido, as legendas exibidas não garantiam a compreensão do enredo, já que muitas vezes o público alvo apresentava dificuldade em identificar o falante e em compreender os *inputs* do filme proporcionados pela trilha sonora (CHAUME, 2004). Essa situação começou a mudar com o advento da televisão e da técnica da legenda fechada, que permitia aos interessados na LSE acessá-las através do controle remoto (FRANCO; ARAÚJO, 2003).

Quanto à forma de aparição em tela, a legenda pode ser de dois tipos: *roll-up* e *pop-on*. Na legenda *roll-up* as palavras são digitadas da esquerda para a direita e deslizam de baixo para cima na parte inferior da tela da televisão, enquanto a legenda *pop-on* aparecem e desaparecem da tela, em sincronismo com fala e imagem. Nas televisões brasileiras as duas formas são utilizadas, sendo que a *roll-up* é mais comum em programas ao vivo e a *pop-on* é normalmente utilizada em programas pré-gravados (FRANCO; ARAÚJO, 2003).

A condensação, a marcação e a segmentação são os principais fatores para uma legenda de qualidade (DÍAZ CINTAS; REMAEL, 2007). A condensação ocorre quando é preciso reduzir o texto para que as legendas não

fiquem rápidas demais, de modo que o espectador não possa lê-las confortavelmente, tampouco serem demasiadamente demoradas, afim de que o espectador leia uma mesma legenda repetidamente (AUBERT; MARTI, [s.d]). A marcação determina os tempos de entrada e saída da legenda na tela, e a segmentação fragmenta o texto em duas ou mais legendas. Essa segmentação pode ser feita seguindo três critérios: o visual, o retórico e o linguístico (REID, 1996). O visual ocorre quando há mudanças de tomada no filme e/ou programa. A cada nova cena, uma nova legenda deverá ser inserida. O critério retórico é aquele que segue o fluxo da fala, ou seja, quando houver pausas no discurso, deve-se inserir novas legendas. E por fim, o critério linguístico é aquele que é determinado pelas regras de sintaxe, facilitando a leitura da legenda por parte do espectador. Algumas regras devem ser respeitadas: evitar separar determinante e determinado, locuções de qualquer tipo, sujeito e predicado, etc.

Os critérios descritos acima são característicos de qualquer tipo de legenda, a LSE, no entanto, exige a presença de dois parâmetros exclusivos: a identificação do falante e os efeitos sonoros. A identificação dos falantes é importante, pois muitas vezes os surdos não conseguem inferir a troca de turno de fala somente pela imagem. Além disso, a presença de dois ou mais sujeitos ao mesmo tempo em cena, pode dificultar a identificação de quem está falando. Nesses casos, a compreensão da obra audiovisual pelos surdos pode ficar comprometida (ARAÚJO, 2004, NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011).

A atenção à tradução dos efeitos sonoros de uma obra audiovisual faz-se necessária na medida em que os componentes acústicos não verbais colaboram para a construção de sentido, pois, sem eles, a construção do texto audiovisual perde um dos seus elementos significadores (NEVES, 2005). No Brasil, segundo Nascimento (2013), não há nenhuma convenção de como os efeitos sonoros devem ser legendados, e por isso têm sido traduzidos sem preocupação com a trama, o que pode acarretar em dificuldade de compreensão por parte do espectador surdo.

Na seção seguinte farei uma breve revisão acerca de alguns conceitos de convencionalidade.

Convencionalidade

O dicionário Houaiss define convencionalidade como aquilo que é de uso ou de praxe; consolidado pelo uso ou pela prática. Segundo Tagnin (2011), quando aplicada em nível linguístico, é sinônimo de fraseologia. Os fraseologismos referem-se, portanto, a combinações de palavras que ocorrem de forma recorrente em dado idioma ou comunidade linguística (TAGNIN, 2013). Essas combinações podem ser colocações, expressões idiomáticas, provérbios e fórmulas situacionais, estas últimas podem englobar fórmulas de rotina e fórmulas fixas (WELKER, 2011).

Tagnin (2013) afirma que algumas palavras se agrupam sem que haja explicação para esse fenômeno: são as colocações. De acordo com Hausmann (1984), colocações são “produtos semicristalizados que o falante não monta de forma criativa, mas encontra na sua memória como um todo e que o ouvinte percebe como algo conhecido” (apud WELKER, 2011). Porém, nem sempre é fácil reconhecer colocações, é preciso uma pesquisa para perceber a frequente ocorrência daquela combinação de palavras (TAGNIN, 2013).

Para Hausmann (1984), a colocação consiste em base e colocado, sendo que a base é a parte qualificada ou detalhada pelo colocado (apud WELKER, 2011), ou seja, é a palavra que, com o conteúdo semântico conhecido, determina a ocorrência da outra, seu colocado.

Segundo Tagnin (2013), há seis tipos de colocações, a saber:

- Colocações adjetivas, cuja estrutura é do tipo Adjetivo + Substantivo. Nesse tipo de colocação, tanto o adjetivo quanto o substantivo podem ser convencionados.
- Colocações nominais cuja estrutura é formada por dois substantivos, dos quais pelo menos um é convencionado.
- Colocações verbais cuja estrutura pode apresentar, ou não, preposição e adjetivo.
- Colocações adverbiais que podem ser divididas em dois grupos: advérbio modificando o adjetivo e advérbio modificando o verbo.

- Expressões especificadoras de unidade, como o próprio nome diz, empregam expressões de valor partitivo, que podem ocorrer com substantivos concretos ou abstratos.
- Coletivos, palavras usadas para determinar um grupo de coisas ou animais.

A partir destas noções de colocações, a presente pesquisadora buscou nas traduções de efeitos sonoros do filme *Nosso Lar* (2010) uma linguagem própria, que caracterize este tipo de tradução e possa servir como auxílio para legendistas brasileiros fazerem suas próprias traduções.

Na seção seguinte, é apresentada a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa.

Metodologia

O *corpus* utilizado será do tipo especializado, pois a legenda será o único gênero textual que o compõe. Além disso, o *corpus* será de língua nativa, com texto escrito em português na variante brasileira, caracterizando assim, um corpus monolíngue.

Procedimentos

Para tornar possível a análise por meio do *software WordSmith Tools*, foi preciso extrair o arquivo de legenda do respectivo DVD, através do *software SubRip 1.50*.

Após a extração das legendas, deu-se início ao processo de etiquetagem, que seguiu as categorias propostas por Nascimento (2013). Dessa forma, o estudo ficou sistematizado e foi possível encontrar unidades fraseológicas próprias de cada categoria de som. As etiquetas são:

Quadro 1 – Categoria de som

TIPO DE SOM	ETIQUETA	EXEMPLO
Som da natureza	<som_nat>	[Trovoadas]
Som causado por animais	<som_anim>	[Pássaros]
Som causado pelo homem	<som_hom>	[Risada]
Som ficcional	<som_ficc>	[Som do Umbral]
Som causado por objeto	<obj>	[Porta batendo]
Silêncio	<sil>	[Silêncio]
Instrumento Musical	<inst_mus>	[Violinos animados]
Música de fosso	<mus_fosso>	[Música dramática]
Música em tela	<mus_tela>	[Música clássica]
Música qualificada	<mus_qualif>	[Música de suspense]
Música não qualificada	<mus_nqualif>	[Violoncelos e piano]

Fonte: Elaboração própria

Além destas etiquetas, o *corpus* recebeu ainda um segundo grupo de etiquetas, referentes às fraseologias encontradas no *corpus* de estudo. A saber:

trama. Por exemplo, a legenda [Gritos desesperados] proporciona mais informação ao espectador surdo que a legenda [Gritos]. Sendo que a primeira aparece, de fato, em maior número no *corpus*. Neste caso, portanto, a colocação adjetiva é mais recomendável que o uso de substantivos.

Em relação aos oito sons causados por objetos (<obj>) no *corpus*, 2 foram traduzidos por Colocação Adjetiva, 2 por Períodos Simples e 4 por Substantivo. É importante notar que as ocorrências de colocação adjetiva são [Som de escrita] e [Som de relógio], sendo que o colocado “som de” é irrelevante, pois como as legendas em colchetes tratam-se de tradução de sons, é óbvio que reproduzem o som de algo. Assim, é possível perceber que apenas indicar o nome do objeto que produz o som ([Metralhadoras], [Explosões]), pode ser um método eficaz de tradução para essa categoria.

No tocante aos sons de animais (<som_anim>), estes funcionam no *corpus* como ruídos de ambientação⁴, pois são eles que muitas vezes indicam a mudança de cena para o Umbral ou o para o Nosso Lar. No total, ocorreram 6 vezes no *corpus*, sendo que 4 foram traduzidas usando substantivo ([Pássaros]) e duas com Colocação Adjetiva ([Som pássaros], [Som de ave de rapina]). Da mesma forma que nos sons causados por objetos, a expressão “som de” poderia ser retirada, sem causar prejuízo de informação ao espectador. Também nesta categoria, o uso de substantivos para indicar a proveniência do som, é mais frequente.

Juntamente com os sons de animais acima mencionados, os sons da natureza (<som_nat>) também compõem os chamados ruídos de ambientação. Suas 9 ocorrências, se deram a partir de 3 traduções por Colocação Adjetiva [Sons de mar], [Som de trovão] e [Água corrente], um com Colocação Adverbial [Ondas distantes], 5 com Substantivo [Trovões] e [Trovoada]. Novamente, é possível perceber que sons iguais receberam diversas traduções. Mais uma vez, o uso do substantivo se fez mais frequente, sem a necessidade de adjetivos que o qualifiquem.

No cinema, há alguns sons que devem ser tomados como verdadeiros dentro da trama, porém não existem na realidade fora do filme, são os sons ficcionais (<som_ficc>). No filme estudado, há 11 sons ficcionais, sendo 7 Colocações Adjetivas como [Coral de anjos], [Som do Umbral] e [Som magnético] e 2 Períodos Simples, como [Almas zunindo], [Vozes de anjos cantam] além de uma Colocação Adverbial [Aerobus ao longe] e um Substantivo [Vento]. As colocações adjetivas são mais frequentes, pois para este tipo de som, se faz necessário não apenas indicar sua fonte, mas também qualificá-lo dentro da trama, indicando sua função. O uso do período simples também se faz necessário quando uma ação produz o som ficcional em questão.

É possível perceber que, dentre os efeitos sonoros não musicais (som produzido pelo homem, objeto, animais, natureza e ficcionais), é mais corrente a tradução através do substantivo e da colocação adjetiva.

No que concerne à trilha sonora musical, houve um total de 39 músicas de fosso qualificadas⁵ (<mus_fosso> <mus_qualif>). Destas, 37 foram traduzidas por colocações adjetivas [Música suave], [Música clássica], [Música de suspense]. Houve apenas uma ocorrência de período simples [Violinos ficam suave] e uma de substantivo [Suspense]. O uso das colocações adjetivas já era de se esperar pela própria natureza desta categoria, música qualificada, ou seja, prescinde um adjetivo. A palavra “música” é o colocado, ou seja, a partícula da colocação que não deve ser modificada. É importante o uso da palavra música, para que o espectador possa diferenciar este tipo de efeito sonoro (musical), com os demais não musicais.

As músicas de tela qualificadas⁶ (<mus_tela> <mus_qualif>) ocorreram 5 vezes, sendo que três delas o legendista optou por nomear a música e nas outras duas, pelo uso da colocação adjetiva, com o formato música + adjetivo. É importante lembrar que em pesquisas anteriores (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011), os surdos brasileiros não aprovam a tradução pelo nome da música, pois muitas vezes eles não a conhecem. Sendo, portanto, o uso da

4 Os “ruídos de ambientação” (JULLIER, 2006) são utilizados para tornar os ambientes mais reais, mas podem, também, informar aos espectadores onde exatamente determinada cena está se passando.

5 Música de fosso são as músicas que só podem ser ouvidas pelo espectador, e são qualificadas por possuírem adjetivos que as qualifiquem dentro da trama.

6 Músicas de tela são aquelas que os personagens do filme também podem escutar. São os casos de sons provenientes de rádio, televisão, ou instrumentos musicais que participam da trama.

colocação adjetiva (com a palavra música como colocado), o mais indicado.

As músicas não qualificadas (<mus_nqualif>) são aquelas que não apresentavam adjetivos que pudessem fornecer pistas ao espectador sobre sua função na trama. Houve um total de cinco delas no *corpus* de estudo. A maior frequência se deu com o Período simples [Clarins tocam], [Violinos continuam]. Faz-se conveniente destacar, porém, que a tradução não qualificada não é adequada, pois não auxilia o espectador a compreender o sentido que aquela música possui na trama, apenas o informa que há o som.

Nesta seção, foi observado que a colocação adjetiva é a forma mais frequente para traduzir as seguintes categorias de efeitos sonoros: sons produzidos pelo homem, ficcionais e músicas. Enquanto o substantivo é mais utilizado para traduzir as categorias de sons produzidos por objetos, animais e natureza. Além disso, o uso do período simples pode ser destacado como presente em várias categorias analisadas. Isso ocorre quando há a necessidade de especificar não apenas a proveniência do som, mas a ação que provocou o ruído ([Clarins tocam], [Pessoas gritam]). Devem ocorrer em casos específicos da trama, no qual há mais de um elemento em cena, para esclarecer a fonte do ruído, como, por exemplo, a legenda [Porta batendo].

Considerações finais

Este trabalho se propôs a analisar se há uma linguagem própria da tradução de efeitos sonoros na LSE do filme *Nosso Lar*. Isto é, averiguar se há, de fato, fraseologia na tradução de efeitos sonoros em LSE. Para responder essa questão, este estudo piloto foi proposto: as legendas de efeitos sonoros dos filmes que compõem o *corpus* (o filme *Nosso Lar*) foram etiquetadas a partir de uma categorização de sons e de fraseologias encontradas no *corpus*. Este procedimento possibilitou a análise eletrônica das legendas pelo *software WordSmith Tools* através da ferramenta *Concord*. Aliados a essa metodologia, além dos conhecimentos sobre convencionalidade, sempre que necessário se recorreu ao filme (que é o texto original) para sanar eventuais dúvidas acerca dos sons traduzidos.

Levando em consideração os resultados obtidos, é possível afirmar que as legendas de efeitos sonoros do filme *Nosso Lar*, apesar de apresentarem mais de uma tradução para um mesmo som, o que pode dificultar a compreensão dos espectadores surdos, apresenta, sim, uma linguagem própria. A tradução a partir de Colocações Adjetivas foi a mais frequente no *corpus*, com um total de 66 ocorrências, seguida pelo uso do Substantivo com 24. Em terceiro lugar, aparece o Período Simples com 19 ocorrências. É possível notar, portanto que estas são as maneiras mais convencionais de se traduzir os efeitos sonoros. Cada categoria de som, porém, tem sua maneira mais específica. Enquanto os sons produzidos pelo homem, os sons ficcionais e as músicas são mais traduzidos pelas colocações adjetivas, os sons causados por objetos, sons da natureza e animais são mais traduzidos por um substantivo. Já os períodos simples são utilizados quando é preciso recorrer à ação produzida para traduzir o som.

A metodologia baseada em *corpus* foi bastante eficaz para este estudo, porque possibilitou a observação de cada categoria em separado. A análise mais dinâmica permitiu encontrar a linguagem própria de cada categoria.

Este estudo piloto revelou uma linguagem própria da tradução de efeitos sonoros. Não se pretende encerrar o assunto com este trabalho, mas, ao contrário, incentivar mais pesquisas na área para aprimorar a análise da legenda de efeitos sonoros e, assim, desenvolver uma tradução de qualidade que atenda satisfatoriamente ao público alvo, proporcionando acessibilidade cultural. Sugere-se, portanto, pesquisas com *corpora* de estudo maior, em língua portuguesa e em outras línguas, a fim de perceber se esta linguagem é comum aos demais idiomas e se é possível encontrar e desenvolver diretrizes que possam auxiliar legendistas em formação à dirimir eventuais dúvidas.

É importante ressaltar que a presente pesquisa não desconsidera o esforço dos produtores do filme *Nosso Lar* em proporcionar acessibilidade. O que se pretende é fomentar a preocupação em produzir LSEs de qualidade, que permitam não apenas o acesso a filmes, mas também facilitem o entretenimento proporcionado pela possibilidade de apreensão de todos os aspectos relacionados às obras audiovisuais, promovendo o desenvolvimento de uma cultura fílmica por parte de surdos e ensurdecidos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. L. S.; NASCIMENTO, A. K. P. Investigando parâmetros de legendas para surdos e Ensurdidos no Brasil. In: FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P. (Org.). **Tradução em Revista**, v. 2, p. 1-18, 2011.
- _____. Por um modelo de legendagem para Surdos no Brasil. In: VERAS, V. (Org.). **Tradução e Comunicação**, Revista Brasileira de Tradutores, São Paulo: UNBERO, n. 17, p. 59-76, 2008.
- _____. Subtitling for the deaf and hard-of-hearing in Brazil. In: ORERO, P.; REMAEL, A. (Org.). **Media for All: Subtitling for the Deaf, Audio Description and Sign Language**. Kenilworth: Nova Jersey, EUA: Rodopi, v. 30, p. 99-107, 2007.
- _____. A legendagem para surdos no Brasil. In: LIMA, P. L. C.; ARAÚJO, A. D. (Org.). **Questões de Linguística Aplicada: Miscelânea**. Fortaleza: EdUECE, 2005. p. 163-188.
- _____. Closed subtitling in Brazil. In: ORERO, P. (Org.). **Topics in Audiovisual translation**. v. 1. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 199-212.
- AUBERT, J. P., MARTI, M. **Quelques conseils pour le sous-titrage**. Disponível em: <http://lingalog.net/dokuwiki/_media/cours/sg/trad/methodest.pdf>. Acesso em: 14 out. 2013.
- CHAUME, F. **Cine y traducción**. Madri: Cátedra, 2004.
- DE LINDE, Z.; KAY, N. **The semiotics of subtitling**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.
- DÍAZ CINTAS, J; REMAEL, A. **Audiovisual Translation: Subtitling**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2007.
- FRANCO, E.; ARAÚJO, V. L. S. Reading Television: Checking Deaf People's Reactions to Closed Subtitling in Fortaleza, Brazil. In: GAMBIER, Y. (Org.). **The Translator**, v. 9, n. 2, p. 249-267, 2003.
- GOTTLIEB, H. Subtitling. In: BAKER, M. (Ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**, Manchester: St. Jerome, 1998. p. 244-248.
- MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Língua, lingüística e literatura**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.
- NASCIMENTO, A. K. P. **Linguística de corpus e legendagem para surdos e ensurdidos (LSE): uma análise baseada em corpus da tradução de efeitos sonoros na legendagem de filmes brasileiros em DVD**. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Pós Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- NEVES, J. **Audiovisual translation: subtitling for the deaf and hard of hearing**. Tese (Doutorado) – Universidade de Surrey Roehampton, Inglaterra, 2005. Disponível em: <<http://rrp.roehampton.ac.uk/artstheses/1>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- NOSSO LAR. Direção: Wagner de Assis. Brasil: Fox do Brasil, 2010. 1DVD (102 min), região 4, color., legendas (para surdos em português) e audiodescrição.
- REID, H. Literature on the screen: subtitle translation for public broadcasting. In: BART, W.; D'HAEN, T. (Eds.). **Something understood**. Studies in Anglo-Dutch literary translation. Amsterdam: Rodopi, p. 97-107, 1990.
- TAGNIN, S. E. O. Um corpus multilíngue para ensino e tradução – o CoMET: da construção à exploração. In: TAGNIN, S. E. O. (Org.). **TradTerm**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, v. 10, p. 117-142, 2004.
- _____. Glossário de Linguística de Corpus. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Org.). **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Hub Editorial, 2010. p. 357-361.

_____. **O jeito que a gente diz:** combinações consagradas em inglês e português. Barueri, São Paulo: Disal Editora, 2013.

_____. Linguística de corpus e fraseologia: uma feita para a outra. In: ALVAREZ, M. L. O.; UNTERBÄUMEN, E. N. (Org.). **Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas.** Campinas: Pontes, 2011.

WELKER, H. A. Colocações e expressões idiomáticas em dicionários gerais. In: ALVAREZ, M. L. O.; UNTERBÄUMEN, E. N. (Org.). **Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas.** Campinas: Pontes, 2011.

A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS CONCEITUAIS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO NATURAL EM PORTUGUÊS E EM ITALIANO

Rosemary Irene Castañeda ZANETTE

Introdução

Brasil e Itália mantêm um relacionamento bastante estreito, desde remotos períodos, devido a questões históricas, e, atualmente, devido ao grande fluxo turístico entre eles. Dentre um dos vários motivos que estimula seus habitantes a visitar o outro país está o respectivo Patrimônio Turístico, ou seja, seu Patrimônio Cultural – museus, palácios, castelos, entre outros – e seu Patrimônio Natural – parques nacionais, jardins zoológicos e assim por diante. Os brasileiros são atraídos sobretudo pelos bens culturais e, os italianos, pelos naturais. Por isso, ambos os países interessam-se em tomar medidas de identificação e preservação de seus bens, pois além de mantê-los conservados, sua existência é motivo de fluxo turístico, o que gera muitas divisas. Nesse processo, a fim de um resultado mais eficiente, as instituições responsáveis apoiam-se de instrumentos legais, como leis, decretos e afins. Neles, estabelecem e definem as categorias que devem ser protegidas, além de discorrer sobre os deveres das instituições envolvidas e como elas devem proceder. Registram, ainda, o nome desses bens em listas, muitas das quais, com acesso disponível ao público. A mais conhecida é a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa é uma das instituições internacionais que se interessam pelo assunto. No entanto, cada país também possui sua própria legislação, adequada à sua realidade. Diante desse quadro da organização do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural, a Terminologia desenvolve papel fundamental na organização desses bens, seja na sua categorização, seja em sua definição. Apesar das instituições realizarem esse trabalho, ainda não há obras construídas com base na ciência terminológica sobre as subáreas em questão. Assim, no objetivo de construir uma obra terminológico/terminográfica bilíngue sobre o tema, é preciso observar as diretrizes mundiais, mas também evidenciar as particularidades expressas por cada língua envolvida. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é discutir algumas questões importantes para a organização dos sistemas conceituais das subáreas indicadas em português e em italiano.

O sistema conceitual e sua importância para a obra terminológica/terminográfica

A elaboração de uma obra terminológica/terminográfica é composta por várias etapas. Nesse trabalho serão discutidas questões referentes à elaboração do sistema conceitual levando em conta as duas línguas em questão: o português e o italiano.

A inserção dos termos em um sistema organizado, em que são evidenciadas as relações entre eles, tanto as horizontais, quanto as verticais é o que se entende por sistema conceitual. Tendo como norteadores o objetivo da obra, suas características, seu público-alvo, é possível que essa organização seja feita de diversas maneiras. Desse modo, partindo de um mesmo conjunto de termos cada terminólogo, de acordo com seu ponto de vista, indicará que caminho será percorrido em seu trabalho.

As subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural estão organizadas segundo uma relação hierárquica do tipo gênero-espécie, em que os conceitos mais genéricos definem uma inteira classe. Por sua vez, eles incluem conceitos específicos, os quais possuem as mesmas características da classe, acrescidos de suas particularidades (CABRÉ, 1993, p. 203). A partir dessa relação que os termos estabelecem entre si, pode-se organizá-los da maneira que se apresente mais adequada para o consulente. Nesse caso, a melhor opção parece ser a lista sistemática, visto que ela evidencia as relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia.

Após serem definidas as relações entre os termos, é possível começar a elaboração da obra, já que influenciam: a) a elaboração dos conceitos, b) a indicação de relações de significação, como a parassinonímia, c) a

indicação de formas variantes, d) a indicação de formas equivalentes, e) o sistema de remissivas. No que tange ao eixo vertical, as relações estabelecidas, no âmbito desse trabalho, são as de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia. Tendo isso claro, as definições já podem ser elaboradas. Sabe-se que os hiperônimos apresentam muitos traços sêmicos para definir toda a classe. Já os hipônimos, co-hipônimos entre si, devem ter definido um descritor comum que representa a classe, além de seus traços específicos. No que tange o eixo horizontal, encontram-se os casos de parassinonímia, as formas variantes e as formas equivalentes. No caso das subáreas em questão consideram-se parassinônimos os termos que possuem praticamente os mesmos traços conceituais, mas são expressos por formas distintas. Já as formas variantes são de natureza ortográfica, morfológica, morfossintática, além das siglas e acrônimos, muito frequentes no âmbito do Patrimônio Natural (ZANETTE, 2010, p. 214). As formas equivalentes apresentam-se em língua italiana.

Em relação à obra bilíngue é necessário fazer algumas considerações. Sabe-se que as línguas possuem diferentes organizações de mundo, o que precisa de alguma maneira ser refletido na organização da obra: “Embora não estejam necessariamente ligados às línguas particulares, os conceitos são geralmente influenciados pelo contexto sociocultural, do que decorre a possibilidade de categorizações diferentes segundo as diversas línguas” (ISO 1087-1..., 2000 apud LARA, 2004, p. 237). Assim, as formas equivalentes em italiano indicam os conceitos que representam principalmente os termos existentes na realidade brasileira.

Já o sistema de remissivas pode ser elaborado levando em conta todas as relações estabelecidas, horizontais e verticais. Cabe, então, ao terminólogo, decidir quais remissões indicar e o modo como isso deve ser feito, o que acarreta no percurso que o consultante poderá fazer ao consultar a obra.

Fatores que influenciam a organização dos sistemas conceituais nesse contexto

O mapa conceitual de uma área depende do universo de discurso ao qual ela se refere. O ponto de partida são principalmente os referentes extralinguísticos existentes na realidade da língua portuguesa, com indicação das formas equivalentes em língua italiana. Assim, o *corpus* de análise é composto por termos em português, representativos dos bens imóveis, selecionados segundo os critérios de frequência e de representatividade da realidade brasileira. Foram selecionados bens tombados pela legislação nacional ou bens protegidos pela legislação internacional. Desse modo, diante da polissemia de alguns termos, foram considerados os conceitos que levaram o bem à proteção. Já como exemplo de frequência única, tem-se o “paço imperial”, importante marco da história do país.

Primeiramente expõem-se aqui algumas questões extralinguísticas que influenciam a organização dos sistemas conceituais no âmbito desse trabalho, tais como: 1) fatores históricos e geográficos, 2) a influência das instituições internacionais e das instituições nacionais, 3) o turismo entre os dois países.

É claro que muitas diferenças entre os sistemas conceituais nas duas línguas devem-se, principalmente, a questões históricas e geográficas. Sabe-se que o território italiano é um país com registros de vida humana muito mais antigos. Foram encontrados tais indícios desde períodos pré-históricos, como confirma, por exemplo, a existência de necrópoles, lugares destinados ao abrigo de restos mortais, anteriores ao início do período cristão. Tantos outros dados caracterizam essa porção de terra, como seu patrimônio arqueológico que ainda hoje continua a ampliar-se com novas descobertas. Além da quantidade, há grande variedade de bens dessa natureza, como sítios, monumentos, e também exemplares de bens arqueológicos industriais e arquitetônicos. Esse território passou também por inúmeras transformações, seja de ordem natural, seja devido à presença do homem. Em relação às primeiras, o tempo, as alterações climáticas, acabam sendo um grande responsável. Em relação às segundas, elas modificaram uma paisagem natural já existente ou então se sobrepuseram sobre o que havia sido construído por outros povos. É por esse motivo que além do patrimônio arqueológico, há uma infinidade de bens de épocas distintas, sobretudo culturais. Entre tantos exemplos, as próprias edificações funerárias atestam isso: as necrópoles geralmente datam de períodos pré-históricos, as catacumbas foram utilizadas primeiramente pelos primeiros cristãos, já os cemitérios são mais recentes (ZANETTE, 2012, p. 2-4). As fortificações também compõem esse quadro. O período em que o povo italiano precisou se defender foi muito maior em relação ao Brasil. Antes mesmo de o país europeu ter sua unificação, as populações viviam agrupadas em lugares de

difícil acesso aos inimigos, e ali, procuraram cercar-se de barreiras, como *fortezza, forte, mural/cinta muraria, castello, rocca*. Esses são apenas alguns exemplos que comprovam que o país ergueu e manteve bens culturais, de variada tipologia, de quantidade significativa e de vários períodos históricos. Isso decorre da cultura da preservação bastante estimulada na Itália, a começar por suas instituições. Sua organização administrativa, a regulamentação por instrumentos legais e a grande quantidade de eventos promovem seu patrimônio. Por fim, muitos de seus bens oferecem condições e facilidades de acesso ao público. Ao tornar esse contato mais estreito faz com que as pessoas compreendam seu valor.

Os registros históricos de atividade humana em território brasileiro são mais recentes. Devido a esse fato e às consideráveis dimensões, parece que a ocupação pelo homem e suas modificações são menos evidentes. Sabe-se que o país modificou bastante suas paisagens, em relação ao que havia na época do descobrimento. No entanto, ainda é reconhecido, tanto por seus habitantes quanto no mundo, por suas belezas naturais, locais onde o homem interferiu pouco ou muito pouco. Desse modo, a sua ligação com a natureza é muito mais evidente. Em relação ao patrimônio arqueológico, por exemplo, há quantidade inferior de indícios de povos pré-históricos no território. Existem, porém, bens tombados nessa categoria, os quilombos, ou seja, sítios arqueológicos que contêm vestígios da vida dos negros fugidos de fazendas no período colonial (ZANETTE, 2010). Comparando, então, o Brasil com a Itália, a quantidade e a tipologia dos bens culturais também é inferior.

Outra questão importante é a concepção italiana de “paisagem”. Ela está definida no documento mais importante de sua legislação que regulamenta a proteção de seus bens culturais e naturais, o *Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*, no artigo 131: “*Per paesaggio si intende il territorio espressivo di identità, il cui carattere deriva dall’azione di fattori naturali, umani e dalle loro interrelazioni* (MiBACT, 2008)”. Dessa forma, percebe-se que a “paisagem” é composta por aspectos naturais, humanos e das inter-relações entre eles, enquanto que no Brasil pensa-se imediatamente nos aspectos naturais. Há vários exemplos de bens italianos dessa natureza caracterizados como culturais. Entre eles está o caso dos “jardins históricos”, com o seguinte conceito: “*Giardino storico: uno spazio progettato dall’uomo con finalità in primo luogo, ma comunque non esclusivamente, estetiche a cui si riconosce un interesse pubblico conferitogli dalle sue caratteristiche artistiche e/o dalla rilevanza storica*” (PaBAAC, 2013). Assim, tais bens reafirmam a interferência do homem, por serem projetados ou modificados por ele. São considerados por seu valor artístico ou histórico. Há muitos “jardins” que são avaliados como um bem único, no entanto há muitos que fazem parte de um bem cultural maior, de um *palazzo* ou de uma *villa*. Como exemplo, há o *Giardino Bardini*, em Florença. Faz parte do complexo formado pelo *Museo Bardini* e pela *Villa Bardini*. É composto por uma escadaria barroca, um bosque à inglesa, com um canal, fontes e uma parte agrícola (IL PARCO PIÙ BELLO, s.d.).

Como se pode concluir, das características de cada país, decorre ênfase em sua legislação. Tendo em vista o que foi apresentado, a Itália é privilegiada pelo grande número e pelos diversos tipos de exemplares do Patrimônio Cultural, enquanto que o Brasil apresenta-se mais rico na questão da diversidade e quantidade de bens naturais.

Um segundo fator importante na elaboração dos sistemas conceituais refere-se à influência das instituições ou organizações que se ocupam das subáreas focalizadas no âmbito desse trabalho. Elas são responsáveis por dar diretrizes sobre o tema, o que consiste em categorizar, catalogar e criar mecanismos de proteção, por meio da já citada legislação, envolvendo os territórios em que os bens se encontram.

A preocupação com o Patrimônio Cultural e com o Patrimônio Natural origina-se na esfera mundial. A primeira instituição que se ocupou do tema, especificamente do meio ambiente, foi a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). É a organização ambiental global mais antiga, fundada em 1948. Com o *IUCN’S Protected Area Programme* instituiu as primeiras categorias de bens naturais que devem ser protegidos, as quais serão comentadas no decorrer desse texto. A partir de suas discussões, a UNESCO acrescentou a preocupação com os bens culturais. Os resultados disso culminaram com a elaboração, em 1972, da “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”. O documento instituiu a Lista do Patrimônio Mundial, lista dos bens de seus países-membros que devem ser protegidos, com valor para toda a humanidade. Cada membro deve seguir o documento para garantir a indicação e a proteção de seus bens. No caso específico da Itália, ela é o país que por anos garante a primeira posição na lista, com a maior quantidade de exemplares da lista em seu território. Hoje são 49, dos quais 41 são culturais

e 8 naturais. Já o Brasil conta com 19 bens, sendo 12 culturais e 7 naturais.

Como estados, ambos os países são membros da UNESCO. Em relação à IUCN, são várias organizações não governamentais de cada um que fazem parte dela. A Itália, porém, é afiliada também por meio do *Ministero dell’Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare* (IUCN, 2013).

A iniciativa das organizações internacionais estimulou os países a voltar olhos mais cuidadosos para os bens contidos em seus territórios. Desse modo, cada membro, ao passo que segue as diretrizes já estabelecidas, cria seus próprios mecanismos de acordo com sua realidade. O Brasil conta com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo tombamento de bens, sobretudo culturais.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. [...] O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental (IPHAN, s.d.).

Em relação aos bens ambientais tombados pelo instituto, eles são categorizados como “área natural tombada”. Um exemplo é o pico do Pão de Açúcar. Embora a classificação até então dividisse os bens em culturais e naturais, nova tendência da UNESCO dá indicações ao IPHAN para considerar também os bens que relacionam ambos os elementos, ou seja, mistos.

Para tratar mais especificamente do Patrimônio Natural, são dois órgãos pertinentes para esse trabalho, já que ambos instituíram “unidades de conservação”. Há o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável por todas as questões que envolvem o meio ambiente. Uma de suas autarquias, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ocupa-se do uso dos recursos naturais de maneira sustentável.

Na Itália, as questões são divididas principalmente entre o *Ministero dei Beni Culturali e delle Attività Culturali e del Turismo* (MIBACT) e o já citado *Ministero dell’Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare*. O primeiro, conforme seu próprio nome diz, ocupa-se dos bens culturais, os quais incluem também a paisagem, além das atividades culturais e, mais recentemente, do turismo. Compreendeu que as suas atividades de cuidar da preservação e promoção dos bens do país estão estritamente ligadas ao contingente turístico. Já o segundo ministério ocupa-se exclusivamente dos bens naturais, nesse caso, das unidades de conservação italianas, em terra ou no mar.

O terceiro fator, então, que influencia a organização dos sistemas conceituais é o próprio turismo. O fluxo turístico entre os dois países é fator relevante, nas duas direções. Dados dos últimos anos comprovam essa afirmação. Cada país possui tipos de atrativos conforme sua natureza, dentre os quais alguns são preferidos pelos visitantes. Em 2012, por exemplo, o italiano interessou-se principalmente por lazer (31,2%). Esse percentual foi dividido em sol e praia (54%) e natureza, ecoturismo ou aventura (29,2%). O turista permaneceu 19,4 dias no Brasil e gastou US\$ 74,26 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014). Já pesquisa italiana publicada em 2014 mostrou que o brasileiro buscou principalmente arte e cultura (60%), cujos destinos mais visitados foram Roma, Firenze, Venezia (MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 2014). Os números, além de mostrarem preferências, corroboram a ideia de que preservar o patrimônio é garantir o turismo, ou seja, garantir divisas.

Enfim, tais fatores apresentam-se de fundamental importância para a compreensão do universo de discurso em questão. Nele, as discussões começam em nível mundial num primeiro momento, para em seguida aprofundarem-se de acordo com as particularidades de cada país. Com base no que foi apresentado, podem-se tecer algumas considerações mais específicas sobre os sistemas conceituais objeto desse trabalho.

Algumas particularidades dos sistemas conceituais em questão

Primeiramente é preciso esclarecer a forma de seleção dos termos. Os termos em português referem-se aos bens culturais tombados pelo IPHAN, além dos bens naturais protegidos por ele, bem como pelas unidades de

conservação instituídas pelo IBAMA, MMA, UNESCO. Os termos foram selecionados segundo critérios de frequência e representatividade das realidades em questão. Um exemplo importante é o “paço imperial”, com apenas um exemplar no Brasil, mas extremamente importante para a história do país. Já os termos em italiano retratam os bens culturais protegidos pelo MIBACt, bem como os bens naturais contidos na *Legge Quadro Aree Protette 6 dicembre 1991, n. 394*, progressivamente atualizada.

A primeira questão refere-se ao Patrimônio Cultural, cujos bens são selecionados devido ao seu valor histórico ou estético. Partindo da realidade brasileira, as decisões do terminólogo levaram aos seguintes hiperônimos: “conjunto urbano”, “edificação”, “equipamento urbano”, “patrimônio arqueológico”, “patrimônio espeleológico”. No caso das “edificações”, há uma série de diferenças entre as concepções dos dois países. Para o Brasil, os hipônimos são: “edificação pública”, “edificação privada”, “edificação comercial”, “edificação religiosa”, “edificação rural”, “edificação funerária”, “fortificação”. A Itália, via MIBACt, classifica “*beni architettonici e paesaggistici*” como uma única categoria, compreendendo a natureza cultural da paisagem. Os hiperônimos são: “*architettura civile*”, “*villa o palazzo di interesse storico*”, “*giardini e parchi storici*”, “*siti di valore scenico o estetico*”, “*architettura religiosa*”, “*architettura industriale*”, “*monumento funerario*”, “*architettura fortificata di interesse storico*”, “*museu, galleria*”, “*biblioteca, archivio*” (MIBACt, 2014). O que se pode perceber é que a “*architettura civile*” e “*villa o palazzo di interesse storico*” acabam correspondendo a 3 categorias em português: “edificação pública”, como um “*palazzo*”; “edificação privada”, como uma “*villa*”; “edificação comercial”, como um “*mercato*”. No caso de “*giardini o parchi storici*” podem corresponder, dependendo de quem os possui, a uma “edificação pública” ou a uma “edificação privada”. Em relação à “*architettura religiosa*”, “*monumento funerario*”, “*architettura fortificata di interesse storico*” os correspondentes são “edificação religiosa”, “edificação funerária” e “fortificação”. “*Museu, galleria*” e “*biblioteca, archivio*” correspondem a outro hiperônimo, “equipamento urbano”, ou seja, “equipamento público ou privado implantado no espaço urbano, inclusive no seu subsolo, que tem por função prestar serviços públicos” (ZANETTE, 2010, p. 132). Já “*siti di valore scenico o estetico*” podem pertencer a qualquer uma das “edificações”, já que o que está sendo considerado não é sua função, residencial, comercial, mas sua beleza. Por fim, “*architettura industriale*” não tem equivalente em português. Uma das principais diferenças entre a seleção e organização de hiperônimos em língua portuguesa, determinadas por este trabalho, e em língua italiana, é que na língua materna levou-se em conta o critério “função” dos bens, enquanto que na outra língua isso não está bem claro e ainda alguns bens estão separados por seu valor histórico ou estético.

Outra questão bastante significativa para a Itália é seu “*patrimonio archeologico*”. Enquanto que no Brasil o que há são os “sítios arqueológicos”, como no caso dos “quilombos”, a variedade no outro país é bem maior. Nele, há os sítios, complexos, monumentos, ao lado do “*patrimonio archeologico architettonico*” e do “*patrimônio archeologico industriale*”. Um exemplo deste último seria “*Crespi d’Adda, insediamento industriale*”, localizado na Lombardia. Foi um complexo arquitetônico construído no final do século XIX, com uma fábrica e uma vila operária com toda a infraestrutura necessária para os habitantes, com escola, hospital, teatro, entre outras instalações. É um bem inserido na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, no ano de 1995 (ASSOCIAZIONE BENI ITALIANI, 2010). Como o ponto de partida é a língua portuguesa, muitos bens italianos não são representados no sistema conceitual quando se trata desse tema.

Em relação ao Patrimônio Natural, o ponto crucial se refere às unidades de conservação dos dois países. Percebe-se que ambos partiram das diretrizes estabelecidas pela IUCN. Ela estabeleceu as seguintes categorias: 1a) *Strict nature reserve* (protege a biodiversidade e realiza pesquisas científicas), 1b) *wilderness area* (conserva áreas com pouco ou nenhum contato humano), 2) *national park* (protege os processos ecológicos, as espécies e os ecossistemas da área, com atividades culturais, educacionais, recreativas, além da visitação pública permitida), 3) *natural monument or feature* (protege um bem natural de grande valor), 4) *habitat/species management area* (protege habitats e espécies especiais), 5) *protected landscape/seascape* (protege área em que houve interação entre o homem e a natureza, com valores ecológicos, biológicos, culturais e com valor cênico), 6) *protected area with sustainable use of natural resources* (protege ecossistemas e habitats com valores culturais e com sistema de manejo dos recursos naturais para as populações locais) (IUCN, 2014). Brasil e Itália possuem seus documentos norteadores. O primeiro segue a Lei n.

9.985, de 18 de julho de 2000, que institui as unidades de conservação do país. Nele elas são divididas em dois grandes grupos, representadas pelos hiperônimos “unidade de conservação de uso integral” e “unidade de conservação de uso sustentável”. No primeiro grupo há 5 delas, representados pelos hipônimos: “estação ecológica”, “reserva biológica”, “parque nacional”, “monumento natural”, “refúgio de vida silvestre”. No segundo, são 7 hipônimos: “área de proteção ambiental”, “área de relevante interesse ecológico”, “floresta nacional”, “reserva extrativista”, “reserva de fauna”, “reserva de desenvolvimento sustentável”, “reserva particular do patrimônio natural”. No documento, seguem suas definições e outras informações necessárias. Já a Itália segue a *Legge 6 dicembre 1991, n. 394*, a qual institui as *Aree Naturali Protette*. São apenas 6 categorias: “*parco nazionale*”, “*parco naturale regionale o interregionale*”, “*riserva naturale*”, “*zona umida di interesse internazionale*”, “*altre aree naturali protette*” e “*aree di ripascimento terrestri e marine*”. Algumas categorias são seguidas pelos dois países. É o caso de “*national park*”, cujos equivalentes têm a mesma formação, com o substantivo “*park*” e o adjetivo “*national*”. O outro caso é o de “*wilderness area*”, com os equivalentes “reserva biológica” e “*riserva naturale*”. Outras categorias existem apenas no Brasil: “*natural monument or feature*” como “monumento natural”, ao lado de “*protected area with sustainable use of natural resources*”, correspondente à “reserva de desenvolvimento sustentável”. Enfim, observa-se que, apesar de partirem do mesmo ponto, o Brasil aprofunda-se muito mais em sua legislação, tentando abranger a grande diversidade que existe em seu território. Considera, ainda, a questão da sustentabilidade dos recursos naturais, protegendo unidades em que não é permitida nenhuma atividade, além da preservação da natureza. Nesse aspecto, a legislação italiana não se devolveu tanto. Para abranger unidades de conservação que não descreveu, criou “*altre aree protette*”, em que inclui novas categorias. No entanto, há a tendência de se individuar novas categorias de caráter internacional, em uma crescente preocupação e tentativa de conscientização sobre a importância dos recursos naturais para o mundo todo. É o caso das unidades, nomeadas primeiramente na língua inglesa, e, em seguida, com as formas equivalentes nas demais línguas. Apresenta-se o termo original e os equivalentes em português e em italiano, respectivamente: 1) “*ramsar site*” (“sítio ramsar” e “*zona umida di importanza internazionale*”), 2) “*word heritage site*” (“sítio do patrimônio mundial” e “*sito del patrimonio mondiale*”), 3) “*geopark*” (“geoparque” e “*geoparco*”), 4) “*biosphere reserve*” (“reserva da biosfera” e “*riserva della biosfera*”). Nesse caso, em que um conceito mundial se encontra nos países em questão, o sistema conceitual torna-se bastante homogêneo.

Considerações finais

Embora os países em questão sigam as diretrizes estabelecidas em âmbito internacional, desenvolveram seus próprios mecanismos a fim de proteger os bens em seus territórios. Um modo de fazê-lo é por meio da sua legislação, em que cada um enfatiza o que considera de maior importância. Assim, o Brasil está bem à frente, no que tange a legislação do seu Patrimônio Natural, por definir várias categorias, tentando abarcar sua realidade. A Itália ficou muito ligada ao que foi definido pela IUCN e não aprofundou sua legislação de acordo com suas particularidades. No outro sentido, a legislação italiana referente ao seu Patrimônio Cultural encontra-se bastante avançada, com extensa tipologia. Tenta integrar a paisagem aos seus bens culturais, pois reconhece a alteração do ambiente pelo homem. É o caso de muitos de seus jardins, muitas vezes situados dentro de outros sítios, como em palácios, por exemplo. Seu patrimônio arqueológico também é bastante significativo. A cada ano são descobertos novos sítios sob as cidades, como acontece frequentemente em Roma. Enfim, apesar de as realidades retratadas pelas subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural apresentarem-se bastante amparadas por suas leis, encontram-se em constante ampliação, o que demanda novas catalogações e novas categorizações. Nesse sentido, a ciência terminológica pode continuar dando suas contribuições.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAZIONE BENI ITALIANI PATRIMONIO MONDIALE UNESCO. **Il villaggio operaio di Crespi d'Adda**. Disponível em: <<http://www.sitiunesco.it/il-villaggio-operaio-di-crespi-dadda.html>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

CABRÉ, M. T. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Tradução de Carles Tebé. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

IPHAN. **Tombamento**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

ITÁLIA. Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo. **Codice dei beni culturali e del paesaggio, ai sensi dell'articolo 10 della legge 6 luglio 2002**, n. 137 (e successive modificazioni), 2008. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/mibac/export/MiBAC/sito-MiBAC/MenuPrincipale/Normativa/Norme/index.html>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. **Direzione Generale PaBAAC**. Giardini e parchi storici. Disponível em: <<http://www.pabaac.beniculturali.it/opencms/opencms/BASAE/sito-BASAE/mp/Uffici-musei-e-monumenti/Giardini-e-parchi-storici/index.html>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

_____. **Luoghi della cultura**. Ricerca. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/mibac/opencms/MiBAC/sito-MiBAC/MenuPrincipale/LuoghiDellaCultura/Ricerca/index.html>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

IL PARCO PIÙ BELLO D'ITALIA. **Giardino Bardini**. Disponível em: <<http://www.ilparcopiubello.it/index.php/park/dettaglio/12>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

IUCN. **IUCN Protected areas categories system**. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_quality/gpap_pacategories/>. Acesso em: 02 mai. 2014.

_____. **Member's database**. 2013. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/union/members/who_members/members_database/>. Acesso em: 23 mai. 2014.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Brasile**. Rapporto Congiunto Ambasciate/Consolati/ENIT, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo da demanda turística internacional 2006-2012**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Demanda_Turxstica_Internacional_-_Fichas_Sinteses_-_2006-2012.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

ZANETTE, R. I. C. Z. **Dicionário terminológico bilíngue das subáreas do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural**. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. O respeito aos mortos na cultura italiana. In: **Anais do X Encontro do CELSUL**. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/10_index.htm#R>. Acesso em: 27 mai. 2014.

O RITMO NO LÉXICO: ESTUDO DE TRADUÇÃO DO ROMANCE *L'ENFANT MULTIPLE*, DE ANDRÉE CHEDID

Carla de Mojana di Cologna RENARD

Introdução

Cada texto é único e, simultaneamente, a tradução de outro texto. Nenhum texto é inteiramente original, porque a própria linguagem em sua essência já é uma tradução: primeiro, do mundo não-verbal e, depois, porque cada signo e cada frase é a tradução de outro signo e de outra frase. Mas esse raciocínio pode se inverter sem perder sua validade: todos os textos são originais porque cada tradução é distinta. Cada tradução é, até certo ponto, uma invenção e assim constitui um texto único. (Octavio Paz)

Traduzir não é apenas ler e reescrever palavras e frases em outro idioma, mas é sobretudo interpretar: o dito, o não dito, o conteúdo, a forma. O silêncio. Entender os porquês antes de fazer escolhas que, por dependerem do entendimento e da percepção de cada leitor-tradutor, levam à constituição de um texto único. Consideramos, assim, que a definição das escolhas é extremamente importante para o desenvolvimento de qualquer projeto de tradução e que, para cada escolha, há um processo de percepção e avaliação, que resulta em sua possível validação.

Partindo desse princípio, tendo como objeto de tradução e de pesquisa o romance *L'enfant multiple* (LIBRIO, 1989), de Andrée Chedid, vamos mostrar o procedimento de definição de uma escolha secundária, mas não menos importante, feita a partir de uma escolha primária. Chamaremos as escolhas de normas, sendo a primeira delas a “norma inicial” (cf. TOURY, 1995). A norma inicial de nossa pesquisa é o ritmo como condutor da tradução da obra, do francês para o português brasileiro. Após a definição dessa norma, durante a revisão e a releitura da obra digitalizada, percebeu-se que o ritmo também estava presente no léxico.

Assim, a fim de verificar de maneira mais pragmática tal impressão, elaboramos uma lista de palavras, com o auxílio da ferramenta de linguística de corpus AntConc (LAURENCE, v. 3.4.1w), que confirmou a presença significativa de unidades lexicais relacionadas ao campo associativo de **ritmo**. Tal lista nos levou à definição de uma norma específica: no ato tradutório priorizaremos as modalidades de tradução **literal** e **modulação** (AUBERT, 1998) para as palavras integrantes da lista, visando a manter, dessa forma, o ritmo no léxico no texto de chegada. Reforçamos que isso foi possível devido às semelhanças lexicais entre as línguas e culturas em questão. Essa lista nos levou à elaboração de uma segunda lista, ao observarmos que boa parte das palavras nela contidas (primeira lista) se relacionava à unidade lexical **música**. Nesse segundo caso, optamos, no entanto, por apenas mostrar o processo de percepção e sistematização de tal lista, a partir do primeiro processo, uma vez que ela será utilizada para análises futuras.

O artigo abordará inicialmente, de forma introdutória, a obra e a autora, mostrando os fatores que levaram à definição da norma inicial; em seguida, descreveremos de maneira detalhada o estudo realizado: as etapas de identificação do ritmo no léxico, a seleção e a elaboração das listas de palavras com o auxílio da linguística de corpus e a definição da norma de manutenção de ritmo no léxico durante o ato tradutório.

Autora e obra

Poeta e escritora de origem sírio-libanesa do século XX (1920-2011), nascida no Egito e cidadã francesa, Andrée Chedid publicou mais de quarenta obras entre romances, novelas, peças teatrais e letras de música, além de ter dois romances adaptados ao cinema. Com obras traduzidas em aproximadamente quinze idiomas – exceto o português –, recebeu ao longo de sua carreira cerca de vinte prêmios, dentre eles o Goncourt de Novela em 1979 e o de Poesia em 2002. Em sua homenagem, a associação *Le printemps des poètes* criou em 2009 o *Concours Andrée Chedid du poème chanté*, que ocorre anualmente desde então. Reconhecida como uma das principais poetisas contemporâneas de língua francesa, tendo escrito para crianças, adolescentes e adultos, Chedid empresta seu nome a bibliotecas, mídiotecas e

escolas na França¹.

As obras de Chedid têm como tema principal a condição humana. Não por acaso, em 2009 ela foi condecorada como Oficial da Legião de Honra (*Ordre de la Légion d'honneur*), sendo reconhecida por ter servido à nação a título civil – por meio da literatura. Laure Humeau-Sermage, professora de Letras, apresenta de maneira concisa o estilo e a temática da escritora na introdução de um dos romances de Chedid, *Le Message*:

Com um estilo sóbrio e simples, a autora aborda com humor, fantasia e ingenuidade infantil a fragilidade da existência, a morte, o amor do outro. Com suas palavras, Andrée Chedid delinea a fronteira tênue que separa a felicidade da tragédia e que, para além de todas as clivagens – étnicas, religiosas e sociais –, torna incontestável a igualdade entre os homens. Impregnados de seriedade, seus textos atendem a uma dupla necessidade, como ela destaca: “Os assuntos que eu escolho são normalmente marcados pela tragédia e pela esperança. Quero manter os olhos abertos voltados à luz, à beleza, a tudo o que nos ajuda a superar, a viver melhor, a apostar no futuro”. (CHEDID, 2007, p. 7, tradução nossa).

Jacques Izoard (2004, p. 10, tradução nossa), autor de sua biografia, complementa: “Ela não destrói a gramática, não desfaz as palavras, respeita a sintaxe e os imperativos habituais da linguagem”.

O romance *L'enfant multiple*, objeto de tradução e estudo em questão, foi escrito a partir da novela *L'enfant des manèges*, publicada pela primeira vez no livro *Mondes Miroirs Magies* (FLAMMARION, 1988). A obra, de cunho humanitário, tem como personagem principal Omar-Jo, menino libanês que perdeu os pais (pai muçulmano egípcio e mãe católica libanesa), mortos na guerra do Líbano, e foi enviado pelo avô a Paris, para viver com familiares. O garoto, que sentiu literalmente na pele os efeitos da guerra ao perder um membro e carregar uma cicatriz no rosto, descobre a cidade francesa e a trama se desenrola a partir de seu encontro com Maxime, o proprietário de um carrossel à beira da falência. Com criatividade e sensibilidade, o garoto muda as trajetórias de Maxime e de seu negócio. Escrito de maneira a alcançar todos os públicos, o livro preza a forma e o conteúdo, explorando as diversas possibilidades do uso da língua francesa, com um vocabulário rico e uma prosódia rítmica.

O ritmo como norma inicial

Gideon Toury, teórico da linha dos Estudos Descritivos da Tradução (EDT), aborda a atividade tradutológica em uma dimensão sociocultural, governada por um conjunto de normas que determine seu comportamento na cultura de chegada (TOURY, 1995, p. 54). Tal dimensão engloba as diferenças entre as línguas, as limitações do aparato cognitivo do tradutor e das condições nas quais ele atua, levando à adoção de diferentes estratégias e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de produtos diferentes. Assim, adaptamos essas normas ao desenvolvimento do presente estudo.

A escolha básica feita entre as necessidades das duas diferentes culturas é chamada por Toury de **norma inicial**, que regulamenta normas particulares de níveis mais específicos. Quando tal escolha é feita, não é necessário que cada decisão específica seja tomada em total acordo com ela, pois, segundo o teórico, não há regularidades absolutas no domínio comportamental. Analisando o texto fonte e considerando a historicidade da autora, que começou a carreira escrevendo poemas e posteriormente passou à prosa, à dramaturgia e à composição musical, para chegarmos à definição da norma inicial nos baseamos também em algumas críticas e entrevistas, como a cedida à pesquisadora Irène Fenoglio, intitulada “Écrire ce n'est pas non-vivre c'est plus (+) vivre.”:

[...] A. C. – Durante uns dez anos eu só escrevi poemas.
I. F. – Você acha que é essa forma de escrita que está nas origens de seu trabalho de escrita?
A. C. – Ah sim, absolutamente. [...] Eu demoro muito para chegar ao final de um romance. Procuro a palavra certa, o ritmo, a sonoridade – até que soe bem aos ouvidos. Eu refaço constantemente os rascunhos. A prosa me dá muito trabalho. [...] (FENOGLIO, 2003, p. 127, tradução nossa).

¹ Fonte: <www.andreechedid.com>.

Assim como no conjunto de sua obra, em *L'enfant multiple* a preocupação com o ritmo e a sonoridade é nítida. Levando isso em conta, definimos o **ritmo** como a **norma inicial** do processo tradutório, estipulando as seguintes concepções: (1) o ritmo como a organização do movimento da fala, da atividade individual, escrita ou oral (DESSONS; MESCHONNIC, 1998, p. 26) e (2) a análise do ritmo como uma técnica objetiva, precisa, demonstrável, resultante essencialmente de princípios fonéticos (DESSONS; MESCHONNIC, 1998, p. 5-6, tradução nossa). Tais concepções são exemplificadas abaixo, por meio de trechos do original e das traduções por nós realizadas².

(1) Ritmo como movimento da fala

Original

Se tenir, parfois, au bord d'un trottoir : compter jusqu'à vingt, jusqu'à trente, quarante... sans qu'une voiture s'annonce sur la chaussée. Naviguer le long de ses avenues, serpenter au fil de ses ruelles, contourner ses places ; côtoyer la Seine qui se cuivre, les arbres qui s'enluminent. Goûter à ce silence rythmé par tant de souffles. Ressentir ce face à face, chargé de tant de vies. Chanter en dedans. Savourer.
(*L'enfant multiple*, p. 9)

Tradução

Ficar, volta e meia, parado no meio-fio: contar até vinte, trinta, quarenta... sem que um carro se anuncie na rua. Navegar ao longo de suas avenidas, serpentear no curso de suas ruelas, contornar suas praças; bordejar o Sena que se acobreia, as árvores que se alumiam. Provar esse silêncio ritmado por tantos suspiros. Sentir esse cara a cara carregado de tantas vidas. Cantar por dentro. Saborear.

(2) Princípios fonéticos

Original

Se tenir, parfois, au bord d'un trottoir

Tradução literal

Ficar, às vezes, na beira da calçada

Tradução ritmada

Ficar, volta e meia, parado no meio-fio

Levando em conta a norma inicial, durante a revisão do livro digitalizado e de parte da tradução realizada, visualizou-se a possibilidade de estabelecer uma norma específica – considerando, conforme Toury, que normas não são absolutas e que, no contexto deste estudo, elas são utilizadas como instrumentos de direcionamento e organização da atividade tradutória, importantes para manter a coesão almejada na língua de chegada. Referimo-nos aqui à percepção, na qualidade de leitora-tradutora, de que o ritmo, no original, mostrava-se também no léxico. Tal impressão é ilustrada por meio da releitura do primeiro trecho original acompanhado de tradução apresentado acima, o qual exemplifica a concepção 1 (movimento) da norma inicial. Em tal trecho, quatro lexias – sublinhadas – nos conduzem a um caminho sonoro: **silêncio, ritmado, suspiros, cantar**. As estratégias de tradução utilizadas – tradução literal (l) e modulação (m) (AUBERT, 1998) –, mantiveram o ritmo no léxico: silence – silêncio (l) / rythmé – ritmado (l) / souffles – suspiros (m) / chanter – cantar (l). No segundo trecho original acompanhado de sua tradução (princípios fonéticos), observa-se claramente que a tradução literal não respeita a sonoridade do original, enquanto a tradução ritmada, que mantém os princípios fonéticos, respeita a sonoridade do original e a mantém na língua de chegada. Para avaliar a consistência de tais impressões, realizamos o estudo que será apresentado a seguir, a fim de consolidar a norma específica citada anteriormente.

Descrição do estudo realizado

Os materiais utilizados neste estudo para a definição da norma específica voltada ao léxico foram o livro *L'enfant multiple* digitalizado (CHEDID, 1989), o programa de linguística de corpus AntConc (LAURENCE, v. 3.4.1w),

² Todos os exemplos de tradução deste artigo são retirados da obra em estudo, o que aproxima o leitor da autora do artigo, de sua interpretação da obra e possibilita melhor entendimento do desenvolvimento de sua pesquisa.

dicionários monolíngues de francês (REY; 2008) e de português (FERREIRA, 2010) e bilíngues de francês – português (CORRÊA; STEINBERG, 1980) e os programas Word, Excel e bloco de notas (Microsoft Office 2013).

Durante a edição da obra digitalizada foi feita uma seleção de palavras relacionadas ao campo associativo da unidade lexical **ritmo**, seguida da elaboração da lista de tais palavras. Posteriormente, com o uso da ferramenta AntConc, a lista foi revisada e dividida em ordem alfabética, grupo, frequência de grupo e definição de lista final de palavras, que resultou em uma segunda lista – não prevista – relacionada apenas à unidade lexical **música**.

Identificação do ritmo no léxico por seleção manual

Como já dito, durante a revisão da obra digitalizada foram selecionadas palavras relacionadas ao campo associativo de **ritmo**. Para nos orientarmos sobre o que poderia se referir às definições possíveis de tal lexia, consultamos o dicionário Ferreira (2010), segundo o qual:

Ritmo [Do gr. *rhythmos*, 'movimento regrado e medido', pelo lat. *rhythmu*.]

Substantivo masculino.

1. Movimento ou ruído que se repete, no tempo, a intervalos regulares, com acentos fortes e fracos: *o ritmo das ondas, da respiração, da oscilação de um pêndulo, do galope de um cavalo.*
 2. No curso de qualquer processo, variação que ocorre periodicamente de forma regular: *o ritmo das marés, das fases da Lua, do ciclo menstrual.*
 3. Sucessão de movimentos ou situações que, embora não se processem com regularidade absoluta, constituem um conjunto fluente e homogêneo no tempo: *o ritmo de um trabalho.*
 4. Nas artes, na literatura, no cinema, etc., a disposição ou o desenvolvimento harmonioso, no espaço e/ou no tempo, de elementos expressivos e estéticos, com alternância de valores de diferente intensidade: *o ritmo de uma escultura, de uma peça de teatro.*
 5. Arte Poét. Num verso ou num poema, a distribuição de sons de modo que estes se repitam a intervalos regulares, ou a espaços sensíveis quanto à duração e à acentuação.
 6. Mús. Agrupamento de valores de tempo combinados de maneira que marquem com regularidade uma sucessão de sons fortes e fracos, de maior ou menor duração, conferindo a cada trecho características especiais.
 7. Mús. A marcação de tempo própria de cada forma musical: *ritmo de marcha, de valsa, de samba.*
 8. Mús. O conjunto de instrumentos de percussão e outros similares que marcam o ritmo (6) na música popular; bateria.
 9. Bras. Mús. O conjunto de ritmistas [v. ritmista (1 e 2)].
-

O dicionário foi utilizado como instrumento de consulta, visando a confirmar ou complementar nosso conhecimento intuitivo prévio, e nos auxiliou, notadamente, no estabelecimento das lexias que integrariam a lista de palavras. *Cadence, goutte, cillement e danse* (substantivos), *flâne* (verbo flexionado de *flâner*), *brusquement* (advérbio) e *d'un bond* (locuções) são exemplos de palavras que fazem parte dessa lista, uma vez que se encaixam em pelo menos uma das definições apontadas no quadro acima: *cadence* no número de definição 1, bem como *goutte, danse* em 4 e assim por diante. Palavra mais genéricas, que não se encaixavam em nenhuma das definições do quadro, não foram selecionadas, como por exemplo *parler, écouter, mot, parole e dire*.

À medida que as palavras eram identificadas durante a revisão do original digitalizado (em língua francesa), ainda apenas manualmente, elas eram listadas em um arquivo Word – nesta primeira etapa a ideia era apenas levantá-las e a metodologia de análise foi sendo construída simultânea e espontaneamente. Vale observar que as escolhas das palavras que resultaram na primeira lista foram realizadas pela tradutora-pesquisadora, o que, conseqüentemente, afetará o resultado tanto com relação às análises quanto com respeito ao texto na língua de chegada, ou seja, à tradução. Isso mostra, como defendido por Paz (2009) e Toury (1995), já citados anteriormente, que cada tradução resulta num texto próprio, único.

A análise respeitou ainda o contexto devido à polissemia das palavras, incluindo algumas e excluindo outras, como observado abaixo:

Ao organizarmos as palavras da lista, no Excel, em ordem alfabética, pudemos perceber que boa parte delas tinha a mesma raiz e optamos, assim, por sistematizá-las por frequência (quantidade de vezes em que aparecem no original), grupo e frequência do grupo (quantidades de vezes que as palavras do grupo aparecem no original). Como mostra a tabela ao lado, as palavras das linhas de 6 a 10 fazem parte de um único grupo, estabelecido como **grupo de palavras de *agita*** – por ser a primeira palavra na ordem alfabética. As palavras desse grupo aparecem 5 vezes no original, número que define a frequência do grupo. O grupo seguinte, *applaudir*, definido entre as linhas 11 e 16, contabiliza 8 palavras, e assim por diante. As 268 palavras se concentraram, ao final, num total de 110 grupos, que foram reordenados de maneira decrescente conforme a frequência, ou seja, a quantidade de vezes que as palavras do grupo apareciam no original – sempre utilizando o AntConc. Os cinco grupos de palavras mais frequentes foram³:

Grupos de palavras	Frequência
<i>chanson</i>	30
<i>rire</i>	21
<i>musicien</i>	19
<i>glissa</i>	15
<i>dansaient</i>	13

Percepção de segunda lista de palavras por meio da linguística de corpus, a ser usada em análises futuras

A partir da formação da lista de grupos de palavras relacionadas ao campo associativo de **ritmo**, pudemos perceber, por intuição, que muitas delas se relacionavam ao campo associativo de **música**. Entendemos, assim, que a partir dos 110 grupos de palavras (que totalizam 268 palavras, como mostrado acima), poderíamos selecionar grupos voltados apenas à lexia **música** e formamos 36 grupos, que integraram a nova lista de palavras (voltadas a **música**). Nesse caso, uma vez que os grupos já estavam definidos, como procedimento organizacional elaboramos uma tabela no Excel na ordem decrescente, iniciada com grupos de palavras que aparecem mais vezes no original e finalizada com os grupos que menos vezes aparecem. No gráfico abaixo vemos alguns desses grupos, sendo que o grupo de *chanson* aparece 30 vezes e os grupos a partir de *bémols*, da esquerda para a direita, aparecem uma única vez:



Fonte: Elaboração própria

³ Frisamos que a lexia *glissa* foi selecionada em contextos como “*Avant de repartir, il glissa quelques mots à l’oreille de la clocharde*” (CHEDID, 1989, p. 67). No sentido de sopra ao pé da orelha.

É importante ressaltar que, para a validação desse estudo de ritmo no léxico, utilizamos apenas a lista de palavras de **ritmo**, pois ela engloba também as palavras relacionadas à **música**. Ainda, a abordagem dessa nova percepção no presente artigo, que ocorreu posteriormente aos primeiros resultados obtidos com o auxílio da linguística de corpus, visa a demonstrar que, a partir de um processo de análise pragmática de escolhas intuitivas, outros processos e análises podem surgir. Pretendemos, futuramente, realizar novas análises a partir dessa segunda lista. Ainda, no que concerne à crítica da obra em estudo, podemos a partir da lista de **música** afirmar o quão musical é o léxico da obra, ainda que não seja esse o tema principal.

Definição de norma: o ritmo no léxico

Como pudemos ver, a partir da percepção de ritmo no léxico da leitora-tradutora, analisamos palavras selecionadas e chegamos à conclusão, devido ao processo de investigação sistematizado e demonstrado acima, da necessidade de uma norma específica do projeto de pesquisa em questão: a da tradução visando à manutenção do ritmo no léxico. Para tanto, como já dito anteriormente, baseamo-nos em duas estratégias de tradução, classificadas por Aubert (1998) em suas modalidades de tradução:

(1°) **Literal**⁴: Ocorre quando se observam: (i) o mesmo número de palavras, (ii) na mesma ordem sintática, (iii) empregando as mesmas categorias gramaticais e (iv) contendo as opções lexicais que podem ser tidas como sinônimos interlinguais.

(2°) **Modulação**: Modalidade mais rica e complexa. Solução que resulta em uma alteração perceptível na estrutura semântica de superfície, embora retenha o mesmo efeito geral de sentido denotativo no contexto analisado. É onde se expressa a cultura linguística, o modo de dizer, os idiomatismos.

Apresentamos em seguida um exemplo de cada uma dessas estratégias classificadas por modalidades:

1 – Tradução literal

Original

« (...) La lune n'était pas au rendez-vous. Mais qu'importait ! Sugar et Omar-Jo **jouaient et dansaient**, pour toutes les obscurités du monde et pour toutes ses clartés. (...) » (p. 155)

Tradução

« (...) A lua não estava lá. Mas não importava! Sugar e Omar-Jo **tocavam e dançavam**, diante de todos os esquecimentos do mundo e de todas as lembranças (...) »

2 – Modulação

Original

« (...) Sa longue colonne vertébrale se voûtait, ses doigts effilés **pianotaient**, inutilement, dans l'air ; (...) » (p. 33)

Tradução

“(...) A coluna vertebral alongada se arqueava; os dedos longos e finos **tamborilavam**, inutilmente, no ar (...)”

No exemplo 1, *jouaient et dansaient* são traduzidos literalmente como **tocavam e dançavam**. No exemplo 2, *pianotaient* remete a ‘piano’ em francês. Seria traduzido como ‘dedilhar’, mas optamos pela modulação ‘tamborilar’, que mantém a ideia de instrumento musical na língua portuguesa, uma vez que remete a ‘tambor’.

Temos, assim, duas normas estabelecidas: (1) a tradução do ritmo, conforme Meschonnic, como norma inicial, e (2) a tradução do ritmo no léxico, considerando a lista de palavras voltada à lexia **ritmo** estabelecida. É importante dizer que a adoção de tais modalidades só foi possível devido à proximidade linguística entre francês e português, conforme apontam Aubert e Zavaglia:

⁴ Aubert também denomina essa modalidade de **tradução palavra-por-palavra** (1998).

[...] O francês [...] apresenta em sua morfossintaxe algumas diferenças claras em relação ao português brasileiro, em particular a conjugação verbal, o partitivo [...], a formatação do negativo [...]. No entanto, a estrutura padrão do sintagma nominal aproxima o português brasileiro do francês [...] (AUBERT, ZAVAGLIA, 2003, p. 180).

A fim de possibilitar uma comparação apenas representativa da importância dessa segunda norma, disponibilizamos a seguir uma tabela dividida em quatro colunas, a primeira contendo um trecho do original e as demais, traduções desse trecho:

(1) Original	(2) Tradução sem respeitar as normas	(3) Tradução respeitando apenas a norma inicial	(4) Tradução respeitando ambas as normas
Même Maxime se surprit, un soir, à califourchon sur le cheval bai-cerise, tandis qu’Omar-Jo <u>battait la mesure en marchant tout autour.</u>	Até Maxime se surpreendeu, numa noite, montado sobre o cavalo baio cereja, enquanto Omar-Jo <u>controlava o tempo caminhando ao redor.</u>	Até Maxime se surpreendeu, numa noite, montado sobre o cavalo baio cereja, enquanto Omar-Jo <u>marcava o tempo e caminhava em volta atento.</u>	Até Maxime se surpreendeu, numa noite, montado sobre o cavalo baio cereja, enquanto Omar-Jo <u>marcava o compasso dando passos ao redor.</u>

Obs.: Os exemplos são apenas ilustrativos de algumas traduções possíveis.

Fonte: Elaboração própria

Na coluna nº 1 observa-se um trecho do original, extraído da página 44 do livro. O trecho sublinhado é ritmado, conforme a norma inicial e a norma específica. Na coluna nº 2 temos uma tradução do original que não respeita as normas aqui propostas. Na coluna nº 3 o exemplo de trecho traduzido visa a manter apenas a norma inicial, que leva à adoção de uma outra estratégia, classificada no modelo das modalidades da tradução como **acréscimo**. A palavra ‘atento’ foi adicionada para rimar com ‘tempo’ e manter, assim, o ritmo; enquanto no original o ritmo é principalmente o movimento da palavra e o princípio fonético aparece muito levemente em “tout autour”, optamos por esta segunda concepção na tradução. Já na coluna nº 4 a tradução, no trecho sublinhado, respeita ambas as normas. Há o ritmo como movimento da palavra – “marcava o compasso dando passos ao redor” que mantém o ritmo de “battait la mesure en marchant tout autour” – e também no léxico, já que *measure* equivale a **compasso**. Ainda, **compasso** e **passos** recuperam o levemente marcado “tout autour”, essencial para o ritmo no original. A palavra **tempo** (colunas 2 e 3) é ligada a **ritmo** e a **música**, mas é mais genérica do que **compasso**. A locução *battre la mesure*, em francês, refere-se a **marcar o compasso** em português. **Tempo** foi usada nas colunas 2 e 3 pois, geralmente, na língua portuguesa utilizamos mais a expressão ‘marcar o tempo’ do que ‘marcar o compasso’ – a primeira é mais genérica, a segunda é mais específica, remetendo também a **dança**.

Considerações finais

A análise sistematizada com o uso da ferramenta de linguística de corpus AntConc, visando à elaboração de normas para o projeto em questão, simplificou o processo tradutório, além de fornecer um caminho seguro para o resultado pretendido. Convém apontar que fazer escolhas é inerente à atividade tradutória e fundamental para o desenvolvimento de qualquer projeto de tradução, que considere ou não a teoria. No caso demonstrado, a prática se baseia na teoria para ser validada; ainda, conforme mostrado, a sistematização de uma escolha que partiu de uma percepção durante a prática foi facilitada com o auxílio da tecnologia, o que possibilitou o aperfeiçoamento da segunda

norma acima apontada. Ressaltamos que as normas, não absolutas, exercem a função de guias e dependem de cada indivíduo-tradutor para serem estabelecidas: de seu aparato cognitivo (cf. TOURY, 1995) e de seus objetivos.

Mostrou-se que no original o léxico, segundo interpretação da tradutora, foi propositalmente selecionado pela autora do original, que buscou usar palavras relacionadas a **ritmo** e a **música**. Outro ponto que constata tal entendimento não tratado anteriormente é a relação da autora com a música: ela é mãe de Louis Chedid, cantor renomado na França com mais de 40 anos de carreira, e avô dos cantores Anna, Joseph e Mathieu Chedid. Foi ela quem compôs uma das músicas mais conhecidas deste último, artisticamente conhecido como M – a canção *Je dis aime*. Ainda, por meio dessa norma, fica mais do que evidente a importância lexical sonora para a obra, que tem um carrossel como pano de fundo, um trovador – o avô do personagem principal – e dois músicos como personagens secundários.

Ressaltamos ainda que as listas de palavras (**ritmo** e **música**) aqui citadas não são definitivas, uma vez que durante a realização da tradução provavelmente encontraremos novas palavras a serem a elas adicionadas.

Como cada processo desencadeia novas perguntas e possibilidades, poderemos, talvez, dar continuidade a esse estudo em outros contextos.

REFERÊNCIAS

ANTCONC 3.4.1w, desenvolvido por Anthony Laurence. Disponível em <<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>>.

AUBERT, F. H. Modalidades de tradução: teoria e resultados. **TradTerm**, v. 5, p. 99-128, 1998.

AUBERT, F. H.; ZAVAGLIA, A. Reflexos e refrações da alteridade na literatura brasileira traduzida (1) – As versões de Sagarana para o francês e para o norueguês. **Trad Term**, v. 9, p. 173-188, 2003.

CHEDID, A. **L'enfant multiple**. Paris: Flammarion, 1989.

_____. **Le Message**. Paris: Flammarion, 2007.

DESSONS, G.; MESCHONNIC, H. **Traité du rythme – des vers et des proses**. Paris: Dunod, 1998.

FENOGLIO, I. Écrire ce n'est pas non-vivre, c'est plus (+) vivre – Entretien avec Irène Fenoglio – Andrée Chedid. **Genesis**, n. 21. Paris: Éditions Jean Michel Place, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coordenação de Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. (Edição eletrônica).

PAZ, O. **Tradução: literatura e literalidade**. Tradução de Doralice Alves de Queiroz. Cadernos Viva Voz. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

TOURY, G. **The nature and role of norms in translation in Descriptive Translation Studies – and beyond**. v. 4. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Pub. Co., 1995.

TERMINOLOGIA DO DOMÍNIO DOS PASSAPORTES: ESTUDO DOS DOMÍNIOS DE ORIGEM E ORGANIZAÇÃO MORFOSSINTÁTICA E LEXICOSSEMÂNTICA DOS TERMOS

Milena de Paula MOLINARI
Lidia Almeida BARROS

Introdução

Um passaporte é um documento pessoal de identidade que protege legalmente seu portador no exterior e permite que esse circule em países com os quais seu país de origem mantém relações diplomáticas.

Os passaportes têm um formato padronizado, começam com uma capa que identifica o país emissor, depois uma página nomeando o país, em seguida páginas com informações sobre o portador e, por fim, páginas em branco destinadas a vistos ou carimbos de entrada e saída nos países aos quais o titular do documento viaja. Cada passaporte tem um número, designado pela autoridade emissora, e que serve para identificá-lo.

Os problemas de imigração ilegal, terrorismo, tráfico de drogas e outros têm feito com que os países se preocupem em controlar do modo mais eficaz possível a entrada e saída de pessoas estrangeiras. Assim, a legislação que regulamenta a emissão, circulação, validade e legalidade dos passaportes tem sido revista e atualizada em todos os países. O Brasil não foge à regra e há poucos anos mudou o formato de seus passaportes, que agora são emitidos com técnicas que permitem mais precisão na identificação e localização de seus portadores.

Estudar a terminologia desse tipo de documento e elaborar um glossário dos termos neles encontrados é de importância social, visto que pode colaborar para uma melhor comunicação na área.

Com o intuito de dar uma contribuição aos estudos desse domínio, procedemos a uma pesquisa sobre o perfil linguístico e sociolinguístico da terminologia dos passaportes brasileiros e franceses no âmbito do projeto *LexTraJu – O léxico para a tradução juramentada*, coordenado pela Profa. Dra. Lidia Almeida Barros na UNESP de São José do Rio Preto.

Neste trabalho, apresentamos alguns resultados obtidos em nossa investigação científica, expondo as características desse conjunto terminológico do ponto de vista do domínio de origem dos termos e da organização morfossintática e lexicossemântica dessas unidades terminológicas em português.

Para se compreender a terminologia dos passaportes é importante, antes de se proceder a uma pesquisa linguística, conhecer as principais características desse tipo de documento e as leis que os regem. Sendo assim, nos itens “Origem dos passaportes” e “Os passaportes no Brasil” deste artigo exporemos algumas informações sobre essas questões. O desenvolvimento de nossa pesquisa se dá no campo da Terminologia e se baseia nos pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999), por esse motivo, no item “Terminologia” deste trabalho apresentamos os principais conceitos que embasaram nossa investigação. A metodologia utilizada para o levantamento dos dados se encontra no item seguinte e os principais resultados de nossa investigação sobre os domínios de origem e a organização morfossintática e lexicossemântica dos termos são apresentados no último item, “Domínios de origem e organização morfossintática e lexicossemântica da terminologia dos passaportes brasileiros”.

Origem dos passaportes

Acredita-se que o passaporte tenha sido criado por volta de 450 a.C. pelo rei Artaxerxes da Pérsia antiga com o intuito de proteger Neemias, um oficial que o servia. Neemias pediu permissão para ir a Judá, o rei concordou e deu uma carta destinada “aos governantes da província do outro lado do rio”, pedindo que fosse garantida a segurança ao oficial, enquanto estivesse fora do seu país de origem (REVISTA TURISMO, 2012).

Outros acreditam que o termo surgiu na Idade Média, quando documentos eram emitidos pelas autoridades pedindo autorização para seus protegidos passarem pelos portões das cidades. Normalmente, esses documentos possuíam uma lista de cidades nas quais seus portadores poderiam entrar.

Depois das Guerras Mundiais, no século XX, a Liga das Nações e, posteriormente, a ONU juntamente com OACI (Organismo Internacional regulador da Aviação Civil) fizeram um guia para padronizar o formato e as características dos passaportes. Esses guias foram os responsáveis pelo formato atual desse documento.

Os passaportes no Brasil

O passaporte é um documento de identidade de uso obrigatório em países que não o de origem do portador e tem como função identificar o seu legítimo detentor e o país ao qual ele pertence: “Art. 2º Passaporte é o documento de identificação, de propriedade da União, exigível de todos os que pretendam realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais”. (BRASIL, 2006). O parágrafo único desse artigo acrescenta que “o passaporte é documento pessoal e intransferível” (BRASIL, 2006).

No Brasil, a solicitação de passaportes só pode ser feita em unidades da Polícia Federal, embora o agendamento para a entrevista nessas unidades possa ser feito pelo *site* desse órgão na seção “Serviços à comunidade” (POLÍCIA FEDERAL, 2013). Os passaportes que forem expedidos e não retirados no prazo de noventa dias serão cancelados. O passaporte no qual houver emendas ou rasuras ou não houver a assinatura na forma disciplinada pelo órgão concedente não terá validade. É dever do titular avisar imediatamente a autoridade expedidora se seu passaporte for roubado, extraviado, perdido ou adulterado (BRASIL, 2006).

Segundo o Decreto nº 5978 (2006), os documentos necessários para se obter um passaporte são:

- 1 – Comprovante bancário de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU);
- 2 – Cadastro da pessoa física (CPF) do requerente (em caso de menores de 18 anos deve ser apresentado o CPF dos pais ou responsáveis);
- 3 – Documento de identidade (em caso de menores de 12 anos deve ser apresentada a Certidão de Nascimento);
- 4 – Deve ser apresentada também a Certidão de Casamento se houver;
- 5 – Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição (obrigatório para maiores de 18 anos);
- 6 – Em caso de homens, o documento que comprove a quitação com o serviço militar;
- 7 – Certificado de Naturalização, se necessário;
- 8 – Passaporte anterior, se houver;
- 9 – Por fim, autorização dos pais para a retirada do passaporte no caso de menores de idade. (BRASIL, 2006)

Outras orientações são fornecidas por esse mesmo *site*, que pode ser acessado pelo endereço <<http://www.dpf.gov.br/>> (POLÍCIA FEDERAL, 2013).

Novas técnicas foram desenvolvidas por alguns países na tentativa de introduzir nos passaportes informações biométricas, com a intenção de melhorar a segurança de identificação do titular e evitar o tráfico de passaportes. Os EUA não seguiram em frente com essa técnica devido a resultados insatisfatórios em testes realizados. Mesmo assim, em 2007 começaram a inserir *chips* biométricos nos passaportes.

O Decreto brasileiro nº 1983 de 14 de agosto de 1996 foi criado com o intuito de modernizar, agilizar, aprimorar e aumentar a segurança da fiscalização do tráfego internacional. O Decreto consiste basicamente na padronização do passaporte brasileiro, para que haja maior segurança e rapidez no atendimento do fluxo de passageiros do tráfego internacional:

Art. 2º O Programa a que refere o artigo anterior consiste, especialmente, em:
I – padronizar os requisitos básicos para a criação do passaporte de leitura mecânica, visando à agilização da fiscalização do tráfego internacional;
II – uniformizar o passaporte, dotando-o de padrões de segurança;
III – facilitar e agilizar o atendimento do fluxo de passageiros do tráfego internacional.
(BRASIL, 1996).

No Brasil há uma grande diversidade racial e, por isso, o passaporte brasileiro é alvo no mercado da ilegalidade. Por esse motivo, o passaporte brasileiro possui agora 16 novos itens de segurança, que dificultam a falsificação (REVISTA TURISMO, 2012).

O passaporte comum passou, em 2006, a ter a cor azul, de acordo com o padrão do Mercosul. Além disso, o passaporte oficial de serviço passou a ser verde; o diplomático, vermelho; o *laissez-passer*, para cidadãos de países que não têm relações diplomáticas com o Brasil, marrom; para os estrangeiros refugiados, sem nacionalidade ou asilados no Brasil, amarelo; e o passaporte de emergência, azul-celeste.

De acordo com o Decreto nº 5978 (2006) existem diferentes tipos de passaportes, entre eles o **passaporte comum**, que é usado pela maior parte dos cidadãos em viagens regulares. O **passaporte diplomático** é usado pelo corpo diplomático do país e oferece uma série de privilégios ao seu portador no país onde este se encontra a trabalho. Os **passaportes de serviço** são usados pela parte técnica e administrativa em missão diplomática, como uma embaixada ou consulado. O **passaporte oficial**, emitido a alguns de seus servidores civis, para viagens com propósitos oficiais. O **passaporte coletivo** pode ser emitido a um grupo, como, por exemplo, todas as crianças de uma escola.

As principais razões para a mudança dos passaportes brasileiros foram a necessidade de se adequar às normas internacionais estabelecidas pela ICAO/ONU e tornar o documento de viagem mais seguro, propiciando, assim, maior credibilidade internacional ao cidadão brasileiro, além de modernizar todo o sistema de controle do tráfego internacional no país.

Os passaportes emitidos depois de 2010 possuem um *chip* eletrônico, o que os torna mais seguros. Essa nova tecnologia tem alto custo para a Polícia Federal e, conseqüentemente, a taxa de emissão foi elevada nos últimos anos. Observando esses passaportes tirados depois de 2010, percebe-se o desenho de um *chip* na capa.

Terminologia

Nosso objeto específico de estudos é a **terminologia** dos passaportes e da legislação que rege esses documentos. A terminologia, grafada com **t** minúsculo, designa o conjunto de termos de uma área de especialidade. Esse termo se distingue de Terminologia grafada com **T** maiúsculo, que se refere ao campo de estudo, isto é a disciplina científica que estuda os termos das áreas de especialidade. O campo de estudos da Terminologia são as **línguas (ou linguagens) de especialidade**. Pavel e Nolet (2003, p. 124) as definem como “sistema de comunicação oral ou escrita usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”.

Às unidades lexicais que compõem as terminologias chamamos **termos**. O **termo** é a unidade padrão da Terminologia, definido também como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (ISO 1087, 1990, p. 5). Ele também é chamado de **unidade terminológica**.

Os termos são unidades linguísticas e podem ser classificados, no que diz respeito à sua organização morfosintática e lexicosseântica, como **termos simples, complexos e compostos**. Segundo Barros (2007, p. 21), os **termos simples** são constituídos de um só lexema. **Termos complexos** (também chamados de **termos sintagmáticos ou sintagmas terminológicos**) são constituídos “de dois ou mais lexemas aos quais podem se acrescentar outros elementos morfosintáticos” (BARROS, 2007, p. 22). **Termos compostos** são unidades lexicais formadas por dois ou mais lexemas e distinguem-se dos complexos pela presença do hífen (BARROS, 2007, p. 23).

Os termos podem se apresentar sob várias expressões, como as **formas braquigráficas**, os **estrangeirismos**, os **epônimos**, as **formas em latim**, as **nomenclaturas** e as **unidades mistas**. As unidades linguísticas braquigráficas,

notadamente as siglas e acrônimos, têm como objetivo tornar mais rápida a comunicação, visto que são formas concisas. Os **estrangeirismos** estão relacionados aos termos oriundos de línguas estrangeiras. Os **epônimos**, que são termos formados em parte por um nome próprio, são formas muito presentes em algumas áreas de especialidade, como a Medicina, por exemplo. Segundo Barros (2007, p. 33), as **formas em latim** e as **nomenclaturas** são usadas nas áreas de Zoologia e Botânica, pois adotam regras precisas de criação dos nomes científicos dos animais e plantas. Nas diferentes linguagens de especialidade encontram-se ainda as **unidades mistas**, formadas por uma combinação de unidades ideográficas, unidades linguísticas em português, em língua estrangeira e por unidades léxicas expandidas ou abreviadas.

Em nossa pesquisa, adotamos os princípios teóricos e metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizada por Maria Teresa Cabré (1999). Essa perspectiva científica entende o termo como uma unidade lexical que assume o estatuto de termo quando usada em um contexto de especialidade. Essa corrente teórica propõe que uma mesma forma lexical possa designar vários conceitos (termos polissêmicos) ou, então, mais de uma expressão para designar um mesmo conceito (variantes, sinônimos ou homônimos).

Em nossa pesquisa constituímos um *corpus textual* composto de passaportes brasileiros e da legislação que rege esse tipo de documento, do qual foram levantados os termos e os dados sobre eles. *Corpus textual* é aqui entendido como um “conjunto de textos selecionados que serve de base a uma análise terminológica” (PAVEL; NOLET, 2003, p. 119). Para a identificação dos termos próprios dessa área, levaremos em consideração a relevância semântica, ou seja, a importância do termo ao campo de estudos, independente da sua frequência no *corpus*.

A Terminologia estabeleceu critérios para a identificação e delimitação dos termos sintagmáticos, baseados no grau de lexicalização dos sintagmas. Os principais critérios indicados por Barros (2007, p. 42-50) e adotados em nossa pesquisa são:

- **Designação de um conceito de área de especialidade:** se a unidade lexical designar um conceito particular da área de especialidade em questão, então esta pode ser um termo.
- **Não-separabilidade dos componentes:** se ao separar os componentes, o significado original dessa unidade for modificado, concluímos que não pode haver essa separação.
- **Existência de uma definição:** se já houver em um dicionário especializado uma definição da unidade lexical, essa provavelmente será um termo.
- **Compatibilidade sistêmica:** conjunto de termos que designam conceitos relativos a elementos de um mesmo campo conceptual. Por **campo conceptual** entendemos um “conjunto de conceitos que estão ligados entre si e que podem ser agrupados em torno de um conceito-chave” (ISO 1087, 1990, p. 4).
- **Substituição sinonímica:** substituir um sintagma lexical por um termo simples ajuda na identificação dos termos.
- **Maneabilidade:** facilidade de uso do termo em textos especializados.
- **Imprevisibilidade semântica:** neste caso o interpretante pode conhecer o sentido separadamente de cada palavra do sintagma, sem conhecer o sentido particular do termo sintagmático.
- **Coocorrências:** o fato de aparecer sempre a mesma associação de palavras em um texto, indica a possibilidade de ser um termo.
- **O uso e frequência de uso:** a frequência de uso é relevante para a identificação de uma unidade terminológica, pois, se houver estabilidade da relação entre unidade lexical e conceito especializado, essa pode ser um termo.
- É importante ressaltar que, em muitas situações, a utilização de apenas um desses critérios não é suficiente e, para a identificação do termo, é necessário que se use mais de um dos critérios apresentados.

Metodologia

Para o levantamento do conjunto de termos do domínio dos passaportes no Brasil utilizamos um *corpus* composto dos documentos legais que regem a emissão de passaportes e de vistos, além de passaportes individuais gentilmente cedidos por amigos e familiares.

Esse *corpus* foi armazenado no *Hyperbase*, um programa informático de tratamento de dados textuais e lexicais. Recorremos fundamentalmente à ferramenta chamada *Concordance* para solicitar a lista de concordâncias (lista de todas as palavras do *corpus* centralizadas (nódulos) e em ordem alfabética, com seus co-textos, isto é, textos ao redor dos candidatos a termos).

Procedemos ao levantamento das unidades lexicais de base substantival (e somente essas) que designam conceitos fundamentais à área, independentemente de sua frequência de uso.

Para a verificação do estatuto de termo de cada unidade terminológica levantada, consultamos dicionários jurídicos e de áreas afins para verificar se esses termos se encontram dicionarizados e se sua definição coincide com o conceito que pudemos depreender dos contextos de uso. Outro critério utilizado para esse fim consistiu em observar se os termos levantados são empregados na legislação relativa ao domínio dos passaportes no Brasil.

Uma vez determinado o conjunto terminológico a ser estudado, esses foram registrados na plataforma *E-terms*, utilizada pelo projeto *LexTraJu*. Essa plataforma “é um ambiente computacional colaborativo *web* de acesso livre e gratuito dedicado à gestão terminológica. Seu principal objetivo é viabilizar a criação de produtos terminológicos [...]” (OLIVEIRA, 2014), que se encontra disponível na página <<https://www.eterms.cnptia.embrapa.br/>>.

Para cada termo foi criada uma ficha terminológica composta dos seguintes campos: termo, gênero, definição, contexto de uso, variantes, domínio de origem, organização morfossintática e lexicossemântica e observações sobre o termo. Nessas fichas foram registrados todos os dados terminológicos acerca de cada unidade terminológica levantada em nossa pesquisa.

A identificação do domínio de origem dos termos se deu por meio da consulta a dicionários especializados. Foram escolhidos dicionários que possuíam, na microestrutura de seus verbetes, uma rubrica informando o domínio específico em que o termo estudado é empregado.

Domínios de origem e organização morfossintática e lexicossemântica da terminologia dos passaportes brasileiros

Nossa investigação identificou 158 termos empregados no *corpus* analisado e observamos que esses provêm de 29 domínios, como podemos verificar na Tabela 1 a seguir:

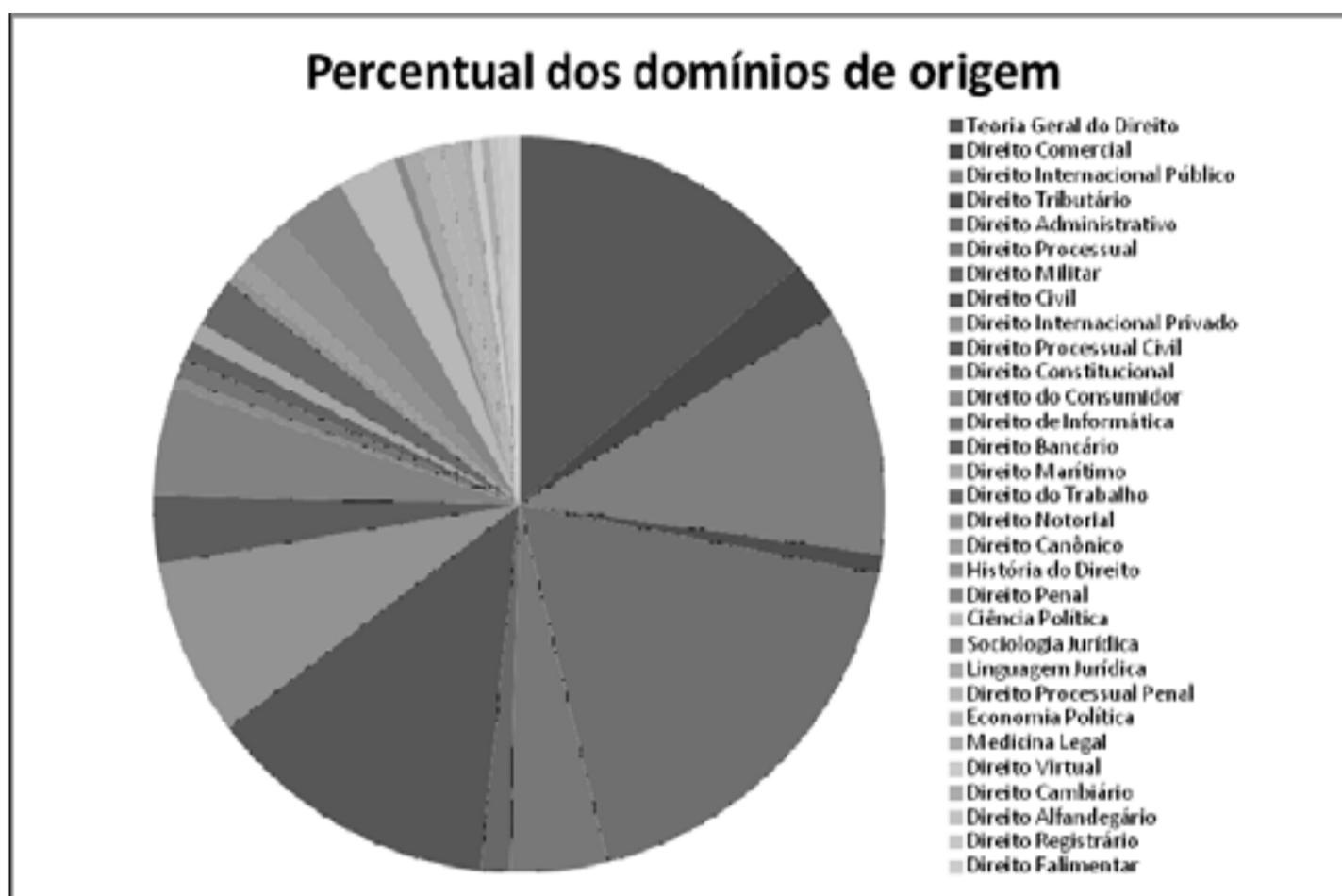
Tabela 1 – Classificação dos termos em domínios de origem

Domínios de origem	Quantidade de termos
1. Direito Administrativo	42 termos
2. Teoria Geral do Direito	32 termos
3. Direito Civil	30 termos
4. Direito Internacional Público	25 termos
5. Direito Internacional Privado	18 termos
6. Direito Constitucional	11 termos
7. Direito Processual	10 termos
8. Direito Comercial	6 termos
9. Ciência Política	6 termos
10. História do Direito	5 termos
11. Direito do Trabalho	5 termos
12. Direito Militar	3 termos
13. Linguagem Jurídica	2 termos
14. Economia Política	2 termos
15. Direito Tributário	2 termos
16. Direito Processual Penal	2 termos
17. Direito Marítimo	2 termos
18. Direito de Informática	2 termos
19. Direito Canônico	2 termos
20. Direito Bancário	2 termos
21. Sociologia Jurídica	1 termo
22. Medicina Legal	1 termo
23. Direito Virtual	1 termo
24. Direito Registrário	1 termo
25. Direito Notarial	1 termo
26. Direito Falimentar	1 termo
27. Direito do Consumidor	1 termo
28. Direito Cambiário	1 termo
29. Direito Alfandegário	1 termo
TOTAL	218

Fonte: Elaboração própria

Do ponto de vista percentual, os dados se apresentam da seguinte forma:

Gráfico 1 – Percentual de domínios de origem dos termos encontrados



Fonte: Elaboração própria

Cumpramos ressaltar que a somatória dos termos da Tabela 1, sobre os domínios de origem, leva a 218 termos, o que difere dos 158 estudados. Essa diferença se explica pelo fato de que 60 termos são utilizados em mais de um domínio. Assim, duas bases numéricas servirão às nossas análises: para os domínios de origem, valem os 218 que constam da Tabela 1; para o estudo da organização morfossintática e lexicossemântica, valem os 158 termos estudados.

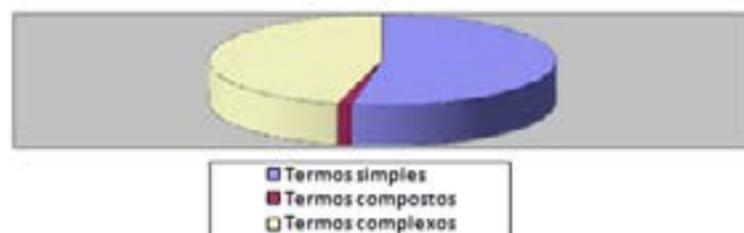
Como podemos observar pelos dados da tabela e do gráfico, excetuando-se os termos provenientes das Ciências Políticas (6), da Economia Política (2) e da Medicina Legal (1), no total de 9 termos (4,12%), as demais unidades terminológicas estudadas provêm do domínio do Direito. Essa realidade não é surpreendente, visto que o passaporte é um documento oficial de ordem jurídica.

Predominam termos dos domínios específicos do Direito Administrativo (42), Teoria Geral do Direito (32), Direito Civil (30), Direito Internacional Público (25), Direito Internacional Privado (18), Direito Constitucional (11) e Direito Processual (10). Percentualmente esses correspondem a 77,83% dos termos levantados. Alguns dos termos se enquadram em mais de um domínio.

Os *hapax legomena*, isto é, os termos que ocorreram apenas uma vez em nosso *corpus* foram levados em consideração em nossa pesquisa devido à importância, no domínio dos passaportes brasileiros, dos conceitos que designam.

No que tange à organização morfossintática e lexicossemântica dos termos dos domínios dos passaportes, encontramos em nosso *corpus* um número maior de termos de estrutura simples, ou seja, aqueles formados por apenas um lexema, num total de 83 termos. Os termos complexos, formados por mais de um lexema, totalizaram 72 termos. Os termos compostos, formados por mais de um lexema ligados por hífen, ocorreram em apenas 2 casos. Podemos visualizar melhor esses dados, apresentando-os no gráfico a seguir, em forma de percentuais:

Gráfico 2 – Percentual de termos simples, complexos e compostos do conjunto total de termos



Fonte: Elaboração própria

Lembramos que os cálculos aqui se baseiam nos 158 termos estudados. Percentualmente ocorrem 53% de termos simples, 45% de termos complexos e 2% de termos compostos. Predominam, portanto, os termos simples, com pequena margem de diferença dos termos complexos, e pequeníssima porcentagem de termos compostos.

Verificamos que, dentre os termos simples da terminologia dos passaportes brasileiros analisada em nossa pesquisa, algumas unidades terminológicas são formadas com base no mesmo radical, originando novos termos simples. Vejamos alguns exemplos de termos formados por esse processo:

Anexo, anexado;
Cônsul, consulado;
Domicílio, domiciliado;
Mandato, mandatário;
Requisição, requerente.

A maior parte dos termos simples não apresenta relação morfossintática e lexicossemântica com os outros termos do mesmo domínio. Listamos alguns deles a título de exemplo: **acionista, acordo, audiência, beneficiário, clandestino, convenção, corregedor, deportação, diligência, diplomata, filiação, infração, inquérito, nulidade, passageiro, passaporte**, entre outros.

Alguns dos termos simples originam termos complexos, ou seja, servem de base para a formação de unidades terminológicas complexas. Vejamos alguns exemplos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Termos simples como base de termos complexos

Termos simples	Termos complexos
Convenção	Convenção de aviação civil internacional
Passaporte	Passaporte comum; passaporte de emergência; passaporte de serviço; passaporte diplomático; passaporte oficial, passaporte para estrangeiro.
Repartição	Repartição consular; repartição expedidora.
Visto	Visto de turista; visto diplomático; visto oficial; visto permanente; visto temporário.

Fonte: Elaboração própria

Apesar desses exemplos, poucos são os termos complexos formados com base em termos simples que designam conceitos importantes no domínio dos passaportes brasileiros.

O conjunto de termos complexos apresenta algumas unidades que são formadas com base em um mesmo núcleo substantival, como os mencionados no Quadro 1, porém a grande maioria dos termos possui base diferente, tal como **carteira de matrícula consular, certificado de membro de tripulação de transporte aéreo, departamento federal de justiça, impressão digital** e outros, não gerando, portanto, famílias de termos e designando conceitos completamente autônomos.

Conclusão

Analisando as unidades terminológicas utilizadas no domínio dos passaportes brasileiros, nossa pesquisa verificou que, do ponto de vista dos domínios de origem desses termos, a maior parte deles advém do domínio do Direito e designam conceitos próprios de subáreas jurídicas.

Essa constatação se coaduna com o fato de o passaporte ser um documento de identificação de um cidadão e ser regido por uma legislação própria. A emissão desse documento oficial de ordem jurídica se dá segundo os preceitos determinados pelo Ministério da Justiça e são emitidos e controlados pela Polícia Federal.

No que concerne à organização morfossintática e lexicossemântica dos termos desse domínio, verificamos que nos passaportes brasileiros e na legislação relativa ao domínio ocorrem mais termos simples e complexos, no total de 98%, predominando levemente os termos simples. Raros são os casos de termos compostos (2%).

O conjunto de termos simples é formado por termos diferentes que possuem como base o mesmo radical, por termos diferentes com base em radicais diferentes e por termos que servem de base para a formação de termos complexos.

Os termos de estrutura complexa são formados por um núcleo substantival e um especificador simples (apenas um adjetivo) ou locucional. Poucos possuem como base um termo simples empregado no domínio dos passaportes brasileiros. A grande maioria possui como base um termo que não consta como termo simples em nosso levantamento, o que demonstra grande variedade de conceitos designados pelo conjunto de termos do domínio estudado.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. A. **Conhecimentos de Terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto: NovaGraf, 2007.

_____. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 1983, de 14 de agosto de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1983.htm>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5978, de 4 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5978.htm>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CABRÉ, M. T. **La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Barcelona: IULA, 1999.

OLIVEIRA, L. H. M. de. **E-termos. Ambiente Colaborativo Web de Gestão Terminológica**. Disponível em: <<https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. **Terminologie – Vocabulaire**. Genebra. ISO, 1990 (Norme Internationale ISO 1087, 1990).

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Gatineau, Quebec, 2003. Disponível em: <www.translationbureau.gc.ca>. Acesso em: 1 set. 2003.

POLÍCIA FEDERAL. **Departamento de Polícia Federal**. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

REVISTATURISMO. **Novo passaporte brasileiro**. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com/materiasespeciais/novopassaporte.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

RELAÇÕES LÉXICO-GRAMATICAS NA CONSTITUIÇÃO DOS PLANOS ENUNCIATIVOS

Glória Edini dos Santos GALLI

Introdução

Este trabalho tem por objetivo contribuir com alternativas que desenvolvam a capacidade discursiva dos alunos em fase inicial de produção de textos, tomando por foco a observação das relações léxico-gramaticais na constituição dos planos enunciativos. Com base em um *corpus* constituído por produções escritas (narrativas) de alunos do Ensino Fundamental II, 6º ao 9º anos, constatamos várias questões que podem prejudicar o rendimento escolar do aluno e pesar nas avaliações. Dentre elas, chamou-nos a atenção um fato recorrente, que é a confluência de planos enunciativos diferentes concorrendo em um mesmo texto, isto é, a inclusão de enunciados argumentativos/dissertativos em textos narrativos e/ou vice-versa. O *corpus* em questão constituiu-se apenas por narrativas.

Tendo contato com postulados das teorias enunciativas, e tentando entender o processo que leva o aluno a ‘subverter’ a ordem dos modelos que deve seguir, como e por que assim o faz, e se essa ‘subversão’ compromete a sua produção textual, orientamo-nos, mais precisamente, pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, a TOPE, criada pelo linguista francês, Antoine Culioli (1976, 1985, 1990, 1999a, 1999b) e em autores e pesquisadores, seguidores dessa teoria.–

Por ser uma teoria que insere o sujeito no âmago dos enunciados, decidimos usá-la como eixo teórico a fim de observar as implicações que as relações léxico-gramaticais acarretam na constituição dos planos enunciativos, e, dessa forma, entender os modos do processo de linguagem do sujeito enunciador. Acreditamos que, conhecidos esses mecanismos, o professor pode, com base nesse referencial teórico, levar o aluno ao (re)conhecimento do próprio processo de produção textual e trabalhar conscientemente no desenvolvimento da sua capacidade discursiva.

Questões preliminares

Trabalhamos com a hipótese de que o aluno ao reproduzir os modelos que lhe são oferecidos, ensaia assumir o lugar de sujeito, julgando os fatos narrados, modalizando os enunciados, e acaba por torná-los genéricos, não localizados, e assim, confundem-se planos enunciativos históricos com discursivos/argumentativos. Nesse exercício, então, a construção dos planos enunciativos ganha lugar fundamental. Estes enunciados, então ‘desconexos’, em nossas observações, foram verificados tanto nos lugares onde esse movimento é previsto, como no caso **moral da história**, à semelhança do que ocorre nas fábulas, entendidos como uma espécie de ‘tese’, quanto em enunciados inseridos no corpo do texto ou, até mesmo, no início da narrativa.

Estabelecendo o embasamento teórico para nossas investigações, e por ser uma questão ligada ao ensino, consultamos, primeiramente, as sugestões trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, sobre o ensino de língua materna.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as atividades epilinguísticas

Os PCNs (BRASIL, 1998), e edições subsequentes, ao introduzir uma proposta mais reflexiva para a Língua Portuguesa, propõem que a linguagem seja compreendida como atividade humana, histórica e social e que possa direcionar o aluno para ser um cidadão atuante na sociedade, aproximando-o das diversas esferas sociais. (BRASIL, 1998, p. 35). Com isso, privilegiou o texto como prática escolar, na sua modalidade oral e/ou escrita, igualmente privilegiando o trabalho com os diversos gêneros discursivos. Porém, constatamos que no momento de levar essas práticas para a sala de aula, o texto passa a ser o material privilegiado e o processo, em geral, tende para o uso de

modelos. Isso levou-nos a refletir sobre a maneira em que se opera a passagem entre o modelo oferecido, quando a escola trabalha com modelos prontos, os quais o aluno deve reproduzir, e a atividade por ele produzida. Assim sendo, é preciso conceber o texto como processo de construção de significação, em que se prioriza a atividade de linguagem.

A fim de correlacionar a questão com as práticas de ensino, procuramos o posicionamento de teóricos e pesquisadores em língua materna que apresentam como reflexão as atividades epilinguísticas⁷ – expressão que conquistou espaço na literatura sobre o ensino, paralelamente à difusão das práticas construtivistas. E, nesse exercício, então, a construção dos planos enunciativos ganha lugar fundamental. Isso posto, colocamo-nos como analisadores do processo de construção da significação pela leitura das marcas linguísticas colocadas nos enunciados, observando essa constituição pelo viés da TOPE.

Passamos, dessa forma, a refletir sobre a passagem entre o modelo oferecido e o texto produzido. Registramos algumas citações que expressam a preocupação de alguns autores sobre essas práticas. Abordando a questão da aprendizagem, para Franchi (2011) é preciso uma retificação contínua do anteriormente organizado. De acordo com Rezende (2008), deve haver um projeto de vida para o aluno, no qual exista um contínuo entre apropriação e criatividade, e Onofre (2007) esclarece que uma prática mal orientada pode parecer contraditória à abordagem – ora privilegia o sujeito enunciador, ora o modelo com o qual a escola trabalha.

A TOPE

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, ao compreender que o sujeito está inserido nos enunciados, compreende que a significação se processa entre operações e ajustamentos com origem nas representações mentais, materializando-se por meio de marcas linguísticas neles expressas. Para Culioli (1990; 1999b), a significação se processa por co-localizar os traços desse sujeito em uma situação. Isso é o que Culioli considera como uma sequência bem formada do ponto de vista enunciativo, caracterizada por valores referenciais localizados em um conjunto de coordenadas que inclui o sujeito, o tempo e o espaço, em uma relação intersubjetiva.

Culioli, ao definir a linguagem como uma atividade de construção da significação, entende esse processo como o resultado das relações entre as atividades epilinguísticas, linguísticas e metalinguísticas que correspondem, respectivamente, aos níveis primitivos, predicativos e enunciativos.

Quando o enunciador coloca as sequências verbais em funcionamento, ele é origem do seu dizer, e será representado numa situação de enunciação denominada **situação zero**, representada por Sit_0 , onde é designado por sujeito enunciador, S_0 . Se duas pessoas dialogam, ambas voltam à Sit_0 no momento de cada fala – esse momento chama-se **origem da enunciação**, denominado **tempo zero** e representado por T_0 . Dessa forma, toda referência tem uma origem, absoluta e ajustável e a partir dela constroem-se⁸: a origem de locução e origens dela derivada, seja por translação ou ruptura.⁹

Como vimos, para Culioli enunciado e texto são conceitos que se confundem, e nessa imbricação situa-se o conceito de linguagem. Mas, por necessitarmos de uma certa estabilidade que nos sirva de parâmetros para entender a estrutura dos tipos de textos, consultamos Benveniste (2005, 2006) e De Vogüé (1989) sobre os planos enunciativos.

7 Para Culioli, a atividade epilinguística é uma atividade linguageira, um lugar de ajustamentos diversos, porque a enunciação elabora-se em interação. Em diálogo com Normand, Culioli correlaciona a expressão ‘atividade epilinguística’ ao modo de entender a língua, resultado de mudanças lentas que não temos consciência delas. Equivale a dizer que é a faculdade do linguageiro, apropriando-se da linguagem, dá conta da atividade de linguagem. (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 110).

8 Essas coordenadas mostram a posição dos sujeitos enunciadores frente ao discurso.

9 Para Culioli (1999a, p.167) não existe sistema de referência sem origem, porém, ele acrescenta que essa origem é absoluta e ajustável. A partir dessa origem absoluta podemos construir: uma origem de locução, origens derivadas da origem absoluta seja por **translação** (conserva as propriedades da origem absoluta) seja por **ruptura** (origem *décrochée*). Essa questão tem a ver com as indicações cênicas, notícias biográficas, reportagens e narrativas históricas.

Os enunciados criam planos enunciativos

Precursor de Culioli, Benveniste (2005, 2006) ao estabelecer o conceito de enunciação ligado aos tempos verbais, diz que o locutor tem à sua disposição dois sistemas para a sua manifestação, ou seja, dois planos diferentes: o plano da história (sem marcas formais: ^{EU, TU, AQUI, AGORA}) - apenas a 3ª pessoa e o plano do discurso (é um EGO que diz: ^{EU...AQUI...AGORA} digo que.....)

De Vogüé (1989), toma os conceitos das tipologias discreto, denso e compacto dos nomes e correlaciona-as aos planos do discurso e da história criados por Benveniste, ampliando-as a um quadro mais ou menos estabilizado, onde três estruturas enunciativas correspondem a três estruturas predicativas. Esses três modos de construção das ocorrências nocionais correspondem a três tipos de enunciados: plano do discurso, plano da história e plano da constatação:

- tema/ proposição (funcionamento compacto)
- localizadores/processo (funcionamento denso)
- agente/paciente/processo/mira (funcionamento discreto)

Voltando à Culioli, essa situação, a qual chama de **zero**, é preassertada, pois não há ainda determinação de pessoa, espaço e tempo, à qual implica um **eu/aqui/agora** digo que... [...] Localizar uma ocorrência espaço-temporalmente significa situar essa ocorrência num determinado tempo (T_x), num determinado lugar (E_x). Para o autor, “*Enunciar é construir um espaço, orientar, determinar, estabelecer um quadro de valores referenciais, em resumo, um sistema de orientação*”¹⁰, o que o autor denomina de *réperage*. (CULIOLI, 1999b, p. 44, grifo do autor, tradução nossa).

Nesse eixo enunciativo, no qual se colocam em relação os Sujeitos, os Tempos e os Espaços instanciados em uma dada situação, incidem também as relações de qualificação/quantificação, modalização, agentividade/transitividade, temporalização e aspectualização, que constituem, então, o enunciado. Por exemplo:

Um modelo de análise

Pretendemos, mostrar, ainda, que sob essas possíveis modulações enunciativas, que se estabilizam nas estruturas de um lado, narrativas, e de outro, argumentativa, há um lugar invariante, que possibilita o movimento de estabilização e desestabilização das estruturas textuais. À medida que o aluno observa essas possíveis modulações, acreditamos que ele possa compreender melhor os discursos tipificados e suas subversões, naturais na atividade de linguagem.

Apresentamos, a seguir, uma produção textual de um aluno do 9º ano correspondente a uma atividade com texto do tipo narrativo.

A atividade proposta

Professor e alunos exploraram a leitura de um texto sobre uma história de amor entre dois jovens. Em seguida, o professor solicitou um texto narrativo com a seguinte proposta: «Agora é sua vez, redija uma narrativa contando a história de amor entre Pedro e Alícia.»

Título: Assim, Pedro conquistou Alícia

O texto digitalizado¹¹ Gr3. 5_ Assim, Pedro conquistou Alícia

(1) *Com pequenas atitudes, podemos declarar grandes sentimentos.* (2) Era isso que Pedro queria mostrar para Alícia que era a garota que ele amava. (3) Era o aniversário de Alícia, então (4) Pedro fez uma surpresa para ela, (5)

¹⁰ *Enoncer, c'est construire un espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs référentielles, bref, un système de repérage.*

¹¹ Os números subscritos correspondem aos enunciados que formam as diversas situações enunciativas.

fez 16 corações que era a idade que ela iria fazer. ⁽⁶⁾Esses corações levavam a um jardim, onde ⁽⁷⁾ele tinha plantado uma roseira. ⁽⁸⁾Roseira, a qual Pedro colocou o nome de Alicia. ⁽⁹⁾E assim, Pedro consquistou Alicia dando-lhe uma roseira de presente. ⁽¹⁰⁾*Porque mesmo frágeis as rosas são belas, ⁽¹¹⁾mesmo meigas são fortes. Assim como o amor deles.*

No texto acima, os deslocamentos observados ocorreram no início e no final do texto, correspondendo, respectivamente, aos enunciados (1) e (10-11), grafados em itálico. A fim de obtermos uma visão geral, traçamos um quadro, onde procuramos localizar os enunciados, instanciados pelos parâmetros de sujeito, espaço e tempo da situação representada na Sit₁, enunciado (1), o qual passamos a analisar.

Dessa forma, tomamos o enunciado (1):

(1) Com pequenas atitudes, podemos declarar grandes sentimentos.

Em (1), o enunciado confere-nos uma situação, na qual reconhecemos um sujeito enunciador (o aluno) garantindo o seu dizer, expondo-se, possivelmente, diante do que serve de tema ao seu discurso, constituindo, assim, um enunciado genérico¹², com apresentação de fatos indeterminados, compatível com a tipologia dos compactos¹³: Assim, temos:

Sit₀	S₀ Eu	T₀ Aqui	E₀ Agora	Situação origem Digo que ...
Sit₀	S₀ Eu	T₀ Aqui	E₀ Agora	Situação origem <i>Digo que ...</i>
Sit₁	S₁ = S₀ Eu = (eu) + os outros	T₁ sempre	E₁ em todo lugar	Podemos declarar grandes sentimentos <i>com pequenas atitudes</i>

Isso significa que...

Eu/nós/alguém.../ em qualquer lugar/ sempre«*podemos declarar grandes sentimentos com pequenas atitudes*»

O mecanismo de modalização/o valor modal

Não sendo possível a localização da ocorrência espaço-temporalmente, o enunciado toma uma forma genérica, típica dos julgamentos, o que não é compatível com os textos narrados, ou seja, dos planos da história.

Tal ocorrência observamos igualmente em (10-11):

⁽¹⁰⁾*Porque mesmo frágeis as rosas são belas, ⁽¹¹⁾mesmo meigas são fortes.*

- um enunciado inserido para julgamento das ações até então em sequência temporal e em jogo de causa e efeito. O aluno (sujeito enunciador) termina o texto compondo enunciados expressos nas Sit₁₀ e Sit₁₁ com localização espaço-temporalmente indeterminada:

12 Esses deslocamentos referem-se ao momento em que o aluno, na construção dos enunciados, passa de um tipo de plano enunciativo para outro. Nesta pesquisa, significa passar do narrativo para o argumentativo/dissertativo.

13 Explicando o mecanismo de determinação/indeterminação linguística, segundo Culioli (1999, p. 40), as ponderações Qnt/Qlt são responsáveis para captar as delimitações espaço-temporais de ocorrências das noções nos enunciados. Essas operações geram as noções de determinação/indeterminação dos fatos diferenciando três operações fundamentais, ou seja, três possibilidades de correspondência entre a ocorrência e a noção: os discretos, os densos e os compactos.

- A tipologia dos discretos funciona quando a noção trazida pela ocorrência pode ser determinada, localizada, numeralizada. A ocorrência traz quantitativamente uma qualidade. Os nomes trazidos por essa tipologia trazem intrinsecamente uma noção.

- A tipologia dos densos funciona nos enunciados quando a noção, embora indeterminada, pode ser localizada espaço-temporalmente. Isso torna os fatos determinados somente pela delimitação espaço-temporal.

- E a tipologia dos compactos, quando não é possível localizar uma ocorrência da noção espaço-temporalmente, a não ser por meio de um suporte que a ancore. Essa é a tipologia dos fatos indeterminados.

Retorno ao plano enunciativo do discurso – Enunciados (10-11)

Fim do plano enunciativo da história (texto narrativo)// Retorno ao plano enunciativo do discurso				
Sit₁₀	A s rosas	T₁₀ (sempre) indeterminado	E ₁₀ (em qualquer lugar) (indeterminado)	(ainda que frágeis) são belas e (ainda que meigas) são fortes.
Sit₁₁	O amor deles	T₁₁ (sempre) indeterminado	E ₁₁ (em qualquer lugar) (indeterminado)	é como as rosas (ainda que frágeis) são belas e (ainda que meigas) são fortes.

Em (1): ⁽¹⁾ *Com pequenas atitudes, podemos declarar grandes sentimentos.*» temos dois comentários:

Ao mesmo tempo em que o sujeito enunciador mostra a possibilidade de «declarar grandes sentimentos», expressa igualmente o aspecto, o modo dessa possibilidade «com pequenas atitudes». Esse sujeito faz um chamada para o comportamento das pessoas – faz uso de uma modalidade do tipo epistêmico, segundo Culioli (1976), com valor de verdade, da probabilidade, da possibilidade. Traz também um caráter injuntivo, além de um valor deôntico.

Por conter um valor indeterminado, afirmamos que o enunciado é compatível com um plano enunciativo do discurso, o que condiz com o tipo de texto dissertativo/argumentativo, conforme nomenclatura nas atividades escolares com as quais estamos envolvidos. Constatamos que enunciados compostos pelo verbo SER + adjetivos compõem noções do funcionamento **compacto**, por isso não localizáveis pelos parâmetros de espaço e tempo. Porém, as qualidades dessas noções foram localizadas pelo sujeito, servindo de âncora para localizar as qualidades das noções que não puderam ser localizadas, os enunciados podem ser quantificados. Vimos que o funcionamento compacto é compatível com o plano enunciativo do discurso, então, com textos **argumentativos/dissertativos**.

O engajamento do sujeito enunciador – modalizações:

Retomamos os enunciados (10 - 11):

⁽¹⁰⁾ «*Porque mesmo frágeis as rosas são belas, ⁽¹¹⁾ mesmo meigas são fortes. Assim como o amor deles.*»

Em (10) e (11) são concomitantes duas noções opostas <ser frágil> Vs <ser bela> e <ser/meiga> Vs <ser/forte>. Essa oposição é expressa pela marca concessiva **mesmo**. Seria como dizer: «ainda que sendo frágil, é bela» como se **frágil** não pudesse ser **bela**. O mesmo se aplica a «**ainda que meiga, é forte**», como se **meiga/a** não pudesse ser forte. E finalizando, o sujeito enunciador compara essa ‘tese’ que ele cria em torno da noção predicativa com o «amor deles», tema do enunciado: «**Assim como o amor deles.**» (= o amor deles é assim).

A narrativa propriamente dita Vs a atividade solicitada

Demonstramos até agora, que, a priori, os enunciados estão em descompasso com a atividade solicitada e que é a partir do enunciado (2) que se inicia o texto no plano enunciativo da história, isto é, a narrativa propriamente dita, a qual se estende até o enunciado (9) onde se dá o desfecho. Porém, o que nos chama a atenção é que, conforme registramos anteriormente há mecanismos inscritos nos enunciados aos quais devemos nos atentar, pois podem ancorar funções e categorias que, a grosso modo, não enxergamos, tais os mecanismos de transitividade e tematização, temporalização/aspectualização.

O mecanismo de transitividade e tematização

A transitividade e a tematização compreendem a relação que há entre os termos que compõem o enunciado e que pode caminhar/não-caminhar para o resultado do jogo de causa e efeito. Por vezes, fazemos a leitura dos enunciados por glosas, organizadas no sentido de apreender os significados, que no texto, pode se apresentar em alguns momentos

anaforicamente ou de forma catafórica. Por exemplo:

(1) Com pequenas atitudes, podemos declarar grandes sentimentos.

(2) E era isso que Pedro queria mostrar para Alicia.

(2a) Pedro queria mostrar para Alicia *isso* (= sentimentos/amor/emoção). Por exemplo: plantando uma roseira

(2b) Pedro diz que todos podem fazer *isso*. (= declarar grandes sentimentos, por meio de pequenas coisas)

(2c) Com pequenas atitudes pode-se fazer *isso*. (= declarar grandes sentimentos)

(Regra geral: por meio de pequenas coisas pode-se declarar grandes sentimentos)

O que nos leva a entender é que o cumprimento/resultado de uma fato genérico pode estar em um outro enunciado, explícito ou subentendido. O enunciado (9), desfecho da narrativa, expressa o que Pedro queria.

Com pequenas atitudes, podemos declarar grandes sentimentos.

E era isso que Pedro queria mostrar para Alicia.

(9) Pedro conquistou Alicia dando-lhe uma roseira de presente.

O mecanismo de temporização-aspectualização e espacialização

Os primeiros enunciados apresentam acontecimentos que se traduzem por sentimentos e ações que envolvem sentimentos, e assim caminham até o desfecho da narração, que coincide com Sit₀. Os tempos do pretérito, perfeito e imperfeito, embora não determinem o **quando**, localizam os acontecimentos num tempo anterior à Sit₀ como se fosse outra situação origem. Nos textos narrativos, essa situação origem é deslocada para o momento dos acontecimentos, para o passado. Expresso por T'₀:

(outra situação origem)	(situação de enunciação)
<small>(transladado (passado))</small>	<small>(presente)</small>

<.....|T'₀.....T₀|.....>

Nesse intervalo (Sit₂ – Sit₀) as localizações espaciais ocorrem no ambiente onde Pedro conquista Alicia, ou seja, um espaço anterior/o espaço do jardim, onde, possivelmente a história termina. As localizações temporais estão em sequência e os acontecimentos em jogo de causa e efeito. O desfecho cumpre a expectativa da proposta <Pedro/conquistar/Alicia>, que, na visão culioliana, representa a validação da relação predicativa central do texto, a que percorre o fio dos enunciados. Este valor representa uma relação entre o Tempo da enunciação e o tempo do enunciado. Ocorre uma relação entre o ‘aqui/agora’ da enunciação, variando para ‘ali/lá/acolá. As marcas linguísticas apresentam a categoria de tempo:

«Pedro **amava** Alicia....

Pedro **queria** demonstrar (*isso*)

Então, no aniversário de Alicia...»

No final do texto, a expressão «Assim como o amor deles» representa um encapsulamento dos enunciados (10) e (11) que o sujeito enunciadador usa como figura de toda a história que contou:

«Assim como o amor deles.» = «Porque mesmo frágeis as rosas são belas, ⁽¹¹⁾mesmo meigas são fortes. Assim como o amor deles.»

Compreendendo os enunciados vs a importância de um referencial teórico

Em resumo, tivemos fatos **determinados** por funcionamento de enunciados **discreto e denso** – o plano dos enunciados caracteriza um plano **narrativo da história**. Observamos fatos indeterminados, compatíveis com os planos do discurso, com funcionamento compacto, típicos da estrutura dissertativa. Vimos, finalmente, que observando melhor o texto, compreendemos que há nele uma invariância que ancora os fatos aparentemente indeterminados, e que geram enunciados, que parecem desconexos para a expectativa da atividade solicitada.

Entendemos que as diferentes manipulações do sujeito enunciadador é que vão constituir, no nível dos enunciados, os diferentes funcionamentos, ora de forma abstrata ora de forma referenciada, dissociada ou identificada com a situação que envolve o sujeito enunciadador origem, constituindo, igualmente, ora os planos do discurso ora os da história, que se organizam, portanto, em configurações que diferem em função do agenciamento das formas linguísticas presentes nos enunciados.

Um referencial teórico permite ao professor fazer o (re)conhecimento dos mecanismos enunciativos produzidos pelas marcas linguísticas contidas nos enunciados, e assim, fazer um mapeamento para compreender os efeitos e imbricações que essas marcas desencadeiam e pode ser um recurso para ajudar o aluno no (re)ajuste do seu texto e trabalhar a construção e melhoria da sua capacidade discursiva. Propomos que o professor, ao invés de submeter o aluno a um quadro metodológico, que vai inibir sua ação participativa, sua criatividade, auxilie-o a (re)conhecer o seu texto como sua própria produção, a expressar-se conscientemente articulando a produção/ interpretação ao estudo gramatical, mas tendo o diálogo como unidade de trabalho. À medida que o aluno observa essas possíveis modulações, acreditamos que ele possa compreender melhor os discursos tipificados e suas subversões, naturais na atividade de linguagem.

Considerações finais

O sujeito enunciadador construiu sua história, mas buscou no cenário da sua experiência de vida, no seu conhecimento de mundo, conteúdos que validassem a veracidade da sua narrativa, treinando, possivelmente, sua capacidade de sustentar argumentos. Isso significa que ele está quase pronto para argumentar. Confirmamos isso pelos últimos enunciados, que apresentam uma espécie de **tese**:

«Porque mesmo frágeis as rosas são belas, (11) mesmo meigas são fortes. Assim como o amor deles.»

Nesses enunciados inferimos que o sujeito enunciadador (o aluno) expondo-se no texto, assume seu posicionamento por uma asserção afirmativa em relação ao evento enunciado. As operações predicativas e enunciativas permitem constatar e explicar os diferentes planos enunciativos assim como explicam as imbricações ocasionadas pelas relações entre as marcas enunciativas existentes nos enunciados. Marcas não quantificáveis nem qualificáveis, nos deram pistas de enunciados **compactos** que levavam ao plano do discurso, compatíveis com **textos dissertativos**; marcas envolvendo enunciados **discretizados**, em que traziam uma quantificação de uma qualificação (existencial), eram compatíveis com o plano da história, ou seja, com os **textos narrativos**. Foi possível por esses processos correlacionar as práticas usadas no ensino com os postulados da TOPE.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de lingüística geral II**. 4. ed. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CULIOLI, A. **Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli**. “Recherche en linguistique: theorie des operations enonciatives”. Paris : Departement de Recherches Linguistiques, Université Paris VII, 1976.

_____. **Notes du Seminaire de D.E.A. Université de Paris 7**. Département de Recherches Linguistiques (D.R.L.), Université Paris VII, 1985.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. Paris: Ophrys, v.1, 1990.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage**. Paris: Ophrys, v.2, 1999a.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel**. Paris: Ophrys, v. 2, 1999b.

CULIOLI, A; NORMAND, C. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys. 2005.

De VOGÜÉ, S. et al. DISCRET, DENSE, COMPACT: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. URA 1028 du CNRS – Université Paris X. In : FRANCKEL, J.-J. **La notion de prédicat**. Université Paris 7. 1989.

FRANCHI, C; FIORIN, J. L. (Org.). **Linguagem: atividade constitutiva**. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

ONOFRE, M. **A linguagem e a reflexão interdisciplinar**. ANAIS DO VII ENCONTRO HUMANÍSTICO. EDUFMA. 2007. Versão *on-line*. Acesso em: 23 jul. 2012

REZENDE, L. M. **Atividade Epilingüística e o Ensino de Língua Portuguesa**. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 95-108. 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/5/RG_V5N1_06.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA TEMPORALIDADE EM UM TEXTO ARGUMENTATIVO

Stéfano Grizzo ONOFRE

Considerações iniciais

No presente artigo, defendemos que o valor semântico do tempo verbal é resultado de operações enunciativas. Por esse motivo, afastamo-nos da noção de que o tempo verbal possui um sentido de base. Acreditamos que olhar para o verbo dessa maneira suscita alguns caminhos de articulação entre texto e gramática no ensino de língua materna. Objetivamos chamar a atenção para as possibilidades de significação evocada pela interação entre tempos verbais, que não é qualquer e pode trazer consequências positivas e/ou negativas para a produção textual.

Primeiramente, demonstramos a importância de se pensar o ensino de língua portuguesa pela integração entre a gramática e o texto. A partir desse ponto de vista, notamos que as atividades de produzir e de interpretar textos são concebidas de forma dialógica. Trata-se de levar o aluno a operar com as diferentes construções linguísticas verificando os sentidos que são gerados.

Em seguida, exploramos a amplitude da questão temporal. Mostramos, sucintamente, algumas abordagens que apontam modos de se conceber o tempo. Inserimos, também, o ponto de vista enunciativo sobre o tempo verbal.

Discutimos como a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas concebe a construção de valores temporais. Para tanto, retomamos a relação entre noção e ocorrência de uma noção para mostrar como o tempo verbal fragmenta, ou seja, produz a divisão de um feixe de propriedades evocadas pelos nomes.

A gramática e o texto no ensino de língua materna

Atualmente, o ensino de língua materna – nos níveis fundamental e médio – está organizado em torno do estudo do texto. O que motiva o foco da relação de ensino e aprendizagem no texto é o desenvolvimento das competências de leitura e escrita. A partir desses objetivos maiores, os conteúdos são organizados em dois grandes eixos: as tipologias textuais e os gêneros textuais.

Nesse contexto, a gramática deixou de ser o centro. Tal procedimento metodológico, animado pela linguística da enunciação e pelos estudos discursivos, clama pela articulação entre gramática e texto. A questão que se coloca então é a seguinte: seria possível fazer a ponte entre produção de texto e gramática servindo-se do aparato teórico-descritivo da gramática normativa? Não haveria a necessidade de se pensar em um conceito de gramática adequado aos propósitos intencionados?

As duas questões são centrais para o ensino de língua materna e remetem ao célebre texto de Franchi (2006) sobre a necessidade de se repensar o conceito de gramática e de se ensinar gramática. Tal posicionamento é consensual na literatura linguística preocupada com o ensino de língua materna; mesmo que esse “repensar a gramática” seja norteado por diferentes posicionamentos teóricos.

Para exemplificar, podem-se mencionar diferentes estudiosos que reforçam a ideia de propor um estudo de gramática articulado ao texto.

Castilho (2009) ressalta o fato de que a linguística tem oscilado entre dois polos: **Linguística do Enunciado** e **Linguística da Enunciação**. Neste, a língua é considerada um fenômeno heterogêneo enquanto naquele um fenômeno homogêneo. Em cada um dos polos existe uma sobrevalorização ou de elementos formais, ou de elementos funcionais da língua. De acordo com Castilho, seria produtivo partir da enunciação em direção ao enunciado:

Nos embates entre uma Linguística do Enunciado e uma Linguística da Enunciação reside, justamente, a terceira crise do ensino. E é que os professores em exercício precisarão capacitar-se dos novos temas, visto que eles permitem encarar mais adequadamente os problemas linguísticos suscitados por uma sociedade em mudança. Como se verá adiante

não estou propondo que se abandone uma “moda linguística” por outra, só por ser a mais recente. O que proponho é que se comece por uma observação mais intuitiva da língua como enunciação, para em seguida desembocar numa observação mais “técnica” da língua como enunciado, enriquecendo-se assim a percepção do fenômeno. (CASTILHO, 2009, p. 12).

Castilho (2009) sugere que a escola caminhe do estático para o dinâmico. Esse é um posicionamento possível para o ensino de texto e gramática que, porém, pode trazer desafios. Um deles está na dificuldade de se articular os diferentes níveis linguísticos. Os diferentes modelos sintáticos, semânticos, morfológicos, lógicos, entre outros, podem se excluir mutuamente. Não se pode negar a possibilidade de articulação entre esses modelos, mas há de se reconhecer que a empreitada é ousada e demandaria, além da integração de diferentes níveis linguísticos, que, em sua maior parte, são concebidos e analisados separadamente, o esforço conjunto de diferentes pesquisadores. Na realidade, se isso não é fácil para o pesquisador imagina-se que não é também para o professor da educação básica, que tem uma sobrecarga de trabalho.

A postura de Travaglia (2013) é sensivelmente diferente. Ele argumenta que o ensino de língua portuguesa é penoso para o aluno porque durante muito tempo ensinou-se nas escolas apenas teoria gramatical: “[...] o conhecimento linguístico não é, como muitos pensam, apenas saber teoria gramatical/linguística para analisar elementos da língua.” (TRAVAGLIA, 2013, p. 13).

Os estudiosos mencionados concordam com a ideia de que a gramática deve aparecer como um exercício que convide o aluno a perceber que o significado está relacionado às diferentes formas de composição de um enunciado. Ao mesmo tempo em que a linguística convida o ensino de língua materna a se desemaranhar de uma descrição da gramática de uma língua conservada no formol, convive-se, ainda, com a retomada dos mesmos procedimentos transvestidos em uma nova terminologia. Essa situação revela-se à medida que se percebe que o exercício de produção e interpretação de texto transforma-se em uma atividade mecânica de reprodução de modelos textuais.

Corre-se o risco de se caminhar da descrição de sistemas para a descrição de subsistemas. É o risco de a gramática tornar-se apenas um instrumento para descrever e comparar variantes. Em um passado recente, a tarefa do aluno foi a de saber a gramática do baú de guardados; no presente, é-lhe atribuída a tarefa de articular os enunciados da língua a contextos sociais prontos. Obviamente, a linguística está ciente desse perigo e este problema é levantado aqui apenas para alertar para um possível retrocesso dos progressos conquistados, caso não se tenha claro como propor a integração da gramática no ensino de produção e interpretação de texto.

O foco do trabalho com a gramática, na perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, tem como objetivo sensibilizar o aluno para potencialidade de sentidos que podem ser gerados pelo uso das diferentes marcas linguísticas. Dialogar com o produto linguístico do aluno na sala de aula não é uma tarefa fácil. Acreditamos que essa relação seja ainda mais difícil quando se concebe a produção do aluno apenas como uma deformação de um dado modelo de escrita. Isso também caminha, em paralelo, com o automatismo, presente no ambiente escolar, da repetição de estruturas textuais prontas como se fossem receitas de bolo. Ainda que o objetivo da escola seja o enquadramento dos alunos em um dado modelo a fim de se atingir a inserção profissional, não se pode esperar que a competência linguístico-cognitiva seja despertada sem que se ensine o aluno a problematizar seu próprio dizer.

A partir desse enfoque teórico, intenciona-se propor uma problematização dos valores temporais levando-se em conta operações enunciativas.

A complexidade do estudo do tempo: um tema interdisciplinar

As línguas naturais oferecem meios para a expressão de eventos presentes, passados e futuros. Essa intuição básica que todo e qualquer falante tem da língua começa a se tornar complexa quando se percebe que as formas linguísticas não estão em uma relação de correspondência direta com um dado valor temporal.

Evans coloca em foco a mesma questão e afirma que duas dimensões de emprego do tempo surgem ao se pensar à orientação dos eventos e sua expressão em línguas naturais: uma ligada à observação da natureza física do mundo e outra ligada à forma como o sujeito percebe e representa essas relações.

A relação apresentada pela autora ecoa o antigo debate entre pensamento, linguagem e realidade.

Com clareza, Evans sintetiza o problema colocando em diálogo a abordagem **metafísica** e a **fenomenológica**. Nesta o tempo pode ser expresso porque a cognição traz em si a base para a percepção desse fenômeno, naquela o tempo é um primitivo ou o resultado de interações entre eventos.

Entre o **metafísico** e o **fenomenológico** percebe-se o embate da relação entre objetividade e subjetividade. Pelo viés da enunciação essa questão remete à atividade de linguagem em que se vislumbra um momento de confluência desses valores. Se se imagina o período de formação das ciências, percebe-se um trabalho de objetivação do tempo, que é similar ao reconhecimento de fenômenos que independem do ponto de referência do sujeito. Ao mesmo tempo, a objetivação do tempo é um movimento de autoconhecimento do próprio sujeito que, pela linguagem, aprende a se separar de seu ponto de referência como sujeito.

A linguagem oferece a base para expressão e organização dos diferentes **valores temporais**. Essa organização é preenchida pela variabilidade do empírico. Logo, formulações teóricas sobre o tempo surgidas de base científica, filosófica e cultural explicam apenas indiretamente como a língua se comporta para expressá-lo. Isso pode ser demonstrado à medida que os tempos verbais não denotam especularmente a organização tripartida do tempo.

Weinrich (1973), um estudioso ligado à linguística textual, coloca o problema em realce, ao questionar a obstinação dos tempos verbais que se pode observar em um texto. Uma carta, por exemplo, contém indicações de data e local de seu enunciador, mas isso parece não importar para as formas linguísticas, pois repetem obstinadamente as marcas morfológicas temporais.

A presença de indicações do tempo crônico em uma carta não diminui a necessidade de se repetir marcas linguísticas para a expressão do tempo em um texto. Weinrich (1973) levanta a ausência de um princípio econômico no uso dos tempos.

A questão do princípio econômico permite que se interprete a existência de uma não correspondência direta entre as línguas e a expressão de noções temporais. Este conceito intuitivo encontra-se diluído em uma profusão de marcas linguísticas: advérbios, pronomes, verbos, locuções adverbiais, entre outras.

No âmbito das ciências humanas, o estudo do tempo parece, provavelmente, ter se desenvolvido na língua e caminhado em direção a discussões matemáticas e filosóficas. Para demonstrar isso, pode-se tomar como exemplo a definição de tempo como sendo um valor expresso pelo verbo, mais especificamente pelo **ser**.

A asserção de algo, veiculada pelo verbo, garante a subsistência de algo. A subsistência de algo é o **agora** e sua negação manifesta o **não agora**. O estudo da relação dialética entre **agora** e **não agora** pode ser desarticulado das formas expressivas da língua ao se mostrar que, de alguma forma, a organização das relações de anterioridade, posterioridade e concomitância são noções universais refletidas na língua. Desse modo, as ciências procedem inversamente tentando explicar o tempo linguístico pelo tempo derivado de especulações científicas e matemáticas.

O movimento de separação do conceito de tempo da língua foi descrito por Mata (2013). Aristóteles, a fim de formular a linguagem lógica, concebeu o tempo como um operador relacionado ao verbo. Isso se encontra na própria definição que o filósofo atribuiu ao tempo: como sendo aquilo que se agrega ao verbo. A necessidade de determinar o tempo emerge no horizonte do grego clássico, e, a partir daquela língua, o tempo torna-se um operador.

Mata (2013) afirma que foi necessário transformar o verbo em nome para deslocá-lo da língua, procedimento que possibilitou mostrar que o tempo expressa algo exterior à língua. Isso justifica a importância dos enunciados declarativos que se tornaram a base da proposição.

O rigor metodológico da lógica não tem o objetivo de explicar como essas noções emergem linguisticamente. Essas noções, conforme demonstra Mata (2013), são percebidas por Aristóteles no grego e imediatamente resolvidas por meio de um apelo ao extralinguístico. Isso coloca um problema importante para a linguística: que é investigar se existe alguma particularidade da expressão do tempo nas línguas naturais.

Uma forma de abordar esse problema seria teorizar a linguagem e buscar traços das formulações teóricas nas línguas naturais. É esse o procedimento metodológico utilizado pela linguística enunciativa de Culioli (1990).

Na linguística enunciativa culioliana o tempo é calculado a partir de uma determinada ocorrência enunciativa. Nesse modelo teórico, as marcas linguísticas permitem construir diferentes valores temporais. Pode-se considerar que o passado está presente em diferentes empregos de tempos verbais:

- (1) Três dias depois ela o **encontra**
- (1a) Três dias depois ela o **encontrou**
- (1b) Três dias depois ela o **encontrava**
- (1c) Três dias depois ela o **encontraria**
- (1d) Três dias depois ela o **encontrará**

A fragmentação da noção: alteridade, singularidade e exemplaridade

Todo enunciado convoca dois elementos: a noção e a ocorrência de uma noção. Entre a noção e sua ocorrência Vogüé (1993) ressalta a existência de uma distância entre o dizer e o mundo. A possibilidade de diminuição dessa distância, gerada pela enunciação, não instaura um decalque entre as palavras, os sentidos e as coisas e sim uma relação entre esses componentes. Essa relação é responsável por configurar o **cenário do enunciado**.

Calcular esse cenário é o mesmo que determinar qual tipo de ocorrência de uma noção é convocado por uma configuração enunciativa.

Uma noção, que pode ser representada por um nome como **livro**, por exemplo, pode instaurar diferentes ocorrências de <livro> particulares:

- (2) Estou procurando um **livro** para passar o tempo.
- (3) O **livro** que você me emprestou é ótimo.
- (4) Não se deve tratar um **livro** dessa maneira.

As ocorrências anteriores são possíveis instanciações da noção <livro>.

No exemplo (2) percorre-se a classe dos livros em busca de um livro que não apresenta nada de particular em relação a outros livros que servem para passar o tempo. Não existe uma particularização do livro que se procura.

Em (3), há a seleção de um livro particular.

No enunciado (4), livro é instanciado a partir de uma generalização representando toda a classe da noção <ser livro>.

As ocorrências de uma noção, na ótica enunciativa de Culioli (1990), não são representantes diretos do real: não são nem a língua nem o mundo e sim algo entre esses dois lugares.

As formas linguísticas geradas nos enunciados reconstruem os processos, os objetos e os sujeitos que participam do mundo. Nesse contexto teórico os processos e os sujeitos e os objetos emergem de representações convocadas pelos enunciados. As ocorrências de uma noção estão em uma relação complexa com a noção.

No caso dos verbos poderíamos pensar em aproximar a mesma forma de pensamento para dar conta da morfologia dos tempos verbais. É o que sugere Lopes (2007) para o português ao argumentar que as marcas morfo-lexicais têm um fundamento semântico.

Por isso, é possível visualizar, no caso de um verbo como **ver**, uma ocorrência mais ou menos singularizada da noção <ver>.

Essa relação convoca enunciadores para participar dessa ocorrência? Que tipo de estabilidade ela gera nos processos de referenciação de um enunciado? Trata-se de um <ver> que se estabiliza por convocar em cena um observador? Houve uma formatação de ver?

Todas essas questões colocam em foco o cálculo do tipo de relação de alteridade que se estabelece entre a ocorrência e a noção. Se se predica, por exemplo:

- (5) Somente depois de quatro anos Maria **viu** sua família.

No enunciado (5) pode-se dizer que existe uma relação de localização entre o valor temporal dado pelo período de quatro anos e uma ocorrência singular da noção <ver>. Nesse caso, pode-se afirmar que o pretérito perfeito singulariza um evento específico, que é o encontro de Maria com a família após um longo intervalo de tempo. O pretérito perfeito não coloca em cena uma anterioridade em relação a um momento presente, apenas determina uma ocorrência do evento <ver sua família>, que, por sua vez, é localizado pelo valor temporal <somente depois de quatro anos>. Essa relação de localização complexa cria uma relação adjacente entre o intervalo de quatro anos e o encontro de Maria com a família.

(6) Correram quatro anos. Maria não **viu** mais sua família, apenas visitava o filho.

Em (6) não é possível estabelecer qualquer formatação para a noção <ver>. Isso ocorre porque não é possível localizar qualquer ocorrência singular de <ver> em relação ao intervalo de quatro anos. Não há dimensão ou singularização que marque a passagem de <ver> para <não ver>. Da mesma forma, não se sabe se a interrupção do <ver> aconteceu em algum momento do intervalo de quatro anos. Tais constatações colocam em cena uma noção de <ver> que se aproxima mais de uma interrupção de uma atividade. Pode-se inferir que para Maria não ver mais sua família em algum momento ela precisou vê-la. O interessante é que não é possível determinar em que momento essa ocorrência da noção aconteceu, por isso é mais coerente atribuir ao <ver>, em (2), um valor misto entre o modal e o temporal.

Os exemplos (5) e (6) podem ser aproximados a dois tipos de divisões da noção sugeridas por Vogüé (1993): **singulares** e **exemplares**.

A singularidade é uma operação que instancia a noção em um momento determinado. Por tal razão verifica-se uma divisão da noção de <ver> a cada ocorrência.

As noções exemplares não instauram a fragmentação de uma noção. Nesse tipo de ocorrência não é possível singularizar a noção. Nesse caso, ela fornece um polo de referência que permite apenas distinguir a ocorrência da noção.

Pode-se ilustrar uma ocorrência exemplar da seguinte maneira:

(7) Onde já se **viu** perversidade semelhante!

Dentre as possíveis formas de perversidade, observa-se o realce de um valor específico de perversidade. Já se viu várias e várias formas de perversidade, mas a perversidade constatada é um alto grau de perversidade. O relator <viu> não se instancia porque é convocado para construir uma divisão das possíveis classes de perversidade. Podemos pensar que a noção <viu> abre espaço para o seguinte pré-construído:

(7a) Já se **viu** perversidades e perversidades, mas jamais uma perversidade como a perversidade constatada.

(8) O pediatra partiu para **ver** a criança doente.

Em (8) a sua partida não permite afirmar que a criança foi examinada pelo médico. Dessa forma, não se verifica a instanciação de uma ocorrência singular de <ver>.

O intento, na presente discussão, não é transpor a mesma organização esquemática da análise de Vogüé (1993). O esquema proposto pela autora apresenta maior rigor nas manipulações e propõe um quadro de relações de alteridade que perpassa ocorrências singulares e exemplares.

A retomada de seu raciocínio possibilita pensar que as marcas morfológicas responsáveis por veicular o tempo, modo e aspecto possuem um fundamento semântico que é construído a partir da interação de uma marca com seu **contexto**¹⁴. Desse modo, a identidade de um tempo verbal não apresenta um sentido de base.

O esforço aqui é demonstrar que o parâmetro abstrato T é calculado a partir de um jogo de identificações que obedece ao mecanismo de localização proposto por Culioli (1990). O mecanismo não é transparente e não apresenta uma correspondência direta entre um dado tempo verbal e uma dada organização da tripartição do tempo.

14 A noção de contexto utilizada diz respeito ao sentido que é construído no enunciado. Não se trata de uma noção de contexto que apela para a situação concreta da produção de um enunciado. Na perspectiva da TOPE, o contexto é resultado da integração de sequências linguísticas em um enunciado, fato que, por sua vez, permite afirmar que o contexto é inerente às formas linguísticas. Para uma discussão aprofundada dessa questão consultar Franckel (2011).

Uma proposta de análise para textos de vestibular: diálogo com o contexto de ensino e aprendizagem

A presente análise tem o propósito de tornar visível a variabilidade de valores semânticos convocadas pelo tempo verbal em uma produção textual de vestibular. Na análise em questão, objetivamos discutir a imprevisibilidade da interação entre distintos tempos verbais. Como afirma Lopes (2007), o pretérito perfeito não possui uma identidade semântica de base. A autora mostra a existência de variabilidades de sentidos para o pretérito que não necessariamente se relacionam à definição estereotipada de que é um fato produzido em dado momento do passado. O esforço aqui é identificar o que acontece na interação entre tempos verbais distintos.

Considere-se o excerto a seguir:

(10) Hoje em dia, no nosso país, a saúde está sendo deixada de lado, pelos governantes desse país. Só **escutamos** promessas em épocas de eleições, e não **vimos** benefícios nenhum ao longo do ano. Porém em certos lugares ainda temos ações preventivas, nesse assunto entramos em outro problema que é a dificuldade que os estados encontraram ao lançarem ações preventivas.

Verifica-se que o texto do aluno, além de apresentar outros problemas, faz um uso dos tempos verbais que causa, intuitivamente, um incômodo. Um caminho interessante do enfoque enunciativo culioliano é buscar identificar como a inadequação é construída, ou seja, quais relações semânticas são abertas na passagem do presente para o pretérito perfeito.

Para considerar essa interação é necessário expandir a ideia de que as marcas morfo-lexicais possuem um valor semântico. Tais marcas também são responsáveis por fazer o trânsito do sentido construído para o enunciado seguinte. Essa proposta, colocada aqui ainda informalmente, pois se encontra em desenvolvimento, constitui o foco de uma pesquisa de doutorado em andamento.

Para desenvolver a análise proposta, ressalta-se qual interpretação é possível tirar dos termos em negrito em (9). Primeiramente, quebraremos (9) em dois enunciados:

(11) Só **escutamos** promessas em épocas de eleições.

(12) E não **vimos** nenhum benefício ao longo do ano.

Em (11), a consideração de que o presente traduz a ocorrência de uma noção é válida somente à medida que consideramos que a **léxis** <a r b>¹⁵ recebe uma organização particular no nível predicativo e posteriormente no nível enunciativo. O que se pretende dizer com isso é que há um conteúdo de dizer (léxis) que pode sofrer distintas organizações à medida que participa de diferentes enunciados. No caso de (11), o que se ressalta no nível enunciativo é que a ocorrência da noção <escutar> não se resume a um acontecimento que apenas ocorre no horizonte de fala do enunciador. O que se expressa em (11) é uma existência do nome promessa, que é algo que só é escutado apenas em épocas de eleições ou que é só o que se faz em épocas de eleições.

Para sustentar essa interpretação podemos manipular o enunciado

(11a) Só escutamos promessas em épocas de eleições. É só o que se escuta em épocas de eleições. É só o que é dito em épocas de eleições.

(11b) Só escutamos promessas em épocas de eleições. É o que se escuta só em épocas de eleições. Não se escuta em época de não eleição.

(11a) e (11b) não são o foco de nossa análise porque essas duas interpretações são abertas pela marca **só**.

O que interessa é demonstrar que a única coisa que garante uma ocorrência de promessa é considerar que a sequência **épocas de eleições** precisa ser interpretada como um ponto de orientação construído, ou seja, essa existência não é marcada de forma estável. A própria presença do plural remete à intuição de que o evento¹⁶ eleição possui um limite espaço temporal de ocorrência e que, portanto, recebe uma existência determinada, mas que ao mesmo tempo não

¹⁵ Basicamente seria similar às posições argumentais do verbo escutar. A única diferença é que a tematização de um ou outro argumento não necessariamente precisa se manifestar na linearidade do texto.

¹⁶ Não se usou a palavra evento de forma teórica. O intento é demarcar que eleição remete a uma ocorrência de um evento cultural, político e ideológico em que se elegem os dirigentes de um país.

se pode identificar, em (9), exatamente o cenário enunciativo de sua existência. Isso evoca uma interpretação de que o sujeito enunciador de (9) está se referindo a promessas que não necessitam de uma ancoragem enunciativa, embora seja necessário, ao menos, conceber que em um dado cenário enunciativo uma promessa foi feita em uma eleição particular.

O problema surge quando se relaciona o enunciado (11) ao (12) por meio da conjunção **e**. Não é o foco aqui analisar o papel exato do **e**, tome-se este como um relator responsável por articular duas relações predicativas. A passagem de (11) para (12) é feita com base em uma promessa que de tanto ser repetida em eleições tem sua existência fragilizada. Essa fragilização, que caminha para uma promessa sem formatação enunciativa, é retomada pela ocorrência da noção <ver>. O pretérito perfeito, nesse caso, constrói uma ocorrência singular da promessa por meio da observação. Pode-se duvidar da observação de qualquer benefício se a promessa mencionada nem chega a se configurar como uma ocorrência de uma promessa particular. Neste ponto está a intuição de inadequação do texto. O pretérito perfeito, em (10), recebe uma interpretação que se sustenta por meio de uma ocorrência de observação de uma promessa particular. A presença do advérbio de negação **não** não invalida em nada o apelo a uma fragmentação do nome promessa, pois remete a uma qualidade atribuída à promessa, que é o seu benefício. O incômodo origina-se do movimento de uma generalização para uma particularização de uma promessa descontextualizada que emerge do emprego do pretérito perfeito.

Considerações finais

A análise aborda um ponto de vista diferente sobre o produto linguístico do aluno. O intento não é condenar o texto e sim demonstrar que além de o tempo verbal possuir um estatuto semântico, que fragmenta uma dada noção semântica, ele também interfere no trânsito de um enunciado para o outro. Essa ideia de trânsito, que não deve ser entendida aqui apenas como a transitividade verbal é responsável pela construção da argumentação. Pretendemos expandir essa discussão, ainda incompleta, em nossa pesquisa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, v. 1, 1990.
- FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In: FRANCHI, C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 11-33.
- FRANCKEL, J. J. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In: VOGÜÉ, S. de; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- LOPES, M. C. Gramática Operatória e Ensino de Línguas. In: REZENDE, L. M.; CAGLIARI, G. M.; BARBOSA, J. B. B. (Org.). **O que são língua e linguagem para os linguistas**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial, 2007.
- MATA, J. T. V. Comentários. In: ARISTÓTELES. **Da interpretação**. Tradução de José Teixeira Veríssimo da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- VOGÜÉ, S. de. **Des temps et des modes**. Paris : L'harmattan, 1993. In: Les grés des langues, n. 6.
- WEINRICH, H. **Le Temps**: le recit et le commentaire. Paris: Editions du Seuil, 1973.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

ALINE CRISTIANE PELETEIRO

Possui graduação em Letras – Italiano pela UNESP. Professor PEB II do Governo do Estado de São Paulo e Professora do Circulo Italo Brasileiro de Araraquara. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas. Mestranda, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Línguas Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – alinecpeleteiro@yahoo.com.br

ANA KATARINNA PESSOA DO NASCIMENTO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Línguas Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – katarinna@usp.br

ANDRÉIA C. RODER CARMONA-RAMIRES

Docente de Língua Espanhola, UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná. Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Apucarana – PR – Brasil. 86800-970 – prof-andreia@bol.com.br

ANISE DE ABREU GONÇAVES D'ORANGE FERREIRA

Formada em Psicologia pela Universidade Paulista, graduada em Letras (Grego) pela Universidade de São Paulo, mestre em Psicologia Experimental e em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, doutora em Letras Clássicas e em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Professora, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – anise.a@gmail.com

ANTÔNIO LUCIANO PONTES

Doutor em Letras pela UNESP. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Campus Avançado de Pau dos Ferros – Departamento de Letras Vernáculas. Mossoró – RN – Brasil. 59000-000 – pontes321@hotmail.com

AURI CLAUDIONEI MATOS FRÜBEL

Graduado e mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. Atua principalmente nos seguintes temas: ensino de línguas; formação de professores; pesquisa em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana. Aquidauana – MS – Brasil. 79200-000 – auri.frubel@ufms.br

CARLA DE MOJANA DI COLOGNA RENARD

Jornalista e tradutora, bolsista CAPES, mestranda no Programa de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-000 – carla.renard@usp.br

EDMAR PEIXOTO DE LIMA

Professora Assistente III, UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Departamento de Letras Vernáculas. Pau dos Ferros – RN – Brasil. 59900-000 – professoraedmar@gmail.com

ÉRICA SANTOS SOARES DE FREITAS

Doutora, mestre, bacharel e licenciada em Letras, pós-doutoranda em Etimologia, especialista em Filologia e em EaD, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – ericafreitas@usp.br

ESTEFÂNIA COSTA

Especialista em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestra em Letras: Estudos da Linguagem, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto – Faculdade de Letras – Departamento de Letras. Ouro Preto – MG – Brasil. 35400-000 – estefaniacosta@hotmail.com

FÁBIA MENDES DA SILVA

Mestranda do Programa de Língua, Literatura e Cultura Italianas, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – fabia_rp@yahoo.com.br

FIDEL PASCUA VÍLCHEZ

Graduado em *Filología Clásica*, Mestrado em *Iniciación a la Investigación de Textos de la Antigüedad Clásica y su Pervivencia* e em *La Enseñanza del Español como Lengua Extranjera*, todos pela Universidad de Valladolid (Espanha). Doutor em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina. UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História – ILAACH – Centro Interdisciplinar de Letras e Artes – CILA, Ciclo Comum de Estudos. Foz do Iguaçu – PR – Brasil. 85851-210 – aidoiketes@hotmail.com

GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA

Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. Secretário Executivo da UNIFAL-MG. Tem publicações na área de Linguística, com ênfase em Morfologia, Lexicologia, Semântica Lexical e Estilística Léxica, especialmente no uso do humor sobre o estudo das palavras para o desenvolvimento da competência lexical. Doutorando, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – geraldo.liska@unifal-mg.edu.br

GLORIA EDINI DOS SANTOS GALLI

Graduada em Licenciatura em Letras pela Universidade de Ribeirão Preto e graduada em Curso Colegial Professor Primário pelo Centro Universitário Barão de Mauá. gloria.galli@gmail.com

JORGE LUIZ NUNES DOS SANTOS JUNIOR

Graduado em Letras pela UFMS. Tem experiência no ensino de Língua Portuguesa e Literatura para jovens e adultos (EJA). Tutor a distância no curso de Letras da UFMS-EaD e é bolsista CAPES-DS do Programa de Pós-Graduação. Mestrando em Estudos de Linguagens, desenvolvendo um glossário terminológico da Agricultura, UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande – MS – Brasil. 79070-900 – jorgesantosjunior@hotmail.com

JOSÉ VÁLTER REBOUÇAS

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós Graduação em Letras. Mossoró – RN – Brasil. 59610-210 – josevalterr@hotmail.com

KARINA RODRIGUES

Doutoranda em Estudos Linguísticos, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE – Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – kelcibr@yahoo.com.br

LETÍCIA BONORA TELES

Doutora em Estudos Linguísticos. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Letras Modernas – São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-030 – letycyaa@yahoo.com.br

LIDIA ALMEIDA BARROS

Graduada em Letras pela USP, Mestra e Doutora na Universidade Lumière Lyon 2, França, onde também foi professora. Especializou-se em pesquisas sobre o léxico, dedicando-se mais especificamente ao campo da Terminologia. É autora do livro *Curso Básico de Terminologia* (EDUSP, 2004), que é uma referência na área. Docente, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – lidia@ibilce.unesp.br

LUÍS HENRIQUE SERRA

Já produziu três pesquisas na área de Terminologia de produtos agrícolas, cana-de-açúcar e mandioca, trabalhando com dados orais e escritos, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – luis_4178@hotmail.com

MIKAELI CRISTINA MACÊDO COSTA

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, voltado para o Estudo das Representações Sociais e Lexicografia pedagógica, UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Campus Avançado de Pau dos Ferros – Programa de Pós Graduação em Letras. Pau dos Ferros – RN – Brasil. 59900-000 – mikaelicristina@hotmail.com

MILENA DE PAULA MOLINARI

Mestranda em Estudos Linguísticos no programa de Pós-graduação PPGEL, na linha de pesquisa de Análise Linguística, na área de Terminologia sob a orientação da Profa. Dra. Lidia Almeida Barros, com pesquisa intitulada *Terminologia do domínio dos passaportes franceses: criação de glossário monolíngue francês*, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – milena_molinari@hotmail.com

OLGA ALEJANDRA MORDENTE

Graduada em Licenciatura em Língua e Literatura Italiana – Instituto Nacional Superior Del Professorado, mestre em Letras (Língua e Literatura Italiana) pela USP e doutorado em Linguística pela USP. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Italiana, atuando principalmente nos seguintes temas: língua italiana, ensino italiano, ensino instrumental. Integra dois grupos de pesquisa: *O Italiano Falado nas Comunidades de Origem Italiana no Brasil* e *A leitura Instrumental em língua Italiana*. Professora doutora assistente, USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Modernas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – alemordente@usp.br

REGIANI APARECIDA SANTOS ZACARIAS

Doutora em Estudos da Linguagem pelo programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina. Estágio de Doutorado (PDEE/CAPES) na Universidad de Valladolid, Espanha. Mestre em Letras pela UNESP. Graduada em Letras/Inglês pela Universidade do Sagrado Coração. Pesquisadora FAPESP. Professora assistente doutora, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Assis – SP – Brasil. 19806-900 – reca@assis.unesp.br †

RODRIGO GOMES DA SILVA

Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária. Discente do 4º ano do curso de Secretariado Executivo, UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – Paranavaí – PR – Brasil. 87703-000 – rodrigo_rgsslamer@hotmail.com

ROSEMARY IRENE CASTAÑEDA ZANETTE

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas sobre ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, lexicologia e terminologia. Em seus trabalhos, procura sempre abordar os aspectos culturais. Professora, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Colegiado de Letras. Cascavel – PR – Brasil. 85819-110 – rczanette@hotmail.com

STEFANO ONOFRE

Mestre em Linguística pela UFSCar. Tem pesquisado os mecanismos de deslocamentos enunciativos temporais em produções textuais de vestibular. Doutorando, UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – tefo42@hotmail.com

APOIO:

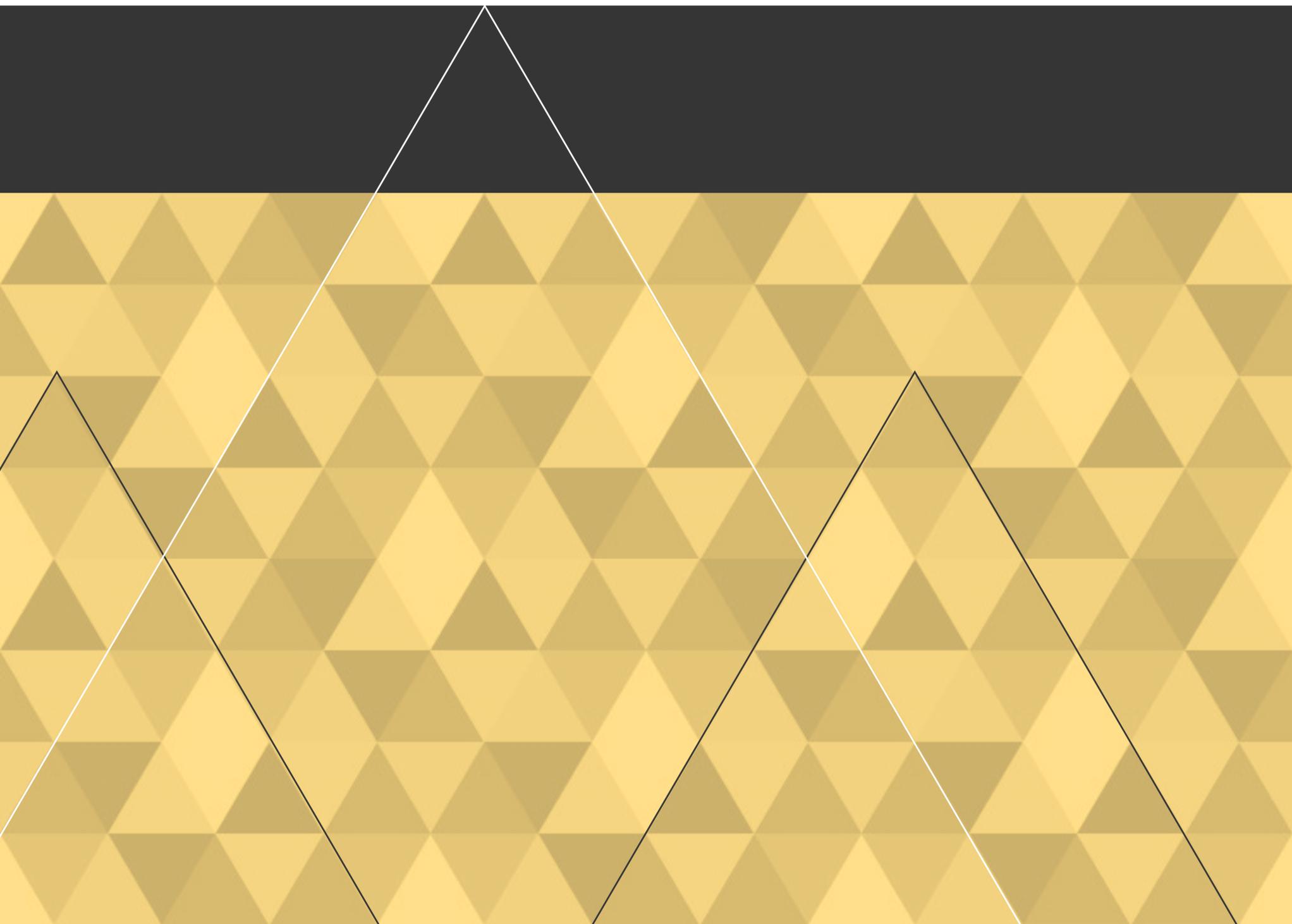
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa
Departamento de Linguística



GPEL – Grupo de Pesquisa Estudos do Léxico: descrição e ensino

LINBRA – Grupo de Pesquisa de Línguas Indígenas Brasileiras





letraria 